ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVIII Nº 107

Brasília - DF, segunda-feira, 6 de junho de 2011

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Ciência e Tecnologia 2
Ministério da Cultura 3
Ministério da Defesa 7
Ministério da Educação 8
Ministério da Fazenda 10
Ministério da Integração Nacional 17
Ministério da Justiça 17
Ministério da Pesca e Aquicultura 22
Ministério da Previdência Social 22
Ministério da Saúde 23
Ministério das Cidades 36
Ministério das Comunicações 36
Ministério de Minas e Energia 38
Ministério do Desenvolvimento Agrário 43
Ministério do Esporte 43
Ministério do Meio Ambiente 44
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 44
Ministério do Trabalho e Emprego 46
Ministério dos Transportes 47
Conselho Nacional do Ministério Público 48
Ministério Público da União 49
Tribunal de Contas da União 56
Poder Judiciário 60
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... 73

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.795 (1)
ORIGEM : ADI - 133400 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. AYRES BRITTO
REQTE.(S) : GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
INTDO.(A/S) : CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Não votou o Senhor Ministro Joaquim Barbosa por não ter assistido ao relatório. Falou pela requerente o Dr. Flávio Jardim, Procurador do Distrito Federal. Plenário, 24.02.2011.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 4º DA LEI 3.769, DE 26 DE JANEIRO DE 2006, QUE VEDA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA O RECRUTAMENTO DE ESTAGIÁRIOS PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE (ART. 5º, *CAPUT*) E DA IMPESSOALIDADE (*CAPUT* DO ART. 37).

Ação direta procedente.

Secretaria Judiciária
LUCIANA PIRES ZAVALA
Secretária

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 182, de 3 de junho de 2011. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4607.

Nº 183, de 3 de junho de 2011. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4602.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUBPROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 457, DE 2 DE JUNHO DE 2011

Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Sergipe a representação judicial da Fundação Universidade Federal de Sergipe

O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado de Sergipe a representação judicial da Fundação Universidade Federal de Sergipe, no âmbito de sua competência territorial.

Art. 2º A contar da assunção da representação judicial prevista no art. 1º, todas as citações e intimações dirigidas à Fundação Universidade Federal de Sergipe deverão ser encaminhadas à Procuradoria Federal no Estado de Sergipe.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

ANTONIO ROBERTO BASSO

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.076, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Altera a Portaria nº 2539, de 23 de dezembro de 2010, do Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União, que estabelece critérios para a participação de servidores em exercício na Controladoria-Geral da União em cursos de pós-graduação durante o exercício de 2011.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no exercício de suas atribuições e tendo em conta o disposto nos arts. 95 e 96-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, e no art. 23 da Portaria nº 527, de 11 de abril de 2008, do Ministro de Estado do Controle e da Transparência, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 2539, de 23 de dezembro de 2010, do Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 7º - A Os requerimentos para participação em cursos de pós-graduação e documentos atinentes deverão ser devidamente autuados e formalizados em processo eletrônico, em caráter experimental.

§ 1º Os processos de pedidos de pós-graduação somente serão analisados se forem tramitados, usando o Sistema de Gestão Interna - SGI, até o final do expediente do dia 30 de junho de 2011.

§ 2º A Coordenadoria-Geral de Serviços de Secretaria - CGSS da Diretoria de Gestão Interna - DGI dará orientações oportunamente acerca da nova forma eletrônica instituída por esta Portaria.

§ 3º Considerando o caráter experimental retromencionado, será admitido o envio da documentação da seguinte forma:

I - copiada por **scaner**, transformada em arquivo eletrônico, e

II - enviada até a data prevista no § 1º para o seguinte endereço eletrônico: cgrhdesenvolvimento@cgu.gov.br.

.....

Art. 9º - A A todo servidor participante de Cursos de Especialização será designado um supervisor-técnico para acompanhamento do desenvolvimento do trabalho de pesquisa, quando o tema envolver estudo de caso sobre unidade organizacional da CGU.

§ 1º O supervisor-técnico terá a função de dar suporte ao pós-graduando, facilitando o acesso a dados e informações da unidade organizacional pesquisada, além de promover esclarecimentos a respeito de normativos e processos no âmbito daquela estrutura administrativa.

§ 2º O servidor a que se refere o **caput** deste artigo deverá formalizar pedido ao dirigente máximo da unidade organizacional pesquisada requerendo a indicação do supervisor-técnico.

Art. 9º - B Os participantes dos cursos de pós-graduação **lato**, **stricto sensu** e **Master of Business Administration** - MBA após aprovação final pela instituição educacional na qual realizaram seus estudos, terão que apresentar em meio magnético exemplar da monografia, artigo, dissertação ou tese, conforme o caso, para disponibilização na Biblioteca Virtual da CGU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ AUGUSTO FRAGA NAVARRO
DE BRITTO FILHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 148, DE 19 DE ABRIL DE 2011

Dispõe sobre a publicação em forma de Resolução do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador.

A PRESIDENTA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA, em exercício**,** com fundamento no art. 35 do Regimento Interno, e considerando a deliberação do Conselho em sua 194ª Assembléia Ordinária, realizada nos dias 18 e 19 de abril de 2011, resolve:

Considerando que o P*lano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador é uma proposição da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil - CONAETI, órgão quadripartite vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego;*

Considerando que o P*lano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador foi debatido por este Conselho no decorrer dos anos de 2008, 2009 e 2010;*

Considerando que o *Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador foi apresentado pela CONAETI e aprovado pelo CONANDA em sua 184º assembléia ordinária, realizada no município de Porto Velho/RO, nos dias 12 e 13 de maio de 2010, resolve:*

Art. 1° Tornar público o *Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador*, disponível no sítio http://portal.mj.gov.br/sedh/conanda/plano_nacional.pdf.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM MARIA JOSÉ DOS SANTOS

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 20, DE 1º DE JUNHO DE 2011

Atendendo ao Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, Art. 14, § 2º, estamos indeferindo e cancelando os pleitos de registros dos produtos abaixo discriminados.

1 - Produto Fegatex proc nº 21000.004247/2011-36; Fegatex proc nº 21000.004244/2011-01; Fegatex proc. nº 21000.004246/2011-91; Fegatex proc. nº 21000.004245/2011-47; Cipermetrina Técnico UPL proc. nº 21000.003988/2006-32; MP Prentiss Técnico proc. nº 21000.009018/2006-41; Bifentrina Técnico Ouro Fino proc. nº 21000.009978/2008-72.

2 - Cancelamento do pleito de registro a pedido da empresa produto Festio - 21000.008256/2007-10; Thiophanate Methyl Técnico DVA proc. nº 21000.009959/2010-61.

3 - No DOU de 18 de maio de 2011, no Ato nº 17, 10 de maio de 2011, Seção I página 4, excluir do mesmo o processo nº 21000.008682/2008-34 que foi incluído erroneamente.

LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL
Coordenador Geral

Ministério da Ciência e Tecnologia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 374, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCT nº 01200.004886/2010-57, de 6 de dezembro de 2010, que os produtos e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa Padtec S/A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 03.549.807/0001-76, atendem às condições de bens de informática e automação, desenvolvidos no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto 1: Concentrador de linha de assinante, para comunicação por fibra óptica.

Modelo: FlexPad OLT.

Produto 2: Terminal sobre linha de fibra óptica, com taxa de transmissão inferior ou igual a 2,5 Gb/s.

Modelo: FlexPad ONT.

Produto 3: Analisador de espectro de sinal óptico.

Modelo: Mosa.

Produto 4: Aparelho transmissor, receptor e amplificador de sinal óptico.

Modelo: Transponder Stand Alone com Amplificador.

Produto 5: Aparelho comutador de dados para comunicação por fibra óptica.

Modelo: Transpad CE 1280.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A

DESPACHOS

Processo: Contrato C-750/DV-150. Parecer Jurídico: VAN-04/2011. Contratada: Egel Locação de Veículos Ltda. Objeto: Locação de veículos sem motorista. Valor: R$ 70.500,00. Justificativa: A Gerência de Logística - ALG/T, afirma que a contratação emergencial se dá em razão da renovação da frota da NUCLEP com alienação e compra de veículos. Informa que foi confeccionada a RM ALG-T-0027/10 de 14/05/2010 para aquisição de novos veículos, uma vez que os veículos já utilizados não mais oferecem condições segura. Alega que a contratação emergencial se faz necessária em virtude do sal do Contrato C-604/CS-337, celebrado com a empresa Egel, para a prestação dos serviços em questão não suportar o aumento de veículos solicitados, ou seja, os cinco veículos até os 12 meses previstos em contrato, esgotando-se no 10º mês. Do processo consta, ainda, coleta de preços realizada pelo Setor de Transporte da Gerência de Logística entre empresas do ramo. Das propostas apresentadas o menor preço foi cotado pela empresa Egel. É importante frisar que os serviços a serem contratados são essenciais ao bom funcionamento da empresa, tendo em vista que a empresa opera em 3 turnos de trabalho, nos fins de semana e feriados, sendo necessária a locação de veículos para transporte dos empregados que trabalham nesses horários e dias especiais. Considerando que a justificativa acima tem fundamento no art. 24,IV, da Lei 8666/93, reconheço a dispensa de licitação referente ao processo supracitado.

RICARDO NORONHA PEREIRA
Gerente de Suprimentos

Em observância ao art. 26 da Lei 8666/93 e em face do parecer favorável da consultoria jurídica sobre o assunto, ratifico a decisão do Gerente de Suprimentos.

PAULO ROBERTO TRINDADE BRAGA
Diretor Administrativo - Itaguaí

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 31 de maio de 2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público o deferido do pedido de confidencialidade de informações contidas no processo nº. 01200.001353/2011-02, em 31/05/2011, conforme Artigo 39 da Portaria 979/2010, publicada no DOU nº 227, Seção 1, página 14 em 29/11/2010.

EDILSON PAIVA



COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 111, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2009, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93.

07-0410 - O Amor é Brega
Processo: 01580.037691/2007-33
Proponente: Antonioli & Amado Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 02.229.260/0001-69
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 722.000,00 para R$ 791.200,00
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 85.900,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 600.000,00 para R$ 751.640,00
Banco: 001- agência: 0525-8 conta corrente: 22.561-4
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 398, realizada em 31/05/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

DELIBERAÇÃO Nº 112, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2009, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

10-0632 - Hotxuá - Distribuição
Processo: 01580.058278/2010-35
Proponente: Caliban Produções Cinematográficas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 27.651.181/0001-72
Valor total do orçamento aprovado: R$ 397.150,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 377.292,50
Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 29340-7
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 397, realizada em 24/05/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2014.
11-0022 - Boca do Lixo - Distribuição
Processo: 01580.002423/2011-12
Proponente: Ciclorama Filmes Comunicação Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 12.124.611/0001-20
Valor total do orçamento aprovado: R$ 385.273,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 366.009,35
Banco: 001- agência: 3100-3 conta corrente: 7527-2
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 397, realizada em 24/05/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2014.
11-0039 - O Céu Sobre os Ombros - Distribuição
Processo: 01580.002571/2011-29
Proponente: Vitrine Filmes Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.620.976/0001-83
Valor total do orçamento aprovado: R$ 193.925,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 184.228,75
Banco: 001- agência: 3043-0 conta corrente: 18193-5
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 396, realizada em 20/05/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2014.
10-0624 - Leite e Ferro - Distribuição
Processo: 01580.057243/2010-89
Proponente: Cinematográfica Polifilmes Ltda. - ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 60.469.871/0001-80
Valor total do orçamento aprovado: R$ 105.000,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 99.750,00
Banco: 001- agência: 3560-2 conta corrente: 21845-6
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 397, realizada em 24/05/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2014.
11-0070 - O Ciclo do Rei do Café
Processo: 01580.004389/2011-11
Proponente: Regina Filmes Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 42.164.699/0001-75
Valor total do orçamento aprovado: R$ 497.006,40
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 472.156,08
Banco: 001- agência: 0392-1 conta corrente: 44691-2
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 397, realizada em 24/05/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2014.
11-0083 - Brega Naite
Processo: 01580.006058/2011-15
Proponente: Renata Belo Pinheiro Ltda. - ME
Cidade/UF: Recife / PE
CNPJ: 02.908.530/0001-68
Valor total do orçamento aprovado: R$ 1.883.885,83
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.357.886,76
Banco: 001- agência: 3258-1 conta corrente: 23521-0
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 397, realizada em 24/05/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2014.
11-0110 - Júpiter
Processo: 01580.008450/2011-91
Proponente: Dona Rosa Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 06.130.502/0001-13
Valor total do orçamento aprovado: R$ 522.856,89
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 496.714,04
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 18334-2
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 397, realizada em 24/05/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2014.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de co-produção nos termos dos art. 1º e 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

11-0007 - O Gato de Botas no Reino de Perrault
Processo: 01580.000304/2011-17
Proponente: HGN Produções Cinematográficas Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 58.483.678/0001-52
Valor total do orçamento aprovado: R$ 3.746.717,42
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.039.114,27
Banco: 001- agência: 0813-3 conta corrente: 36180-1
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 920.267,25
Banco: 001- agência: 0813-3 conta corrente: 36181-X
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 397, realizada em 24/05/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2014.

Art. 3º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de co-produção nos termos dos art. 1º e 3-Aº da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

10-0611 - Clara de Lua
Processo: 01580.056661/2010-59
Proponente: Spectra Mídia Produções e Comércio Ltda.
Cidade/UF: Juquitiba / SP
CNPJ: 03.380.530/0001-09
Valor total do orçamento aprovado: R$ 2.663.907,30
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 600.000,00
Banco: 001- agência: 3006-6 conta corrente: 16605-7
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 792.704,63
Banco: 001- agência: 3006-6 conta corrente: 16607-3
Valor aprovado no artigo 3- Aº da Lei nº. 8.685/93: R$ 250.000,00
Banco: 001- agência: 3006-6 conta corrente: 16606-5
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 396, realizada em 20/05/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2014.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

RETIFICAÇÃO

Na Deliberação nº. 108 de 02/06/2011, publicada no DOU nº. 105 de 02/06/2011, Seção 1, página 33, em relação ao projeto "1981 - Ano Rubro Negro", para considerar o seguinte:

onde se lê:

Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de co-produção nos termos do art. 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

leia-se:

Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de co-produção nos termos do art. 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

RETIFICAÇÕES

No Projeto 44, Anexo I, Portaria nº. 12, de 14 de abril de 2011, publicada no D.O.U. do dia 15 de abril de 2011, favor DESCONSIDERAR TODA INFORMAÇÃO.

No Projeto 01, Anexo I, da Portaria nº. 17, de 23 de maio de 2011, publicada no D.O.U. em 24 de maio de 2011, Seção I, onde se lê: "Arqueólogo Coordenador: Sérgio Bruno dos Reis Almeida", leia-se "Arqueólogo Coordenador: WANDERSON ESQUERDO BERNARDO".

No Projeto 02, Anexo II, da Portaria 14, de 29 de abril de 2011, publicada no Diário oficial da União do dia 02 de maio de 2011, onde se lê "Área de Abrangência: Município do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte", leia-se "ÁREA DE ABRANGÊNCIA: ÁREA ARQUEOLÓGICA DO SERIDÓ POTIGUAR E PARAIBANO".

No Projeto 05, Anexo II, da Portaria 18, de 30 de maio de 2011, publicada no Diário oficial da União do dia 31 de maio de 2011, onde se lê "Processo nº. 01512.000013/2009-18", leia-se "PROCESSO Nº. 01512.002605/2010-16"; onde se lê "Prazo de Validade: 06 (seis) meses", leia-se "PRAZO DE VALIDADE: 03 (TRÊS) MESES".

No Projeto 08, Anexo I, da Portaria nº. 18, de 30 de maio de 2011, publicada no D.O.U. em 31 de maio de 2011, Seção I, onde se lê: "Prazo de Validade: 07 (sete) meses", leia-se "PRAZO DE VALIDADE: 08 (OITO) MESES".

No Projeto 06, Anexo II, da Portaria nº. 18, de 30 de maio de 2011, publicada no D.O.U. em 31 de maio de 2011, Seção I, onde se lê: "Apoio Institucional: Centro de Arqueologia Annette Laming-Emperaire", leia-se: Apoio Institucional: Centro de Arqueologia Annette Laming-Emperaire e Instituto de Arqueologia Brasileira.

No Projeto 02, Anexo III, da Portaria n° 22 de 24 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União em 25 de agosto de 2010, onde se lê: "Projeto: Diagnóstico de Potencial e Levantamento Arqueológico dos Campi Fiocruz de Manguinhos e da Mata Atlântico.", leia-se: Projeto: Projeto de Desenvolvimento Sócio Cultural de Populações Sambaquieiras no Nordeste Paraense: Relações entre Meio Ambiente e Patrimônio Material."

No Projeto 01 do Anexo III da Portaria n° 34 de 08 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 09 de dezembro de 2010, onde se lê: "Projeto: Salvamento Arqueológico em Porto Trombetas.", leia-se: Programa de Estudos Arqueológicos em Porto Trombetas.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 305, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 45, de 08 de fevereiro de 2011 e o inciso I do art. 3º da Portaria nº 1.088, de 18 de setembro de 2009, resolve:

Art. 1.o - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.o - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALAN PINHEIRO GUIMARÃES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 2324 - 18º Porto Alegre em Cena
Adriana Mentz Martins
CNPJ/CPF: 09.322.179/0001-78
Processo: 01400.006458/20-11
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 2.603.288,20
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizar o 18º Porto Alegre em Cena - Festival Internacional de Artes Cênicas de Porto Alegre - , no período de 06 a 26 de setembro de 2011, na cidade de Porto Alegre/RS.
11 3370 - Bahia em Cena 2 Edição
Ana Paula Vasconcelos de Oliveira
CNPJ/CPF: 013.977.765-28
Processo: 01400.008279/20-11
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 139.800,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Realização da 2 edição do Bahia em Cena, festival dedicado ao Teatro Baiano, realizado em oito diferentes espaços de Salvador, no mês de agosto de 2012. A partir dos inscritos, uma curadoria especilizada irá definir os oitos espetáculos participantes do Festival. Cada espetáculo participante ganhará um cachê de 6.000, referente a 8 apresentações, aos sabados e domingo. Todo o projeto terá preços populares.

11 2585 - Baile do Menino Deus - Uma Brincadeira de Natal

(2011)

Relicário Produções Culturais e Editoriais Ltda.
CNPJ/CPF: 06.790.619/0001-23
Processo: 01400.006817/20-11
PE - Recife
Valor do Apoio R$: 828.691,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Representado pela primeira vez no Recife, em 1983, o Baile do Menino Deus; Uma Brincadeira de Natal de autoria de Ronaldo Correia de Brito, Francisco Assis Lima e Música de Antônio Madureira transformou-se numa das celebrações mais encenadas no Brasil. Em Recife, na Praça do Marco Zero, virou tradição, uma festa do calendário natalino, atraindo gente de todos os lugares e de todas as idades.

11 3579 - PROJETO; TEATRO; MULHER COM LEVE DISTÚRBIO EMOCIONAL
Other Side - Promoções e Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 03.499.826/0001-35
Processo: 01400.008377/20-11
GO - Goiânia
Valor do Apoio R$: 443.220,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

- Montar a peça "Mulher Com Leve Distúrbio Emocional", uma comédia escrita pelo autor Durval Cunha; - Realizar 20 apresentações teatrais em 10 cidades do Estado de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Serão 02 apresentações por cidade a preços simbólicos e promocionais.

11 0526 - COMPANHIA ENSAIO ABERTO - 18 ANOS - MANUTENÇÃO
INSTITUTO ENSAIO ABERTO
CNPJ/CPF: 10.289.112/0001-68
Processo: 01400.000745/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 2.228.460,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto consiste na manutenção da Companhia Ensaio Aberto, viabilizando a ocupação do Armazém 6, atual sede do grupo. A ocupação: Ano 1 - pesquisa do espetáculo Visões, ciclo de debates Arte e Política e produção de um Caderno de Estudos; apresentações dos espetáculos em repertório Olga Benário: um breve futuro e Sobre o Suicídio. Ano 2 - Ciclo America Latina em Debates e produção de um Caderno de Estudos (1.000 exemplares); ensaios abertos, estréia e temporada do espetáculo Visões.

11 2436 - TRICICLO ESPETÁCULOS
Cynthia Rocha Verçosa
CNPJ/CPF: 854.018.036-72
Processo: 01400.006603/20-11
MG - Araxá
Valor do Apoio R$: 305.950,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

12 ESPETÁCULOS DE ARTES CÊNICAS: TEATRO, DANÇA, CIRCO E MÚSICA INSTRUMENTAL NA CIDADE DE ARAXÁ/MG E REGIÃO, EM PRAÇAS, RUAS, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS E ESPAÇOS PÚBLICOS. PROMOVER O INTERCÂMBIO CULTURAL, FORMAÇÃO DE PÚBLICO E ACESSIBILIDADE.

11 2468 - Tour teatral em Parati
Daniela Dezan - ME
CNPJ/CPF: 07.708.309/0001-80
Processo: 01400.006650/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 594.810,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O Tour é um espetáculo teatral de rua encenado contando a história da cidade de Paraty em diversos pontos do Centro Histórico. Os personagens fazem parte da história de Parati contam com artista profissionais e figurantes locais. Os figurinos e a maquiagem bem como a produção musical é conceituada na época do Brasil / colônia.

11 1524 - As Velhas Árvores
Companhia Cinematográfica Filmi di Luzzi Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 09.456.031/0001-26
Processo: 01400.003006/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 326.990,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Trata-se uma peça de teatro que aborda o encontro, em 1942, entre um priosioneiro, Capitão do Exército, e um jovem poeta. Este encontro se dá em pleno estado novo, ditadura de Getúlio Vargas que levou para as prisões milhares de brasileiros. Depois de 7 anos presos, dos quais, três incomunicável, o preso recebe sua primeira visita. Nesse ambiente se passa a peça que tem 70 minutos de duração, onde o Capitão revela suas desilusões, angústias e também suas esperanças com o futuro do Brasil.

11 2015 - Blefes Excêntricos - Pesquisa e Montagem
DUX PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.389.820/0001-33
Processo: 01400.005875/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 314.120,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto é realizado em duas etapas: pesquisa e montagem. O primeiro ano de trabalho será dedicado a pesquisa, na qual os atores do Circo Dux serão submetidos a uma série de oficinas e treinamentos preparatórios para a montagem do espetáculo Blefes Excêntricos. O segundo ano será dedicado a montagem do espetáculo e posterior apresentação nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Blefes Excêntricos - Pesquisa e Montagem foi aprovado no Edital Petrobras Cultural 2010.

11 3578 - TEATRO FILOSÓFICO
Instituto Recriar
CNPJ/CPF: 04.819.706/0001-30
Processo: 01400.008376/20-11
SP - São José dos Campos
Valor do Apoio R$: 174.082,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Realizar-se-á encontros teatrais, com ensaios filosóficos, durante 11 meses, com 120 crianças em situação de vulnerabilidade social, de 8 a 11 anos de idade, estudantes de escolas públicas, culminando com apresentações de pequenas peças a serem criadas pelas próprias crianças, à comunidade a que pertencem.

11 2896 - Uma noite na lua
FLUXOS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.307.068/0001-34
Processo: 01400.007539/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 468.215,34
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Montagem da peça Uma noite na lua, escrita e dirigida por João Falcão. A peça terá temporada de 3 meses do Rio de Janeiro. serão realizadas 48 apresentações.

11 3556 - Terra do Sol dourado.
Fernando Turano Cywinski
CNPJ/CPF: 309.993.658-86
Processo: 01400.008358/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 538.300,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto destina-se à montagem, produção, execução e manutenção do espetáculo infantil inédito "Terra do sol dourado", de Rui Xavier, dirigido por Ariane Ferrari. O espetáculo trata de maneira lúdica discussões como perda de entes queridos, guerra e bulling, temas freqüentes nas escolas, e está apoiada por psicólogos e psicoterapeutas. Será o total de 30 apresentação em São Paulo.

11 2890 - O Rouxinol e o Imperador
COCACHIM PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 08.331.322/0001-25
Processo: 01400.007533/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 469.350,02
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O presente projeto pretende realizar a montagem e temporada da adaptação de Denise Crispun do texto "O Rouxinol e o Imperador" de Hans Christian Andersen. Para isso contamos com uma equipe técnica de reconhecimento no cenário do mercado cultural.

11 2656 - A Atriz e o Cantor... e mais Alguém
Pedrazul Produções Artísticas e Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 03.951.130/0001-06
Processo: 01400.006913/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 451.600,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

A Atriz e o Cantor... e mais

Alguém é uma peça teatral extremamente contemporânea em forma e conteúdo. Com uma estrutura dramática fragmentada, sem unidade de tempo e espaço, as situações acontecem, simultaneamente, dentro do apartamento da protagonista e fora dele, no pulsar da grande cidade. A direção é de Jacqueline Laurence, cenário e figurinos de Colmar Diniz, com Luíza Tomé no papel da protagonista. Será encenado no T. Sesi, no centro do Rio, de 06/10 a 04/12/201, ao todo 36 apresentações

11 0398 - ELA É MEU MARIDO
Divirta Cia. de Entretenimento Ltda.
CNPJ/CPF: 08.953.109/0001-55
Processo: 01400.000567/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 708.269,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Produzir e manter temporada de quatro meses do espetáculo teatral Ela é Meu Marido de Nelito Fernandesé e Martha Mendonça, com Maria Clara Gueiros e Flavia Rubem, com a direção geral de Ernerto Piccolo. Estreia prevista para o mês de março de 2011 no Teatro das Artes no Rio de Janeiro, serão portanto 67 apresentações, com sessões de quinta a domingo.

11 0739 - Maiss Cultura Agulhas Negras
Maiss Serviço de Entretenimento Cultural LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.025.619/0001-25
Processo: 01400.001613/20-11
RJ - Resende
Valor do Apoio R$: 329.980,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

"Maiss Cultura Agulhas Negras" é um projeto pioneiro no auxílio ao desenvolvimento cultural da Região das Agulhas Negras. Trata-se da realização de festival de teatro, que consiste na apresentação de 10 espetáculos de qualidade, que se encontrem em cartaz em grandes centros, a serem escolhidos pelo próprio público, no período de 1 ano.

10 7503 - A OVELHA NEGRA
Dino Promoções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 33.548.645/0001-12
Processo: 01400.015894/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 457.780,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 30/11/2011
Resumo do Projeto:

Realização da montagem e manutenção do espetáculo "A OVELHA NEGRA", texto inédito de João Bethencourt, na cidade do Rio de Janeiro, por 02 meses.

11 3555 - Lisístrata - A Greve do Sexo
Atores In Cena Produções Artísticas e Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 08.531.830/0001-57
Processo: 01400.008357/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 376.072,78
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Espetáculo teatral musicado que visa renovar a cena carioca, trazendo aos palcos uma comédia inteligente escrita V séculos antes de Cristo, com uma temática super atual: O poder do povo, representado pela mulher. O texto foi totalmente adaptado, visando fugir da obscenidade característica de todas as montagens, mostrando que um texto antigo pode ser atual e que a comédia não precisa cair necessariamente no apelo sexual vulgar para ser engraçada. O espetáculo contará com 32 apresentações.

11 2661 - Navegar é Preciso - Itinerância II
Personas Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 38.742.557/0001-70
Processo: 01400.006919/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 364.600,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Apresentar o espetáculo "Navegar é Preciso" ao público de Distriro Federal - Brasília, Goiás; Goiânia, Minas Gerais; Belo Horizonte, Ouro Preto, São João Del Rey e Sabará e Bahia - Salvador

11 2663 - Anjo Malaquias - Itinerância II
Personas Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 38.742.557/0001-70
Processo: 01400.006921/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 286.700,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Apresentar o espetáculo "Anjo Malaquias" ao público de Distriro Federal - Brasília, Goiás; Goiânia, Minas Gerais; Belo Horizonte, Ouro Preto, São João Del Rey e Sabará e Bahia - Salvador

11 0281 - A Classe Média Vai Ao Paraíso
Zambala Produções Culturais Ltda ME
CNPJ/CPF: 09.148.119/0001-80
Processo: 01400.000437/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 235.100,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Montagem de espetáculo teatral para o público adulto, na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2011, em teatro ainda a ser definido.Serão realizadas 32 apresentações do espetáculo.

11 1235 - NATUREZA VIVA no CARRO-CÉU de HISTÓRIAS
Cantos do Rio Produções Artísticas LTDA.
CNPJ/CPF: 09.430.016/0001-09
Processo: 01400.002404/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 130.700,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/10/2011
Resumo do Projeto:

Levar gratuitamente a 25 cinco comunidades carentes do RIO DE JANEIRO, um espetáculo musical teatral infanto-juvenil, apresentado sobre um automóvel (um palco sobre rodas), que levanta questionamentos sobre nossas atitudes com a nossa produção de lixo, nossa contribuição para a preservação e ou degradação do planeta Terra e a conscientização sobre a importância da reciclagem, reutilização e redução dos materias de consumo.

11 3293 - QUE FIM LEVOU ROSALINA - A História Oculta de Julieta e Romeu
ORGANIZAÇÃO FRATRES UNIVERSALIS
CNPJ/CPF: 04.684.042/0001-40
Processo: 01400.008247/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 205.012,16
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Montagem de espetáculo teatral baseado em Romeu e Julieta, de Shakespeare, cujas histórias são contadas através das personagens secundárias que, com muito humor, ganham mais importância no enredo, especialmente Rosalina, primeiro amor de Romeu, razão pela qual ele vai a festa dos inimigos Capuletos, e que é relegada ao segundo plano depois que o jovem Montechio conhece a bela Julieta. A primeira temporada será de três meses, de quinta-feira a domingo, totalizando 52 apresentações.

11 3333 - A Vida como Ela E...
Associação de Alunos e Ex-alunos do Curso de Artes Dramática.SESI.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CNPJ/CPF: 79.307.161/0001-82
Processo: 01400.008274/20-11
SC - Florianópolis
Valor do Apoio R$: 343.695,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Apresentação da nova montagem do grupo Teatro sim... Por Que Não?!!!! constituida de cinco historias escritas por Nelson Rodrigues sobre paixoes, traiçoes, dramas e tragedias de vidas vividas intensamente. São flashes da vida real contados por meio do olhar melodramatico do autor. Cada uma das historias explora uma tecnica diferente (mascaras, sombras, quadros vivos, dublagem e manipulaçao de atores por atores como se fossem bonecos). Serão 19 apresentações em 15 cidades.

11 0596 - Hong Kong
Renovarte Produções Culturais LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.732.444/0001-38
Processo: 01400.001060/20-11
SP - Valinhos
Valor do Apoio R$: 1.551.410,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Produção de uma peça teatral com duração de 70 minutos, totalizando 20 apresentações. A história se desenvolve na moderna Hong Kong onde serão tratados os temas e contradições pertinentes ao homem tecnológico de nosso tempo em contraposição com a tradição e filosofia oriental.

10 11869 - FESTIVAL PARLAPATÕES DE CIRCULAÇÃO - 20 ANOS DOS PARLAPATÕES
Agentemesmo Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 04.964.795/0001-09
Processo: 01400.022936/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 376.250,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Este projeto propõe a circulação do repertório de peças do grupo Parlapatões pelas capitais: Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba e Campo Grande. Em cada uma delas, o grupo realizará cinco espetáculos em um único fim de semana, totalizando 20 apresentações.

10 12429 - CLUBE DO BEIJO
Veredas Comunicação e Arte Ltda
CNPJ/CPF: 00.605.488/0001-80
Processo: 01400.023627/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 495.800,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Montagem de espetáculo teatral dirigida ao público infanto-juvenil, a adaptação teatral do texto de Márcia Kupstas tem a colaboração de Walcyr Carrasco (autor de inúmeras novelas e peças de sucesso), direção de Ricardo Pinto e Silva . O elenco da peça é jovem criando assim uma maior motivação e identificação com o público. TEMPORADA DE DOIS MESES EM SÃO PAULO SERÃO FEITAS 4 APRESENTAÇÕES POR SEMANA TOTALIZANDO 32 APRESENTAÇÕES

11 2588 - JOÃO POR UM FIO
JBL Serviços Produções e Promoções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 01.235.517/0001-22
Processo: 01400.006820/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 709.430,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Montagem do projeto de teatro infanto-juvenil JOÃO POR UM FIO extraído do livro minimalista de Roger Mello e com direção do premiado encenador teuto-brasileiro Ricardo Schöpke. A estréia está marcada no Centro CCBB/RJ, e temporada gratuita com o patrocínio do BANCO BRASIL. A seguir, iremos itinerar por 08 cidades brasileiras e por 06 países europeus. O espetáculo irá realizar um total de 110 apresentações.

11 2340 - Água no Sertão
Instituto Navegar
CNPJ/CPF: 04.764.306/0001-75
Processo: 01400.006474/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 938.600,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realização de atividades artísticas/culturais (apresentações teatrais e construção coletiva de encenações, dramatizações; pintura e expressão corporal) com professores, alunos e moradores de cidades do semi-árido baiano, cujo conteúdo versa sobre a importância da água para a vida.

11 2987 - Como Cavalgar um Dragão
SHAMATA FILMES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.895.156/0001-31
Processo: 01400.007788/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 120.700,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto se trata da montagem do espetáculo "Como Cavalgar um Dragão", que visa realizar uma temporada de 8 semanas no Rio de Janeiro. A montagem terá direção de Diogo Liberano e Flávia Naves e será supervisionada por Marina Vianna, com realização do Teatro Inominável. O que se coloca em cena, é um jantar entre amigos que se reencontram; meses após o suicídio de outra amiga; para buscarem possibilidades de reinvenção e resistência. Mas como continuar? Por onde recomeçar?

10 12860 - Cruel - Temporada Paulista
Morenteforte Comunicações Ltda. ME
CNPJ/CPF: 55.236.483/0001-10
Processo: 01400.024126/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 727.084,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 30/11/2011
Resumo do Projeto:
Produzir e manter temporada de
quatro meses do espetáculo teatral Cruel, de August Strindberg, com tradução, adaptação e direção de Elias Andreato, com Reynaldo Gianecchini, Ercky Marmo e Maria Manoela. Estreia prevista para o dia 06 de abril no Teatro FAAP cidade de São Paulo, serão portanto 34 apresentações, com sessões às quartas e quintas, os ingressos serão comercializados a R$ 40,00 inteira e R$ 20,00 meia entrada.

11 3580 - Adultérios, de Woody Allen
TATIANA DISPERATI
CNPJ/CPF: 281.753.098-57
Processo: 01400.008378/20-11
SP - Cotia
Valor do Apoio R$: 537.016,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Produzir a montagem de um espetáculo a partir de dois textos teatrais de Woody Allen, estrear e manter temporada de três meses em teatro privado na cidade de São Paulo-SP. Serão realizadas três apresentações por semana sempre às sextas-feiras, sábados e domingos, totalizando 36 apresentações.

11 1246 - O Monstro da Matemática
Rodrigo Sabara da Silva
CNPJ/CPF: 084.073.457-33
Processo: 01400.002422/20-11
ES - Serra
Valor do Apoio R$: 511.450,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O Projeto consiste em montagem do espetáculo infantil inédito e com temática educativa "O Mostro da Matemática" com temporada de 3 meses na Grande Vitória - Gerando 24 apresentações Durante o segundo semestre de 2011 e primeiro semestre de 2012. Com distribuição gratuita e disponibilização livre na internet após apresentações. total de 25 apresentações com entrada franca.

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)

11 2704 - 5 x 4 - Encontro de Quintetos de Metais
Batuta Produções Artísticas LTDA
CNPJ/CPF: 10.799.207/0001-21
Processo: 01400.006992/20-11
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 280.080,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Produzir e apresentar 10 concertos com Os quintetos CWBrass - Quinteto de Câmara de Metais e o QMP - Quinteto de Metais do Paraná mais 02 quintetos convidados, em teatros ou espaços culturais de Curitiba - PR e Londrina - PR, visando divulgar esta forma de música de câmara.

11 0684 - CD - MUTH - INSTRUMENTAL
HELMUTH MENDONÇA LOPES
CNPJ/CPF: 395.004.541-49
Processo: 01400.001491/20-11
GO - Anápolis
Valor do Apoio R$: 173.428,50
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
- Gravar um CD com 08 canções instrumentais do músico Muth; Prensar 2.000 cópias;

11 1115 - Concertos do Sul - Música Instrumental e Erudita
FRISKE & FRISKE LTDA ME
CNPJ/CPF: 05.589.562/0001-36
Processo: 01400.002264/20-11
RS - Santa Rosa
Valor do Apoio R$: 928.600,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Promover apresentações de música instrumental e erudita em cidades do interior do Rio Grande do Sul. O projeto visa democratizar o acesso à cultura através da música com espetáculos gratuitos ao público. São 10 apresentações, que ocorrem nas cidades de Campo Bom, Cerro Largo, Horizontina, Passo Fundo, Santa Bárbara do Sul, Santo Augusto, São Borja e três cidades a serem incluídas posteriormente.

11 0690 - Música Barroca na Estrada
Kommitment Produções Artísticas
CNPJ/CPF: 12.602.246/0001-12
Processo: 01400.001497/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.572.850,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 30/11/2011
Resumo do Projeto:
Música Barroca na Estrada é um projeto de circulação que prevê concertos de música erudita em diversos estados brasileiros, a preços populares e gratuito, executado por profissionais especializados em música sacra restaurada. As apresentações serão precedidas por palestras didáticas objetivando a formação de platéia, com distribuição de material informativo gratuito contendo o conteúdo das palestras. As mesmas serão destinadas a professores e alunos das públicas de ensino de cada cidade.

11 1111 - BANDA MANTIQUEIRA - TURNÊ NACIONAL
Escala Musical - Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 06.038.716/0001-64
Processo: 01400.002260/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 829.770,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realização de doze concertos musicais e workshops nas cidades de Belo Horizonte/MG, Varginha/MG, Florianópolis/SC, Itajaí/SC, Curitiba/PR, Maringá/PR, Porto Alegre/RS, Goiânia/GO, Rio de Janeiro/RJ, Campo Grande/MS, Jaboticabal/SP e Tatuí/SP. Os concertos ocorrerão em horário noturno e os workshops, em horário vespertino, serão ministrados pelos instrumentistas da BANDA MANTIQUEIRA aos alunos das escolas e conservatórios de música das cidades acima citadas.

11 2175 - Descendo o Sarrafo - Choro Opus Trio e Convidados
Fundação Municipal de Cultura - FUNDAC
CNPJ/CPF: 07.156.833/0001-95
Processo: 01400.006073/20-11
MS - Campo Grande
Valor do Apoio R$: 105.080,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Projeto visa gravar 2 mil CDs de músicas instrumentais do compositor Amintas José da Costa, o Sarrafo, pelo grupo Choro Opus Trio e convidados e dois shows de lançamento. As Obras de Sarrafo já foram gravadas em 68, mas nunca lançadas, pois, o estúdio da gravadora foi fechado pela ditadura e todo o material recolhido nunca mais recuperado. Afrodescendente, nascido em 22 de janeiro de 1919, em Aracaju, Sergipe, Sarrafo é testemunha e parte da história da Música Popular Brasileira.

11 2701 - PROJETO MAMA ÁFRICA
FRANCISCO DAS CHAGAS NASCIMENTO
CNPJ/CPF: 363.600.313-53
Processo: 01400.006988/20-11
MA - Imperatriz
Valor do Apoio R$: 44.320,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O Projeto Mama África, fará a interatividade cultural com a essência do próprio trabalho manual ou produção de um artesão com a arte da música que se constitui basicamente em combinar sons e instrumentos musicais, através da confecção de Instrumento musicais com Efeitos Sonoros do tipo: 1. Instrumento com Som de Cascata,2.Instrumento com Som de Pingo d'água,3. Instrumento com Som de Água cristalina,4. Instrumento com Som da onda d"Água, 5.Instrumento com som chuva e outros

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)

11 2857 - Tesouro à Vista - o que revela uma obra de arte
Aprazível Edições Ltda.
CNPJ/CPF: 03.484.461/0001-75
Processo: 01400.007480/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 2.397.680,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Grande exposição inaugural do MAR / Museu de Arte do Rio, um dos pontos principais do projeto de reocupação e revitalização da área portuária da Praça Mauá; RJ, MOSTRANDO UM TESOURO GUARDADO HÁ MEIO SÉCULO: a extraordinária coleção Boghici, nosso primeiro galerista e mais obras inéditas das coleções que ele formou como Fadel, Chateaubriand e Giobbi.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)

11 2909 - 4º Rodeio Crioulo Estadual de Lajeado; folclore e
tradição gaúcha
CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS QUERO QUERO
CNPJ/CPF: 06.260.667/0001-00
Processo: 01400.007546/20-11
RS - Lajeado
Valor do Apoio R$: 240.324,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto 4º Rodeio Crioulo Estadual de Lajeado- folclore e tradição gaúcha-, propõe preservar a cultura da tradição do Rio Grande do Sul, identificada por suas características decorrentes da contribuição das diversas etnias da formação histórica de nossa sociedade. Esta proposta diz respeito a parte artística através de suas danças, a participação de grupos folclóricos e artesanato, valorizando o homem do campo com suas manifestações típicas.

11 2641 - Paulo Moura - Acervo digital
Stardust Produções Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 02.429.565/0001-14
Processo: 01400.006881/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 440.877,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Digitalização do acervo pessoal do maestro Paulo Moura, um dos principais nomes da música instrumental brasileira

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO
(ART. 18)
11 2864 - Victória Carvalho Dávila e a criação da Cidade de
Chiapeta - O Livro Ana Thomasia Magalhães Guasque
CNPJ/CPF: 804.494.500-82
Processo: 01400.007496/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 145.220,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Criação de material histórico e memorial, em forma de livro, colorido e com imagens, com 1.800 exemplares, escrito por Ana Thomasia Magalhães Guasque. O objetivo é elaborar registro sobre a criação da cidade de Chiapeta, ocorrida em 1936, e sobre a matriarca fundadora da cidade, bem como do contexto social e político do Rio Grande do Sul e do Brasil da época, reunindo relatos de moradores antigos da cidade e da filha mais nova da fundadora, Leovegilda, que encontra-se viva e bastante idosa.
11 3001 - Coleção Bettiol - Nome Proviório
Via Impressa Edições de Arte Ltda
CNPJ/CPF: 08.266.789/0001-39
Processo: 01400.007851/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 217.387,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 30/09/2011
Resumo do Projeto:
Publicação que contemple uma coleção de arte das mais representativas da arte brasileira, incluindo pinturas, escultura, arte sobre papel, mobiliário, arte indígena e arte popular.
11 2648 - ENCONTROS LITERÁRIOS NA ESCOLA SÃO
PAULO
Isabella Prata Consultoria de Artes S/C ltda
CNPJ/CPF: 71.715.957/0001-62
Processo: 01400.006894/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 115.900,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto visa promover uma programação de atividades composta por cursos, oficinas, encontros literários com autores e/ou escritores para debates e também relatos de experiências profissionais com importantes nomes do cenário literário brasileiro. As atividades serao grauitas.
11 2898 - Salvador; Bahia e seus Templos de Fé e Cultura
Insight Engenharia de Comunicação & Marketing Ltda.
CNPJ/CPF: 28.709.731/0001-20
Processo: 01400.007541/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 204.215,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Produção e publicação de obra literária, em linguagem jornalística de caráter documental e ricamente ilustrada, retratando as inúmeras paróquias e capelas existentes na cidade de Salvador, Bahia e arredores e sua história.
11 1314 - BRASIL A GALOPE
MARIA MARCONDES DUPRAT CARDOSO ME
CNPJ/CPF: 05.432.736/0001-52
Processo: 01400.002783/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 226.561,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto visa publicar um livro de arte sobre a relação entre homem e cavalo no Brasil. Desde o período colonial, passando pela forte colaboração para o crescimento populacional em terras distantes, relembrando os tempos das caçadas e chegando à época de glamour dos leilões e o requinte dos campeonatos de hipismo nacional.
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
11 3317 - LUZ
Cristiana Gimenes Parada dos Santos
CNPJ/CPF: 146.684.288-17
Processo: 01400.008267/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 244.350,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Pesquisa, montagem de espetáculo e temporada, utilizando a luz como base temática e estética. Partindo de discussões e improvisações, criaremos cenas numa abordagem ampla da simbologia da luz. Simultaneamente, pesquisaremos formas de interagir com a iluminação em cena. Afinando o material levantado, montaremos o espetáculo teatral LUZ (nome provisório) e faremos pelo menos 16 apresentações. Realizaremos também uma oficina sobre iluminação cênica e o processo de criação utilizado no espetáculo.
11 2612 - Fernando Brant - 65 Anos de uma Travessia Poética.
Cynthia Celly Leandro Almeida
CNPJ/CPF: 032.942.916-71
Processo: 01400.006846/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 264.460,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Confeccionar livro biografico sobre a vida e obra do compositor e poeta mineiro Fernando Brant, que comemora 65 anos em 201, sendo seu lançamento com show de Chico Amaral e Banda interpretando no estilo instrumental as musicas do poeta que fizeram sucesso.
11 3310 - III SEMANA DA DANÇA DE SALÃO DO AMAZONAS
Casa de Danca Ritmo Quente
CNPJ/CPF: 03.928.076/0001-70
Processo: 01400.008261/20-11
AM - Manaus
Valor do Apoio R$: 188.680,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A III Semana da Dança de Salão do Amazonas, fará mostra de dança, de video, exposição fotográfica, forum de discussão, laboratório de movimentos adaptados, oficinas e exposição de trabalhos científicos de dança para público estimado de 14.000 pessoas de forma gratuita em 3 dias de evento com todas as atividades acontecendo simultaneamente exceto as oficinas de dança que acontecerão em horários diferenciados. A mostra de video e fotografia ficará em exposição durante 12 horas diárias nos 3 dias.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
11 2706 - Rota dos Sabores - Circuito de Arte e Gastronomia
de Coronel Fabriciano - 6ª Edição Bruno Cunha Minafra
CNPJ/CPF: 061.009.056-98
Processo: 01400.006996/20-11
MG - Coronel Fabriciano
Valor do Apoio R$: 75.000,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Circuito de apresentações musicais do estilo "chorinho" nos 20 estabelecimentos inscritos no Circuito de Arte e Gastronomia, finalizando com o evento denominado "Paiada" onde haverá exposições de arte, teatro e shows no estilo "Choro" com músicos mineiros e de nível nacional. Será em espaço público integrado com estabelecimentos de alimentos e bebidas de Coronel Fabriciano apresentando o melhor da culinária local em praça pública e com entrada franca.
11 2646 - O Brasil das Orquestras Populares
Fomenta Produções Artísticas e Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 07.989.945/0001-27
Processo: 01400.006892/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 344.685,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O Brasil das Orquestras Populares é uma série musical composta por 4 shows de orquestras populares brasileiras, traçando um panorama musical onde estão presentes a ecleticidade, criatividade artística e inovação caracaterísticas do brasileiros. As orquestras que serão apresentadas nesta série musical, a saber: Orquestra Popular da Bomba do Hemetério (PE), Grupo Imbaúba (AM), Orquestra de Cordas de Curitiba (PR), Orquestra Republicana (RJ).
11 1120 - 1º CD DA GALERA DA RIMA
Cattulo de Camargo e Campos
CNPJ/CPF: 010.534.320-03
Processo: 01400.002269/20-11
RS - Osório
Valor do Apoio R$: 23.600,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
GRAVAÇÃO DO PRIMEIRO CD DA BANDA "GALERA DA RIMA".
11 1116 - A Cena Musical de Belém do Pará
Arteria Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 06.015.397/0001-71
Processo: 01400.002265/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 555.060,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Sob curadoria do escritor, jornalista e crítico musical Nelson Motta, o projeto A CENA MUSICAL DE BELÉM DO PARÁ visa integrar shows, mesa de debate e mostra de documentário que ilustrem e o cenário que está revolucionando a forma de se produzir, comercializar e ouvir música no País. Serão 8 shows de 4 bandas diferentes no foyer do CCBB, 1 mesa e 1 documentário, no cinema do CCBB. O projeto foi selecionado pelo Edital do CCBB para realização no primeiro semestre de 2012. O projeto será gratuito.
11 0517 - Grupo REVELAÇÃO em Guapimirim
Eduardo Alves Franca
CNPJ/CPF: 025.857.757-63
Processo: 01400.000731/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 189.696,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 30/09/2011
Resumo do Projeto:
O Produtor Cultural, Eduardo Alves, promoverá um grandeo o Show de Música Popular Brasileira no interior do Estado do Rio de Janeiro,no Município de Guapimirim.O evento contará com a presença do grupo REVELAÇÃO,como atração principal e,ainda,com a participação do cantor Gilbert e seus convidados para abrir o show. O ingresso será 01(hum) quilo de alimento não perecível. A meta é arrecadar 05(cinco) toneladas de alimento.(5000 ingressos)
11 1185 - SER (TÃO) BRASILEIRO III
Luz Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 05.089.799/0001-58
Processo: 01400.002340/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 424.032,25
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Terceira edição da série musical SER (TÃO) BRASILEIRO, que tem como principal objetivo apresentar a música sertaneja de raiz. Serão apresentados 8 espetáculos - listados na ficha técnica - com um total de 16 shows.
11 0122 - Show de Lançamento 2º CD da Banda Pequeninos
do Senhor
E. A. L. COELHO ROBERTO - ME
CNPJ/CPF: 05.622.129/0001-55
Processo: 01400.000255/20-11
RJ - Campos dos Goytacazes
Valor do Apoio R$: 37.032,50
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 30/11/2011
Resumo do Projeto:
Realizar um Show Artístico com a Banda Pequeninos do Senhor para Lançamento do 2º CD, no dia 22 de outubro de 2011 às 20 horas, no Teatro Municipal Trianon, em Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)
10 11143 - Victor em trânsito: Ação Educativa do Museu Victor Meirelles
Associação de Amigos do Museu Victor Meirelles
CNPJ/CPF: 85.321.925/0001-97
Processo: 01400.021869/20-10
SC - Florianópolis
Valor do Apoio R$: 319.250,00
Prazo de Captação: 06/06/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Integração e execução de ações educacionais para democratizar e intensificar o acesso ao Programa de Exposições do Museu Victor Meirelles. Destacam-se a elaboração de oficinas práticas para cada exposição, realização de ações junto às redes públicas e particulares de ensino e itinerância de materiais pedagógicos por Santa Catarina, capacitação de professores/ multiplicadores. Serão contratados dois educadores, além de disponibilização transporte aos grupos e realização de publicações e vídeo.

PORTARIA Nº 306, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 45, de 08 de fevereiro de 2011 e o inciso I do art. 3º da Portaria nº 1.088, de 18 de setembro de 2009, resolve:
Art. 1.º - Aprovar a complementação de Valor em favor do projeto cultural relacionado no anexo a esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALAN PINHEIRO GUIMARÃES

ANEXO

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
09 6507 - Tarsila do Amaral - Percurso Afetivo
Cult Produções Artisticas Ltda.
CNPJ/CPF: 07.034.907/0001-10
SP - São Paulo
Valor Complementar em R$: 280.190,00

PORTARIA Nº 307, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 45, de 08 de fevereiro de 2011 e o inciso I do art. 3º da Portaria nº 1.088, de 18 de setembro de 2009, resolve:
Art. 1º - Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALAN PINHEIRO GUIMARÃES

ANEXO I

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
02 8988 - Projeto de Restauro e Ampliação da Escola de Música Fundação Universitária José Bonifácio FUJB
CNPJ/CPF: 42.429.480/0001-50
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
ANEXO II
ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
07 9706 - Festival Indie Rock
Conexão Marketing Comunicação e Negócios Empresariais Ltda.
CNPJ/CPF: 68.635.135/0001-67
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 26)
08 7212 - Expansão e Modernização Biblioteca FEA USP Fase (I)
Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (FUSP)
CNPJ/CPF: 68.314.830/0001-27
SP - São Paulo
Período de captação: 02/06/2011 a 31/12/2011

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 68, DE 3 DE JUNHO DE 2011

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446 de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 10.454 de 13 de maio de 2002, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO I

11 0459 - Semana de Cinema Italiano (7ª Edição)
Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio, Indústria e Agricultura
CNPJ/CPF: 61.011.607/0001-61
Processo: 01400.000651/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 863.770,00
Prazo de Captação: 02/06/2011 a 31/12/2011
Realização da 7ª edição visa promover o intercâmbio cultural entre Brasil e Itália, através da projeção de obras cinematográficas italianas no Brasil, de setembro a setembro de 2011.
11 2998 - CARTA
Fabrício de Souza Amaral
CNPJ/CPF: 050.378.996-80
Processo: 01400.007844/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 142.000,00
Prazo de Captação: 02/06/2011 a 31/12/2011
Produção de um curta metragem de 15 minutos, sobre o processo de conquista humana intitulado CARTA.
11 2801 - MARA
Fabrício de Souza Amaral
CNPJ/CPF: 050.378.996-80
Processo: 01400.007261/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 97.266,00
Prazo de Captação: 02/06/2011 a 31/12/2011
Produção de um curta metragem com 15 minutos, sobre o valor moral da amizade e o que isso pode germinar em um relacionamento.
11 2808 - Quem Matou Barbosa?
Cinema em Dia Ltda.
CNPJ/CPF: 10.376.313/0001-00
Processo: 01400.007287/20-11
RJ - Niterói
Valor do Apoio R$: 97.195,00
Prazo de Captação: 02/06/2011 a 31/12/2011
Produção de um curta metragem documental de 15 minutos, sobre a história real de Edilcio Barbosa.
11 0454 - Crônica do Botequim Carioca
Henry Caetano de Souza
CNPJ/CPF: 952.598.997-68
Processo: 01400.000645/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 56.171,18
Prazo de Captação: 02/06/2011 a 31/12/2011
Produção de um curta metragem de ficção com 15 minutos, sobre uns amigos que conversam em um dos mais movimentados e pitorescos botequins do subúrbio do Rio de Janeiro.
11 2121 - III Quixadá Mostra Cinema
Rede de Atenção Cego Aderaldo
CNPJ/CPF: 09.008.534/0001-39
Processo: 01400.006015/20-11
CE - Quixadá
Valor do Apoio R$: 198.581,20
Prazo de Captação: 02/06/2011 a 31/12/2011
Realização da 3ª edição tem por objetivo realizar uma mostra audiovisual não competitiva com os mais expressivos filmes, vídeos e clips realizados no Ceará, de 12 a 16 de outubro de 2011 na cidade de Quixadá.
11 2654 - 53 Cartas
Igor Marco Mesquita de Pitta Simões
CNPJ/CPF: 011.020.939-71
Processo: 01400.006909/20-11
SC - Florianópolis
Valor do Apoio R$: 190.980,90
Prazo de Captação: 02/06/2011 a 31/12/2011
Produção de um curta metragem de 15 minutos, em animação através da técnica de computação gráfica 3D, para ser finalizado em película 35mm e cópias em DVD.
11 1214 - O Segredo de Franchaise
V! Produção Audiovisual Ltda.
CNPJ/CPF: 10.574.277/0001-81
Processo: 01400.002374/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 84.681,00
Prazo de Captação: 02/06/2011 a 31/12/2011
Produção de um curta metragem de ficção com 8 minutos, captado e finalizado em digital.
11 2564 - A Inevitável História de Letícia Diniz
MGP PRODUÇÕES LTDA ME
CNPJ/CPF: 10.964.532/0001-00
Processo: 01400.006784/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 104.380,00
Prazo de Captação: 02/06/2011 a 31/12/2011
Produção de um curta metragem de 15 minutos, baseado no livro homônimo de Marcelo Pedreira, sobre um período chave na vida da travesti Letícia Diniz.
11 1844 - Videobrasil On-line - reestruturação e atualização do web-site da Associação Cultural Videobrasil.
Associação Cultural Videobrasil
CNPJ/CPF: 66.515.487/0001-53
Processo: 01400.005477/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 150.370,00
Prazo de Captação: 02/06/2011 a 31/12/2011
Reestruturação e atualização do site visando difundir o acervo da videoarte no campo da arte contemporânea.
11 2563 - TUDO PODE DAR CERTO
Marinho Antunes Cardoso Júnior
CNPJ/CPF: 594.813.826-72
Processo: 01400.006782/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 121.148,00
Prazo de Captação: 02/06/2011 a 31/12/2011
Produção de um média metragem com 30 minutos, que conta a história de dois grandes amigos de classe média de Belo Horizonte, que tem como pivô o aparecimento de Olívia.
11 1217 - Clássicos da Literatura em Animação
Renarthi Eventos e Projetos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 08.863.176/0001-89
Processo: 01400.002378/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 482.200,00
Prazo de Captação: 02/06/2011 a 31/12/2011
Disponibilizar no site criação de animações de 1 minutos, baseadas nos maiores clássicos da literatura.
11 2798 - Navegantes
Sofia Pedreira Federico
CNPJ/CPF: 507.774.085-20
Processo: 01400.007256/20-11
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 78.074,00
Prazo de Captação: 02/06/2011 a 31/12/2011
Produção de um curta metragem de 15 minutos, sobre um fato que emperra a largada da procissão marítima no dia 1ª de janeiro, parando a Bahia no tempo.

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 65, de 31 de maio de 2011, publicada no DO U de 1-6-2011, Seção I, caderno eletrônico, pág. 7.
ONDE SE LÊ:
11 1267 - Festival do Rio 2011
CIMA Centro de Cultura Informação e Meio Ambiente
CNPJ/CPF: 00.468.786/0001-76
Processo: 01400.002454/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 8.188.760,00
Prazo de Captação: 31/05/2011 a 31/12/2011
LEIA-SE:
11 1267 - Festival do Rio 2011
CIMA Centro de Cultura Informação e Meio Ambiente
CNPJ/CPF: 00.468.786/0001-76
Processo: 01400.002454/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 4.094.380,00
Prazo de Captação: 31/05/2011 a 31/12/2011

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.447, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Aplicar à empresa CENTRO NORTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., CNPJ 03.452.209/0001-84, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do art. 14 do Anexo I do Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, com base em motivação exposta na Solução de Sindicância lavrada pelo Secretário de Coordenação e Organização Institucional (SEORI), nas conclusões da Informação nº 144/CONJUR-MD/2009, do Parecer nº 190/CONJUR-MD/2011 e nas provas constantes dos autos do Procedimento nº 60000.161423/2008-92, no qual foi oportunizado o direito ao contraditório e à ampla defesa, e em que ficou comprovada a conduta ilícita da empresa, consubstanciada na apresentação de documentação falsa no Pregão nº 05/2006, realizado no Hospital das Forças Armadas.

NELSON A. JOBIM

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL

ATA DA 6636ª SESSÃO ORDINÁRIA EM 31 DE MAIO DE 2011 (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Exmo. Sr. Juiz Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA, Secretário do Tribunal, o Bacharel MANOEL MACHADO DOS ANJOS.

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO CEZAR BOKEL, SERGIO BEZERRA DE MATOS e NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

23.899/2009 do Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras, 25.263/2010 e 25.267/2010 do Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS

Nº 25.378/2010 - Acidente da navegação envolvendo a lancha "MESTRE MILIQUITA II" e o saveiro "DELEGADO DO MAR", ocorrido próximo ao atracadouro da localidade de Dendezeiro, município de Valença, Bahia, em 22 de fevereiro de 2010.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria. Representados: Gleidson Costa Damascena (Condutor) e Fernando de Jesus Queiroz (Condutor).

Nº 25.249/2010 - Acidente da navegação envolvendo os BM "O REI DAVI" e "LUDOVICO CELANI", ocorrido no porto flutuante do município de Manaus, Amazonas, em 15 de outubro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Representados: Rubens Rocha Brasil (Condutor) e Arquino dos Santos Fernandes (Condutor).

Nº 25.620/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo a LM "PHANTON 385", a ser inscrita, ocorridos na baía norte de Florianópolis, Santa Catarina, em 02 de maio de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Representado: Adilton Boff Cardoso (Condutor).

Nº 23.404/2008 - Acidente da navegação envolvendo o NM "IOANNIS N.K.", de bandeira panamenha, ocorrido na entrada da barra da baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em 11 de janeiro de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria. Representados: Walter Hugo Delgado Cazaux (Comandante) e Claudio Ricardo Moreira Alagão (Prático).

Nº 25.405/2010 - Fato da navegação envolvendo o BM "BIGUÁ" e dois passageiros, ocorrido na represa de Itupararanga, São Paulo, em 20 de setembro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria. Representado: Joaquim Lira Filho (Condutor).

Nº 25.495/2010 - Acidente da navegação envolvendo a embarcação "IRACEMA", durante manobra de atracação no terminal da Serra Morena, localizado no cais do porto de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 13 de junho de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria. Representado: Aires Francisco Macedo (Comandante).

JULGAMENTOS

Nº 23.073/2007 - Acidente da navegação envolvendo o NM "ESPERIA", de bandeira são - vicentina, ocorrido no rio Amazonas, nas proximidades da cidade de Santarém, Pará, em 24 de setembro de 2006.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria. Representados: Kleber Khayat dos Santos Araújo (Prático) e Paulo André Salgado Frias (Prático), Adv. Dr. Ferdinando Gabriel Domingues, Kravchenko Petro (Comandante), Adv. Dr. Marcus Vinícius Rodrigues Lima (DPU/RJ). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, letra "a", da Lei 2.180/54, considerando a arribada injustificada como decorrente de imperícia e negligência de KLEBER KHAYAT DOS SANTOS ARAÚJO e PAULO ANDRÉ SALGADO FRIAS, condenando o primeiro e o segundo à pena de multa de R$ 800,00 (oitocentos reais) cada um e à pena de suspensão por dez dias cada um, de acordo com o art. 121 combinado com o art 124, inciso IX e com o art. 127, da Lei 2.180/54, com a redação dada pela Lei 8.969/94. Exculpar Kravchenko Petro. Custas processuais divididas entre o primeiro e o segundo. O Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos declarou-se impedido por razões de foro íntimo e não votou.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 24.390/2009 - Acidente da navegação envolvendo a LM "TARUANA" e uma banhista, ocorrido na praia de Vale Verde, Fazendinha, Macapá, Amapá, em 03 de agosto de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria. Representados: Ierton Negreiros da Silva (Condutor inabilitado), Adv. Dr. Armando Augusto Guedes Junior (DPU/RJ) e Mario Gutemberg de Albuquerque Cambraia (Proprietário), Adv. Dr. Luiz Otávio de Assis Dias. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a"(colisão), da Lei n° 2.180/54, como decorrente de imprudência e imperícia do primeiro Representado, IERTON NEGREIROS DA SILVA, condutor não habilitado, acolhendo, em parte os termos da Representação da D. Procuradoria Especial da Marinha, e, com fulcro no art. 121, incisos I e VII, e o art. 127, ambos, da Lei n° 2.180/54, considerando as circunstâncias e consequências do acidente, aplicar-lhe a pena de Repreensão, cumulativamente com a pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais). Custas na forma da Lei. Exculpar o segundo Representado, Mário Gutemberg de Albuquerque Cambraia, por não ter ficado provado, acima de qualquer dúvida, o que lhe foi imputado pela D. Procuradoria. Oficiar à Diretoría de Portos e Costas as infrações ao RLESTA, cometidas pelo proprietário da L/M "TARUANA", Mario Gutemberg de Albuquerque Cambraia, apontadas nos autos: art. 16, deixar de efetuar a transferência de propriedade da embarcação, junto à Capitania: art, 17, deixar de marcar no costado da embarcação o nome e porto de inscrição; e art. 19, c/c a Lei n° 8.374/91, por não apresentar o seguro DPEM.

Nº 23.907/2009 - Acidente da navegação envolvendo o Rb "POSSANTE RIO", ocorrido na área do fundeadouro nº 6, na baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em 03 de setembro de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria. Representado: Ricardo Maia de Almeida (Proprietário/Armador) - Revel. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência do Representado, responsabilizando Ricardo Maia de Almeida, condenando-o à pena de multa de R$ 800,00 (oitocentos reais), com fundamento no art. 121, inciso VII e § 5º e art. 124, § 1º, todos da mesma lei. Custas na forma da lei. Eduardo de Souza Francisco teve extinta a punibilidade em razão de óbito.

Às 15h30min os trabalhos foram suspensos, tendo sido reiniciados às 15h35min.

Nº 24.109/2009 - Acidente da navegação envolvendo o Rb "AMY CANDIES", de bandeira americana, e a plataforma "PRIDE SOUTH AMERICA", de bandeira panamenha, na bacia de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, em 26 de março de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria. Representado: Lonnie Belt Júnior (Comandante), Adv. Dr. Leandro Souza de Oliveira. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação consubstanciado pelo art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54 (abalroamento), como decorrente da imprudência do representado LONNIE BELT JUNIOR, condenando-o à pena de repreensão, com base no art. 121, inciso I, da Lei nº 2.180/54 e custas processuais, com as atenuantes do art. 139, incisos II e IV, alínea "d".

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL:

Nº 24.886/2010 - Incidente envolvendo o veleiro "MISTRAL", ocorrido nas proximidades do extremo sul da ilha de Superagui, Paraná, em 02 de abril de 2009.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: arquivar os autos como requerido pela Douta Procuradoria (fls. 85/87), considerando o acidente da navegação, previsto no art. 14, letra "b", da Lei nº 2.180/54, como não apurado com a devida precisão. Oficiar à Diretoria de Portos e Costas, comunicando a infração ao art. 11 (embarcação conduzida por pessoa sem habilitação formal), cometida pelo Sr. Marcelo Rubioli, na condição de proprietário do veleiro "MISTRAL".

Nº 25.052/2010 - Fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "ARENA II" e a balsa "NAVEZON 122", ocorrido no furo da Companhia, próximo à comunidade de Antônio Lemos, município de Breves, Pará, em 06 de agosto de 2008.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: arquivar os autos como requerido pela Douta Procuradoria (fl. 93), considerando o fato da navegação, previsto no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de autoria indeterminada.

Nº 25.108/2010 - Acidente da navegação envolvendo uma embarcação não identificada e o comboio formado pelo Rb "JOSIMA XI" e a balsa "JOSIMA IX", ocorrido no rio Amazonas, durante a travessia de Santana, Amapá, para Belém, Pará, em 07 de julho de 2008.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Auto. Decisão unânime: arquivar os autos como requerido pela Douta Procuradoria (fls. 67/68), considerando o acidente da navegação, previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54.

Nº 25.272/2010 - Fato da navegação envolvendo uma embarcação sem nome, não inscrita, e uma passageira, ocorrido no trajeto entre o rio Pracutuba e a ilha Caviana Grande, Afuá, Pará, no ano de 1995.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: arquivar os autos como requerido pela Douta Procuradoria (fl. 56), considerando o fato da navegação, previsto no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada.

Nº 25.044/2010 - Acidente da navegação envolvendo o BM "RAINHA SOFIA", ocorrido nas proximidades da ilha de Cataguás, na baía da Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em 17 de outubro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "b", (pane ou defeito na embarcação), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa fortuita, acolhendo a promoção por arquivamento da Douta Procuradoria.

Nº 25.083/2010 - Fato da navegação envolvendo o NM "ITABERABA I", em processo de inscrição, e uma pessoa, ocorrido no porto fluvial de Tabatinga, Amazonas, em 14 de março de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (todos os fatos), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de provável negligência da própria vítima fatal, acolhendo a promoção por arquivamento da Douta Procuradoria.

Nº 25.185/2010 - Acidente da navegação envolvendo embarcações não identificadas com dutos submersos da TRANSPETRO, na baía de Guanabara, Rio de Janeiro.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, que teve sua materialidade comprovada, como decorrente de colisões por navios não identificados, acolhendo a promoção por arquivamento da Douta Procuradoria.

Nº 25.197/2010 - Fato da navegação envolvendo um barco a motor não identificado e uma passageira, ocorrido rio Mararu, Gurupá, Pará, em 08 de agosto de 1984.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como equiparado aos casos cujas determinantes não puderam ser apuradas com a devida precisão, mandando arquivar os presentes autos, tendo em vista a ocorrência de sua prescrição, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Esteve presente, pela Procuradoria, o (a) Advogado (a) da União, Dra. Aline Gonzalez Rocha.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, e nada mais havendo a tratar, às 16h08min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretor-Geral da Secretaria.

Tribunal Marítimo, em 31 de maio de 2011.
Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA
Juiz-Presidente

MANOEL MACHADO DOS ANJOS
Secretário

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 733, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 83/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo nº 23000.003529/2007-65, Registro SAPIEnS nº 20060012337, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Credenciar a Faculdade Regional de Timbó, a ser instalada à Rua Blumenau, nº 4.664, bairro Arapongas, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, mantida pela Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda, com sede no Município de Indaial, no Estado de Santa Catarina, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a três anos, a instituição deverá solicitar seu recredenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

DESPACHO DO MINISTRO
Em 3 de junho de 2011

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 83/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade Regional de Timbó, a ser instalada à Rua Blumenau, nº 4.664, bairro Arapongas, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, mantida pela Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda, com sede no Município de Indaial, no Estado de Santa Catarina, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, conforme consta do Processo nº 23000.003529/2007-65, Registro SAPIEnS nº 20060012337.

FERNANDO HADDAD

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 203 de 17/03/2011, publicada no D.O.U. de 23/03/2011, Seção 1, página 08, que trata da homologação do resultado do Concurso Público de Provas e Títulos destinado ao provimento de vagas para o cargo de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, conforme Edital nº 13/2010,

Onde se lê:

Engenharia Mecânica (Perfil 1)			
Sílvio Romero de Barros	7,58	1º	Classificado
Genasil Francisco dos Santos	4,69	2º	Classificado
Vinícius Ribeiro dos Santos de Sá Brito	5,02	3º	Classificado

Leia-se:

Engenharia Mecânica (Perfil 1)			
Sílvio Romero de Barros	7,58	1º	Classificado
Vinícius Ribeiro dos Santos de Sá Brito	5,02	2º	Classificado
Genasil Francisco dos Santos	4,69	3º	Classificado

E, onde se lê: "... Concurso Público de Provas destinado ao provimento de vagas para os cargos da Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação em regime de trabalho de 40 horas semanais, ...";

Leia-se: "...Concurso Público de Provas e Títulos destinado ao provimento de vagas para o cargo de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico na Unidade de Nova Iguaçu, ..."

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 1.227, DE 1º DE JUNHO DE 2011

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO EXERCÍCIO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta dos Processos de nº. 23113.007192/10-11, 23113.009510/10-06, 23113.009511/10-61, 23113.009512/10-23, 23113.009513/10-96, 23113.009514/10-59 e 23113.009516/10-84/Campus de Lagarto; RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, por 01(um) ano, contado a partir de 23/06/2011, o prazo de validade dos Concursos Públicos de Provas e Títulos para Professor Efetivo, Assistente, Nível I, objetos do Edital nº 010/2010, realizados pela Universidade Federal de Sergipe para os Núcleos de Nutrição, Fisioterapia, Enfermagem, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Farmácia e Odontologia do Campus de Lagarto, para as respectivas Matérias de Ensino: Saúde Coletiva, Saúde e Sociedade, Enfermagem Fundamental, Saúde Coletiva, Fonoaudiologia Aplicada, Fisiologia Humana e Farmacologia e Anatomofisiologia, homologados através da Portaria nº 1.398, de 22/06/2010, publicada no D.O.U. em 23/06/2010, seção 1, página 15.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 1.229, DE 1º DE JUNHO DE 2011

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO EXERCÍCIO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.015497/10-16/Departamento de Química/CCET; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, objetivando o preenchimento de vagas para o Cargo de Professor Efetivo, Nível I, conforme Edital nº. 003/2011, publicado no D.O.U. em 01/02/2011, para o Departamento de Química/CCET, cuja Matéria de Ensino, Cargo, Regime de Trabalho, candidatos aprovados e média final estão relacionados na ordem que segue:

Matéria de Ensino: Química I e II e Química Analítica
Cargo: Adjunto
RT: Dedicação Exclusiva
1º lugar: Lisiane dos Santos Freitas - 79,52
2º lugar: Roseli Fernandes Gennari - 74,63
3º lugar: Sandro José de Andrade - 67,00
4º lugar: Tatiane de Andrade Maranhão - 63,27
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

PORTARIA Nº 436, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL E EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ, nomeado através da Portaria nº 041-MEC-DOU de 08.01.2009, de acordo com a Lei nº 11.892 de 29/12/2008, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº 23051.005577/2011-79,

Art. 1º - PRORROGAR, por igual período, o Edital nº 024/2010, de 01/06/2010, publicado no DOU em 04/06/2010, que homologa o resultado do Concurso Público para Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - Campus Rural de Marabá, em conformidade com o Edital nº 24/2010, de 08/04/2010, publicado no DOU em 09/04/2010, tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.944/2009.

EDSON ARY DE OLIVEIRA FONTES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 1.249, DE 30 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria nº 249, de 17 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2011, seção 02, página 02, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: o Art. 214 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, o Decreto nº. 6.170, de 25 de julho de 2007 e alterações posteriores, a Lei nº. 12.381, de 09 de fevereiro de 2011, Portaria Interministerial nº. 127 e alterações posteriores, a Lei nº. 12.309, de 09 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ação 8551 - Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, para fins de apoio às Instituições relacionadas no anexo, obedecendo à seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.364.1073.8551.0001 - Complementação para o Funcionamento das Entidades de Ensino Superior Federais.

PTRES: 001753

Art. 2º - A transferência orçamentária será efetuada em parcela única e o recurso financeiro repassado, de forma condicionada, no momento da transferência, à liquidação da despesa no SIAFI pela Instituição, de acordo com o estabelecido no Decreto nº. 7.446, de 01 de março de 2011.

Parágrafo Único - o saldo dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, deverá ser devolvido a Secretaria de Educação Superior, no exercício financeiro de 2011.

Art. 3º - O monitoramento da execução, referente à ação 8551 - Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, será realizado pela Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior -DIFES/SESu.

Art. 4º - Os créditos descentralizados por destaque integrarão as prestações de contas anuais das IFES, a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo nos termos da legislação vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

ANEXO

PORTARIA Nº. 1249, DE 30 DE MAIO DE 2011.
ANEXO I - DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO DA AÇÃO 8551 - APOIO

Instituição Beneficiada	Processo nº.	Objeto	Valor Total R$	Fonte	Nota de Crédito
Fundação Universidade Federal do Vale São Francisco.	23000.006156/2011-61	Apoio Financeiro Destinado a aquisição de equipamentos e material de consumo.	1.500.000,00	0112915002	2011NC000860
Universidade Federal do Tocantins	23000.005255/2011-25	Apoio Financeiro para viabilizar o funcionamento de curso de medicina.	973.000,00	0112915002	2011NC000859
Universidade Federal de Roraima	23000.004669/2011-37	Apoio Financeiro para o funcionamento de curso de medicina	814.000,00	0112915002	2011NC000862
Fundação Universidade Federal do Amapá	23000.005217/2011-72	Apoio Financeiro destinado a aquisição de equipamentos, material permanentes.	400.000,00	0112915002	2011NC000861

PORTARIA Nº 1.250, DE 30 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria nº 249, de 17 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2011, seção 02, página 02, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: o Art. 214 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, o Decreto nº. 6.170, de 25 de julho de 2007 e alterações posteriores, a Lei nº. 12.381, de 09 de fevereiro de 2011, Portaria Interministerial nº. 127 e alterações posteriores, a Lei nº. 12.309, de 09 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ação 6379 - Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais, obedecendo à seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.302.1073.6379.0000 - Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais - Nacional

PTRES: 001763

Fonte: 0112.915.002

Art. 2º - A transferência orçamentária será efetuada em parcela única e o recurso financeiro repassado, de forma condicionada, no momento da transferência, à liquidação da despesa no SIAFI pela Instituição, de acordo com o estabelecido no Decreto nº. 7.094, de 03 de fevereiro de 2010 e Decreto nº. 7.144 de 30 de março de 2010.

Parágrafo Único - o saldo dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, deverá ser devolvido a Secretaria de Educação Superior, no exercício financeiro de 2011.

Art. 3º - O monitoramento da execução, referente à ação 6379 - Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais, será realizado pela Diretoria de Hospitais e Residências - DHR/SESu.

Art. 4º - Os créditos descentralizados por destaque integrarão as prestações de contas anuais das IFES, a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo nos termos da legislação vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

ANEXO I

Apoio aos Hospitais Universitários

Unidade	Processo nº	Valor Total	Fonte	Nota de Crédito
Hospital das Clinicas de Porto Alegre	23000.004737/2011-68	R$1.100.000,00	0112915002	2011NC000871
Hospital das Clinicas de Porto Alegre	23000.004736/2011-13	R$4.108.922,00	0112915002	2011NC000863

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 489, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O Pró-Reitor de Desenvolvimento de Pessoas, no uso das atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência n° 448, de 17/05/2011, resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor da Carreira do Magistério Superior desta Universidade, para exercício na cidade de Salvador e de Vitória da Conquista, conforme Edital n° 06/2010, publicado no DOU de 23/12/2010.

Unidade: FACULDADE DE FARMÁCIA
Departamento: MEDICAMENTO
Área de Conhecimento: QUÍMICA FARMACÊUTICA
Vagas: 1
Classe: ADJUNTO
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.019783/11-16
1º RAFAELA SALGADO FERREIRA
2º SAMUEL SILVA DA ROCHA PITA

Unidade: FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA
Departamento: MEDICINA INTERNA E DE APOIO DIAGNÓSTICO
Área de Conhecimento: MED-B29 GERIATRIA (MÓDULO IV) (com ênfase em atenção primária à saúde)
Vagas: 1
Classe: AUXILIAR
Regime de Trabalho: 20 Horas
Processo: 23066.011857/11-59
1º MANUELA OLIVEIRA DE CERQUEIRA MAGALHAES
2º CHRISTIANE MACHADO SANTANA
3º JULIETA MARIA CARDOSO PALMEIRA
4º MARIANNI BARROS DA CUNHA
Departamento: MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL
Área de Conhecimento: MED-B-10/MED-B19 MÓDULO DE MEDICINA SOCIAL (com ênfase em atenção primária à saúde)
Vagas: 1
Classe: ASSISTENTE
Regime de Trabalho: 20 Horas
Processo: 23066.014365/11-61
1º ANA ANGELICA MARTINS DA TRINDADE
Unidade: INSTITUTO DE LETRAS
Departamento: LETRAS VERNÁCULAS
Área de Conhecimento: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)
Vagas: 1
Classe: AUXILIAR
Regime de Trabalho: 20 Horas
Processo: 23066.021161/11-31
1º LETICIA DE SOUZA MAGALHAES DAMASCENO
2º NANCI ARAUJO BENTO

ANTÔNIO EDUARDO MOTA PORTELA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CUNI Nº 1.251, publicada no D.O.U. de 02/06/2011, Seção 1, página 51, que trata da homologação do resultado final do Concurso Público para Servidores Técnico-Administrativos em Educação de que trata o Edital PROAD nº 167, realizado para o cargo de Psicólogo onde se lê: "

"CAMPI: **OURO PRETO/MARIANA"**

leia-se:

"CAMPUS: **JOÃO MONLEVADE"**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 60, DE 31 DE MAIO DE 2011

A Reitora em exercício da Universidade Federal do Rio Grande do Norte faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das Atribuições que lhe Confere o Artigo 17, Inciso XII, do Estatuto e considerando os Termos do Edital Nº 025/2010-PRH, resolve homologar o resultado do concurso público de provas e títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Departamento	Área	Classe/RT	Classif.	Nome	Média
DEPARTAMENTO DE GEOLOGIA	Geologia de Terrenos Sedimentares	Adjunto/DE	1º lugar	DÉBORA DO CARMO SOUSA	7,75
			2º lugar	Maria Osvalneide Lucena Sousa	7,38
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA TÊXTIL	Design de Moda e Estilismo	Adjunto/DE	1º lugar	NEIL DE OLIVEIRA LIMA FILHO	8,67

MARIA DE FÁTIMA FREIRE DE MELO XIMENES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 441, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no art. 12 da Portaria n° 450, de 06 de novembro de 2002, do Processo 23080.009745/2010-77 e do item 13.3 do Edital do Concurso, resolve:

prorrogar por 12 meses, a partir de 30 de junho de 2011, o prazo de validade do concurso público do Departamento de Sociologia e Ciência Política, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Campo de Conhecimento: Sociologia, objeto do Edital n° 20/DDPP/2010 de 20/04/2010, homologado pela Portaria n° 639/DDPP/2010, publicada no Diário Oficial da União de 30/06/2010.

CLESAR LUIZ LOCH

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 1.150, DE 1º DE JUNHO DE 2011

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

PRORROGAR, por mais 01 (um) ano o prazo de validade do edital de Concurso Público regido pelo Edital nº 029/2010 realizado pela Escola de Educação Básica/ESEBA nas áreas descritas abaixo;

Língua Estrangeira-Inglês, cujo edital de homologação do resultado nº 064 foi publicado no Diário Oficial na União em 21 de junho de 2010, página 75, seção 3;

Psicologia Escolar e/ou Psicopedagogia, cujo edital de homologação do resultado nº 082 foi publicado no Diário Oficial na União em 25 de junho de 2010, página 66, seção 3;

História, cujo edital de homologação do resultado nº 093 foi publicado no Diário Oficial na União em 29 de junho de 2010, página 62, seção 3;

Língua Portuguesa, cujo edital de homologação do resultado nº 095 foi publicado no Diário Oficial na União em 30 de junho de 2010, página 199, seção 3;

Matemática, cujo edital de homologação do resultado nº 096 foi publicado no Diário Oficial na União em 30 de junho de 2010, página 199, seção 3;

Geografia cujo edital de homologação do resultado nº 097 foi publicado no Diário Oficial na União em 30 de junho de 2010, página 199, seção 3;

Artes, Sub-áreas: Artes Cênicas e Música cujo edital de homologação do resultado nº 098 foi publicado no Diário Oficial na União em 30 de junho de 2010, página 199, seção 3;

Educação Física, cujo edital de homologação do resultado nº 099 foi publicado no Diário Oficial na União em 30 de junho de 2010, página 199, seção 3;

Filosofia, cujo edital de homologação do resultado nº 100 foi publicado no Diário Oficial na União em 30 de junho de 2010, página 199, seção 3;

Alfabetização Inicial, cujo edital de homologação do resultado nº 101 foi publicado no Diário Oficial na União em 30 de junho de 2010, página 199, seção 3;

Educação Especial, cujo edital de homologação do resultado nº 102 foi publicado no Diário Oficial na União em 30 de junho de 2010, página 199, seção 3;

Educação Infantil, cujo edital de homologação do resultado nº 103 foi publicado no Diário Oficial na União em 30 de junho de 2010, página 199, seção 3;

Esta Portaria entra em vigor nesta data.

SINÉSIO GOMIDE JÚNIOR

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 2 de junho de 2011

PROCESSO Nº : 17944.000144/2011-70.
INTERESSADOS: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Estado do Rio Grande do Sul.
ASSUNTO: Contrato de Garantia, a ser firmado entre a União, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Estado do Rio Grande do Sul; e Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito, em Contragarantia, a ser celebrado entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul, com a interveniência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - BANRISUL e do Banco do Brasil S/A.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e com fundamento na Portaria MF Nº 276, de 23.10.97, em caráter excepcional autorizo as contratações mediante o cumprimento das exigências legais.

GUIDO MANTEGA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.162, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Altera a Instrução Normativa RFB Nº 1.155, de 13 de maio de 2011, que dispõe sobre procedimentos e medidas de controle referentes à exportação de cigarros.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 273, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 46 da Lei Nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, no Decreto-Lei Nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, no art. 16 da Lei Nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e nos arts. 284, 322 e 343 a 345 do Decreto Nº 7.212, de 15 de junho de 2010, Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi), resolve:

Art. 1º O art. 2º da Instrução Normativa RFB Nº 1.155, de 13 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Os cigarros destinados à exportação não poderão ser vendidos nem expostos à venda no Brasil e deverão ser marcados, nas embalagens maço ou rígida de cada carteira, pelo Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (Scorpios), de que trata a Instrução Normativa RFB Nº 769, de 21 de agosto de 2007.

§ 1º A marcação de que trata o caput será efetuada com códigos na face lateral inferior das embalagens, maço ou rígida, das carteiras de cigarros, de forma a possibilitar a identificação de sua legítima origem e a reprimir a introdução clandestina desses produtos no território nacional.

§ 2º Os pacotes de cigarros destinados à exportação também deverão ser marcados pelo Scorpios com códigos que possibilitem a verificação agregada dos códigos individuais aplicados nas carteiras de cigarros ali inseridas.

.....

§ 5º As carteiras de cigarros destinadas à exportação deverão conter também código de barras impresso que identifique, no mínimo, o fabricante, a marca comercial, o tipo de embalagem e o país de destino, observando-se, ainda, as disposições contidas no art. 10 da Instrução Normativa RFB Nº 769, de 2007." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.163, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Altera a Instrução Normativa RFB Nº 769, de 21 de agosto de 2007, que dispõe sobre a instalação de equipamentos contadores de produção nos estabelecimentos industriais fabricantes de cigarros.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 273, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no Decreto-Lei Nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, no art. 16 da Lei Nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, nos arts. 27 a 30 da Lei Nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no parágrafo único do art. 5º da Lei Nº 12.402, de 2 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º O art. 11 da Instrução Normativa RFB Nº 769, de 21 de agosto de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. .....

.....

§ 2º .....

I - a área do local de aplicação do selo de controle deverá ser preferencialmente de uma única cor, sendo vedado qualquer outro tipo de impressão ou marcação que prejudique o normal funcionamento do Scorpios;

....." (NR)

Art. 2º A Instrução Normativa RFB Nº 769, de 2007, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 19-A:

"Art. 19-A. Os estabelecimentos industriais fabricantes de cigarrilhas classificadas no código 2402.10.00 da Tipi ficam sujeitos às disposições contidas nesta Instrução Normativa a partir de 1º de setembro de 2011."

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 20 DE MAIO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF Nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo Nº 10111.000456/2011-37 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto Nº 6.759, de 05/02/2009, DECLARA: face ao pagamento dos tributos, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca HONDA, modelo PILOT, cor preta, ano 2004, chassi 2HKYF18664H550151, desembaraçado através da Declaração de Importação Nº 08/1264622-8, de 16/08/2008, pela Alfândega do Porto de Santos - SP, de propriedade de AMY LYNN CHRISTIANSON, CPF 749.227.851-91, para FELIPE BITTENCOURT BEZERRA CAVALCANTI, CPF. 765.645.331-87.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 20 DE MAIO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF Nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo n º 10111.720107/2011-35 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Decreto Nº 6.759, de 05/02/2009, DECLARA: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca BMW, modelo 320i Sedan, ano 2007, cor prata, chassi WBAVG71018A051101, desembaraçado pela Declaração de Importação Nº 08/0304897-6, de 27.02.2008, pela Alfândega do Porto de Santos, de propriedade do Sr. César Augusto de Las Casas Diaz, CPF 745.845.371-00.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 79, DE 26 DE MAIO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF Nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo n º 10111.720145/2011-98 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto Nº 6.759, de 05/02/2009, DECLARA: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado para fins de transferência de propriedade o veículo marca FORD, modelo ESCAPE XLS, ano 2007, cor prata, chassi 1FMCU02Z68KC89913, desembaraçado pela Declaração de Importação Nº 08/0533031-8, de 11/04/2008, registrada na Alfândega do Porto do Rio de Janeiro, RJ, de propriedade da Sra. TARA ELIZABETH VERDONK ROUGLE, CPF 747.848.201-59, para o Sr. PAULO DE TARSO LUDOVICO VALADARES RIBONDI, CPF 066.414.151-04.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 83, DE 26 DE MAIO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º, da Instrução Normativa SRF Nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo Nº 10111.000452/2011-59 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto Nº 6.759, de 05/02/2009, DECLARA: face ao pagamento dos tributos, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca HONDA, modelo PILOT, cor CINZA, ano 2008, chassi 5FNYF48589B014882, desembaraçado por meio da Declaração de Importação Nº 08/1713165-0, de 29/10/2008, pela Alfândega do Porto do Rio de Janeiro - RJ, de propriedade de PAUL JOHN ECHANIZ CPF 749.656.891-00, para VICTOR NEVES FEITOSA CAMPOS CPF 634.451.403-59.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 2 DE JUNHO DE 2011

Exclusão de Ofício de empresa do regime Simples Federal e Simples Nacional no exercício 2007.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Marabá-PA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 295, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com base no inciso II, do artigo 9º, no inciso II, alínea "a" do artigo 13º, da Lei número 9.317, de 05 de dezembro de 1996 e alterações posteriores, nos artigos 3º, 28º e 29º da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelas Resoluções CGSN Nº 04 e 15/2007, declara:

Art. 1º. A empresa abaixo fica excluída do regime Simples Federal, com efeitos retroativos ao período de 01/01/2007 a 30/06/2007 e do Simples Nacional, com efeitos retroativos ao período de 01/07/2007 a 31/12/2007, tendo em vista que o procedimento de fiscalização autorizado pelo Mandado de Procedimento Fiscal - MPF Nº 02.1.03.00-2010-000044-1 - DRF/MARABÁ apurou excesso de Receita Bruta Anual no ano calendário de 2006, excedendo o limite de R$2.400.000,00 anuais para empresa de Pequeno Porte, de acordo com o previsto inciso II, do artigo 9º, no inciso II, alínea "a" do artigo 13º, da Lei número 9.317, de 05 de dezembro de 1996 e alterações posteriores, nos artigos 3º, 28º e 29º da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelas Resoluções CGSN Nº 04 e 15/2007 e no que consta do processo administrativo Digital Nº 10218.720094/2011-14, a saber:

Empresa: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS SANTA MARTA LTDA

CNPJ: 03.835.343/0001-64.

Endereço: Avenida Tocantins, número 658, Sala A, Novo Horizonte, MARABÁ-PA, CEP 68503-660.

Art. 2º. Poderá o contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste, manifestar por escrito sua inconformidade relativamente ao procedimento acima, junto a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Belém/PA, assegurados o contraditório e ampla defesa, observada a legislação relativa ao Processo Administrativo Fiscal da União, de que trata o Decreto No- 70.235, de 6 de março de 1972 e alterações posteriores.

Art. 3º. Não havendo manifestação no prazo indicado no artigo anterior, a exclusão tornar-se á definitiva.

MAX WELLS DE CARVALHO RAMOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Exclusão de Ofício de empresa do regime Simples Federal e Simples Nacional no exercício 2007.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Marabá-PA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 295, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com base no inciso II, do artigo 9º, no inciso II, alínea "a" do artigo 13º, da Lei número 9.317, de 05 de dezembro de 1996 e alterações posteriores, nos artigos 3º, 28º e 29º da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelas Resoluções CGSN Nº 04 e 15/2007, declara:

Art. 1º. A empresa abaixo fica excluída do regime Simples Federal, com efeitos retroativos ao período de 01/01/2007 a 30/06/2007 e do Simples Nacional, com efeitos retroativos ao período de 01/07/2007 a 31/12/2007, tendo em vista que o procedimento de fiscalização autorizado pelo Mandado de Procedimento Fiscal - MPF Nº 02.1.03.00-2010-000045-0 - DRF/MARABÁ apurou excesso de Receita Bruta Anual no ano calendário de 2006, excedendo o limite de R$2.400.000,00 anuais para empresa de Pequeno Porte, de acordo com o previsto inciso II, do artigo 9º, no inciso II, alínea "a" do artigo 13º, da Lei número 9.317, de 05 de dezembro de 1996 e alterações posteriores, nos artigos 3º, 28º e 29º da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelas Resoluções CGSN Nº 04 e 15/2007 e no que consta do processo administrativo digital Nº 10218.720104/2011-11, a saber:

Empresa: DISTRIBUIDORA SANTA MATILDE LTDA

CNPJ: 83.316.851/0001-75.

Endereço: Folha 31, Quadra 01, Lote 14, Sala 11-A, Nova Marabá, Marabá-PA, CEP 68507-610.

Art. 2º. Poderá o contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste, manifestar por escrito sua inconformidade relativamente ao procedimento acima, junto a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Belém/PA, assegurados o contraditório e ampla defesa, observada a legislação relativa ao Processo Administrativo Fiscal da União, de que trata o Decreto Nº 70.235, de 6 de março de 1972 e alterações posteriores.

Art. 3º. Não havendo manifestação no prazo indicado no artigo anterior, a exclusão tornar-se á definitiva.

MAX WELLS DE CARVALHO RAMOS

3ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 4 DE MAIO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE FORTALEZA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal (RFB), aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o que dispõem o §1º do art. 81 da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e o inciso IV do artigo 29 c/c parágrafo único do art. 41 da então vigente Instrução Normativa SRF Nº 200, de 13 de setembro de 2002, atualmente regidos pelo inciso III do art. 39 c/c §2º do art. 42 da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, e, ainda, o que consta do processo administrativo Nº 10380.100095/2005-18 declara:

Art. 1º Inapta a inscrição, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa FIX IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. - CNPJ Nº 63.385.082/0001-50 - por não haver logrado comprovar a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência dos recursos empregados em suas operações de comércio exterior, ocorridas no período de 12 de setembro de 2002 a 18 de maio de 2005.

Art. 2º São considerados inidôneos os documentos emitidos pela pessoa jurídica referida no art. 1º a partir de 12 de setembro de 2002, nos termos do inciso V do §3º do art. 43 da IN SRF Nº 200/2002, hoje estabelecido no inciso II do §3º do art. 45 da In RFB Nº 1.005/2010.

Art. 3º Sem prejuízo de outras sanções legais, a pessoa jurídica declarada inapta por este ADE, com o correspondente registro no sistema CNPJ, será incluída no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais (CADIN), de acordo com o que determina a alínea "b" do inciso II do art. 2º da Lei Nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e disciplina o inciso I do art. 42 da IN SRF 200/2002, atualmente tratado no inciso I do art. 44 da IN RFB 1.005/2010.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER COSTA DA ROCHA

4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PARNAMIRIM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2011

O Inspetor-Chefe da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Parnamirim/RN, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 5º da Instrução Normativa DpRF Nº 109, de 02/10/1992 e com fundamento no parágrafo 3º do artigo 810 do Decreto Nº 6.759/2009, de 05/02/2009, com a nova redação dada pelo Decreto Nº 7.213/2010, e no artigo 220 combinado com o artigo 221 da Portaria MF Nº 587, de 21/12/2010, DECLARA:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro as seguintes inscrições:

Nº REGISTRO	NOME	CPF	PROCESSO Nº
4.A.0474	MARCOS VINICIUS SILVA SILVESTRE	011.307.104-32	10469.721892/2011-01
4.A.0483	GRACE KELLY LULA DE MOURA	014.791.385-33	10469.722005/2011-12
4.A.0484	DRIELE CENDON TRINDADE	053.098.844-59	10469.722282/2011-17
4.A.0485	JANAINA LUCENA DE SOUZA	050.843.474-27	10469.722384/2011-32

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE LUIZ DA COSTA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 62, DE 2 DE JUNHO DE 2011

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no REGIME ESPECIAL DE INCENTIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE/PE, no uso das atribuições que lhe confere art.295, inciso VI, da Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e considerando o disposto na Lei Nº 11.488, de 15/06/2007, no Decreto Nº 6.144, de 03/07/2007, e na Instrução Normativa RFB Nº 758, de 25/07/2007, declara:

Art. 1º. HABILITADA a operar como beneficiária do Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), a empresa SETE GAMELEIRAS S/A - CNPJ Nº 12.710.327/0001-36, sita à Av. Engenheiro Domingos Ferreira, 2589 Andar 3 Parte - Boa Viagem - Recife/PE - CEP 51020-031, na forma da Instrução Normativa RFB Nº 758, de 25/07/2007, conforme Portaria Nº 183, de 29/03/2011 do Ministério de Minas e Energia, constante do processo administrativo fiscal Nº 19647.002384/2011-99.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos contado da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura. (Lei Nº 11.488/2007, art. 5º)

Art. 3º. A referida habilitação é específica para o projeto de Central Geradora de Energia Eólica denominada EOL SETE GAMELEIRAS, com potência instalada de 28.800 kW no município de Sento Sé/BA, conforme detalhes especificados no Anexo I da Portaria MME Nº 183, de 29 de março de 2011

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO WANDERLEY REGUEIRA FILHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 63, DE 2 DE JUNHO DE 2011

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no REGIME ESPECIAL DE INCENTIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE/PE, no uso das atribuições que lhe confere art.295, inciso VI, da Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e considerando o disposto na Lei Nº 11.488, de 15/06/2007, no Decreto Nº 6.144, de 03/07/2007, e na Instrução Normativa RFB Nº 758, de 25/07/2007, declara:

Art. 1º. HABILITADA a operar como beneficiária do Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), a empresa GESTAMP EOLICATEC SOBRADINHO S/A - CNPJ Nº 12.684.715/0001-90, sita à Rua do Bom Jesus, 183 Sala 101-A - Recife Antigo - Recife/PE - CEP 50030-170, na forma da Instrução Normativa RFB Nº 758, de 25/07/2007, conforme Portaria Nº 207, de 01/04/2011 do Ministério de Minas e Energia, constante do processo administrativo fiscal Nº 19647.002640/2011-48.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos contado da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura. (Lei Nº 11.488/2007, art. 5º)

Art. 3º. A referida habilitação é específica para o projeto de Central Geradora de Energia Eólica denominada EOL PEDRA DO REINO III, com potência instalada de 18.000 kW no município de Sobradinho/BA, conforme detalhes especificados no Anexo I da Portaria MME Nº 207, de 1º de abril de 2011.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO WANDERLEY REGUEIRA FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 64, DE 2 DE JUNHO DE 2011

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no REGIME ESPECIAL DE INCENTIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE/PE, no uso das atribuições que lhe confere art.295, inciso VI, da Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e considerando o disposto na Lei Nº 11.488, de 15/06/2007, no Decreto Nº 6.144, de 03/07/2007, e na Instrução Normativa RFB Nº 758, de 25/07/2007, declara:

Art. 1º. HABILITADA a operar como beneficiária do Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), a empresa PEDRA BRANCA S/A - CNPJ Nº 12.709.996/0001-98, sita à Av. Engenheiro Domingos Ferreira, 2160 - Andar 2 - Sala 207, 208 e 209 parte - Boa Viagem - Recife/PE- CEP 51111-020, na forma da Instrução Normativa RFB Nº 758, de 25/07/2007, conforme Portaria Nº 194, de 29/03/2011 do Ministério de Minas e Energia, constante do processo administrativo fiscal Nº 19647.002383/2011-44.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos contado da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura. (Lei Nº 11.488/2007, art. 5º)

Art. 3º. A referida habilitação é específica para o projeto de Central Geradora de Energia Eólica denominada EOL PEDRA BRANCA, com potência instalada de 28.800 kW no município de Sento Sé/BA, conforme detalhes especificados no Anexo I da Portaria MME Nº 194, de 29 de março de 2011.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO WANDERLEY REGUEIRA FILHO

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo Nº 05, de 08 de abril de 2011, publicado no DOU de 12 de abril de 2011, Seção 1, página 17, onde se lê:

"incluir no Registro de Despachante Aduaneiro, inscrição Nº 4D.0.393¨, leia-se:

"Incluir no Registro de Despachante Aduaneiro, inscrição Nº 4D.0.347."

Onde se lê:

"Excluir no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro, Inscrição Nº 4A.0.347", leia-se:

"Excluir do Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro, Inscrição Nº 4A.0.393."

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 2 DE JUNHO DE 2011

Atualiza a empresa abaixo no Registro Especial dos estabelecimentos produtores de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM POÇOS DE CALDAS/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 285 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), aprovado pela Portaria MF Nº 125, de 04 de março de 2009, e de acordo com o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa SRF Nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º Acrescenta e atualiza no Registro Especial, sob o Nº 06112/050 novos produtos da empresa VINICOLA BELOTO LTDA. CNPJ n. 16.729.469/0001-04, Processo de Nº 12963.000689/2010-53, estabelecida na chácara Santa Clara, Bairro Jaguary, CEP 37.795-000 , Município de Andradas, Produtor de bebidas alcoólicas da marca comercial BELOTO a saber: Vinho Tinto de Mesa Seco Folha de Figo, Vinho Branco de Mesa Suave, Vinho Rosado de Mesa Suave e Vinho Branco Licoroso Doce, a serem comercializados em recipientes de 740ml, 750 ml, 870 ml, 2 litros e garrafão de 4,5 litros; Vinho Tinto de Mesa Seco Jacques e Vinho Tinto de Mesa Suave em recipientes de 740 ml, 750 ml, 870 ml, 900 ml, 2 litros e garrafão de 4,5 litros e Vinho Branco de Mesa Seco em recipientes de 740 ml, 870 ml, 2 litros e garrafão de 4,5 litros, todos não retornáveis. Produtos novos: Marca COLONIA: Vinho tinto de mesa seco a ser comercializado em recipientes de 740 ml, 750 ml, 870 ml, 900 ml e 4500 ml não retornáveis e 870 ml e 4500 ml retornáveis; Marca Comercial BELOTO: Cooler Pêssego a ser comercializado em recipientes de 870 ml, 2.000 ml e 4.500 ml, não retornáveis e Jeropiga a ser comercializada em recipientes de 300 ml e 4.500 ml não retornáveis e 900 ml retornável.

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa SRF Nº 504 de 03 de fevereiro de 2005, alterada pelas IN Nº 782 de 9/11/2007 e IN Nº 824 de 20/02/2008 sob pena de suspensão ou cancelamento desta inscrição. Esclareça-se que o registro acima concedido não alcança qualquer outro estabelecimento da empresa descrita.

Art. 2º Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo 023 de 15 de julho de 2010.

LUIZ GONZAGA VENTURA LEITE JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 2 DE JUNHO DE 2011

Atualiza a empresa abaixo no Registro Especial dos estabelecimentos engarrafadores de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM POÇOS DE CALDAS/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 285 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), aprovado pela Portaria MF Nº 125, de 04 de março de 2009, e de acordo com o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa SRF Nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º Acrescenta e atualiza no Registro Especial, sob o Nº 06112/051 novos produtos da empresa VINICOLA BELOTO LTDA. CNPJ n. 16.729.469/0001-04, Processo de Nº 12963.000689/2010-53, estabelecida na chácara Santa Clara, Bairro Jaguary, CEP 37.795-000 , Município de Andradas, Engarrafador de bebidas alcoólicas da marca comercial BELOTO a saber: Vinho Tinto de Mesa Seco Folha de Figo, Vinho Branco de Mesa Suave, Vinho Rosado de Mesa Suave e Vinho Branco Licoroso Doce, a serem comercializados em recipientes de 740ml, 750 ml, 870 ml, 2 litros e garrafão de 4,5 litros; Vinho Tinto de Mesa Seco Jacques e Vinho Tinto de Mesa Suave em recipientes de 740 ml, 750 ml, 870 ml, 900 ml, 2 litros e garrafão de 4,5 litros e Vinho Branco de Mesa Seco em recipientes de 740 ml, 870 ml, 2 litros e garrafão de 4,5 litros, todos não retornáveis. Produtos novos: Marca COLONIA: Vinho tinto de mesa seco a ser comercializado em recipientes de 740 ml, 750 ml, 870 ml, 900 ml e 4500 ml não retornáveis e 870 ml e 4500 ml retornáveis; Marca Comercial BELOTO: Cooler Pêssego a ser comercializado em recipientes de 870 ml, 2.000 ml e 4.500 ml, não retornáveis e Jeropiga a ser comercializada em recipientes de 300 ml e 4.500 ml não retornáveis e 900 ml retornável.

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa SRF Nº 504 de 03 de fevereiro de 2005, alterada pelas IN Nº 782 de 9/11/2007 e IN Nº 824 de 20/02/2008 sob pena de suspensão ou cancelamento desta inscrição. Esclareça-se que o registro acima concedido não alcança qualquer outro estabelecimento da empresa descrita.

Art. 2º Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo 024 de 15 de julho de 2010.

LUIZ GONZAGA VENTURA LEITE JUNIOR

7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 70, DE 31 DE MAIO DE 2011

Declara a inaptidão da inscrição da sociedade perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 125, de 04 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 06 de março de 2009, com base nos artigos 81 e 82 da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e nas disposições contidas na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil Nº 1005, de 08 de fevereiro de 2010, resolve:

Art. 1º - Tornar inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da sociedade TRANSPORTES ORIENTAL S A, CNPJ Nº 33.008.871/0001-00, conforme artigo 39, inciso II, da Instrução Normativa RFB Nº 1005, de 2010.

A presente declaração de inaptidão baseia-se na falta de regularização cadastral e no não atendimento à intimação constante do Edital Nº 246, de 22 de dezembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União, de 24 de dezembro de 2010, página 92, Seção 3, constatando-se a inexistência de fato do contribuinte, e a sua não localização no endereço constante do cadastro de CNPJ desta RFB, de acordo com o art. 39, inciso II, da Instrução Normativa RFB Nº 1005, de 2010, e em conformidade com os registros contidos no processo administrativo Nº 11052.001229/2010-52.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 167, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 Nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB Nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pela IN RFB Nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo relacionado no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB Nº 844/2008, a empresa SOLSTAD OFFSHORE LTDA., na execução do contrato especificado no Anexo, até o termo final fixado no mesmo, atuando por meio de seu estabelecimento habilitado, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB Nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 Nº 162 de 26 de maio de 2011, publicado no D.O.U. de 30 de maio de 2011.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

Processo Nº 10768.004273/2010-95				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.708.419/0001-56	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei Nº 9.478/97, no âmbito da exploração e da produção.	2050.0059276.10.2 Normand Borg	04.07.2014
Processo Nº 10768.000953/2011-11				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.708.419/0001-56	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei Nº 9.478/97,	2050.0055790.09.2 NORMAN VIBRAN	05/01/2013

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 10768.000954/2011-65				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.708.419/0001-56	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei Nº 9.478/97,	2050.0055792.09.2 NORMAN TRYM	05/01/2013
Processo Nº 10768.000955/2011-18				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.708.419/0001-56	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei Nº 9.478/97,	2050.0057429.10.2 NOR SUN	28/04/2013
Processo Nº 10768.001026/2011-18				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.708.419/0001-56	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei Nº 9.478/97,	2050.0065883.11.2 (Afret. Internacional) 2050.0065884.11.2 (prestação de serviços) NORMAND VESTER	27/03/2014

Processo Nº 10768.001277/2011-01				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.708.419/0001-56	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei Nº 9.478/97, no âmbito da exploração e da produção.	Afretamento 2050.0030633.07.2 NORMAND TITAN	03/05/2012
Processo Nº 10768.001276/2011-58				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.708.419/0001-56	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei Nº 9.478/97.	2050.0049188.09.2 (Afret. Internacional) 2050.0049189.09.2 (prestação de serviços) NORMAND DROTT	14/05/2013
Processo Nº 10768.001591/2011-85				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.708.419/0001-56	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei Nº 9.478/97, no âmbito da exploração e da produção.	2050.0066106.11.2 (afretamento) NORMAND MARINER 2050.0066107.11.2. (prestação serviços)	15/05/2015
Processo Nº 10768.001592/2011-20				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.708.419/0001-56	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei Nº 9.478/97, no âmbito da exploração e da produção.	2050.0066108.11.2 (afretamento) NORMAND MASTER 2050.0066109.11.2 (prestação serviços)	15/05/2015

8ª REGIÃO FISCAL

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo SRRF/8ªRF Nº 21, de 08/05/2007, publicado no D.O.U. de 01/06/2007, Seção 1, págs. 20 e 21, onde se lê:

8D.04.954	MARIA HELENA DE OLIVEIRA GOMES	041.263.488-08	10814.013567/06-29

leia-se:

8D.04.954	MARIA HELENA DE OLIVEIRA	041.263.488-08	10814.013567/06-29

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Cancela, de ofício inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo Nº 10882.002458/2010-59, resolve:

Cancelar, de ofício, com fundamento no inciso I, do artigo 30 e artigo 31, da IN-RFB Nº 1042, de 10 de junho de 2010, a inscrição do CPF Nº 012.484.828-16, em nome do contribuinte JANE NEIDE DE SOUZA DOS SANTOS, em função da multiplicidade do número de inscrição para o mesmo contribuinte, mantendo-se em vigor a inscrição de Nº 679.878.506-91.

DIRCEU ALVES DA LOUZA

DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 58, DE 1º DE JUNHO DE 2011

A Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal, com base no disposto no artigo 12 da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, combinado com o disposto no artigo 217 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, do senhor Ministro de Estado da Fazenda Interino, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos Chefes do Serviço e das Equipes de Gestão de Pessoas das Unidades Administrativas subordinadas à Superintendência da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal, e, nas suas ausências ou impedimentos legais, aos seus substitutos, para conceder e cancelar o direito à percepção de auxílio-transporte aos servidores em exercício na sua Unidade Gestora.

Art. 2º A prática de qualquer dos atos mencionados nesta portaria pela autoridade delegante ocorrerá sempre que esta julgar conveniente, sem que isso importe na revogação total ou parcial da presente delegação, que prevalecerá até ser revogada por outro ato expresso.

Art. 3º A referida delegação vigerá a partir da data da publicação deste instrumento.

MARIA INÊS DEARO BATISTA

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 30 DE MAIO DE 2011

EDUARDO TORRES SIMÃO, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPECAD Nº 1495288, no exercício da competência delegada pela Portaria Nº 86, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 23 de fevereiro de 2011, atendendo à SAT n° 446, de 25/03/2011, e ao que consta do Processo 10314.003585/2011-09, em tramitação nesta Inspetoria, DECLARA, com fundamento no artigo 146, combinado com o artigo 126, §1° do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto 6.759, de 05/02/2009, que, após a publicação do presente Ato no Diário Oficial da União, o veículo marca Ford, modelo Expedition XLT, ano-fabricação 2001, ano-modelo 2001, chassi 1FMPU16L01LA98078, cor branca, e seus respectivos equipamentos de série, pertencente à Consulado Geral dos Estados Unidos da América em São Paulo, desembaraçado com privilégio diplomático, em 18/10/2007, através da declaração de importação Nº 07/1411782-4, registrada na Alfândega Porto de Santos, estará liberado para fins de transferência de propriedade para Embaixada dos Estados Unidos da América em Brasilia, DF, CNPJ 03.874.311/0001-78, dispensado o pagamento de tributos por efeito da depreciação total do bem.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO TORRES SIMÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 30 DE MAIO DE 2011

EDUARDO TORRES SIMÃO, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPECAD Nº 1495288, no exercício da competência delegada pela Portaria Nº 86, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 23 de fevereiro de 2011, atendendo à SAT n° 142, de 19/04/2011, e ao que consta do Processo 10314.005026/2011-25, em tramitação nesta Inspetoria, DECLARA, com fundamento no artigo 146, combinado com o artigo 126, §1° do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto 6.759, de 05/02/2009, que, após a publicação do presente Ato no Diário Oficial da União, o veículo marca Chevrolet, modelo Suburban, ano-fabricação 2002, ano-modelo 2002, chassi 3GNGK26G72G238118, cor branca, e seus respectivos equipamentos de série, pertencente à Consulado Geral dos Estados Unidos da América em São Paulo, desembaraçado com privilégio diplomático, em 30/10/2002, através da declaração de importação Nº 02/0948972-8, registrada na Alfândega Porto de Santos, estará liberado para fins de transferência de propriedade para André Menezes de Melo, CPF 128.472.318-62, dispensado o pagamento de tributos por efeito da depreciação total do bem.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO TORRES SIMÃO

9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria/DRF/CVL (PR) Nº 11, de 21 de fevereiro de 2011, e tendo em vista o disposto no artigo 280, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovada pela Portaria Nº 587, de 21/12/2010, do Sr. Ministro da Fazenda, publicada no DOU em 23/12/2010, e considerando o disposto no artigo 2º, da IN-SRF 976, de 07 de dezembro de 2009, com redação dada pela IN-SRF Nº 1.048, de 29 de junho de 2010 e, ainda, considerando os autos do Processo Administrativo Fiscal Nº 13923.000064/2011-10, declara:

Art. 1° Inscrita no Registro Especial instituído pelo art. 1º do Lei Nº 11.945, de 04 de junho de 2009, sob n° GP-09103/00053, o estabelecimento da empresa Gráfica Mariner Ltda, inscrita no CNPJ sob n° 76.480.045/0001-72, localizada na Rua Cel Guilherme de Paula, Nº 1.301, na categoria gráfica (GP), conforme disposto no inciso V do art. 1º da IN-SRF 976/2009.

Art. 2° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILISBERTO LUIS MIOTO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 2 DE JUNHO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 295 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com fundamento no art. 39, inciso II, combinado com o inciso II e § 2º do art. 41 da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, declara:

Nº 105 - Artigo 1º. Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa abaixo identificada, conforme constatado no respectivo Processo Administrativo Fiscal, caracterizando a empresa como inexistente de fato.
Artigo 2º. Tributariamente ineficaz o documento emitido por esta empresa, a partir da data informada.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONTRIBUINTE	CNPJ	PROCESSO	DATA DE INAPTIDÃO
MIL ÓLEOS - DIST.DE ÓLEOS PARA LUBRIF. COMERCIAL LTDA.	07.852.402/0001-63	10945.000272/2011-64	30/03/2011

Nº 106 - Artigo 1º. Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa abaixo identificada, conforme constatado no respectivo Processo Administrativo Fiscal, caracterizando a empresa como inexistente de fato.
Artigo 2º. Tributariamente ineficaz o documento emitido por esta empresa, a partir da data informada.

CONTRIBUINTE	CNPJ	PROCESSO	DATA DE INAPTIDÃO
CLINICA DENTARIA TRATOFACIL LTDA	07.085.000/0001-80	10945.000276/2011-42	01/04/2011

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 31 DE MAIO DE 2011

DECLARAÇÃO DE INAPTIDÃO DE CNPJ

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo art. 295 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, e alterações posteriores, com fundamento nos artigos 81 e 82, da Lei n° 9.430 de 27/12/1996 e nos artigos 39, inciso II e 41, inciso II, da Instrução Normativa RFB n° 1005, de 08/02/2010, e o que consta do processo 11634.720215/2011-71, DECLARA INAPTA A INSCRIÇÃO NO CNPJ N° 06.026.940/0001-36, do contribuinte MERCURIO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS S/S LTDA, com os efeitos previstos nos artigos 44 e 45 da Instrução Normativa RFB n° 1005, de 08/02/2010.

LUIZ FERNANDO DA SILVA COSTA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo Nº 17 de 30 de maio de 2011, publicado no DOU de 31 de maio de 2011, Seção 1, pág 24, onde se lê:
Processo Administrativo Fiscal Nº 10950.721.275/2011-66, leia-se:
Processo Administrativo Fiscal Nº 10950.721.348/2011-10.

10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 18 DE MAIO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE SANTA CRUZ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 125, de 4 de março de 2009, acatando a Representação formulada nos autos do processo administrativo n° 13005.000424/2011-37 e nos termos dos arts. 9°, 28, inciso II, e 30, §§ 1 e 3, inciso II, da Instrução Normativa RFB n° 1005, de 8 de fevereiro de 2010, e dos arts. 66 e 69 da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, determina:

A baixa da empresa ESQUADRO COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA, CNPJ 10.202.859/0001-37, em virtude de inexistência de fato de acordo com o constante dos autos do processo 13005.000424/2011-37.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 360, DE 1º DE JUNHO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN Nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto nas Portarias MF Nº s 183 e 102, de 31 de julho de 2003 e 8 de abril de 2010, respectivamente, de acordo também com o disposto na Lei Nº . 9.138, de 29 de novembro de 1995, na Resolução CMN Nº . 2.471, de 26 de fevereiro de 1998 e no Decreto Nº . 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 950 (novecentos e cinquenta) Certificados do Tesouro Nacional - CTN, no montante de R$ 922.208,55 (novecentos e vinte e dois mil, duzentos e oito reais e cinquenta e cinco centavos), observando-se as seguintes características::

Ativo	Data de Emissão	Data de Vencimento	Quantidade	Preço Unitário (R$)	*Valor (R$)*
CTN	01/07/1998	01/07/2018	81	1.403,18	113.657,58
CTN	01/09/1998	01/09/2018	5	1.381,39	6.906,95
CTN	01/02/1999	01/02/2019	344	1.305,13	448.964,72
CTN	01/08/1999	01/08/2019	30	1.130,91	33.927,30
CTN	01/04/2000	01/04/2020	87	943,56	82.089,72
CTN	01/12/2000	01/12/2020	40	814,72	32.588,80
CTN	01/01/2002	01/01/2022	26	648,70	16.866,20
CTN	01/02/2002	01/02/2022	11	640,30	7.043,30
CTN	01/04/2002	01/04/2022	15	627,35	9.410,25
CTN	01/05/2002	01/05/2022	9	618,01	5.562,09
CTN	01/06/2002	01/06/2022	23	607,18	13.965,14
CTN	01/07/2002	01/07/2022	36	592,35	21.324,60
CTN	01/09/2002	01/09/2022	130	557,20	72.436,00
CTN	01/10/2002	01/10/2022	82	539,03	44.200,46
CTN	01/01/2003	01/01/2023	6	462,22	2.773,32
CTN	01/03/2003	01/03/2023	13	433,36	5.633,68
CTN	01/09/2003	01/09/2023	12	404,87	4.858,44
			950		**922.208,55**

Art. 2º Cancelar 11 (onze) títulos públicos, no montante de R$ 1.140,26 (mil, cento e quarenta reais e vinte e seis centavos), observando-se as seguintes características:

Ativo	Data de Emissão	Data de Vencimento	Quantidade	Preço Unitário (R$)	*Valor (R$)*
CTN	01/12/2001	01/12/2021	11	103,66	1.140,26
	TOTAL		**11**		**1.140,26**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS

PORTARIA Nº 364, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, substituto, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF Nº 183, de 31 de julho de 2003, a Portaria STN Nº 143, de 12 de março de 2004, e a Portaria MF Nº 102, de 08 de abril de 2010, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN Nº 410, de 04 de agosto de 2003, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras do Tesouro Nacional, LTN, cujas características estão definidas no Decreto Nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 02.06.2011;
II - horário para acolhimento das propostas: de 12h às 13h;
III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 14h30, por intermédio do Banco Central do Brasil;
IV - data da emissão: 03.06.2011;
V - data da liquidação financeira: 03.06.2011;
VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;
VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);
VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 5 (cinco) para cada um dos títulos ofertados;
IX - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)	Adquirente
LTN	100000	01.04.2012	303	1.000.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.07.2013	759	5.000.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.01.2015	1.308	2.000.000	1.000,000000	Público

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta Nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto Nº 23, de 6 de agosto de 2010, que consistirá na aquisição de LTN com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 02.06.2011;
II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 16h;
III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 16h, por intermédio do Banco Central do Brasil;
IV - data da liquidação financeira: 03.06.2011;
V - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)
LTN	100000	01.04.2012	303	200.000	1.000,000000
LTN	100000	01.07.2013	759	1.000.000	1.000,000000
LTN	100000	01.01.2015	1.308	400.000	1.000,000000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial prevista neste artigo, se a totalidade do volume ofertado ao público, nos termos do art. 1º desta Portaria, for vendida.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;
II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS

PORTARIA Nº 365, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, substituto, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF Nº 183, de 31 de julho de 2003, a Portaria STN Nº 143, de 12 de março de 2004, e a Portaria MF Nº 102, de 08 de abril de 2010, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN Nº 410, de 04 de agosto de 2003, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Notas do Tesouro Nacional, série F, NTN-F, cujas características estão definidas no Decreto Nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 02.06.2011;
II - horário para acolhimento das propostas: de 12h às 13h;
III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 14h30, por intermédio do Banco Central do Brasil;
IV - data da emissão: 03.06.2011;
V - data da liquidação financeira: 03.06.2011;
VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;
VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);
VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 5 (cinco) para cada um dos títulos ofertados;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IX - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Juros (a.a.)	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)	Adquirente
NTN-F	950199	01.01.2017	10,0%	2.039	1.000.000	1.000,000000	Público
NTN-F	950199	01.01.2021	10,0%	3.500	150.000	1.000,000000	Público

Parágrafo único. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta Nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto Nº 23, de 6 de agosto de 2010, que consistirá na aquisição de NTN-F com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 02.06.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 16h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 16h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 03.06.2011;

V - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Juros (a.a.)	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)
NTN-F	950199	01.01.2017	10,0%	2.039	200.000	1.000,000000
NTN-F	950199	01.01.2021	10,0%	3.500	30.000	1.000,000000

§ 1º. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

§ 2º. Somente será realizada a operação especial prevista neste artigo, se a totalidade do volume ofertado ao público, nos termos do art. 1º desta Portaria, for vendida.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS

PORTARIA Nº 368, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN Nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF Nº 183, de 31 de julho de 2003, e na Portaria SE/MF Nº 102, de 08 de abril de 2010, e em conformidade com o art. 7º da Lei Nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto Nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 22.260.223 (vinte e dois milhões, duzentos e sessenta mil, duzentos e vinte e três) Certificados Financeiros do Tesouro, Série E, Sub-série 1 - CFT-E1, no valor de R$ 56.371.187,69 (cinqüenta e seis milhões, trezentos e setenta e um mil, cento e oitenta e sete reais e sessenta e nove centavos), a serem colocados em favor do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, observadas as seguintes condições:

I - data de emissão: 1º de janeiro de 2010;

II - data de vencimento: 1º de janeiro de 2040;

III - data-base: 1º de julho de 2000;

IV - forma de colocação: direta, em favor do interessado;

V - modalidade: nominativa;

VI - valor nominal na data-base: R$ 1,00;

VII - valor nominal em 1º de junho de 2011: R$ 2,532373;

VIII - taxa de juros: não há;

IX - atualização do valor nominal: mensalmente, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M do mês anterior, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV;

X - resgate do principal: em parcela única, na data do seu vencimento, sem prejuízo de resgate antecipado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ATO Nº 1.196, DE 1º DE JUNHO DE 2011

Declara cessada a liquidação extrajudicial do Banco Santos Neves S.A.

O Presidente do Banco Central do Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso XVII, do Regimento Interno, anexo à Portaria nº 29.971, de 4 de março de 2005, com fundamento no art. 19, alínea "d", da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974,

Considerando a decretação da falência da sociedade, por sentença de 23 de março de 2011, do Juiz de Direito Titular da Vara de Recuperação Empresarial e Falência da Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, publicada no Diário de Justiça do Estado do Espírito Santo de 14 de abril de 2011, com a nomeação do Administrador Judicial, Sr. Jerry Edwin Ricaldi Rocha, CPF 653.192.227-34 (Processo 024.08.037425-9), resolve:

Art. 1º Fica cessada a liquidação extrajudicial a que o BANCO SANTOS NEVES S.A. (CNPJ 28.157.204/0001-50), com sede em Vitória (ES), foi submetido pelo Ato Presi nº 932, de 1º de agosto de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2001.

Art. 2º Fica dispensado o Sr. Helio Geraldo de Souza, carteira de identidade nº 9.054.250 SSP/MG e CPF nº 003.067.116-72, do encargo de liquidante.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

INSTRUÇÃO CVM Nº 497, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Dispõe sobre a atividade de agente autônomo de investimento.

A PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 10 de maio de 2011, tendo em vista o disposto nos art. 8º, inciso I, e 16, incisos I e III, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, APROVOU a seguinte Instrução:

CAPÍTULO I - DEFINIÇÃO

Art. 1º Agente autônomo de investimento é a pessoa natural, registrada na forma desta Instrução, para realizar, sob a responsabilidade e como preposto de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, as atividades de:

I - prospecção e captação de clientes;

II - recepção e registro de ordens e transmissão dessas ordens para os sistemas de negociação ou de registro cabíveis, na forma da regulamentação em vigor; e

III - prestação de informações sobre os produtos oferecidos e sobre os serviços prestados pela instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários pela qual tenha sido contratado.

Parágrafo único. A prestação de informações a que se refere o inciso III inclui as atividades de suporte e orientação inerentes à relação comercial com os clientes, observado o disposto no art. 10.

Art. 2º Os agentes autônomos de investimento podem exercer suas atividades por meio de sociedade ou firma individual constituída exclusivamente para este fim, observados os requisitos desta Instrução.

§ 1º A constituição de pessoa jurídica, na forma do caput, não elide as obrigações e responsabilidades estabelecidas nesta Instrução para os agentes autônomos de investimento que a integram nem para os integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários que a tenham contratado.

§ 2º A sociedade constituída na forma do caput será registrada na CVM, na forma do art. 4º.

Art. 3º A atividade de agente autônomo de investimento somente pode ser exercida pela pessoa natural registrada na forma desta Instrução que:

I - mantenha contrato escrito com instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários para a prestação dos serviços relacionados no art. 1º; ou

II - seja sócio de pessoa jurídica, constituída na forma do art. 2º, que mantenha contrato escrito com instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários para a prestação dos serviços relacionados no art. 1º.

CAPÍTULO II - CREDENCIAMENTO E REGISTRO

Art. 4º O registro para o exercício da atividade de agente autônomo de investimento será concedido automaticamente pela CVM à pessoa natural e à pessoa jurídica credenciadas na forma desta Instrução.

Parágrafo único. O registro do agente autônomo de investimento e da pessoa jurídica constituída na forma do art. 2º é comprovado pela inscrição do seu nome na relação de agentes autônomos de investimento constante da página da CVM na rede mundial de computadores.

Art. 5º É obrigatório o credenciamento:

I - dos agentes autônomos de investimento; e

II - das pessoas jurídicas constituídas na forma do art. 2º.

Art. 6º O credenciamento de agentes autônomos de investimento e das pessoas jurídicas por eles constituídas na forma do art. 2º é feito por entidades autorizadas pela CVM, na forma dos arts. 7º e 8º desta Instrução.

Art. 7º Para credenciamento de agente autônomo de investimento, as entidades credenciadoras devem exigir do candidato o preenchimento dos seguintes requisitos mínimos:

I - ter concluído o ensino médio no País ou equivalente no exterior;

II - ter sido aprovado nos exames de qualificação técnica aplicados pela entidade credenciadora;

III - ter aderido ao código de conduta profissional referido no inciso I do art. 19;

IV - não estar inabilitado ou suspenso para o exercício de cargo em instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pela CVM, pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP ou pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC;

V - não haver sido condenado por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, "lavagem" de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, contra a economia popular, a ordem econômica, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade pública, o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por decisão transitada em julgado, ressalvada a hipótese de reabilitação; e

VI - não estar impedido de administrar seus bens ou deles dispor em razão de decisão judicial.

Art. 8º Para o credenciamento de pessoas jurídicas constituídas nos termos do art. 2º, a entidade credenciadora deve exigir que estas:

I - tenham sede no país;

II - sejam constituídas como sociedades simples, adotando qualquer das formas permitidas para tal, na forma da legislação em vigor; e

III - tenham, como objeto social exclusivo, o exercício da atividade de agente autônomo de investimento, sendo vedada a participação em outras sociedades.

§ 1º Da denominação da pessoa jurídica de que trata o caput, assim como dos nomes de fantasia eventualmente utilizados, deve constar a expressão "Agente Autônomo de Investimento", sendo vedada a utilização de siglas e de palavras ou expressões que induzam o investidor a erro quanto ao objeto da sociedade.

§ 2º A pessoa jurídica deve ter como sócios unicamente pessoas naturais que sejam agentes autônomos, aos quais será atribuído, com exclusividade, o exercício das atividades referidas nos inc. I a III do art. 1º.

§ 3º Sem prejuízo das responsabilidades decorrentes de sua conduta individual, todos os sócios são responsáveis, perante a CVM, perante a entidade credenciadora e perante as entidades autorreguladoras competentes, na forma do art. 22, pelas atividades da sociedade.

§ 4º Um mesmo agente autônomo de investimento não pode ser sócio de mais de uma pessoa jurídica constituída na forma do caput.

Art. 9º A entidade credenciadora suspenderá ou cancelará o credenciamento do agente autônomo de investimento nos casos de:

I - pedido formulado pelo próprio agente autônomo de investimento;

II - identificação de vícios ou falhas no processo de credenciamento;

III - perda de qualquer das condições necessárias para o credenciamento;

IV - aplicação de penalidade de suspensão ou de cancelamento, observado o disposto no § 2º deste artigo; e

V- aplicação, pela CVM, das penalidades previstas no art. 11, incisos III a VIII, da Lei nº 6.385, de 1976.

§ 1º A suspensão ou o cancelamento do credenciamento, na forma dos incisos I a IV, será comunicada à CVM e implica, respectivamente, a suspensão ou o cancelamento automático do registro do agente autônomo de investimento.

§ 2º Da decisão de suspensão ou de cancelamento do credenciamento tomada na forma do inciso IV, cabe recurso à CVM, no prazo de 15 (quinze) dias, com efeito suspensivo.

CAPÍTULO III - EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES

Art. 10. O agente autônomo de investimento deve agir com probidade, boa fé e ética profissional, empregando no exercício da atividade todo o cuidado e a diligência esperados de um profissional em sua posição, em relação aos clientes e à instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários pela qual tenha sido contratado.

Parágrafo único. O agente autônomo de investimento deve:

I - observar o disposto nesta Instrução, no código de conduta profissional referido no art. 19, inciso I, nas demais normas aplicáveis e nas regras e procedimentos estabelecidos pela instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários pela qual tenha sido contratado; e

II - zelar pelo sigilo de informações confidenciais a que tenha acesso no exercício da função.

Art. 11. Os materiais utilizados pelo agente autônomo de investimento no exercício das atividades previstas nessa Instrução devem:

I - estar em consonância com o disposto no art. 10 desta Instrução;

II - ser prévia e expressamente aprovados pela instituição integrante do sistema de distribuição pela qual o agente autônomo de investimento tenha sido contratado;

III - fazer referência expressa a tal instituição, como contratante, identificando o agente autônomo como contratado, e apresentar os dados de contato da ouvidoria da instituição; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IV - no caso das pessoas jurídicas constituídas nos termos do art. 2º, identificar cada um dos agentes autônomos dela integrantes.

§ 1º São vedadas:

I - a adoção de logotipos ou de sinais distintivos do próprio agente autônomo de investimento ou da pessoa jurídica de que ele seja sócio, desacompanhados da identificação da instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários pela qual tenha ele sido contratado, com no mínimo igual destaque; e

II - a referência à relação com a instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários por meio de expressões que dificultem a compreensão da natureza do vínculo existente, como "parceira", "associada" ou "afiliada".

§ 2º O disposto neste artigo se aplica ainda:

I - às apostilas e a qualquer outro material utilizado em cursos e palestras ministrados pelo agente autônomo de investimento ou promovidos pela pessoa jurídica de que ele seja sócio; e

II - a páginas na rede mundial de computadores.

§ 3º O disposto no inc. II do caput não se aplica aos agentes autônomos que realizem exclusivamente a distribuição de cotas de fundo de investimento para investidores qualificados, observado, em qualquer hipótese, o disposto no art. 21 da Instrução CVM n. 409, de 18 de agosto de 2004.

Art. 12. A atividade de prestação de informações pelo agente autônomo de investimento deve estar sujeita às mesmas regras estabelecidas para os demais profissionais que atuam na instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários pela qual ele tenha sido contratado.

CAPÍTULO IV - VEDAÇÕES

Art. 13. É vedado ao agente autônomo de investimento ou à pessoa jurídica constituída na forma do art. 2º:

I - manter contrato para a prestação dos serviços relacionados no art. 1º com mais de uma instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários;

II - receber de clientes ou em nome de clientes, ou a eles entregar, por qualquer razão e inclusive a título de remuneração pela prestação de quaisquer serviços, numerário, títulos ou valores mobiliários ou outros ativos;

III - ser procurador ou representante de clientes perante instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para quaisquer fins;

IV - contratar com clientes ou realizar, ainda que a título gratuito, serviços de administração de carteira de valores mobiliários, consultoria ou análise de valores mobiliários;

V - atuar como preposto de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com a qual não tenha contrato para a prestação dos serviços relacionados no art. 1º;

VI - delegar a terceiros, total ou parcialmente, a execução dos serviços que constituam objeto do contrato celebrado com a instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários pela qual tenha sido contratado;

VII - usar senhas ou assinaturas eletrônicas de uso exclusivo do cliente para transmissão de ordens por meio de sistema eletrônico; e

VIII - confeccionar e enviar para os clientes extratos contendo informações sobre as operações realizadas ou posições em aberto.

§ 1º Para exercer as atividades de administração de carteira, de consultoria ou de análise de valores mobiliários, o agente autônomo de investimento que seja registrado pela CVM para o exercício daquelas atividades na forma da regulamentação em vigor deve requerer à entidade credenciadora a suspensão de seu credenciamento como agente autônomo de investimento.

§ 2º O disposto no inciso I não se aplica aos agentes autônomos que realizam exclusivamente a distribuição de cotas de fundo de investimento para investidores qualificados.

§ 3º O agente autônomo de investimento que mantiver contrato com um intermediário por meio de pessoa jurídica na forma do art. 2º não poderá ser contratado diretamente por outro intermediário.

CAPÍTULO V - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS INTERMEDIÁRIOS

Art. 14. Incumbe à instituição integrante do sistema de distribuição verificar a regularidade do registro dos agentes autônomos de investimento por ela contratados e formalizar, por meio de contrato escrito, a sua relação com tais agentes autônomos de investimento.

§ 1º A instituição integrante do sistema de distribuição deve manter, enquanto vigorar o contrato referido no caput, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos contados a partir de sua rescisão, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM ou de entidade credenciadora, em caso de processo administrativo, todos os registros, documentos e comunicações, internas e externas, inclusive eletrônicos, relacionados à contratação e à prestação de serviços de cada agente autônomo por ela contratado.

§ 2º Admitem-se, em substituição aos documentos, as respectivas imagens digitalizadas.

Art. 15. A instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários responde, perante os clientes e perante quaisquer terceiros, pelos atos praticados por agente autônomo de investimento por ela contratado.

Art. 16. A instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários que contratar agente autônomo de investimento deve manter atualizada, em sua própria página e na página da CVM na rede mundial de computadores, a relação de agentes autônomos de investimento por ela contratados.

§ 1º A relação a que se refere o caput deve ser atualizada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da correspondente contratação, alteração de contrato ou rescisão.

§ 2º Em caso de contratação de pessoa jurídica, todos os seus sócios devem ser inscritos na relação a que se refere o caput.

Art. 17. A instituição integrante do sistema de distribuição deve:

I - estender aos agentes autônomos de investimento por ela contratados, diretamente ou por meio de pessoa jurídica, na forma do art. 2º, a aplicação das regras, procedimentos e controles internos por ela adotados;

II - fiscalizar as atividades dos agentes autônomos de investimento que atuarem em seu nome de modo a garantir o cumprimento do disposto nesta Instrução e nas regras e procedimentos estabelecidos nos termos do inciso I;

III - comunicar à CVM, à entidade credenciadora e às entidades autorreguladoras competentes, na forma do art. 22, tão logo tenha conhecimento, condutas dos agentes autônomos de investimento por ela contratados que possam configurar indício de infração às normas emitidas pela CVM;

IV - comunicar às entidades credenciadoras e às entidades autorreguladoras competentes, na forma do art. 22, tão logo tenha conhecimento, condutas dos agentes autônomos de investimento por ela contratados que possam configurar indício de infração ao código de conduta profissional ou a outras normas ou regulamentos por elas emitidos;

V - dar às entidades credenciadoras acesso às suas instalações, arquivos e documentos relativos às regras, procedimentos e controles internos relacionados ao cumprimento das normas que lhes incumbe fiscalizar, para que elas possam exercer as funções fiscalizadoras atribuídas por esta Instrução;

VI - divulgar o conjunto de regras decorrentes do inciso I, bem como suas atualizações, em sua página na rede mundial de computadores; e

VII - nomear um diretor responsável pela implementação e cumprimento dos incisos I a VI, bem como identificá-lo e fornecer seus dados de contato em sua página na rede mundial de computadores.

§ 1º Incluem-se nos mecanismos de fiscalização referidos no inciso II, no mínimo:

I - o acompanhamento das operações dos clientes, inclusive com a realização de contatos periódicos;

II - o acompanhamento das operações de titularidade dos próprios agentes autônomos de investimento, aos quais devem se aplicar as mesmas regras e procedimentos aplicáveis às pessoas vinculadas, na forma da regulamentação em vigor; e

III - a verificação de dados de sistemas que permitam identificar a proveniência de ordens emitidas por meio eletrônico, indícios de utilização irregular de formas de acesso e administração irregular das carteiras dos clientes.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, quando do cadastramento de clientes apresentados por agentes autônomos de investimento, a instituição integrante deve comunicar aos clientes o regime de atuação dos agentes autônomos de investimento, seus limites e vedações.

§ 3º A comunicação a que se refere o § 2º deve ser efetuada por meio de documento próprio, devendo a instituição tomar todas as medidas necessárias para certificar-se da sua recepção pelo cliente e da compreensão de seu conteúdo.

§ 4º As regras, procedimentos e controles decorrentes do inciso I do caput devem prever as formas de identificação e de administração das situações de conflito de interesses.

CAPÍTULO VI - ENTIDADES CREDENCIADORAS

Art. 18. A CVM pode autorizar o credenciamento de agentes autônomos de investimento por entidades credenciadoras que comprovem ter:

I - estrutura adequada e capacidade técnica para o cumprimento das obrigações previstas na presente Instrução; e

II - estrutura de autorregulação que conte com capacidade técnica e independência.

Art. 19. As entidades credenciadoras devem:

I - adotar código de conduta profissional para os agentes autônomos de investimento por elas credenciados;

II - fiscalizar o cumprimento do código de conduta profissional pelos agentes autônomos de investimento por elas credenciados;

III - punir infrações ao código de conduta profissional cometidas pelos agentes autônomos de investimento por elas credenciados;

IV - aferir, por meio de exame de qualificação técnica, se os candidatos estão aptos a exercer a atividade de agente autônomo de investimento;

V - instituir programa de educação continuada, com o objetivo de que os agentes autônomos de investimento por elas credenciados atualizem e aperfeiçoem periodicamente sua capacidade técnica;

VI - manter em arquivo todos os documentos e registros, inclusive eletrônicos, que comprovem o atendimento das exigências contidas nesta Instrução por 5 (cinco) anos, ou por prazo superior, em caso de determinação expressa da CVM;

VII - manter atualizado o cadastro de todos os agentes autônomos de investimento por elas credenciados; e

VIII - divulgar em sua página e na página da CVM na rede mundial de computadores:

a) lista dos agentes autônomos de investimento por elas credenciados, identificando as pessoas jurídicas constituídas na forma do art. 2º de que eles sejam sócios, se for o caso;

b) lista das pessoas jurídicas constituídas na forma do art. 2º, identificando cada um dos agentes autônomos que delas sejam sócios; e

c) identificar a instituição integrante do sistema de distribuição com que os agentes autônomos e as pessoas jurídicas mantenham contrato para a prestação de serviços relacionados no art. 1º.

Parágrafo único. Cabe à CVM aprovar previamente:

I - o código de conduta profissional mencionado no inciso I do caput, bem como suas eventuais alterações;

II - o conteúdo programático e a periodicidade dos exames aplicados pelas entidades credenciadoras nos termos do inciso IV do caput, bem como quaisquer outros critérios ou procedimentos para o credenciamento de agentes autônomos de investimento; e

III - o programa de educação continuada.

Art. 20. O código de conduta profissional a que se refere o inciso I do art. 19 deve dispor, no mínimo, sobre:

I - direitos e deveres do agente autônomo de investimento credenciado;

II - vedações, sem prejuízo daquelas previstas nesta Instrução;

III - potenciais situações de conflitos de interesses no exercício da atividade de agente autônomo de investimento;

IV - dever de cumprir a presente Instrução e demais normas emitidas pela CVM e pela entidade credenciadora; e

V - punições cabíveis nas hipóteses de infrações ao código de conduta profissional, critérios para a aplicação das penas e mecanismos de publicidade.

Parágrafo único. No julgamento das infrações das normas legais sob sua competência, a CVM pode reduzir, das penalidades que venha a aplicar, aquelas que tenham sido impostas pela entidade credenciadora.

Art. 21. As entidades credenciadoras, por meio de seu diretor responsável, devem enviar à CVM:

I - no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os dados cadastrais dos agentes autônomos de investimento e das pessoas jurídicas constituídas na forma do art. 2º que:

a) obtiverem o seu credenciamento;

b) forem suspensos; ou

c) tiverem o seu credenciamento cancelado.

II - imediatamente após o conhecimento, informação sobre indícios de ocorrência de infração grave às normas desta Instrução, na forma do art. 23;

III - até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao final de cada trimestre:

a) relatório sobre a possível inobservância das normas legais e regulamentares, mencionando:

1. os esforços empreendidos para averiguar a regularidade da conduta;

2. o nome e o número do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF e do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ dos envolvidos; e

3. outras providências adotadas para coibir a prática;

b) relatório sobre a inobservância das normas do código de conduta profissional referido no inciso I do art. 19, mencionando:

1. o nome e o número do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF e do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ dos envolvidos;

2. as irregularidades identificadas;

3. as punições aplicadas; e

4. outras providências adotadas;

IV - até o dia 31 de janeiro de cada ano:

a) relatório de prestação de contas das atividades realizadas pela entidade credenciadora para o cumprimento das obrigações estabelecidas na presente Instrução, indicando os principais responsáveis por cada uma delas; e

b) relatório contendo a proposta de atuação para o exercício;

V - sempre que solicitado, quaisquer documentos e informações relacionados às suas atividades.

Parágrafo único. Os recursos das decisões de suspensão ou de cancelamento de credenciamento deverão ser enviados à CVM, para os fins do parágrafo 2º do art. 9º, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da sua interposição.

Art. 22. O desenvolvimento de atividades de autorregulação pela entidade credenciadora não afasta a competência de outras entidades autorreguladoras a que o agente autônomo de investimento, por força das atividades desenvolvidas, esteja sujeito.

CAPÍTULO VII - PENALIDADES

Art. 23. Constitui infração grave, para efeito do disposto no § 3º do art. 11 da Lei nº 6.385, de 1976:

I - o exercício da atividade de agente autônomo de investimento em desacordo com o disposto nos arts. 3º, 10 e 11 desta Instrução;

II - a obtenção de credenciamento de agente autônomo de investimento ou da pessoa jurídica constituída na forma do art. 2º com base em declarações ou documentos falsos; e

III - a inobservância das vedações estabelecidas no art. 13 desta Instrução.

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Ficam revogadas, a partir da entrada em vigor desta Instrução, a Instrução CVM nº 434, de 22 de junho de 2006, e a Deliberação CVM nº 524, de 3 de agosto de 2007.

Art. 25. Esta Instrução entra em vigor em 1º de janeiro de 2012.

MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA

RETIFICAÇÃO

No ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 11.723, de 2 de junho de 2011, publicado no D.O.U., de 03.06.2011, Seção I, página 63, onde se lê "autoriza o Sr. TIAGO MENDES DE SOUZA, C.P.F. nº 055.302.527-96", leia-se "autoriza o Sr. THIAGO MENDES DE SOUZA, C.P.F. nº 055.302.527-96".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 6/2009

Acusados: ODACREM Consultoria Financeira, Empresarial, Comercial e Serviços Ltda.

JK Administração de Bens, Títulos E Valores Mobiliários Ltda.

FISHER Engenharia e Participações Ltda.

EURO DTVM S/A, em liquidação extrajudicial, (atual denominação de TURFA DTVM S/A)

OUROMINAS DTVM Ltda.

QUANTIA DTVM Ltda.

Ementa: Atividade irregular de mediação e corretagem de operações com valores mobiliários. Multas.

Decisão:Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, decidiu:

1) ODACREM Consultoria Financeira, Empresarial, Comercial e Serviços Ltda., extinção da punibilidade;

2) K Administração de Bons, Títulos e Valores Mobiliários e Fisher Engenharia e Participações Ltda., pena de multa pecuniária, individual, no valor de R$100.000,00; e

3) EURO DTVM S/A, OUROMINAS DTVA Ltda. e QUANTIA DTVM Ltda., pena de multa pecuniária, individual, no valor de R$200.000,00.

Os acusados punidos terão um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos dos artigos 37 e 38 da Deliberação CVM nº 538.

De acordo com a orientação fixada pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, poderá ser aplicado, ao prazo para apresentação de recursos, o disposto no artigo 191 do Código de Processo Civil, que concede prazo em dobro quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores.

A CVM interporá recurso de ofício da extinção de punibilidade ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

Proferiu defesa oral o advogado Ricardo José Gouveia Barbosa, representando os acusados Fisher Engenharia e Participações Ltda. e Quantia CCTVM Ltda. (sucessora da Quantia DTVM Ltda.).

Presente a procuradora-federal Luciana Silva Alves, representante da Procuradoria Federal Especializada na CVM.

Participaram do julgamento os diretores Eli Loria, relator, Alexsandro Broedel Lopes, Luciana Pires Dias, Otávio Yazbek e a presidente da CVM, Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, que presidiu a sessão.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2011.
ELI LORIA
Diretor-Relator

MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA
Presidente da Sessão de Julgamento

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

PORTARIA Nº 9, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe foram delegada pelo Art. 9º da Portaria nº 123, de 03 de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 04 de março de 2011, Seção 2, página 37, tendo em vista o disposto no inciso II do art. 55, da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 (LDO-2011), e considerando a necessidade de adequar a programação orçamentária do Ministério da Integração Nacional, a fim de permitir a liberação de recursos por meio de convênio celebrado com Estado, resolve:

Art. 1º Promover, na forma do Anexo desta Portaria, a alteração da modalidade de aplicação de dotações orçamentárias consignadas na Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CLÁUDIO MUNIZ MACHADO CAVALCANTI

ANEXO

53000 - Ministério da Integração Nacional
53101 - Ministério da Integração Nacional

R$ 1,00

ANEXO						
			REDUÇÃO		ACRÉSCIMO	
Programa de Trabalho	ESF	FTE	Modalidade	Valor	Modalidade	Valor
19.691.1430.8902.0001 - Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica - Nacional.	F	100	4440.00	15.000.000 15.000.000	4430.00	15.000.000 15.000.000
Total				15.000.000		15.000.000
JUSTIFICATIVA: A alteração orçamentária visa permitir a liberação de recursos por meio de convênio celebrado com Estado.						

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 959, DE 1º DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 3º. da Lei nº. 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e art. 5º. do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 496, de 27 de fevereiro de 2007, resolve:

Art. 1º - Fica alterado o art. 2º. da Portaria nº. 2923, de 02 de setembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. A Presidência e a Vice-Presidência do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública será exercida pelos membros titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Nacional de Segurança Pública." (NR)

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 960, DE 1º DE JUNHO DE 2011

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública no Estado do Goiás, para prestar assessoria técnica e operar no ramo da aviação policial.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, incisos I e II do parágrafo único da Constituição, e o art. 4º, § 1º, do Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, no Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, e no Acordo de Cooperação Federativa nº 011/2008, celebrado entre a União e o Estado do Goiás, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública-FNSP no Estado do Goiás, em caráter episódico e planejado, para prestar assessoria técnica em aviação policial e operar aeronaves de propriedade do ente federado solicitante, em consonância com as corporações envolvidas, atendendo a solicitação do Governador do Goiás expresso no Ofício nº 2976/2011 - Gab.Gov.

§1º As ações de assessoramento realizar-se-ão por meio da capacitação de profissionais de segurança pública para operarem aeronaves de asas rotativas pertencentes aos órgãos de segurança pública dos Estados solicitantes e do emprego operacional destas aeronaves nas ações de segurança pública, no radiopatrulhamento aéreo, no combate a incêndios e grandes catástrofes, no resgate de vítimas, no transporte aeromédico e de autoridades no espaço aéreo dos respectivos entes federados.

§2º - Compreendem ações de assessoramento, também, o apoio técnico de profissionais da Força Nacional nos projetos de aviação de segurança pública do ente federado solicitante.

Art. 2º O número de policiais a ser disponibilizado pelo Ministério da Justiça obedecerá a planejamento definido pelos entes envolvidos na operação.

Art. 3º O prazo no qual serão realizadas as atividades da Força Nacional de Segurança Pública será de 20 (vinte) dias, prorrogáveis se necessário.

Art. 4º Nortearão as ações da Força Nacional de Segurança Pública o disposto na Lei nº 11.473, de 2007, no Decreto nº 5.289, de 2004, na Portaria MJ nº 178, de 2010, esta última no que for compatível com os demais instrumentos legais citados, e no Acordos e Convênio de Cooperação Federativa pactuados entre as partes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

PORTARIA Nº 216, DE 27 DE MAIO DE 2011

Estabelece procedimentos, critérios e prioridades para a concessão de financiamento de projetos referentes à aplicação e execução das Alternativas Penais, com recursos do Fundo Penitenciário Nacional no exercício de 2011 e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, , no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984; a Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994; o Decreto n.º 1.093, de 03 de março de 1994; o Decreto nº 6.170, de 25 de junho de 2007 e suas alterações; a Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010; Portaria Interministerial MF/MPOG/CGU nº 127 de 29 de maio de 2008 e suas alterações; as Resoluções nº 05 de 09 de maio de 2006, nº 01, de 29 de abril de 2008, todas do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, aplicáveis no âmbito do DEPEN/MJ, resolve:

Art. 1º Estabelecer procedimentos e critérios para o financiamento de projetos, ações ou atividades com recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, no exercício de 2011, visando a educação e responsabilização de autores de violência doméstica e o apoio aos presos provisórios passíveis de substituição penal, cuja pena máxima cominada não seja superior a 4 (quatro) anos.

Art. 2º A proposta dirigida ao Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça - DEPEN para a obtenção de financiamento com recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, no exercício de 2011, deverá ser apresentada exclusivamente pelo Poder Executivo Estadual e Distrital, através do órgão competente. No caso do Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica, os projetos deverão ser desenvolvidos de maneira integrada com o Centro de Referência de Atendimento à Mulher.

§1º As propostas deverão ser registradas no SICONV no período de 6 de junho de 2011 a 08 de julho de 2011, sob pena de não serem analisadas.

Art. 3º. A proposta referente ao atendimento aos autores e vítimas de violência doméstica deverá ter como objeto a implantação do Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica, cujo objeto é contribuir para a erradicação da violência doméstica por meio da conscientização dos agressores sobre a violência de gênero como uma violação aos direitos humanos, monitorando e avaliando o impacto deste atendimento.

Art. 4º. A proposta apresentada para atendimento aos presos provisórios deverá ter como objeto a criação e estruturação do Núcleo de Defesa dos Presos Provisórios composto por equipe de apoio à Defensoria Pública na assistência judiciária dos presos, e equipe multidisciplinar para orientação e acompanhamento aos réus e suas famílias, evitando a reincidência criminal e facilitando sua reinserção social.

Art. 5º. O proponente deve cumprir as disposições legais e normativas aplicáveis à modalidade de transferência de recursos por meio de Convênio, observados os roteiros para apresentação de projetos e a metodologia a ser adotada, que serão disponibilizados pela Coordenação-Geral do Programa de Fomento às Penas e Medidas Alternativas.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 6º. Se o proponente for órgão estadual ou distrital da Administração Direta, responsável pela administração penitenciária, a proposta deve ser acompanhada por declaração acerca do modo pelo qual a unidade federativa pretende alcançar as metas estabelecidas na Resolução nº 01, de 29 de abril de 2008, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Art. 7º. As propostas encaminhadas tempestivamente serão analisadas pela Coordenação-Geral do Programa de Fomento às Penas e Medidas Alternativas, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira para a definitiva celebração do convênio.

§1º Serão analisadas prioritariamente as propostas das Unidades da Federação que não possuam convênios vigentes com o Departamento Penitenciário Nacional que atendam aos objetivos constantes na presente portaria.

§2º Em caso de necessidade, o DEPEN indicará as alterações e as diligências que deverão ser realizadas para a aprovação das propostas, bem como estipulará prazo para a conclusão das referidas diligências, sob pena de arquivamento definitivo.

Art. 8º. As propostas deverão conter no mínimo 03 (três) cotações de preços referentes aos materiais de consumo e permanentes, bem como dos serviços previstos, sob pena de serem desconsideradas.

Art. 9º. Na hipótese de aprovação da proposta e de haver necessidade da contratação direta de pessoas pelo proponente, devem ser respeitados os limites de remuneração previstos no Anexo I desta Portaria, vedada a relação de parentesco entre proponente e executor do convênio ou contrato até o terceiro grau civil.

Art. 10. Os convênios celebrados sob a égide da presente Portaria poderão ter seu prazo de execução prorrogado no máximo por igual período à sua vigência inicial.

Art. 11º. Os casos omissos ou de natureza específica serão resolvidos pelo Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça.

Art. 12. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI

ANEXO I

LIMITES DE REMUNERAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Natureza da Atividade	Limite Máximo/Mês (R$)
Coordenação	4.000,00
Técnica (Consultoria ou Colaboração)	3.000,00
Estágio	Conforme ORIENTAÇÃO NORMATIVA do MPOG No-7, de 30 de outubro de 2008 que estabelece orientação sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 232, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08455.089199/2010-51-SR/DPF/RJ, DECLARA revista a autorização de funcionamento de serviços ORGÂNICOS de VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PIRAQUÊ S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.040.122/0001-60, para exercer suas atividades no Estado do Rio de Janeiro.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 854, DE 28 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.009483/2010-20-DELESP/SR/SP resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO EDIFICIO CORDEIRO, CNPJ nº 08.360.636/0001-56, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança nº 1326, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 909, DE 30 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1.995, e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08105.001198/2011-43-CGCSP/DIREX e 2011/1585 - GESP, resolve:

Conceder autorização à empresa S. DO MONTE CHAVES - ME, CNPJ/MF nº 12.147.315/0001-45, sediada no Estado do ACRE, para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, petrechos para recarga de munições nas seguintes quantidades e naturezas:

-3300 (três mil e trezentas) Espoletas para munição calibre 38;

- 3300 (três mil e trezentos) Projéteis para munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.746, DE 23 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001607/DPF/ANS/GO, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa VERA CRUZ AGROPECUARIA LTDA, CNPJ nº 02.685.006/0001-75, para atuar em GOIÁS.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.754, DE 26 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1328/DPF/JFA/MG, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROFORTE SA TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 00.116.506/0004-03, sediada em MINAS GERAIS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

32 (trinta e dois) Revólver(es) calibre 38,

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

576 (quinhentos e setenta e seis) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.782, DE 26 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001507/DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ORCALI SERVICOS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 83.930.214/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Escolta Armada, Segurança Pessoal, para atuar em SANTA CATARINA, com Certificado de Segurança nº 955/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.786, DE 26 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1691/DELESP/DREX/SR/DPF/TO, resolve: CONCEDER autorização à empresa SELFSEG - ACADEMIA DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA ME, CNPJ nº 09.192.749/0001-52, sediada em TOCANTINS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

35000 (trinta e cinco mil) Espoletas para Munição calibre 38,

35000 (trinta e cinco mil) Projéteis para Munição calibre 38,

5000 (cinco mil) Estojos para Munição calibre 38,

1300 (um mil e trezentos) Espoletas para Munição calibre .380,

1300 (um mil e trezentos) Projéteis para Munição calibre .380,

4000 (quatro mil) Gramas de Pólvora.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.791, DE 26 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1698/DPF/PCA/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa STRATEGIC SECURITY PROTEÇÃO PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 05.345.091/0001-10, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

500 (quinhentos) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.798, DE 30 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1532/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa TAE SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 06.957.223/0001-28, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.799, DE 30 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/000898/DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTRO DE CAPACITACAO EM SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.573.971/0001-70, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Curso de Formação, para atuar no RIO GRANDE DO NORTE, com Certificado de Segurança nº 740/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.805, DE 30 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1459/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa FORMUSSEG CENTRO DE FORMACAO E RECICLAGEM EM SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 12.829.179/0001-73, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

4 (quatro) Pistola(s) calibre 380,

4 (quatro) Espingarda(s) calibre 12,

28440 (vinte e oito mil, quatrocentos e quarenta) Espoletas para Munição calibre 38,

28440 (vinte e oito mil, quatrocentos e quarenta) Estojos para Munição calibre 38,

2760 (dois mil, setecentos e sessenta) Espoletas para Munição calibre .380,

800 (oitocentos) Estojos para Munição calibre .380,

1680 (um mil, seiscentos e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 12,

6000 (seis mil) Gramas de Pólvora,

1 (um) máquina de recarga para munição calibre 38,

1 (um) máquina de recarga para munição calibre .380,

1 (um) máquina de recarga para munição calibre 12 .

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.807, DE 30 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1661/DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa FENIXX VIGILANCIA E SEGURANCA PROFISSIONAL LTDA, CNPJ nº 02.060.306/0001-69, sediada no RIO DE JANEIRO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

998 (novecentos e noventa e oito) Cartuchos de Munição calibre 38,

480 (quatrocentos e oitenta) Cartuchos de Munição calibre .380,

140 (cento e quarenta) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.811, DE 30 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001196/DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa E SANTOS LIMA VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.257.467/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no PARÁ, com Certificado de Segurança nº 936/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.812, DE 30 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/000794/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AVISEG - SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA , CNPJ nº 07.923.052/0001-89, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança nº 1016/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 3 de junho de 2011

O SECRETÁRIO DE DIREITO ECONÔMICO, no uso das competências que lhe foram atribuídas pela Lei nº 8.884, de 11 de Junho de 1994, e com base no disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, opina pela:

Nº 400. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.004858/2011-87 em que são Requerentes: Yukon Acquisition Inc. e Husky International Ltd. Advs.: Amadeu Carvalhaes Ribeiro e Renata Fonseca Zuccolo.

Nº 401. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.004555/2011-64 em que são Requerentes: Geo Eventos S/A e Trade Network Participações Ltda. Advs.: Tercio Sampaio Ferraz Jr. e outros.

Nº 402. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.004508/2011-11 em que são Requerentes: Veremonte Participações S/A e Sementes Selecta S/A. Advs.: Amadeu Carvalhaes Ribeiro e outros.

Nº 403. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.004479/2011-97 em que são Requerentes: RA Catering Ltda.; Comissaria Aérea Brasília Ltda; Comissaria Aérea Brasil Ltda. e outros. Advs.: Rubens Decossau Tilkian e outros.

Nº 404. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.003886/2011-87 em que são Requerentes: Anhanguera Educacional Ltda.; Instituto Grande ABC de Educação e Ensino S/C Ltda. e Novatec - Serviços Educacionais Ltda. Advs.: Priscila Brólio Gonçalves e outros.

Nº 405. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.004598/2011-40 em que são Requerentes: Rhône Holdings III LLC; Rhône Holdings IV LLC e Numitor Governance S.à.r.l. Advs.: Flávio Lemos Belliboni e outros.

Nº 406. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.005008/2011-04 em que são Requerentes: Odebrechet Realizações Imobiliárias S/A; OAS Empreendimentos S/A e Zi Participações S/A. Advs.: José Arnaldo da Fonseca Filho e outros.

Nº 407. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.004630/2011-97 em que são Requerentes: Capime do Brasil Indústria, Comércio e Serviços em Petróleo e Energia Ltda; e C.L. Engenharia Ltda. Advs.: Francisco Ribeiro Todorov e Milena Fernandes Mundim.

Nº 408. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.003388/2011-34 em que são Requerentes: Rexnord Industries, LLC e Autogard Holdings, Limited. Advs.: Daniel Oliveira Andreoli e outros.

Nº 409. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.004690/2011-18 em que são Requerentes: AB SKF e The Timken Company. Advs.: José Augusto Regazzini e outros.

Nº 410. Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.003224/2011-15 em que são Requerentes: Eaton Corporation e Internormen Technology GmbH. Advs.: Tito Amaral de Andrade e Helena de Sá.

Nº 411 - Ato de Concentração nº 08012.001659/2010-36. Requerentes: Zvaim Investment Holding Company Ltd. e BHC Matechet Beit Hashita Ltd. Advs.: Cristianne Saccab Zarzur e Marcos Pajolla Garrido. Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei nº 8.884/94.

Nº 412 - Ato de Concentração nº 08012.007728/2009-81. Requerentes: Hypermarcas S.A e SS Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda. Advs.: José Del Chiaro Ferreira da Rosa e outros. Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato com restrição, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei nº 8.884/94.

Nº 413 - Ato de Concentração nº 08012.009090/2010-57. Requerentes: AIF VII Euro Holdings, L.P. e Alcan Holding Switzerland AG. Advs.: José Augusto Regazzini e outros. Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei nº 8.884/94.

Nº 414. Ref.: Procedimento Administrativo nº 08012.009808/2010-13. Representante: Delegacia de Polícia Civil de Costa Marques - RO. Representados: Posto Delarco; Posto Guaporé; Posto Itaporanga, Posto Mangueiras; Posto Pernambuco; Posto São Francisco; Posto Serrano; Posto Teixeira; Posto Modelo; Posto Tiu; Posto América; Posto Avenida; Posto Centro Norte II; Posto Centro Norte. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei n.º 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Determino a promoção de Averiguação Preliminar, nos termos dos artigos 14 e 30 da Lei n.º 8.884/94 e art. 41 e seguintes da Portaria MJ n.º 456/2010, para apurar a conduta dos Representados Posto Delarco; Posto Guaporé; Posto Itaporanga; Posto Mangueiras; Posto Pernambuco; Posto São Francisco; Posto Serrano; Posto Teixeira; Posto Modelo; Posto Tiu; Posto Avenida; Posto Centro Norte, em possível prática anticoncorrencial prevista no art. 20, I, III e IV c/c art. 21, I e XXIV, todos da Lei n.º 8.884/94, no mercado de revenda de combustíveis no estado de Rondônia. Notifiquem-se os Representados para que apresentem esclarecimentos no prazo de 15 (quinze) dias.

Nº 415. Ref.: Processo Administrativo no 08012.000444/2002-98. Representante: Ministério Público do Estado de Goiás. Representados: Sindiposto/GO - Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do estado de Goiás, José Batista Neto e Adevandro Alves Monteiro. Advs: Lara da Silveira Rodrigues, Marco Antonio Bernardo de Oliveira e Cícero Gomes Lage e outros. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei n.º 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Tendo em vista que nos autos inexistem indícios suficientes a comprovar que os Representados incorreram nas infrações tipificadas no art. 20, inciso I e IV, c/c art. 21, inciso II, ambos da Lei n.º 8.884/94, determino o arquivamento do presente Processo Administrativo e recorro de ofício ao CADE, nos termos do art. 39 da Lei n.º 8.884/94 e do art. 49 da Portaria MJ n.º 456/10.

Nº 416. Ref.: Averiguação Preliminar n.º 08012.012644/99-18. Representante: PROCON/GO. Representados: 3 Poderes Comb. Automóveis Ltda; Aero Sete Auto Posto Ltda; Auto Posto 68; Auto Posto A Bueno; Auto Posto A. M. Bueno; Auto Posto Alameda; Auto Posto Além; Auto Posto Atheneu Ltda; Auto Posto Avila I; Auto Posto Bernardo Satão; Auto Posto Bethel; Auto Posto Bom tempo; Auto Posto Califórnia; Auto Posto Cidade Jardim; Auto Posto Circular Ltda; Auto Posto Colorado; Auto Posto Consolação; Auto Posto Danauto; Auto Posto Detran; Auto Posto do Walmor Ltda; Auto Posto do Zezé; Auto Posto El Shadday; Auto Posto Enterprise; Auto Posto HM; Auto Posto Itatiaia; Auto Posto Jardim Europa; Auto Posto Laranjeiras; Auto Posto Leste; Auto Posto Leste II; Auto Posto Mantiqueira; Auto Posto Maracanã; Auto Posto Monte Carlo Ltda; Auto Posto Motiá; Auto Posto Nova América; Auto Posto Pedro Ludovico; Auto Posto Pirineus; Auto Posto Prive Atlântico; Auto posto Pucci; Auto Posto Rio Araguaia; Auto Posto Rondon; Auto Posto Rubi; Auto Posto São Judas Tadeu Ltda; Auto Posto Sol; Auto Posto Solex Ltda; Auto Posto Sul; Auto Posto T-10 Ltda; Auto Posto T-9; Auto Posto Urias Ltda; Auto Posto Via 63II; Auto Posto Vilela; Auto Posto Watanebe; Carrefour Norte; Comércio de Combustíveis Brajó; Jales Moura Mendonça Junior; LL Matos Ltda; Nova Suíça Deriv. Pertróleo; Posto 10; Posto 13 Ltda; Posto 200 Milhas; Posto 2000; Posto 5 Avenida Ltda; Posto 8; Posto 87; Posto 9; Posto Aeroviário; Posto Alencar; Posto Alves I. Posto Alves II; Posto América; Posto Amigão; Posto Araguaia; Posto Asa Delta; Posto Asa Norte; Posto Atlanta; Posto Augusto; Posto Auto Escape Com. Combustíveis; Posto Autódromo Int. de Goiânia; Posto Ávila II; Posto Bastos; Posto Bela Vista; Posto Belga; Posto Bonanza; posto Botafogo; Posto Bueno; Posto Caiapó; Posto Cantoni ; Posto Caramuru; Posto Carrefour Sul; Posto Carreteiro; Posto Carvalho; posto Castanheira; Posto Castelo; Posto Central Ltda; Posto Cepal; Posto Cevel; posto chato; Posto Cinco Estrelas; Posto Cinquentão; Posto Crimeia; Posto da Nove; Posto Diamante; Posto do Bosque; Posto do Ceasa; Posto do Didi; Posto do parque Ltda; posto Dom Parron; Posto Dumont; posto Ferrari; Posto Floresta; posto Gato Preto; Posto Gedda; Posto Gerar; Posto Goiânia II; Posto Goyá; Posto Harlley; Posto Harlley III; Posto Interlagos; Posto Ipê; Posto Itália; Posto Jaosão; Posto Jardim Presidente; Posto Juliana; Posto Kakareko IV; Posto Kakareko V; Posto Kakareko VI; Posto Lagoinha; Posto Lima; Posto Logos; Posto Maranata; Posto Marista Ltda; Posto Medeiros; Posto Mendes; Posto Milão; Posto Mondale; posto Monte Sinai; Posto Mutirão; Posto Nevada; posto Nikkey; Posto Nova Esperança; Posto Novo Horizonte; Posto O Vonlante; Posto oásis; posto Oeste; Posto Olímpico; Posto Oliveira; Posto Paranaíba; Posto Paraúna; Posto Pedra Azul; Posto Perimetral; Posto Pio XII; Posto Pison; Posto Pit Stop; Posto Poliana; posto Pontalina; Posto Pouso Alto; Posto Praça Cívica; Posto Praça do Avião; Posto praça Walter Santos; Posto Premium; Posto Radial; Posto Ratinho; Posto Ricardo Paranhos; Posto Rio Negro; Posto Rio Verde; Posto Rodão Ltda; Posto Rodoviário de Goiânia Ltda; Posto Roldão; Posto Rural de Goiás; Posto Sabiá; Posto Santo André; Posto São Carlos; Posto São Carlos II; Posto São Salvador; Posto São Sebastião Ltda; Posto Shell da Nove; Posto Siloé; Posto Sol Nascente; Posto Suzuky; Posto T-2; Posto T-4; Posto T-63; Posto T-9 Ltda; Posto Tamandaré; Posto terra; Posto terra Flamboyant; Posto Tolibra II; Posto Triângulo Ltda; Posto Vera Cruz; Posto Via 63; Posto Vila Pedroso Ltda; Posto Vila Rica; Posto Xandão; Posto Xodo I; Posto Xodó II; Posto Xodó III; Posto Xodó IV; Posto Zé Carioca; RM Com. De Combustíveis; São Carlos Serv. Automotivos; Scala Auto Posto; Sebastião Ferreira Dias; Siqueira Batista e Bispo Ltda; Tcar Posto Shopping; Vic. Auto Posto Ltda; Wagner Carlos - O Goiano; e Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Goiás - Sindiposto/GO. Advs: Cícero Gomes Lage, Marco Antônio Bernardes de Oliveira, Lara da Silveira Rodrigues, Ricardo de Mendonça Neto, Maurício Gonçalves Figueiredo, Coraci Fidelis de Moura. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei n.º 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Tendo em vista que não constam nos autos indícios suficientes a comprovar a prática de infração contra a ordem econômica tipificada pelo artigo 20, inciso I e IV c/c art. 21, I e II, ambos da Lei n.º 8.884/94 Representados, determino seu arquivamento e recorro de ofício ao CADE, nos termos do artigo 31 da Lei n.º 8.884/94 e do artigo 44 da Portaria MJ n.º 456/2010.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O SECRETÁRIO DE DIREITO ECONÔMICO, no uso das competências que lhe foram atribuídas pela Lei nº 8.884, de 11 de Junho de 1994, e com base no disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, opina pela:

Nº 421 - Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.003508/2011-01 em que são Requerentes: The Procter & Gamble Company e Teva Pharmaceutical Industries Limited. Advs.: Gabriel Nogueira Dias e outros.

Nº 422 - Ref.: Processo Administrativo nº 08012.009885/2009-21. Representante: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo ("SABESP"). Representados: SAENGE Engenharia de Saneamento e Edificações Ltda.; Ônix Construções S.A. (atual denominação de CONCIC Construções Especiais S.A.); Luiz Arnaldo Pereira Mayer; Marcos Assumpção Pacheco de Medeiros; Antônio Silva de Góes; João Antônio da Silva Saramago; Paulo Bie; Marcus Perdiz da Silva. Advs.: Antônio Araldo Ferraz Dal Pozzo, Augusto Neves Dal Pozzo, João Negrini Neto, Percival José Bariani Júnior, Francisco Ribeiro Mendes, Camilla Gallucci Tomaselli, Renan Marcondes Fachinatto, Rodrigo Felipe Cusciano, Felipe Faiwichow Estefam, André Astur, Bruno Martins Guerra, Fernanda Catsiamakis Queiroga, Antonio Augusto Carvalho Pedroso de Albuquerque, Rodrigo Regis Gomes, Fernanda Quevedo Rial, José Octaviano Inglez de Souza, Natalia Raquel Takeno Camargo, Rodrigo Regis Gomes, Fernanda Quevedo Rial, André Marques Gilberto, Natália Oliveira Felix, Natali de Vicente Santos, Andrea Fabrino Hoffmann Formiga, Alberto dos Santos Formiga Júnior e outros. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade, com fulcro no §1º do artigo 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Em atenção ao pedido de fls. 1.628/1.632 e 16.34/16.38, intimem-se os Representados para que, no prazo de 5 (cinco) dias, a ser contado em dobro, nos termos do artigo 191, do Código de Processo Civil, especifiquem as provas que pretendem produzir justificando sua necessidade e apresentando, na oportunidade, o rol das testemunhas, em número não superior a 3 (três), nos termos do artigo 37, parágrafo único, da Lei nº 8.884/94, caso esse meio probatório seja do interesse dos Representados.

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA DIRETORA

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 13 de maio de 2011, Seção I, pág.114, considerando que não atende o disposto no art. 4º, Parágrafo Único, da Resolução Normativa nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração, bem como não se trata de contrato com cláusula de garantia. Processo N° 08000.013079/2010-21 - Ulrich Georg Wilhelm Gros.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 04 de janeiro de 2011, Seção I, pág.116, considerando que não atende o disposto no art. 4º, Parágrafo Único, da Resolução Normativa nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração, bem como não se trata de contrato com cláusula de garantia. Processo N° 08000.007232/2010-81 - Lin Weizeng.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 02 de agosto de 2010, Seção I, pág.42, considerando que não atende o disposto no art. 4º, Parágrafo Único, da Resolução Normativa nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração, bem como não se trata de contrato com cláusula de garantia. Processo N° 08000.007511/2010-44 - Wei Fengji.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 15 de julho de 2010, Seção I, pág.69, considerando que não atende o disposto no art. 4º, Parágrafo Único, da Resolução Normativa nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração, bem como não se trata de contrato com cláusula de garantia. Processo N° 08000.001148/2010-53 - Wang Junli.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 23 de agosto de 2010, Seção I, pág.47, considerando que não atende o disposto no art. 4º, Parágrafo Único, da Resolução Normativa nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração, bem como não se trata de contrato com cláusula de garantia. Processo N° 08000.005200/2010-41 - Wen Chengcai.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 10 de agosto de 2010, Seção I, pág.157, considerando que não atende o disposto no art. 4º, Parágrafo Único, da Resolução Normativa nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração, bem como não se trata de contrato com cláusula de garantia. Processo N° 08000.001159/2010-33 - Liu Hongwei.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 26 de janeiro de 2011, Seção I, pág.31, considerando que não atende o disposto no art. 4º, Parágrafo Único, da Resolução Normativa nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração, bem como não se trata de contrato com cláusula de garantia. Processo N° 08000.007441/2010-24 - Zheng Zubo.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 13 de maio de 2011, Seção I, pág.114, considerando que não atende o disposto no art. 4º, Parágrafo Único, da Resolução Normativa nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração, bem como não se trata de contrato com cláusula de garantia. Processo N° 08000.000986/2011-91 - Yuekuan Gao.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 12 de janeiro de 2011, Seção I, pág.64, considerando que não atende o disposto no art. 4º, Parágrafo Único, da Resolução Normativa nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração, bem como não se trata de contrato com cláusula de garantia. Processo N° 08000.007426/2010-86 - Lu Zuoshi.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 10 de agosto de 2010, Seção I, pág.126, considerando que não atende o disposto no art. 4º, Parágrafo Único, da Resolução Normativa nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração, bem como não se trata de contrato com cláusula de garantia. Processo N° 08000.001033/2010-69 - Zeng Wentao.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 02 de agosto de 2010, Seção I, pág.42, considerando que não atende o disposto no art. 4º, Parágrafo Único, da Resolução Normativa nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração, bem como não se trata de contrato com cláusula de garantia. Processo N° 08000.001345/2010-72 - Fu Xiaoping.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 11 de agosto de 2010, Seção I, pág.25, considerando que não atende o disposto no art. 4º, Parágrafo Único, da Resolução Normativa nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração, bem como não se trata de contrato com cláusula de garantia. Processo N° 08000.001154/2010-19 - Sun Guangyu.

INDEFIRO o Recurso, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 11 de agosto de 2010, Seção I, pág.25, considerando que não atende o disposto no art. 4º, Parágrafo Único, da Resolução Normativa nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração, bem como não se trata de contrato com cláusula de garantia. Processo N° 08000.001344/2010-28 - Duan Kunpeng.

IZAURA MARIA SOARES MIRANDA

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08102.000321/2011-39 - Eberhard Gunter Schmidtke

Processo Nº 08102.001302/2011-20 - Bakr Mohmood Shakir

Processo Nº 08102.001309/2011-41 - Norberto Fernando Gomes Sardinha

Processo Nº 08102.003326/2011-13 - Jose Manuel Ferreira Machado

Processo Nº 08102.005192/2010-94 - Jose Manuel Tavares de Bastos

Processo Nº 08102.007975/2010-11 - Andrew John Garten

Processo Nº 08391.000277/2011-59 - Ghenaide Mindrescu

Processo Nº 08391.001762/2011-40 - Cristina da Conceição Tavares da Mota

Processo Nº 08458.009731/2010-34 - Jorge Manuel Camacho de Souza

Processo Nº 08461.000013/2011-24 - Svetlana Nikolaevna Magalhães Ferreira

Processo Nº 08505.071290/2010-87 - Ricardo German Rojas Rojas

Processo Nº 08507.000036/2011-65 - Elisa Isabel Gomez Ceballos.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.000107/2011-21 - Mathieu Paul Burrer, Elise Eugene Burrer, Estelle Gibout Burrer, Ines Marguerite Burrer e Milla Marie Burrer, até 02/02/2013

Processo Nº 08000.000748/2011-85 - Mark John Mintha e Jill Marie Heon, até 22/01/2013

Processo Nº 08000.001251/2011-84 - Mathieu Berthoumieux, até 16/02/2013

Processo Nº 08000.001476/2011-31 - Santos Gencianos Delima, até 10/05/2013

Processo Nº 08000.001477/2011-85 - Leonilo Davocol Melo, até 10/05/2013

Processo Nº 08000.001484/2011-87 - Rodolfo Delos Santos Macalintal, até 25/09/2011

Processo Nº 08000.001589/2011-36 - Age Karlsen, Rebekka Agesdatter Heggebo e Thomas Ageson Heggebo, até 03/03/2013

Processo Nº 08000.001911/2011-27 - Maria Paula Lopes Freitas, até 01/05/2013

Processo Nº 08000.002573/2011-41 - Edgardo Piodena Celo, até 07/06/2013

Processo Nº 08000.002594/2011-66 - Rudolf Mazic, até 16/06/2013

Processo Nº 08000.002597/2011-08 - John Mccafferty, até 30/11/2012

Processo Nº 08000.002658/2011-29 - Philip Allan Almond, até 16/06/2013

Processo Nº 08000.003021/2011-50 - Sasa Doric, até 15/10/2012

Processo Nº 08000.003040/2011-86 - Pedro Lamayo Caballo, até 12/12/2011

Processo Nº 08000.003041/2011-21 - Normandy de Villa Pagcaliwangan, até 12/12/2011

Processo Nº 08000.003106/2011-38 - Noel Tomas Sabado, até 07/04/2013

Processo Nº 08000.003181/2011-07 - Mario Butigan, até 15/10/2012

Processo Nº 08000.003185/2011-87 - Mattis Decorte, até 15/10/2012

Processo Nº 08000.003186/2011-21 - Maroje Kaznacic, até 15/10/2012

Processo Nº 08000.003187/2011-76 - Onno Bakelaar, até 15/10/2012

Processo Nº 08000.003188/2011-11 - Sven Francois Maria Rene Van Cauterem, até 15/10/2012

Processo Nº 08000.003199/2011-09 - Alexander Varlashkin, até 12/03/2013

Processo Nº 08000.003210/2011-22 - Mark Gijsbert Boll, até 12/03/2013

Processo Nº 08000.003306/2011-91 - Kenneth Ray Warfle, até 12/03/2013

Processo Nº 08000.003307/2011-35 - Ross Michael Kelly, até 13/03/2013

Processo Nº 08000.003308/2011-80 - Jacek Jan Binek, até 12/03/2013

Processo Nº 08000.003311/2011-01 - Antonio Villegas Santos, até 26/06/2013

Processo Nº 08000.003313/2011-92 - Jeffrie Cosino Contrano, até 01/11/2011

Processo Nº 08000.003383/2011-41 - Allan Widdowfield, até 11/02/2013

Processo Nº 08000.003569/2011-08 - Paulo Alexandre Fernandes de Araujo Vieira, até 28/03/2012

Processo Nº 08000.003591/2011-40 - Gregor Gausepohl, até 20/05/2012

Processo Nº 08000.003961/2011-49 - Jean Michel Frederic Fournier, até 25/09/2012

Processo Nº 08000.004321/2011-56 - Ana Larriba Pastora, até 11/10/2012

Processo Nº 08000.012278/2010-11 - Mallikarjun Baburao Labbi, até 12/10/2011

Processo Nº 08000.012966/2010-81 - Joerg Niehus, até 10/11/2012

Processo Nº 08000.019161/2010-69 - Sunil de Souza, até 13/05/2013

Processo Nº 08000.020760/2010-25 - Matthew Aaron Ryan Kelzenberg, Dora Jane Kelzenberg, Sarah Beatrice Kelzenberg, Sebastian James Kelzenberg e Shelley Christine Ryan Kelzenberg, até 10/02/2012

Processo Nº 08354.000862/2011-03 - Richard Kasmader, até 23/09/2011

Processo Nº 08354.005350/2010-44 - Hideo Kawabata, até 27/09/2011

Processo Nº 08354.005561/2010-87 - Masaya Asano, até 12/10/2011

Processo Nº 08354.005710/2010-16 - Lutz Neugebauer, até 19/10/2011

Processo Nº 08354.005711/2010-52 - Tomoyuki Obata, até 19/10/2011

Processo Nº 08354.005771/2010-75 - Hidenori Kinugasa, até 22/10/2011

Processo Nº 08354.005835/2010-38 - Karl Heinz Wilhelm Schneider, até 28/10/2011.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s), ressaltando a necessidade de autuação na forma do disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo N° 08000.003305/2011-46 - Brian Price, até 12/03/2013

Processo N° 08000.003037/2011-62 - Risalino Sosas, até 06/03/2013

Processo N° 08000.001649/2011-11 - Jason Christopher Mickno, até 20/02/2012

Processo N°08000.002575/2011-30 - Valeriano Jr Ignalig Perin, até 17/03/2013

Processo N° 08000.013168/2010-77 - Miguel Angel Ramirez Bernal, Maria Del Carmen Martinez Martinez e Paulina Ramirez Martinez, até 01/11/2012

Processo N° 08000.002067/2011-51 - Michel Ange Lopez,até 15/02/2013

Processo N° 08000.000598/2011-18 - Witold Kamieniecki, até 23/01/2012

Processo N° 08000.002552/2011-25 - Jani Ilari Vuorinen, até 31/05/2012.

DEFIRO os Pedidos de Transformação de Visto temporário item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08460.034708/2010-39 - Dietmar Andreas Knitsch, Adriana Knitsch Gil, ANDREA DE JESUS KNITSCH GIL e Jennys Maria Gil Fermin

Processo Nº 08460.041465/2010-95 - Detlef Klaus Klever, IRIS COROMOTO GIL DE KLEVER e Pamela Klever Gil

Processo Nº 08460.048139/2010-17 - Willem Van Beek

Processo Nº 08505.037721/2010-86 - Nicolas Alejandro Bassi, Andrea Natalia Vita e Santiago Bassi

Processo Nº 08505.055285/2010-27 - Raul Alberto Valiente.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DEFIRO o Pedido de Transformação de Visto temporário item V em Permanente. Processo N° 08000.005460/2010-16 - Gerardo Julian Moscatelli.

Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o despacho publicado no Diário Oficial de 17/11/2010, Seção 1, pág. 28, e DEFIRIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei 6.815/80. Processo N° 08504.009766/2010-71 - Luis Carlos Burbano Zambrano.

Determino o arquivamento dos pedidos abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s).

Processo Nº 08000.002051/2011-49 - Jose Angel Cobena Serrano

Processo Nº 08000.002150/2011-21 - Victor Armando Guzman Macias

Processo Nº 08000.002529/2011-31 - Florian Klaus Schlessinger

Processo Nº 08000.002719/2011-58 - Bingfeng Yang.

Determino o arquivamento dos pedidos abaixo relacionados, diante da solicitação da instituição responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) no País.

Processo Nº 08335.019340/2010-14 - Oscar Ernesto Gallegos Vera

Processo Nº 08505.060891/2010-64 - Kenichi Ikebe.

Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do pedido de prorrogação de estada no País.

Processo Nº 08000.002985/2011-81 - Paul William Kannegieter

Processo Nº 08000.004939/2011-16 - Grete Waaland Sorensen

Determino o ARQUIVAMENTO do(s) pedido(s) de Transformação do visto temporário item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08280.032172/2009-00 - Alexis Daniel Costa Rodriguez e Lilian Patricia Cocalle Melnyczuk

Processo Nº 08460.016286/2009-86 - Sandra Elezabeth Villegas Fernandez.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista, que os estrangeiro não foram localizados no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08458.003560/2005-72 - Rudolf Khalid Berger

Processo Nº 08460.000975/2008-98 - Apostolos Triantafyllidis

Processo Nº 08505.008136/2010-79 - Nerissa Rara da Silva.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista que o estrangeiro encontra-se fora do país. Processo Nº 08505.001470/2010-00 - Adam Michael Pickel.

CAROLINDA RODRIGUES CHAVES
Substituta

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08101.000262/2010-28 - Isaque Antonio Correia

Processo Nº 08102.001709/2011-57 - Xiomara Franchesca Garcia Diaz

Processo Nº 08102.002488/2010-53 - Hans Andreson Garcia Mejia

Processo Nº 08102.004535/2009-60 - Ricardo Alexandre Lasbarreres Gonçalves de Almeida Ralo

Processo Nº 08102.008828/2010-50 - Michael Saunders

Processo Nº 08102.010350/2010-28 - Vivian Victoria Vergara Flaaut

Processo Nº 08102.011227/2010-24 - Gunter Josef Schmitt

Processo Nº 08388.000083/2011-11 - Laura Del Castillo Tarifa

Processo Nº 08505.001938/2011-39 - Romain Yann Saulas

Processo Nº 08505.001939/2011-83 - Ching Mei Huang

Processo Nº 08505.001981/2011-02 - João Paulo de Carvalho Ribeiro

Processo Nº 08505.001997/2011-15 - Fabio Branca

Processo Nº 08505.002013/2011-13 - Rui Jorge Padrela Santos

Processo Nº 08505.002051/2011-68 - Ricardo Diez Guerrero

Processo Nº 08505.002143/2011-48 - Amadeo Martin Andrés Yague

Processo Nº 08505.002159/2011-51 - Samuel Andres Yustos Capilla

Processo Nº 08505.002174/2011-07 - Sofia Ferreira da Silva Fortuna

Processo Nº 08505.004923/2011-22 - Olena Volodymyrivna Zagorulko

Processo Nº 08505.005037/2011-16 - Olga Vadimovna Passadore

Processo Nº 08505.007761/2010-01 - Fiorenzo Perico

Processo Nº 08505.042591/2010-01 - Paulo Alexandre Ventura Duarte

Processo Nº 08505.047231/2010-98 - David Aaron Ttira Marinho

Processo Nº 08505.047233/2010-87 - Vernon Ray Costa Tyer

Processo Nº 08505.052731/2010-41 - Borys Krzysztof Piasecki

Processo Nº 08505.059113/2010-22 - Fernando Jorge Nogales Delgado

Processo Nº 08505.059145/2010-28 - Samir Chibib Abi Raad

Processo Nº 08505.063526/2010-10 - Valeriia Andreievna Iurchenko Cademartori

Processo Nº 08505.063622/2010-50 - Koji Fukagawa

Processo Nº 08505.067638/2010-31 - Daryl William Brown

Processo Nº 08505.068449/2010-86 - Yoel Rodriguez Pinto

Processo Nº 08505.068472/2010-71 - Claude Szajda

Processo Nº 08505.068529/2010-31 - Safia Zeaiter El Orra

Processo Nº 08505.072779/2010-76 - Silvio Wilson Gomes Tuto

Processo Nº 08505.072931/2010-11 - Sander Johannes Godefridus Koelman

Processo Nº 08505.072957/2010-69 - Manal Bou Marhe Abou Hassan

Processo Nº 08505.072960/2010-82 - Junko Maebashi

Processo Nº 08505.072987/2010-75 - Luis Fernando Mejia Molinari.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ nº 606/91, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08444.001655/2008-53 - Chan Yew Seng e Yap Keow

Processo Nº 08505.035246/2010-11 - Eun Kyung Lee.

Diante dos elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/2009, DEFIRO os pedidos de residência provisória, nos termos da Lei 11.961/09, abaixo relacionados:

Processo N° 08531.003429/2009-17 - Sandra Rodriguez Meneses.

Processo N° 08460.036359/2009-56 - Xiao Hua Dong

Processo N° 08353.010080/2009-60 -Alessandro Pompili

Processo N° 08256.006520/2009-82 - Marianne Julia Graefin Zu Solm-Wildenfels Geb.Heirich.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 07/05/2009, página 63, para conceder a permanência nos termos da Resolução Normativa nº36/99 do Conselho Nacional de Imigração e Portaria MJ nº 606/91. Processo Nº 08257.000725/2007-82 - Carmen Teresa Fernandez Garcia.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 11/04/2011, página 43, para conceder a permanência nos termos da Resolução Normativa nº36/99 do Conselho Nacional de Imigração e Portaria MJ nº 606/91. Processo Nº 08354.008654/2009-20 - Maria Angelica Graciela Allende Zamora e Enrique Salvador Heresi Heresi.

Torno insubsistente o ato indeferitório publicado no D.O.U de 13/04/2011, página 19, para conceder a permanência nos termos da Lei 11.961/09. Processo N° 08505.037808/2009-10 - Amadou Moctar Diop.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista, que o(s) estrangeiro(s) não preenche(m) os requisitos da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração. Processo Nº 08354.001431/2010-75 - Peixin Li.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista o não cumprimento da (s) exigência(s) formulada(s) por esta Divisão. Processo Nº 08475.000390/2011-12 - Edgar Junior Salvo Acosta, Carlos Arturo Salvo Acosta e Lucio Edwin Salvo Acosta.

Tendo em vista que o Estrangeiro não comprovou o seu ingresso em território brasileiro até 1º de fevereiro de 2009 INDEFIRO o pedido formulado pelo nacional boliviano, Eddy Alvarez Quispe, nos termos do art. 1º, da lei 11.961/09. Processo N° 08505.081491/2009-59 - Eddy Alvarez Quispe.

Considerando o disposto no art. 4°,III, da Lei 11.961/09, INDEFIRO o pedido de residência provisória formulado pelo nacional argentino Federico Herman Giordano. Processo N° 08505.013207/2011-36 - Federico Herman Giordano.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls. 34 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, INDEFIRO o pedido formulado pelo nacional libanês, Bane Radojevic, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08505.101742/2009-29 - Bane Radojevic.

Tendo em vista que o Estrangeiro não comprovou o seu ingresso em território brasileiro até 1º de fevereiro de 2009 indefiro o pedido formulado pelo nacional libanês, Wissam Zaki Abou Abbas, nos termos do art. 1º, da lei 11.961/09. Processo N° 08389.032989/2009-61 - Wissam Zaki Abou Abbas.

Tendo em vista que o Estrangeiro não comprovou o seu ingresso em território brasileiro até 1º de fevereiro de 2009 INDEFIRO o pedido formulado pelo nacional libanês, Alaa Shway, nos termos do art. 1º, da lei 11.961/09. Processo N° 08389.027753/2009-11 - Alaa Shway.

Tendo em vista que o Estrangeiro não comprovou o seu ingresso em território brasileiro até 1º de fevereiro de 2009 INDEFIRO o pedido formulado pelo nacional libanês, Ali Ali, nos termos do art. 1º, da lei 11.961/09. Processo N° 08389.027747/2009-56 - Ali Ali.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls. 30 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, INDEFIRO o pedido formulado pelo nacional libanês, Suleyman Koroglu, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08389.026225/2009-37 - Suleyman Koroglu.

Tendo em vista que o Estrangeiro não comprovou o seu ingresso em território brasileiro até 1º de fevereiro de 2009 INDEFIRO o pedido formulado pelo nacional libanês, Yassine Mohamad, nos termos do art. 1º, da lei 11.961/09. Processo N°08389.025811/2009-64 - Yassine Mohamad.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls. 23 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, INDEFIRO o pedido formulado pelo nacional libanês, Jaafar El Khechen, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08389.025800/2009-84 - Jaafar El Khechen.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls. 24dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, INDEFIRO o pedido formulado pelo nacional italiano, Alberto Aledi, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99. Processo N° 08230.013805/2009-68 - Alberto Aledi.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato DEFERITORIO publicado no D.O.U de 18/12/2008, página 97, tendo em vista que o estrangeiro não preenche os requisitos da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração. Processo N° 08506.010528/2007-92 - Nousra Berrahmoune.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
P/Delegação de Competência

Determino o arquivamento dos pedidos de prorrogação de prazo, tendo em vista, o não cumprimento da (s) exigência(s) formuladas por esta Divisão.

Processo Nº 08280.019247/2011-73 - Judite Dias Ximenes, Gremilde Antonia Felizbela Dias dos Santos e Griselda Antonia Felizarda Dias dos Santos

Processo Nº 08495.001293/2011-09 - Carolina Enith Bullen Medina.

Determino o arquivamento do pedido de prorrogação de prazo, diante do término do curso. Processo Nº 08354.004002/2010-50 - Luis Guillermo Martinez Maza.

Diante do despacho de fls. 36, e o pedido de reconsideração (fls. 37 a 51) nos autos, determino o ARQUIVAMENTO do pleito, por já ter decorrido o prazo superior ao da estada solicitada. Processo N° 08230.000005/2010-11 - Francisco Victor dos Santos Correia.

INDEFIRO o pedido de prorrogação de prazo, considerando a falta de amparo legal, por ter o requerente autuado o pedido fora do prazo determinado, nos termos do artigo 38, da Lei 6.815/80. Processo N° 08458.003171/2011-95 - Giresse Acakpovi.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
P/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionados:

Processo Nº 08270.009142/2011-25 - Mohammed Saad Lahlou, até 31/12/2011

Processo Nº 08270.009144/2011-14 - Agnieszka Malgorzata Flanek, até 16/06/2012

Processo Nº 08364.000823/2011-89 - Julien Pierre Meyer, Aito Camille Meyer Dentel e Laure Madeleine Dentel, até 11/07/2013

Processo Nº 08505.022446/2011-87 - Jamil El Rahi, até 17/11/2011

Processo Nº 08505.035792/2011-25 - Georgios Dimitriadis, até 29/06/2012.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.006088/2011-46 - Megumi Ueda, até 23/07/2012

Processo Nº 08000.006103/2011-56 - Yuridia Jacobo Lugardo, até 15/12/2011

Processo Nº 08212.003780/2011-27 - Luisa Julieth Parra Serrano, até 04/08/2012

Processo Nº 08260.003167/2011-34 - Lucia Ceccato, até 09/06/2012

Processo Nº 08270.009117/2011-41 - Miguel Angelo Barreto da Moura, até 07/06/2012

Processo Nº 08270.009133/2011-34 - Quigana Samori Iala, até 07/06/2012

Processo Nº 08270.009136/2011-78 - Evanilson Gomes, até 07/06/2012

Processo Nº 08270.009182/2011-77 - Aladje Bua Cassama, até 22/06/2012

Processo Nº 08270.009207/2011-32 - Dejanira da Silva, até 28/06/2012

Processo Nº 08270.009239/2011-38 - Ai Embalo, até 09/08/2012

Processo Nº 08270.009338/2011-10 - Sannhop Barbosa Crima, até 28/05/2012

Processo Nº 08270.009341/2011-33 - Fernando Luis Jorge Sanha, até 22/06/2012

Processo Nº 08270.009351/2011-79 - Nivaldo Helder da Silva, até 14/07/2012

Processo Nº 08501.004393/2011-52 - Michael Henry Rodriguez Garcia, até 26/09/2011

Processo Nº 08501.004395/2011-41 - Kelly Yuliana Munoz Zegarra, até 30/09/2011

Processo Nº 08505.022402/2011-57 - Jaime Enrique de Jesus Badel Mogollon, até 15/06/2012

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08505.022415/2011-26 - Gerald Jean, até 19/05/2012

Processo Nº 08505.022439/2011-85 - Natalia Yarima Garcia Malaver, até 21/06/2012

Processo Nº 08505.022440/2011-18 - Maria Alejandra Acevedo Sanchez, até 03/07/2012

Processo Nº 08505.022450/2011-45 - Maria Helena Hernandez Salcedo, até 31/12/2011

Processo Nº 08505.022455/2011-78 - Laura Mannarini, até 12/07/2012

Processo Nº 08505.035725/2011-19 - Mayumi Someha, até 21/05/2012.

MARIA ROSA VILAS BOAS DE ALMEIDA
P/Delegação de Competência

Determino o arquivamento do pedido de prorrogação de prazo, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada. Processo N° 08000.002151/2011-75 - Craig George Millhouse.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
P/Delegação de Competência

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União de 26/05/2011, Seção I, Pág. 61, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.003078/2011-59 - Ken Kotaki, Kai Kotak, Keiko Kotaki e Rio Kotaki, até 27/04/2013

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.003078/2011-59 - Ken Kotaki, Kai Kotaki, Keiko Kotaki e Rio Kotaki, até 27/04/2013.

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolver:

Processo MJ nº 08017.001153/2011-68

Filme: "A MENINA DO MAR"

Requerente: Sociedade Amigos da Cinemateca / Programadora Brasil

Classificação Pretendida: Livre

Contém: Folclore

Tema: Agressão Física e Verbal.

Indeferir o pedido de reconsideração do filme, classificando-o como "Não recomendado para menores de 10 (dez) anos".

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 145 de 26/05/2011, publicada no DOU de 30/05/2011, Seção I, página 83, Processo MJ nº 08017.004170/2011-57, onde se lê: "Plataforma: NINTENDO 3DS" leia-se "Plataforma: NINTENDO 3DS e NINTENDO DS"

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS PORTOS, TERMINAIS E VIAS NAVEGÁVEIS

RESOLUÇÃO Nº 48, DE 25 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre a prorrogação das Declarações de Cumprimento em favor das Instalações Portuárias que tenham o seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado no âmbito da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS e por cumprir as disposições do Código ISPS e dá outras providências.

O Presidente da COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS PORTOS, TERMINAIS E VIAS NAVEGÁVEIS - CONPORTOS, usando da competência que lhe conferem o Artigo 3º, Inciso I, do Decreto nº 1.507, de 30 de maio de 1.995 e o Artigo 10, Inciso VIII, do Anexo da Portaria nº 388, de 15 de maio de 1998, do Ministério da Justiça,

Considerando que, a 5ª. Conferência Diplomática dos Governos Signatários da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, aprovou, em 12 de dezembro de 2002, a Resolução nº 2, referente ao Código Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias que estabeleceu uma série de exigências de segurança para a navegação e os portos de todo o mundo;

Considerando que, em razão dessas medidas, o Governo brasileiro, por meio da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, tem adotado as providências relativas à implementação das medidas baixadas no âmbito da Organização Marítima Internacional - IMO, dentre as quais a edição de normas e documentos que atendam aos princípios do Código ISPS, em todos os portos e terminais instalados no Brasil;

Considerando a relevância e a urgência da implantação do mencionado Código ISPS, norma internacional cujas medidas impostas vigem desde 1º de julho de 2004, no âmbito dos portos, terminais e vias navegáveis brasileiros, e

Considerando o deliberado na 89ª Reunião da Comissão Nacional, realizada em Brasília-DF, no dia 25 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º. Prorrogar, até 31 de dezembro de 2012, a validade das Declarações de Cumprimento - DC deferidas por esta Comissão Nacional, sejam elas vencidas ou vincendas até a data supra, ressalvando-se o disposto na Resolução nº 47, de 07 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2011.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DA MINISTRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 9, DE 3 DE JUNHO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA E O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, INTERINO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009, na Portaria Interministerial MPA/MMA nº 2, de 13 de novembro de 2009, na Portaria Interministerial nº 1, de 20 de abril de 2010 e na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 e o que consta no Processo nº 00350.006528/2010-01, resolvem:

Art. 1º Prorrogar até 31 de dezembro de 2011 o prazo estabelecido no Artigo 2º da Instrução Normativa Interministerial nº 6, de 18 de maio de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 19 de maio de 2010, Seção 1, página 33, dos Ministérios da Pesca e Aqüicultura e do Meio Ambiente, para que os proprietários ou armadores de pesca de embarcações motorizadas com comprimento entre 10 e 15 metros e com autorização de pesca para a captura de lagostas vermelha (Panulirus argus) e cabo verde (Panulirus laevidauda) coloquem e mantenham em funcionamento um sistema de monitoramento remoto.

Parágrafo Único. Ficam mantidas as demais exigências previstas no Parágrafo Único do Artigo 2º da INI MPA/MMA nº 06, de 18 de maio de 2010.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

IDELI SALVATTI
Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura

FRANCISCO GAETANI
Ministra de Estado do Meio Ambiente
Interino

SECRETARIA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA

PORTARIA Nº 26, DE 24 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 937 da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de 3 de maio de 2011, e do disposto no artigo 14 do anexo I do Decreto nº 6.972, de 27 de setembro de 2009, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Instrução Normativa SEAP/PR nº 3, de 12 de maio de 2004, na Instrução Normativa nº 24, de 26 de outubro de 2007 e do que consta nos Processos nº 00364.000494/2008-69 e nº 00364.000495/2008-11, resolve:

Art. 1° Conceder autorização de pesca na modalidade de Rede de Arrasto, para a captura de Camarão Rosa/Fauna Acompanhante, com atuação na região norte do Brasil, para as embarcações pesqueiras denominadas "CHARMOSO" e "CHARMOSO III", ambas de propriedade do Sr. José Palmas Bragado e atualmente arrendadas à ICOARACI PESCADOS E EXPORTAÇÃO, cujas inscrições na Autoridade Marítima estão sob o nº 221-010299-5 e nº 161-005654-0, respectivamente.

Art. 2° A emissão da Autorização de Pesca de que trata o caput será de responsabilidade do Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura do MPA, obedecidas as demais condições estabelecidas na Instrução Normativa SEAP/PR nº 3, de 2004.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

AMÉRICO RIBEIRO TUNES

PORTARIA Nº 32, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Portaria n° 937 do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, de 02 de maio de 2011, e a Portaria MPA n° 523, de 1º de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto na lei n° 9.784, de 19 de janeiro de 1999, na Instrução Normativa SEAP/PR n° 3, de 12 de maio de 2004, na Instrução Normativa SEAP/PR n° 1, de 30 de janeiro de 2007, e do que consta no Processo n° 00350.000121/2007-66, resolve:

Art. 1° Tornar válidos, por mais 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação desta Portaria, os Certificados de Registro das embarcações autorizadas para a captura de lagosta no litoral norte e nordeste com comprimento total acima de 10 (dez) e menor que 15 (quinze) metros emitidos para a temporada de pesca de 2010.

Parágrafo Único. Para fins de comprovação de regularidade junto aos órgãos de controle e fiscalização, os interessados deverão portar o certificado de registro emitido em 2010 acompanhado do protocolo de requerimento de renovação relativo à temporada de 2011.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMÉRICO RIBEIRO TUNES

Ministério da Previdência Social

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÕES DE 24 DE MAIO DE 2011

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 11 inciso III do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, faz saber que decidiu:

Nº 23/2011/DICOL/PREVIC
PROCESSOS: 44190.000002/2010-64
INTERESSADO: João Aparecido de Lima e outros
ENTIDADE: GERDAU - Sociedade de Previdência Privada
Vistos, relatados e discutidos os autos em que são autuados João Aparecido de Lima, Expedito Luz, Osvaldo Burgos Schirmer e Geraldo Toffanello, diretores executivos da GERDAU - Sociedade de Previdência Privada, por aplicarem os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, infringindo o disposto no artigo 9º, § 1º da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001; art. 64 do Decreto nº 4942, de 30/12/2003 e artigo 26, inciso I, alínea c, do Regulamento anexo à Resolução CMN nº 3.121, de 25/09/2003, decidem os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, na 60ª Sessão Ordinária, por unanimidade, pela improcedência do Auto de Infração nº 10/2010, de 10/12/2010, nos termos do Relatório Final nº 23/2011/CGCD/DICOL/PREVIC, de 20/05/2011, aprovado nesta oportunidade.

Nº 24/2011/DICOL/PREVIC
PROCESSOS: 44190.000003/2010-17
INTERESSADO: João Aparecido de Lima e outros
ENTIDADE: GERDAU - Sociedade de Previdência Privada
Vistos, relatados e discutidos os autos em que são autuados João Aparecido de Lima, Expedito Luz, Osvaldo Burgos Schirmer e Geraldo Toffanello, diretores executivos da GERDAU - Sociedade de Previdência Privada, por aplicarem os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, infringindo o disposto no artigo 9º, § 1º da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001; art. 64 do Decreto nº 4942, de 30/12/2003 e artigo 50 do Regulamento anexo à Resolução CMN nº 3.121, de 25/09/2003, decidem os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, na 60ª Sessão Ordinária, por unanimidade, pela improcedência do Auto de Infração nº 11/2010, de 10/12/2010, nos termos do Relatório Final nº 24/2011/CGCD/DICOL/PREVIC, de 20/05/2011, aprovado nesta oportunidade.

JOSÉ MARIA RABELO
Diretor-Superintendente

DECISÃO DE 31 DE MAIO DE 2011

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 11 inciso III do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, faz saber que decidiu:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO Nº 25/2011/DICOL/PREVIC
PROCESSOS: 44000.002188/2009-42
INTERESSADO: João Otomar Petry e outros
ENTIDADE: Fundação CELESC de Seguridade Social - CELOS

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são autuados João Otomar Petry, Pedro Inácio Bornhause, Hermínio Capela Vieira, José Klafke, Clênio José Braganholo e Osmar Soares, por aplicarem os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefício em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, infringindo o disposto no artigo 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, e artigo 37, inciso IV, do Decreto nº 4.206, de 23/04/2002, combinados com o artigo 36, inciso I, do Regulamento anexo à Resolução CMN nº 2.829, de 30/03/2001, decidem os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, na 61ª Sessão Ordinária, por unanimidade, pela procedência do Auto de Infração nº 11/09-65, de 07/07/2009, com aplicação, nos termos do art. 64 do Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, da pena de MULTA pecuniária, para cada autuado, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), em face da aplicação do princípio da retroatividade da norma mais benéfica, nos termos do Relatório Final nº 25/2011/CGCD/DICOL/PREVIC, de 26/05/2011, aprovado nesta oportunidade.

JOSÉ MARIA RABELO
Diretor-Superintendente

DECISÃO DE 3 DE MAIO DE 2011

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 11 inciso III do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, faz saber que decidiu:

DECISÃO Nº 19/2011/DICOL/PREVIC
PROCESSOS: 44190.000005/2009-64
INTERESSADO: Roberto Brunner e outros
ENTIDADE: Fundação Copel de Previdência e Assistência Social - Fundação COPEL

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são autuados Roberto Brunner, Elzio Batista Machado e Carlos Eduardo Felsky, por aplicarem os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, ultrapassando, concomitantemente, o limite de 20% (vinte por cento) do total de aplicações em ações de uma mesma companhia do respectivo capital votante e capital total, infringindo o disposto no artigo 9, § 1º da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, c/c art. 64 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003, artigo 26, inciso I, alíneas "a" e "b" do Regulamento anexo à Resolução CMN nº 3.121, de 25/09/2003, e artigo 22, inciso I, alíneas "a" e "b" do Regulamento anexo à Resolução CMN nº 3.456, de 01/06/2007, decidem os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por unanimidade, pela improcedência do Auto de Infração nº 20/09-56, de 23/12/2009, com relação aos autuados Roberto Brunner e Carlos Eduardo Felsky, e pela extinção da punibilidade do autuado Elzio Batista Machado conforme Relatório Final nº 19/2011/CGCD/DICOL/PREVIC, de 28/04/2011, aprovado nesta oportunidade.

JOSÉ MARIA RABELO
Diretor-Superintendente

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

No Anexo I da Portaria 4.251/GM/MS, de 29 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 250, de 30 de dezembro de 2010, Seção I, página 176,

ONDE SE LÊ

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	LUIS EDUARDO MAGALHÃES	PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES	042.14.419000/1090-15	403.551,60	10.302.1220.8933.0029

LEIA-SE

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	LUIS EDUARDO MAGALHÃES	PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES	042.14.419000/1090-15	315.787,00	10.302.1220.8933.0029

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 603, DE 30 DE MAIO DE 2011

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 1º, da Portaria GM/MS nº 731, de 11 de abril de 2011, e

Considerando a necessidade de ajustar as dotações orçamentárias do Fundo Nacional de Saúde, acrescidas ou incluídas pelo Congresso Nacional, com vistas a celebração de convênios com Estados, Municípios e Entidades Privadas, bem como reforçar dotações aplicadas diretamente; e

Considerando as informações e justificativas constantes do processo nº 25000.082196/2011-34, resolve:

Art. 1º Promover na forma do anexo a esta Portaria, em consonância ao estabelecido no inciso II, do artigo 55, da Lei nº 12.309, de 09.08.10 (LDO 2011), a alteração de modalidade de aplicação de dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 12.381, de 09.02.2011.

MÁRCIA APARECIDA DO AMARAL

ANEXO

Seguridade Social
R$ 1,00

CÓDIGO	IDOC	CE	GR	MOD	FTE	VALOR ACRÉSCIMO	VALOR REDUÇÃO
36000						4.350.000	4.350.000
36901						4.350.000	4.350.000
10.301.1214.8581						400.000	400.000
10.301.1214.8581.0031						400.000	400.000
	9999	4	4	99	151		400.000
	9999	4	4	40	151	400.000	
10.302.1220.4525						100.000	100.000
10.302.1220.4525.0540						100.000	100.000
	9999	3	3	99	151		100.000
	9999	3	3	50	151	100.000	
10.302.1220.8535						3.850.000	3.850.000
10.302.1220.8535.0031						3.000.000	3.000.000
	9999	3	3	30	151		3.000.000
	9999	3	3	50	151	3.000.000	
10.302.1220.8535.0031						150.000	150.000
	9999	4	4	99	151		150.000
	9999	4	4	50	151	150.000	
10.302.1220.8535.0108						500.000	500.000
	9999	4	4	71	151		500.000
	9999	4	4	40	151	500.000	
10.302.1220.8535.0638						200.000	200.000
	9999	4	4	90	151		200.000
	9999	4	4	30	151	200.000	

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÕES DE 30 DE MAIO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 1563, de 16 de fevereiro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS Nº : 33902.207802/2003-95
Operadora: Unimed Joinville - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.
Registro ANS: 321273
Beneficiário: M.T.R.
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIGES em relatoria, pelo conhecimento e provimento do recurso interposto pelo beneficiário, reconsiderando a decisão da DIPRO em primeira instância, para julgar improcedente a alegação de doença e lesão preexistente.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 2594, de 24 de março de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS Nº : 33902.067911/2005-25
Operadora: UNIMED BH - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.
Registro ANS: 343889
Beneficiário: S.V.
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIFIS em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto pela operadora, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente por insuficiência de provas.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo Nº : 33902.215100/2005-47
Operadora:Centro Hospitalar Atibaia Ltda
Registro na ANS Nº : 35069-9
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo Nº : 33902.156853/2007-75
Operadora: CLINIPAN - Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda.
Registro na ANS Nº : 340782
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo Nº : 33902.301634/2005-95
Operadora: GRÊMIO BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DA KLABIN S/A
Registro na ANS Nº : 350206
Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIDES em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.157108/2007-43

Operadora: HAPVIDA Assistência Médica Ltda

Registro na ANS Nº : 36825-3

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.047025/2008-28

Operadora: PARANÁ ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA

Registro na ANS Nº : 315265

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO REIS TAVARES
Diretor - Presidente
Substituto

DECISÕES DE 1º DE JUNHO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3150, de 2 de fevereiro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS Nº : 33902. 00478/2005-17

Operadora: Unimed Brasília - Cooperativa de Trabalho Médico

Registro: 353574

Auto de infração n° 15329 de 14/12/2004

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIPRO em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIFIS que fixou multa no montante de R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), nos termos do artigo 77 c/c inciso II do artigo 10, ambos da RN n.º 124, de 2006.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3160, de 2 de fevereiro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS Nº : 33902.050026/2004-26

Operadora: CASSI - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil

Registro: 346659

Auto de infração n° 11923 de 31/3/2004

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIDES em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIFIS que fixou multa no montante de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), nos termos do artigo 7º inciso IV da RDC n.º 24, de 2000.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3247, de 10 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS Nº : 33902.220555/2003-12

Operadora: Unimed de Ibitinga - Cooperativa de Trabalho Médico

Registro: 365238

Auto de infração n° 8286 de 4/12/2002

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIPRO em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIFIS, mas alterando seu valor para o montante de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), nos termos do artigo 31 c/c inciso II do artigo 10, ambos da RN n.º 124, de 2006.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3252, de 10 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS Nº : 25789.000746/2005-47

Operadora: Centro Transmontano São Paulo

Registro: 303623

Auto de infração n° 15827 de 26/11/2004

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIFIS, mas alterando seu valor para o montante de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), nos termos do artigo 66 c/c inciso III do artigo 10, ambos da RN n.º 124, de 2006.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 292ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 27 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.157633/2007-69

Operadora: Unimed Cascavel Cooperativa de Trabalho Médico.

Registro na ANS Nº : 370070

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.213975/2005-12

Operadora: AGEMED SAÚDE S/A

Registro na ANS Nº : 339601

Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIFIS em relatoria, no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.279990/2005-15

Operadora: AMI - Assistência Médica Infantil

Registro na ANS Nº : 328332

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, porquanto intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.214202/2005-45

Operadora: ASL - Assistência à Saúde

Registro na ANS Nº : 411264

Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIGES em relatoria, no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.156687/2007-15

Operadora: Associação das Pioneiras Sociais

Registro na ANS Nº : 355071

Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIGES em relatoria, no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.214352/2005-59

Operadora: Associação Beneficente dos Empregados das Empresas Arcelor Brasil

Registro na ANS Nº : 314668

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.156742/2007-69

Operadora: BENSAÚDE - Plano de Assistência Médica Hospitalar S/C Ltda.

Registro na ANS Nº : 366561

Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIFIS em relatoria, no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.214808/2005-81

Operadora: Caixa de Assistência da PREVIMINAS

Registro na ANS Nº : 411817

Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIGES em relatoria, no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.046658/2008-19

Operadora: CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DA CEDAE - CAC

Registro na ANS Nº : 321869

Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIFIS em relatoria, no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.215008/2005-87

Operadora: Camboriú Saúde Ltda.

Registro na ANS Nº : 360147

Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIGES em relatoria, no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.156809/2007-65

Operadora: Centro Barbacenense de Assistência Médica e Social

Registro na ANS Nº 310361

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.215255/2005-83

Operadora: Cooperativa Médica Campinas - Coopermeca Seguros Saúde S/A

Registro na ANS Nº : 336432

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.215257/2005-72

Operadora: Cooptasim-ES Cooperativa de Profissionais Técnicos na ADMI

Registro na ANS Nº : 310581

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.046766/2008-91

Operadora: Crusam Cruzeiro do Sul Serviço de Assistência Médica S/A

Registro na ANS Nº : 324698

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.215270/2005-21

Operadora: Dix Assistência Médica Ltda

Registro na ANS Nº : 362921

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.046827/2008-11

Operadora: FUNDAÇÃO PADRE ALBINO

Registro na ANS Nº : 412368

Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIFIS em relatoria, no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.046866/2008-18

Operadora: HBC SAÚDE S/C LTDA

Registro na ANS Nº : 414352

Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIFIS em relatoria, no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.2804622005-17

Operadora: Irmandade Nossa Senhora das Graças

Registro na ANS Nº : 310891

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, porquanto intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.215592/2005-34

Operadora: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAS

Registro na ANS Nº : 322920

Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIFIS em relatoria, no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.046953/2008-75

Operadora: LAM Operadora de Planos de Saúde S/C Ltda

Registro na ANS Nº : 360961

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, porquanto intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3249, de 10 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS Nº : 33902. 066044/2002-68

Operadora: Master Saúde Assistência Médica Ltda.

Registro: 332615

Auto de infração n° 18446 de 3/1/2006

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIPRO em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIFIS que fixou multa no montante de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), nos termos do inciso IV do artigo 4º c/c inciso III do artigo 15, ambos da RDC n.º 24, de 2000.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO REIS TAVARES
Diretor - Presidente
Substituto

DECISÕES DE 2 DE JUNHO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3146, de 31 de janeiro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS Nº : 33902.181923/2004-81

Operadora: Unimed Paulistana Cooperativa de Trabalho Médico

Registro: 301337

Auto de infração n° 15.529 de 20/10/2004

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIPRO em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS que fixou penalidade pecuniária no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por infração à alínea "a" do inciso II do artigo 12 da Lei 9656/98 c/c inciso II do artigo 12 da Resolução RDC n.º 24/2000.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3263 de 10 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS Nº : 33902.206615/2003-94

Operadora: Unimed São José do Rio Preto - Cooperativa de Trabalho Médico

Registro: 335100

Auto de infração nº 10.541 de 18/06/2003.

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIFIS, alterando apenas o valor da penalidade pecuniária fixada para R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais), por infração inciso I, alínea "b" do artigo 12 da Lei 9656/98 c/c inciso VIII do artigo 4º c/c inciso III do artigo 15, ambos da RDC n.º 24/2000 c/c artigo 77 c/c inciso III do artigo10, ambos da RN n.º 124/2006.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3270, de 10 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS Nº : 25789.005880/2005-34

Operadora: Medial Saúde S/A

Registro: 302872

Auto de infração n° 17248 de 07/06/2005

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIPRO em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIFIS que fixou multa no montante de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), nos termos do parágrafo único do artigo 11 da Lei 9656/98 c/c inciso I do artigo 7º da RDC n.º 24, de 2000.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.214263/2005-11

Operadora: Assistência Médica São Paulo-Sul S/A Ltda

Registro na ANS Nº : 325767

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo Nº : 33902.156735/2007-67

Operadora: Austaclinicas Assist Médica e Hospitalar Ltda

Registro na ANS Nº : 327417

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº : 33902.046620/2008-46
Operadora: Beneficência Camiliana do Sul
Registro na ANS Nº : 318299
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo Nº : 33902.156769/2007-51
Operadora: Caixa de Assistência dos Advogados de Minas Gerais
Registro na ANS Nº : 346390
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, porquanto intempestivo mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo Nº : 33902.156778/2007-42
Operadora: Caixa de Assistência dos Funcionários do Basa - CASF
Registro na ANS Nº : 358754
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo Nº : 33902.046679/2008-34
Operadora: Cemil Centro Médico de Itu Ltda
Registro na ANS Nº : 300012
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, porquanto intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo Nº : 33902.280185/2005-34
Operadora: Centro Clínico Canoas Ltda
Registro na ANS Nº : 348457
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, porquanto intempestivo mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo Nº : 33902.156812/2007-89
Operadora: Centro Clínico Gaúcho Ltda
Registro na ANS Nº : 392804
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo Nº : 33902.215417/2005-83
Operadora: Green Line Sistema de Saúde Ltda
Registro na ANS Nº : 325074
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo Nº : 33902.157161/2007-44
Operadora: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Leme
Registro na ANS Nº : 335762
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo Nº : 33902.280435/2005-36
Operadora: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Limeira
Registro na ANS Nº : 319422
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, porquanto intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 294ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 16 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo Nº : 33902.157167/2007-11
Operadora: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba
Registro na ANS Nº : 354562
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 296ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 2 de junho de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo Nº : 33902.128785/2003-21 ap/ 33902.1300557/2003-11
Operadora: CAMED - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil
Registro na ANS Nº : 385697
Auto de Infração n.º : 9954 de 17/2/2003
Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto condutor da DIOPE, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIFIS em primeira instância, alterando apenas o valor da penalidade pecuniária imposta para R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) nos termos do artigo 77 c/c inciso III do artigo 10, ambos da RN 124/2006; e ainda pelo arquivamento do processo apenso em razão de possuir sujeito passivo, pedido e causa de pedir idêntica ao do processo principal.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 296ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 2 de junho de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo Nº : 33902.212246/2003-79
Operadora: Unimed Foz do Iguaçu - Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS Nº : 351792
Auto de Infração n.º : 9235 de 4/7/2003
Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIOPE em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIFIS em primeira instância, alterando apenas o valor da penalidade pecuniária imposta para R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) nos termos do artigo 77 c/c inciso II do artigo 10, ambos da RN 124/2006.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO REIS TAVARES
Diretor - Presidente
Substituto

RETIFICAÇÕES

Na Decisão de 12 de maio de 2011, processo n.° 33902.015743/2001-69, publicada no DOU Nº 92, em 16 de maio de 2011, seção 1, página 61: onde se lê: "Registro: 375918.... ". leia-se: Registro: 402991 ".

Na Decisão de 21 de janeiro de 2011, processo n.° 33902.113143/2003-27, publicada no DOU Nº 16, em 24 de janeiro de 2011, seção 1, página 52: onde se lê: "Beneficiário: M.L.R. e desconstituindo a decisão da DIPRO em primeira instância.... ". leia-se: Auto de Infração n° 9910 de 20/01/2003 e desconstituindo a decisão da DIFIS em primeira instância ".

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.337, DE 31 DE MAIO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 do Presidente da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,
considerando o art. 7º, inciso X da Lei Nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;
considerando, ainda, a Resolução RDC Nº 103, de 8 de maio de 2003, e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência, resolve:
Art. 1º Conceder ao Centro, na forma do ANEXO, a Certificação Secundária em Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos.
Art. 2º A presente Certificação terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.376, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidente da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria Nº 633 publicada no DOU de 12 de Maio de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:
Art. 1° Conceder a Revalidação, dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.
As Revalidações indicadas na relação anexa foram concedidas nos termos da RDC n.º 185/2001, apenas os documentos exigidos para fins de revalidação indicados na referida resolução foram considerados. O registro/cadastro foi revalidado tal qual como concedido originalmente, qualquer alteração que eventualmente tenha sido encaminhada na petição de revalidação, foi desconsiderada.
Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.413, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidente da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria Nº 633 publicada no DOU de 12 de Maio de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder o Arquivamento Temporário dos Processos de Registro e de Petição, dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.414, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidente da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria Nº 633 publicada no DOU de 12 de Maio de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Alteração, Inclusão, Retificação, Revalidação e o Cancelamento dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.415, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir inclusão de nova forma farmacêutica já registrada no país, inclusão de novo acondicionamento, inclusão de nova apresentação comercial, inclusão de local de fabricação do medicamento de liberação convencional com prazo de análise e alteração de local de fabricação do medicamento de liberação convencional com prazo de análise, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.416, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir cancelamento de registro do medicamento, cancelamento de registro da apresentação do medicamento e suspensão temporária de fabricação, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.417, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir revalidação de registro, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.418, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir inclusão de acondicionamento, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.419, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir registro de nova associação no país e alteração de posologia, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.420, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir registro de medicamento, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.421, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir registro de medicamento e retificação de publicação, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.422, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir alteração de excipiente, registro de medicamento e alteração de nome comercial do medicamento, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.423, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir renovação de registro de medicamento, cancelamento de registro da apresentação do medicamento a pedido, retificação de publicação, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.424, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir concessão de registro de insumos farmacêuticos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.425, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir registro de forma farmacêutica nova no país, retificação de publicação, solicitação de transferência de titularidade, cancelamento de registro do medicamento por transferência de titularidade, registro de medicamento novo, inclusão de indicação terapêutica nova no país, cancelamento de registro do medicamento e inclusão de nova forma farmacêutica no país, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.426, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir registro de medicamento e retificação de publicação, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.427, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir inclusão de nova apresentação comercial, retificação de publicação, inclusão de nova concentração já registrada no país, renovação de registro de medicamento, inclusão de nova forma farmacêutica já registrada no país, inclusão de local de fabricação do fármaco e cancelamento de registro da apresentação, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.428, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidente da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria Nº 633 publicada no DOU de 12 de Maio de 2011,

e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Alteração, Inclusão, Retificação, Revalidação, Cancelamento e o Desarquivamento dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n.º 1.392, de 26 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União n.º 59, de 29 de março de 2010, seção 1, página 51 e em suplemento da seção 1, páginas 66 e 67.

Onde se lê:

EMPRESA: Medley S/A Indústria Farmacêutica

Leia-se:

EMPRESA: Medley Indústria Farmacêutica Ltda.

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.340, DE 31 DE MAIO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.341, DE 31 DE MAIO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.342, DE 31 DE MAIO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.343, DE 31 DE MAIO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.344, DE 31 DE MAIO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.345, DE 31 DE MAIO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.346, DE 31 DE MAIO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.347, DE 31 DE MAIO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação na Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.348, DE 31 DE MAIO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.349, DE 31 DE MAIO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com os dispostos nos anexos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.350, DE 31 DE MAIO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.351, DE 31 DE MAIO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC Nº . 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.352, DE 31 DE MAIO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas e cancelar AFE anterior em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.353, DE 1º DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC Nº . 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.354, DE 1º DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC Nº . 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.355, DE 1º DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC Nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.356, DE 1º DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC Nº . 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.357, DE 1º DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011,e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar Autorização por expiração de prazo de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.358, DE 1º DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução Nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.359, DE 1º DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC Nº . 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.360, DE 1º DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.361, DE 1º DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.364, DE 1º DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.365, DE 1º DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC Nº . 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento de Empresas - Mudança de Responsável Técnico em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.366, DE 1º DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC Nº . 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Renovar Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.367, DE 1º DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.368, DE 1º DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com os dispostos nos anexos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.369, DE 1º DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 da ANVISA, de 11 de maio de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC Nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.370, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 de 11 de maio de 2011,

considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei Nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir os pedidos de registros e pedidos de revalidações dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, grau de risco 2, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.371, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633 de 11 de maio de 2011,

considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei Nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder os registros, as revalidações, inclusão de acondicionamento e as inclusões de tonalidades dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, grau de risco 2, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.372, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente o Indeferimento do pedido de Autorização de Funcionamento para o estabelecimento de comercialização de medicamentos constante do anexo desta Resolução, publicado pela Resolução - RE N° 2.036, de 12 de maio de 2011, no Diário Oficial da União Nº 92, de 16 de maio de 2011, Seção 1 Pag. 68 e Suplemento Pag. 62.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

ANEXO

EMPRESA: ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES E PLANTADORES
DE CANA DO PARANAPANEMA
ENDEREÇO: AV. DR. CÍCERO DE MORAES, 700
BAIRRO: CENTRO CEP: 86945000 - SÃO PEDRO DO IVAÍ/PR
CNPJ: 78.212.503/0002-07
PROCESSO: 25351.181256/2011-11
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação da Licença Sanitária
atualizada ou da licença do exercício anterior com protocolo
de renovação do ano vigente, contrariando o artigo 9º, § 2º, da Resolução RDC 01/2010.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.373, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 02.685.377/0001-57 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.01.300-3;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.374, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa GlaxoSmithKline Brasil Ltda., CNPJ n.º 33.247.743/0001-10 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.107-1;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.375, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Mabra Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 09.545.589/0001-88 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.07.794-7;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.377, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Fundação Para o Remédio Popular - FURP, CNPJ n.º 43.640.754/0001-19, Autorização de Funcionamento n.º: 1.01.039-1 e Autorização Especial n.º: 1.20.176-2;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.378, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Merck Sharp & Dohme Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 45.987.013/0001-34 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.029-0;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.379, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Althaia S/A Indústria Farmacêutica, CNPJ n.º 48.344.725/0001-23 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.03.517-5;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.380, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando, ainda, a Portaria Nº 802, de 8 de outubro de 1998 e que a empresa foi inspecionada, cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos Farmacêuticos, pela Vigilância Sanitária do Acre, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.381, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 8 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.382, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 8 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.383, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 8 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.384, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 8 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.385, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresa de Medicamentos, constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.386, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.387, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Alterar Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.388, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Cancelar Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.389, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.390, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.391, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.392, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.393, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.394, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.395, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a Alteração da Autorização Especial para a Empresa de Medicamentos, abaixo citada, publicada pela Resolução n° 4.651 de 8 de outubro de 2010, no Diário Oficial da União Nº 195 de 11 de outubro de 2010, Seção 1 pág. 83 e Suplemento pág. 8.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

ANEXO

EMPRESA: ESPONTÂNEA MATERIAL HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: RUA JACINTO MAIA, N° 300
BAIRRO: CENTRO CEP: 65010280 - SÃO LUÍS/MA
CNPJ: 03.586.131/0001-90
PROCESSO: 25351.185597/2006-06 AUTORIZ/MS: 1.06617.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.396, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.397, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.398, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder o pedido de Alteração Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.399, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.400, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.401, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.402, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Renovar Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.403, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Renovação Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.404, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Alteração na Autorização de Funcionamento para Empresa de Produtos para a Saúde, constante no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.405, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.406, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresa de Cosméticos constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.407, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.408, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.409, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.410, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.411, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresa de Saneantes Domissanitários, constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.412, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 633, de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresa de Saneantes Domissanitários, constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.429, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1° do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n°. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº . 633 de 11 de maio de 2011,

considerando o disposto no Art. 6º e Art. 19 da Resolução RDC Nº . 90, de 28 de dezembro de 2007 e suas alterações;

considerando que as empresas citadas no anexo atenderam os preceitos legais contidos na legislação acima citada, resolve:

Art.1º Deferir as petições de Registro e Renovação de Registro de Produtos Fumígenos - Dados Cadastrais, conforme relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.430, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26/3/2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto Nº . 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria Nº . 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, a Portaria Nº 633, de 11/05/2011,

considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder retificação de publicação de revalidação de registro, inclusão de marca, inclusão de rótulo, inclusão de nova embalagem, na conformidade da relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.431, DE 2 DE JUNHO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26/3/2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto Nº . 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria Nº . 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, a Portaria Nº 633, de 11/05/2011,

considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir registro de alimentos e bebidas, inclusão de marca.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 31 DE MAIO DE 2011

Estabelece a relação de equipamentos médicos e materiais de uso em saúde que não se enquadram na situação de cadastro, permanecendo na obrigatoriedade de registro na ANVISA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11, inciso IV, do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto Nº 3.029, de 16 de abril de 1999, e tendo em vista o disposto nos §§ 1º e 3º do art. 54 e no inciso II do art. 55 do Regimento Interno aprovados nos termos do Anexo I da Portaria Nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, em reunião realizada em 26 de maio de 2011,

adota a seguinte Instrução Normativa e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica aprovada a presente Instrução Normativa que estabelece a relação dos equipamentos médicos e materiais de uso em saúde que são exceção ao regime de cadastramento junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, permanecendo a obrigatoriedade de seu registro, nos termos de seu Anexo.

Parágrafo único. A relação de exceção indicada no anexo será atualizada sempre que justificada por informações técnicas e científicas sobre os riscos à saúde associados às tecnologias ou ao seu uso.

Art. 2º Os produtos com uso relacionado à saúde, mas que não são passíveis de registro ou cadastro junto à ANVISA, encontram-se indicados em uma relação exemplificativa de produtos não considerados produtos para saúde, disponibilizada no portal da ANVISA - www.anvisa.gov.br.

Art. 3º Os produtos médicos que devido às suas características sejam enquadrados nas Classes I ou II e não se encontrem no Anexo desta Instrução Normativa, porém possuam indicação/finalidade de uso inovadora ou possuam tecnologia nova ou de inovação, apesar de cadastrados, deverão apresentar documentação exigida para registro no que diz respeito às informações de segurança e eficácia.

Parágrafo único O disposto no caput deste artigo também se aplica aos equipamentos e aparelhos com função de medição, que mesmo cadastrados, devem apresentar comprovação com relação a questões metrológicas.

Art. 4º Fica Revogada a Instrução Normativa Nº 7, de 07 de junho de 2010.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS MÉDICOS E MATERIAIS DE USO EM SAÚDE QUE PERMANECEM NA EXIGÊNCIA DE REGISTRO NA ANVISA

1. Lista de equipamentos médicos e materiais de uso em saúde, enquadrados nas classes de risco I e II, que não estão sujeitos ao regime de cadastramento, permanecendo a exigência de seu registro.

1.1 Equipamentos de uso em saúde:

1.1.1 Equipamento para desinfecção e esterilização de produtos médicos;

1.1.2 Equipamento para processamento de componentes sanguíneos, que sejam destinados a infusão no corpo humano;

1.1.3 Software médico, não embarcado em equipamento de uso em saúde, que realize processamento de imagens médicas, ou sugira resultado de diagnóstico, ou destine-se ao uso em procedimentos cirúrgicos ou em ambientes de unidade de terapia intensiva (UTI), ou ainda o que influencie diretamente no funcionamento de equipamentos de uso em saúde sujeitos a registro;

1.1.4 Equipamento para diagnóstico in vitro que apresente resultados de determinação qualitativa, quantitativa ou semi-quantitativa de uma amostra proveniente do corpo humano, como, por exemplo, analisador bioquímico, analisador imunológico, medidor de glicose etc.;

1.1.5 Reprocessador de hemodialisador;

1.1.6 Equipamento para processamento de imagens médicas;

1.1.7 Equipamento de ressonância magnética;

1.1.8 Equipamento que se destine a produzir imagens in-vivo da distribuição de radiofármacos;

1.1.9 Equipamento de imagem por ultra-som; e

1.1.10 Sistema de endoscopia com aplicação cirúrgica.

1.2 Materiais de uso em saúde:

1.2.1 Produtos constituídos por líquidos, géis, pastas, cremes ou pós que entrem em contato direto com o organismo;

1.2.2 Componentes para ortodontia que são fixados nos dentes;

1.2.3 Filtros para diálise hepática;

1.2.4 Filtros para hemodiálise;

1.2.5 Filtros para remoção de derivados do sangue;

1.2.6 Fios de sutura;

1.2.7 Lentes de contato;

1.2.8 Materiais implantáveis nos dentes (ex: resinas, amálgama, cimentos e núcleos);

1.2.9 Sistemas para aférese sem bolsas plásticas;

1.2.10 Circuitos para circulação extra-corpórea; e

1.2.11 Componentes de implantes dentários.

ARESTO Nº 99, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidir os recursos, a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com as deliberações aprovadas pela Diretoria Colegiada desta Agência na reunião de 26/05/2011.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO
Diretora-Presidente
Substituta

ANEXO

1.
Empresa: Glenmark Farmacêutica Ltda.
Medicamento: topiramato
Forma farmacêutica: comprimido revestido
Processo Nº : 25351.389716/2007-71
Expediente Nº : 509557/10-3
Assunto: Registro de Medicamento Genérico
Parecer: 076/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO,

2.
Empresa: Laboratório Catarinense S/A
Medicamento: Catuama (Trinchilia catigua + Ptychopetalum olacoides + Paullinia cupana + Zingiber officinale)
Forma Farmacêutica: Solução oral e cápsula gelatinosa dura
Processo Nº : 25991.006611/80
Expediente Nº : 304146/10-8
Assunto: Notificação de Alteração de Texto de Bula de Medicamento Fitoterápico
Parecer: 082/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

3.
Empresa: Laboratório Catarinense S/A
Medicamento: Phytovein (Aesculus hippocastanum L.)
Forma Farmacêutica: cápsula gelatinosa dura
Processo Nº : 25351.165531/2002-68
Expediente Nº : 304146/10-8
Assunto: Notificação de Alteração de Rotulagem de Medicamento Fitoterápico
Parecer: 089/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

4.
Empresa: Laboratório Catarinense S/A
Medicamento: Alcachofrax (Cynara scolymus)
Forma Farmacêutica: Comprimido revestido
Processo Nº : 25000.008737/99-79
Expediente Nº : 304158/10-1
Assunto: Notificação de Alteração de Rotulagem de Medicamento Fitoterápico
Parecer: 090/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

5.
Empresa: Laboratório Pernambucano Ltda.
Medicamento: Água Inglesa Bezerra (Cinchona calisaya Wedd)
Forma Farmacêutica: Solução oral
Processo Nº : 25351.165995/2009-36
Expediente Nº : 474705/10-4
Assunto: Registro de Medicamento Fitoterápico
Parecer: 091/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

6.
Empresa: TRB Pharma Indústria Química e Farmacêutica Ltda.
Medicamento: Sinaxial ® (gangliosídeos).
Forma Farmacêutica: solução injetável
Processo Nº : 25.991/001742-79
Expediente Nº : 483141/10-1
Assunto: Renovação de Registro de Produto Biológico
Parecer: 092/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

7.
Empresa: Luper Indústria Farmacêutica Ltda.
Medicamento: Equilibrium (Hypericum perforatum L.)
Forma Farmacêutica: comprimido revestido
Processo Nº : 25351.204707/2004-76
Expediente Nº : 480848/10-7
Assunto: Renovação de Registro de Medicamento Fitoterápico
Parecer: 095/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

8.
Empresa: Luper Indústria Farmacêutica Ltda.
Medicamento: Equilibrium (Hypericum perforatum L.)
Forma Farmacêutica: Comprimido revestido
Processo Nº : 25351.204707/2004-76
Expediente Nº : 480756/10-1
Assunto: Alteração de Excipiente e Encerramento da Petição de Cancelamento de Registro da Apresentação do Medicamento a Pedido
Parecer: 096/2011
DECISÃO: EXTINÇÃO DO RECURSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, POIS PREJUDICADO O OBJETO

9.
Empresa: Homeopatia Waldemiro Pereira - Laboratório Industrial Farmacêutico Ltda.
Medicamento: Etilpax (Arsenicum album, Carbolicum acidum, Staphisagria, Sulphuricum acidum)
Forma Farmacêutica: Solução oral
Processo Nº : 25991.013006/79
Expediente Nº : 479555/10-5
Assunto: Renovação de Registro de Medicamento Dinamizado
Parecer: 102/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

10.
Empresa: Homeopatia Waldemiro Pereira - Laboratório Industrial Farmacêutico Ltda.
Medicamento: Etilpax (Arsenicum album, Carbolicum acidum, Staphisagria, Sulphuricum acidum)
Forma Farmacêutica: Solução oral
Processo Nº : 25991.013006/79
Expediente Nº : 479082/10-1
Assunto: Alteração de Potência de Insumos Ativos de Medicamento Dinamizado
Parecer: 103/2011

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO: EXTINÇÃO DO RECURSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, POIS PREJUDICADO O OBJETO
.
11.
Empresa: Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S/A
Medicamento: Herceptin (trastuzumabe)
Forma Farmacêutica: Pó Liofilizado
Processo: 25000.023353/99-12
Expediente Nº : 285495/10-3
Assunto: Inclusão de Indicação Terapêutica Nova no País para Medicamento Biológico
Parecer: 105/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
12.
Empresa: Lundbeck Brasil.
Expediente Nº : 339009/10-8
Processo: 25351.049089/2009-86
Pedido: cancelamento do registro n. 1.2352.0212
Parecer: 079/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO,
13.
Empresa: Lundbeck Brasil.
Expediente Nº : 509389/10-9
Processo: 25351.871279/2008-13
Pedido: cancelamento do registro n. 1.0525.0044
Parecer: 080/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
14.
Empresa: Lundbeck Brasil.
Expediente Nº : 200014/11-8
Processo: 25351.529902/2009-52
Pedido: cancelamento do registro n. 1.0033.0156
Parecer: 081/2011
DECISÃO: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

DESPACHO DA DIRETORA
Em 3 de junho de 2011

Nº 64 - A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 25 de março de 2009 do Presidente da República e a Portaria Nº 633, de 11/05/2011, os incisos I, V e VII do art. 12 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n.º 3.029, de 16 de abril de 1999, com fundamento no art. 6º e no § 2º do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, combinado com o art. 61 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no § 2º do art. 11 e inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, CONHECE E NÃO CONFERE EFEITO SUSPENSIVO aos recursos a seguir especificados, determinando o normal prosseguimento das análises para posterior julgamento do mérito pela Diretoria Colegiada.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

ANEXO

RECURSO EXPEDIENTE Nº : 397821/11-4
NOME DA EMPRESA: LABORATÓRIO VITALAB LTDA
CNPJ: 56.646.953/0001-86
NOME DO PRODUTO: Óleo de Coco em Cápsulas
NUMERO DO PROCESSO: 25004.110008/2011-04
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Registro de Alimentos e Bebidas
RECURSO EXPEDIENTE Nº : 412120/11-1
NOME DA EMPRESA: GT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
CNPJ: 03.744.755/0001-99
NOME DO PRODUTO: Fibra de aveia e feijão branco com minerais cromo e magnésio em tabletes
NUMERO DO PROCESSO: 25004.320021/2011-00
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Registro de Alimentos e Bebida Importado
RECURSO EXPEDIENTE Nº : 385649/11-6
NOME DA EMPRESA: TSURU DO BRASIL LTDA - EPP
CNPJ: 02.902.471/0001-10
NOME DO PRODUTO: Açaí em cápsulas
NUMERO DO PROCESSO: 25004.240013/2011-37
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Registro de Alimentos e Bebida Importado
RECURSO EXPEDIENTE Nº : 394022/11-5
NOME DA EMPRESA: NATURALIS NUTRIÇÃO E FARMA LTDA
CNPJ: 30.863.575/0001-07
NOME DO PRODUTO: Colágeno Hidrolisado em cápsulas
NUMERO DO PROCESSO: 25004.110005/2011-11
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Registro de Alimentos e Bebidas

RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE n° 1.037, de 11 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 49, de 15 de março de 2010, Seção 1 pág. 48, Suplemento pág. 8.
Onde se lê:
EMPRESA: P H DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA DR. AMÉRICO FIGUEIREDO, N° 344
BAIRRO: JARDIM SIMUS CEP: 18055131 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 00.324.920/0001-65
PROCESSO: 25000.022704/99-50 AUTORIZ/MS: 1.04264.7
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: CORRELATO/MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: CORRELATO/MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: P H DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA DR. AMÉRICO FIGUEIREDO, N° 344
BAIRRO: JARDIM SIMUS CEP: 18055131 - SOROCABA/SP
CNPJ: 00.324.920/0001-65
PROCESSO: 25000.022704/99-50 AUTORIZ/MS: 1.04264.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 4.228, de 28 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União n° 1, de 2 de janeiro de 2007, Seção 1 pág. 58, Suplemento pág. 2.
Onde se lê:
EMPRESA: NATURAL AMAZON HERBS PRODUÇÃO DE EXTRATOS LTDA
ENDEREÇO: RODOVIA ROMILDO PRADO POLOZZI, No- 3334
BAIRRO: CENTRO CEP: 13290000 - LOUVEIRA/SP
CNPJ: 07.593.366/0001-60
PROCESSO: 25351.404303/2006-42 AUTORIZ/MS: 1.06845.7
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EMBALAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
FABRICAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
FRACIONAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
REEMBALAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
Leia-se:
EMPRESA: NATURAL AMAZON HERBS PRODUÇÃO DE EXTRATOS LTDA
ENDEREÇO: RODOVIA ROMILDO PRADO POLOZZI, Nº 3334
BAIRRO: CENTRO CEP: 13290000 - LOUVEIRA/SP
CNPJ: 07.593.366/0001-60
PROCESSO: 25351.404303/2006-42 AUTORIZ/MS: 1.06845.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
FABRICAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
FRACIONAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

Na Resolução - RE n° 4.316, de 17 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 181, de 21 de setembro de 2010, Seção 1 pág. 51, Suplemento pág. 42 e 43.
Onde se lê:
EMPRESA: gts kuster e cia ltda
ENDEREÇO: r centenario 2526
BAIRRO: centro CEP: 83601000 - CAMPO LARGO/PR
CNPJ: 05.043.205/0001-78
PROCESSO: 25351.193685/2007-54 AUTORIZ/MS: 0.49270.0
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE
HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -
Leia-se:
EMPRESA: gts kuster e cia ltda
ENDEREÇO: r centenario 2526
BAIRRO: centro CEP: 83601000 - CAMPO LARGO/PR
CNPJ: 05.043.205/0001-78
PROCESSO: 25023.020885/2002-04 AUTORIZ/MS: 1.36192.2
ATIVIDADE/CLASSE
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

Na Resolução - RE n° 5.363, de 27 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União n° 223, de 7 de dezembro de 2009, Seção 1 pág. 52, Suplemento pág. 48.
Onde se lê:
EMPRESA: SLONZON TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA
ENDEREÇO: RUA ALVARO ALVIM N° 370 - SALA 04
BAIRRO: VILA PAULICÉIA CEP: 09693000 - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
CNPJ: 60.155.009/0001-01
PROCESSO: 25351.632468/2009-57 AUTORIZ/MS: 1.08044.2
ATIVIDADE/ CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: SLONZON TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA
ENDEREÇO: RUA ALVARO ALVIM N° 370 - SALA 04
BAIRRO: VILA PAULICÉIA CEP: 09693000 - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
CNPJ: 60.155.009/0001-01
PROCESSO: 25351.632468/2009-57 AUTORIZ/MS: 1.08044.2
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS AEROPORTOS FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

DESPACHOS DA GERENTE GERAL
Em 3 de junho de 2011

A Gerente Geral Substituta da Gerência de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, usando de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria Nº 354, de 11 de agosto de 2006, incluída pela Portaria Nº 783, de 13 de julho de 2009 - publicada no Diário Oficial da União de 14.07.2009, resolve:

TORNAR SEM EFEITO a Decisão sem número datada em 29.11.2009, constante do processo Nº 25751.473535/2009-44 (folha 13 Expediente 613321/09-5 - empresa AGÊNCIA MARÍTIMA ORION LTDA - publicada na seção I, pág. 46, DOU Nº 185, de 27.09.2010) que inflige penalidade de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), em acatamento ao Memorando Nº . 865/2011/AGU/ PGF/ANVISA/PROCR/CAJUD (fl. 19) que solicita a anulação da autuação com base na Súmula 50 da AGU, segundo o qual "não se atribui ao agente marítimo a responsabilidade por infrações sanitárias ou administrativas praticadas no interior das embarcações".

Dessa forma, declaro nulo o respectivo Auto de Infração Sanitária, com posterior arquivamento do Processo Administrativo.

TORNAR SEM EFEITO a Decisão sem número datada em 24.07.2006, constante do processo Nº 25752.085825/2006-18 (folha 42 - Expediente 113052/06-8 - empresa P&O NEDLLOYD DO BRASIL NAVEGAÇÃO LTDA) - publicada na seção I, pág. 46, DOU Nº 142, de 26.07.2006) que inflige penalidade de R$ 2.000,00 (Dois mil reais), em acatamento ao Acórdão proferido pela 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça que anulou o AIS Nº 010/2003 - CVPAF-RJ/GGPAF/ANVISA, segundo informações repassadas no expediente (Memorando Nº . 900/2011/AGU/ PGF/ANVISA/PROCR/CAJUD (fls. 50/51).

Dessa forma, declaro nulo o respectivo Auto de Infração Sanitária, com posterior arquivamento do Processo Administrativo.

IVETE FASSHEBER

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Os Secretários de Atenção à Saúde e Especial de Saúde Indígena, no uso de suas atribuições e considerando a necessidade de elaborar, conjuntamente, estratégias de articulação e integração das redes de atenção relacionadas ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do Sistema Único de Saúde (SASISUS), resolvem:

Art. 1º - Instituir, no âmbito do Ministério da Saúde, Grupo de Trabalho (GT), composto por representantes da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS).

Art. 2º - O Grupo de Trabalho ora instituído terá por objetivo definir e elaborar estratégias de articulação e integração das ações e programas de saúde sob gestão da SAS que fazem interface com a SESAI.

Art.3º - O Grupo de Trabalho será composto da seguinte representação (titular e suplente):
I.Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI/MS
a) Chefia de Gabinete;
b) Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento;
c)Departamento de Gestão da Saúde Indígena; e
d) Departamento de Atenção à Saúde Indígena.
II.Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS
a)Chefia de Gabinete;
b) Departamento de Atenção Básica;
c)Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas;
d)Departamento de Atenção Especializada; e
e)Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.

Art. 4º - O GT será coordenado pelo representante da Chefia de Gabinete da SAS e terá uma Secretaria Executiva coordenada pelo representante da Chefia de Gabinete da SESAI.

Art. 5º - O GT terá o prazo de até 60 dias (sessenta dias) para a conclusão de seus trabalhos.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR
Secretário de Atenção à Saúde

ANTÔNIO ALVES DE SOUZA
Secretário Especial da Saúde Indígena

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 496, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80001.009289/2009-06, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica AUTÊNTICA SÃO VICENTE - LAUDOS VISTORIAS E INSPEÇÕES EM VEÍCULOS LTDA - ME, CNPJ - 10.531.215/0001-92, situada no Município de São Vicente - SP, na Av. Prefeito José Monteiro, 139 - Jardim Independência, CEP 11.380-001, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de São Vicente no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 497, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.024256/2011-11, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a filial da pessoa jurídica PROVEL VISTORIA VEICULAR LTDA, CNPJ - 11.278.093/0004-80, situada no Município de São Miguel do Oeste - SC, na Rua Willy Barth, 4172, Fundos - Centro, CEP 89.900-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de São Miguel do Oeste e conforme artigo 3º § 1º conceder precariamente a extensão da área de atuação para os Municípios de Dionísio Cerqueira e Itapiranga no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 498, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.024255/2011-68, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a filial da pessoa jurídica PROVEL VISTORIA VEICULAR LTDA, CNPJ - 11.278.093/0005-60, situada no Município de Chapecó - SC, na Av. Getúlio Vargas, 450-S - Centro, CEP 89.801-001, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Chapecó e conforme artigo 3º § 1º conceder precariamente a extensão da área de atuação para os Municípios de Palmitos, e São Carlos no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 499, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.008521/2010-24, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a filial da pessoa jurídica IVECAL INSPEÇÃO, VISTORIA E CERTIFICAÇÃO AUTOMOTIVA LTDA, CNPJ - 10.319.621/0025-63, situada no Município de Vitória - ES, na Rua Dona Maria Rosa 243, Andorinhas, CEP 29.045-090, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Vitória e conforme artigo 3º § 1º conceder precariamente a extensão da área de atuação para os Municípios de Água Doce do Norte, Águia Branca, Alegre, Alfredo Chaves, Alto Rio Novo, Anchieta, Apiaca, Aracruz, Atílio Vivacqua, Baixo Guandu, Boa Esperança, Bom Jesus do Norte, Brejetuba, Castelo, Conceição da Barra, Conceição do Castelo, Divino de São Lourenço, Domingos Martins, Dores do Rio Preto, Ecoporanga, Fundão, Governador Lindenberg, Guacui, Ibatiba, Ibiracu, Ibitirama, Iconha, Irupi, Itaguaçu, Itapemirim, Itarana, Jaguaré, Jerônimo Monteiro, João Neiva, Laranja da Terra, Mantenópolis, Marataízes, Mimoso do Sul, Montanha, Mucurici, Muniz Freire, Muqui, Pancas, Pedro Canário, Pinheiros, Piuma, Ponto Belo, Presidente Kennedy, Rio Bananal, Rio Novo do Sul, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetiba, São Domingos do Norte, São José do Calçado, São Roque do Canaã, Sooretama, Vargem Alta, Viana, Vila Pavão e Vila Valério no Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 500, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.037299/2010-77, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, licença de funcionamento a pessoa jurídica R.C.A INSPEÇÃO VEICULAR LTDA - ME, CNPJ: 11.471.496/0001-06, situada no Município de Sorocaba - SP, na Avenida Ipanema, nº 2.320, Vila Nova Sorocaba, CEP 18.070-631, para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO comunicará ao DENATRAN eventuais ocorrências que venham a alterar a situação da Instituição Técnica Licenciada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 501, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.044039/2010-58, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, licença de funcionamento a pessoa jurídica GXX DO BRASIL INSPEÇÃO VEICULAR LTDA, CNPJ 12.286.473/0001-86, situada no Município do Rio de Janeiro- RJ, na Rua Felipe Cardoso, nº 2.000, Santa Cruz, CEP 23.520-572, para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO comunicará ao DENATRAN eventuais ocorrências que venham a alterar a situação da Instituição Técnica Licenciada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 1254, de 22 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 24 de dezembro de 2010, Seção 1, Página 141, onde se lê: 'na Rua Manoel Pereira dos Santos, 256 - Vila dos Pinheiros, CEP 13.490-000' Leia-se: 'na Rua Dr. José Antônio Levy, 99 - Flaminio de Freitas Levy, CEP 13.490-000'.

Na Portaria nº 228, de 3 de março de 2011, publicada no DOU de 9 de março de 2011, Seção 1, Página 72, onde se lê: 'Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica AUTENTICA VISTORIAS E SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ - 01.875.654/0001-21' Leia-se: 'Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica AUTENTICA VISTORIAS E SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ - 01.875.654/0001-21'.

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 125, DE 17 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto n° 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.000193/2001, RESOLVE:

Art. 1º Fica Renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 12 de agosto de 2001, a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE JANDAIA LTDA., pela Portaria nº 85, de 17 de julho de 1989, publicada no Diário Oficial da União de 19 de julho de 1989, referendada pelo Decreto Legislativo nº 168, de 1991, publicado no Diário Oficial da União de 12 de agosto de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no Município de Jandaia do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 3.827, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Autorizar DJALMA FOGAÇA PROMOÇÕES E COMPETIÇÕES S/C LTDA, CNPJ nº 60.120.938/0001-77 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Goiânia/GO, no período de 03/06/2011 a 05/06/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 3.828, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Autorizar INDUSTRIA E COMERCIO AUTOMOTIVO REIS LTDA, CNPJ nº 08.627.847/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Goiânia/GO, no período de 03/06/2011 a 05/06/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 3.829, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Autorizar KING TRUCK SHOW EVENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 04.257.590/0001-93 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Goiânia/GO, no período de 03/06/2011 a 05/06/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 3.830, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Autorizar PRO-IN MARKETING E EVENTOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 73.155.350/0001-09 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Goiânia/GO, no período de 03/06/2011 a 05/06/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 3.831, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Autorizar R. VICTOR PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA, CNPJ nº 06.786.658/0001-57 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Goiânia/GO, no período de 03/06/2011 a 05/06/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 3.832, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Autorizar REVOLUTION BROADCAST PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ nº 13.050.715/0001-09 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Goiânia/GO, no período de 03/06/2011 a 05/06/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 3.833, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Autorizar RM TRUCK PUBLICIDADE E EQUIPE DE COMPETIÇÕES LTDA, CNPJ nº 06.039.315/0001-29 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Goiânia/GO, no período de 03/06/2011 a 05/06/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Aplico sanção, considerando os documentos que instruem cada processo abaixo relacionado, bem como a legislação pertinente, em razão do cometimento de infrações a legislação de telecomunicação a:

N.º do Processo	Entidade	Dispositivo Infringido	Sanção	UF	Data
53516.007447/2009	Maria Elizabeth Kurek Padela	Art. 131 da Lei 9.472/97.	R$ 106,34	PR	04/04/11

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL

Aplico sanção, considerando os documentos que instruem cada processo abaixo relacionado, bem como a legislação pertinente, em razão do cometimento de infrações a legislação de telecomunicação a:

N.º do Processo	Entidade	Dispositivo Infringido	Sanção	UF	Data
53520.003433/2009	BR Live Informática e Provedor de Internet Ltda.	Art. 10 da Res. 272/2001; Art. 131 da Lei 9.472/97.	R$ 3.010,08	SC	08/06/10

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA

N.º do Processo	Entidade	Dispositivo Infringido	Sanção	UF	Data
53520.000179/2003	Associação de Amparo Social e Cristão Paróquia Nª Srª Medalha Milagrosa	Art. 163 da Lei 9.472/97.	R$ 1.858,69	SC	08/03/04
53520.000714/2002	Associação Cultural Comunitária e Radiodifusão Liberdade	Art. 163 da Lei 9.472/97.	R$ 1.858,69	SC	27/02/04

HIROSHI WATANABE

ESCRITÓRIO REGIONAL NO PARANÁ

DESPACHOS DA GERENTE

Aplico sanção, considerando os documentos que instruem cada processo abaixo relacionado, bem como a legislação pertinente, em razão do cometimento de infrações a legislação de telecomunicação a:

N.º do Processo	Entidade	Dispositivo Infringido	Sanção	UF	Data
53520.002594/2005	RN Brasil - Serviços de Provedores Ltda.	Art. 55, VIII, da Res. 272/2001.	R$ 1.342,80	SC	20/11/07
53516.003536/2010	Sociedade Agro Pastoril Rosina Ltda.	Item 9.4 da Norma 13/97.	R$ 800,00	PR	05/08/10
53516.006986/2008	Trajano & Cia. Ltda.	Art. 55, V, 'b' da Res. 242/2001.	R$ 400,00	PR	25/08/10
53520.000927/2010	João Vitor Biscoli	Art. 10 da Res. 272/2001; Art. 131 da Lei 9.472/97.	R$ 3.010,08	SC	01/07/10
53516.007076/2009	Alex Aparecido Ferreira	Art. 10 da Res. 272/2001; Art. 55, V, 'b' da Res. 242/2001; Art. 131 da Lei 9.472/97.	R$ 3.240,08	PR	25/03/11
53520.004211/2008	Carla Behenck Cardoso	Art. 10 e 27 da Res. 272/2001; Art. 131 da Lei 9.472/97.	R$ 3.010,08	SC	24/08/10
53516.000494/2009	Delvo Luiz Zanatta	Art. 18 da Res. 303/2002.	R$ 400,00	PR	26/10/10
53520.002907/2010	Brasilnets Comércio Atacadista de Equipamentos de Informática Ltda. - ME	Art. 27 da Res. 272/2001.	R$ 3.000,00	SC	16/12/10
53520.002447/2010	Jaime Adriano Carniel	Art. 163 da Lei 9.472/97.	R$ 2.992,50	SC	30/09/10
53520.001486/2009	Lauro Muller Prefeitura	Art. 163 da Lei 9.472/97.	R$ 2.175,00	SC	01/12/10
53520.001965/2009	Wollsoft Informática Ltda. ME	Art. 10 e 27 da Res. 272/2001; Art. 131 da Lei 9.472/97.	R$ 3.010,08	SC	30/11/10
53520.000655/2010	RC Telecomunicações Ltda. ME	Art. 27 da Res. 272/2001.	R$ 3.000,00	SC	04/06/10
53520.004693/2009	Sandro Luchtenberg	Art. 163 da Lei 9.472/97.	R$ 2.850,00	SC	07/12/10
53520.004050/2010	Sergio Rossa	Art. 162, §2º, e 163 da Lei 9.472/97.	R$ 3.575,40	SC	02/03/11
53520.004047/2010	Sergio Rossa	Art. 162, §2º, e 163 da Lei 9.472/97.	R$ 5.492,50	SC	02/03/11
53520.003235/2009	Signet Informática Ltda. ME	Art. 10 da Res. 272/2001; Art. 131 da Lei 9.472/97.	R$ 3.010,08	SC	24/01/11
53520.002068/2009	WMV Telecomunicações Ltda.	Art. 10 e 27 da Res. 272/2001; Art. 131 da Lei 9.472/97.	R$ 3.010,08	SC	30/11/10
53520.003819/2010	Garopabasurf Provedor de Acesso a Redes de Telecomunicações Ltda.	Art. 27 da Res. 272/2001.	R$ 3.000,00	SC	01/03/11
53516.000204/2009	Nelci das Neves Mocelin Cassol	Art. 18 da Res. 303/2002.	R$ 400,00	PR	15/10/10
53516.000200/2009	Neuzir Fongaro	Art. 18 da Res. 303/2002.	R$ 400,00	PR	21/10/10
53516.003112/2008	Onda-Provedor de Serviços S.A.	Art. 27 e 28 da Res. 272/2001; Art. 55, I, 'a' da Res. 242/2000.	R$ 4.850,00	PR	02/09/10
53520.004438/2009	Osvaldir Freire do Nascimento	Art. 131 da Lei 9.472/97.	R$ 3.010,08	SC	09/12/10
53520.004442/2009	Proxy Brasil Soluções em Informática Ltda. ME	Art. 10 e 27 da Res. 272/2001; Art. 131 da Lei 9.472/97.	R$ 3.010,08	SC	25/10/10
53516.003931/2008	Antonio Cavichioli	Art. 18 da Res. 303/2002.	R$ 400,00	PR	23/08/10
53520.003909/2010	Associação Amigos da Rádio Novas de Paz (ARNP)	Art. 163 da Lei 9.472/97.	R$ 2.992,50	SC	02/03/11
53516.006937/2008	Associação Comunitária Cultural e Educativa Medianeira S/C	Art. 163 da Lei 9.472/97.	R$ 4.132,50	PR	25/08/10
53520.002301/2008	Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Polícia Rodoviária Federal de Araranguá SC	Art. 163 da Lei 9.472/97.	R$ 2.850,00	SC	25/08/10
53516.008814/2010	Associação Comunitária Novo Dia	Art. 18 da Res. 303/2002.	R$ 800,00	PR	02/03/11
53520.004048/2010	Debora Bortoli ME	Art. 131 e 162, §2º, da Lei 9.472/94.	R$ 7.010,08	SC	01/03/11

Aplico sanção, considerando os documentos que instruem cada processo abaixo relacionado, bem como a legislação pertinente, em razão do cometimento de infrações a legislação de telecomunicação a:

N.º do Processo	Entidade	Dispositivo Infringido	Sanção	UF	Data
53516.002292/2009	Simon Informática Ltda.	Art. 55, V, 'b' da Res. 242/2000.	R$ 500,00	PR	07/04/11
53516.004497/2010	Agência de Desenvolvimento de Mallet	Art. 18 da Res. 303/2002.	R$ 760,00	PR	27/08/10
53516.005217/2010	Alecio Cerati	Item 9.4 e 13.5.II 'c' da Norma 13/97; Art. 18 da Res. 303/2002.	R$ 800,00	PR	01/10/10
53516.004624/2010	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Marilena	Art. 18 da Res. 303/2002.	R$ 800,00	PR	30/08/10
53516.001618/2007	Associação de Difusão Comunitária de Bituruna - ASDICOBI	Art. 163 da Lei 9.472/97.	R$ 1.840,58	PR	22/11/07
53516.005521/2009	Ezequiel Batista Ribeiro	Art. 163 da Lei 9.472/97.	R$ 1.000,01	PR	29/09/09
53516.005215/2010	Flor da Serra do Sul Prefeitura Municipal	Item 9.4 e 13.5.II 'c' da Norma 13/97; Art. 18 da Res. 303/2002.	R$ 400,00	PR	01/10/10
53516.005212/2010	Flor da Serra do Sul Câmara de Vereadores	Item 9.4 e 13.5.II 'c' da Norma 13/97; Art. 18 da Res. 303/2002.	R$ 800,00	PR	01/10/10
53516.004665/2010	Fundação de Radiodifusão Ermindo Francisco Roveda	Art. 163 da Lei 9.472/97.	R$ 17.970,00	PR	30/08/10
53516.005245/2008	Hidraucartelecom Telecomunicações Ltda.	Art. 55, V, 'b' da Res. 242/2000; Art. 131 da Lei 9.472/97.	R$ 7.771,79	PR	09/07/10
53516.002612/2009	Nadir Polak	Art. 55, V, 'b' da Res. 242/2000.	R$ 1.000,00	PR	08/04/11

TEREZA FIALKOSKI DEQUECHE

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

CONSULTA PÚBLICA Nº 30, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Proposta de Alteração dos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV e de Televisão Digital - PBTVD

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto no art. 198 do Regimento Interno da Agência, aprovado pela Resolução n.º 270, de 19 de julho de 2001, alterado pela Resolução nº 489, de 05 de dezembro de 2007, decidiu submeter a comentários públicos as propostas de alteração de Planos Básicos constantes dos Anexos, decorrentes de solicitações apresentadas à Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, nos termos do art. 211 da Lei n.º 9.472, de 1997, e do art. 17 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto n.º 2.338, de 7 de outubro de 1997.

Pretende-se obter contribuições fundamentadas sobre as propostas contidas na presente Consulta Pública, que contemplem, entre outros aspectos:

a)uso racional e econômico do espectro de frequências, inclusive pela utilização da potência mínima necessária para assegurar, economicamente, um serviço de boa qualidade à área a que se destina;

b) impacto econômico da alteração proposta.

O texto completo das propostas de alteração do PBTV, do PBRTV e do PBTVD estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões devidamente identificadas devem ser encaminhadas, preferencialmente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço Internet http://www.anatel.gov.br relativo a esta Consulta Pública, até às 24h do dia 08 de julho de 2011.

As manifestações encaminhadas por carta devem ser dirigidas à Anatel no endereço a seguir indicado, até às 18h do dia 01 de julho de 2011.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
Gerência de Regulamentação Técnica e Administração de Planos - CMPRR
CONSULTA PÚBLICA N.º 30 DE 03 DE JUNHO DE 2011
Proposta de Alteração dos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV e de Televisão Digital - PBTVD.
SAUS - Quadra 06 - Bloco F - Térreo - Biblioteca
70313-900 - BRASÍLIA - DF
INTERNET: http://www.anatel.gov.br

ARA APKAR MINASSIAN

ATO Nº 3.816, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Processo nº 53000.003424/2006.RÁDIO NOVA CIDADE FM LTDA - FM - Cuparaque/MG. Autoriza o Uso de Radiofreqüência - SARC - Ligação para Transmissão de Programas

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 3.781, DE 1º DE JUNHO DE 2011

Processo n.º 53500.001236/2010 - Prorroga, até 02 de julho de 2027, o prazo de vigência das autorizações do direito de uso das radiofreqüências outorgadas à AMERICEL S.A., inscrita no CNPJ sob o n.º 01.685.903/0001-16, sem exclusividade, em caráter primário e restrito às áreas de prestação, por meio do Termo de Autorização n.º 003/2003/PVCP/SPV-Anatel, de 03 de fevereiro de 2003, publicado no D.O.U. de 05 de fevereiro de 2003, nas subfaixas de 835,0 a 845,0 MHz e de 846,5 a 849,0 MHz para as Estações Móveis e de 880,0 a 890,0 MHz e de 891,5 a 894,0 MHz para as Estações Rádio Base em todos os municípios dos Estados do Acre, de Goiás, de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso, de Rondônia e de Tocantins e no Distrito Federal; do Termo de Autorização n.º 029/2003/PVCP/SPV-Anatel, de 14 de agosto de 2003, publicado no D.O.U. de 15 de agosto de 2003, na subfaixa de 1775,0 a 1785,0 MHz para as Estações Móveis e de 1870,0 a 1880,0 MHz para as Estações Rádio Base em todos os municípios dos Estados do Acre, de Goiás, de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso, de Rondônia e de Tocantins e no Distrito Federal; do Termo de Autorização n.º 020/2004/PVCP/SPV -

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Anatel, de 30 de abril de 2004, publicado no D.O.U. de 04 de maio de 2004, na subfaixa de 907,5 a 910,0 MHz para as Estações Móveis e de 952,5 a 955,0 MHz para as Estações Rádio Base nos municípios dos Estados do Acre, de Goiás, de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso, de Rondônia e de Tocantins e no Distrito Federal, exceto Paranaíba em Mato Grosso do Sul e Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Inaciolândia, Itumbiara, Paranaiguara e São Simão em Goiás; do Termo de Autorização n.º 046/2004/PVCP/SPV-Anatel, de 20 de setembro de 2004, publicado no D.O.U. de 23 de setembro de 2004, na subfaixa de 898,5 a 901,0 MHz para as Estações Móveis e de 943,5 a 946,0 MHz para as Estações Rádio Base nos municípios de Paranaíba em Mato Grosso do Sul e Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Inaciolândia, Itumbiara, Paranaiguara e São Simão em Goiás, todas associadas à autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal outorgada por meio do Termo de Autorização n.º 003/2003/PVCP/SPV-Anatel, de 03 de fevereiro de 2003.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 102, DE 13 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 187, inciso XIX, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, publicada em 24 de agosto de 2006, com alteração introduzida pela Portaria 711, publicada em 13/11/2008, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.027155/2003 e, em especial, da Informação nº 392/2011/CORAT/CGLO/DEOC/SCE-MC, de 09 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Revogar as Portarias nºs 2260/2002 e 199/2009, publicadas no Diário Oficial da União, respectivamente, em 09 de dezembro de 2002, página 84, Seção 1 (um) e em 25 de maio de 2009, página 104, Seção (um), que autorizaram a SOMPUR VALE DO PARAÍBA RADIODIFUSÃO LTDA. a nomear procuradores com poderes de administração e gerência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 123, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 114, inciso IV, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria n º 401, de 22 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Dar publicidade à Consulta Pública SCE 03/2011, com vistas a submeter a comentários e sugestões do público em geral a proposta de ato normativo que regulamenta o serviço de radiodifusão comunitária, constante do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º A proposta de ato normativo a que se refere o art. 1º estará disponível no endereço eletrônico http://consultapublica.mc.gov.br/consulta/logon.asp, a partir das 14 horas do dia 06 de junho de 2011.

Art. 3º As contribuições e sugestões deverão ser fundamentadas, devidamente identificadas e encaminhadas, preferencialmente por meio de formulário eletrônico do sistema informatizado do Ministério das Comunicações, disponível no sítio eletrônico http://consultapublica.mc.gov.br/consulta/logon.asp, relativo a esta Consulta Pública, até às 23h59 do dia 06 de julho de 2011, fazendo-se acompanhar de textos alternativos e substitutivos, quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo.

Parágrafo único. Serão também consideradas as manifestações encaminhadas por carta, recebidas até às 18h do dia 08 de julho de 2011, para:

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios Bloco R, Edifício Anexo, 3º andar, sala 300, ala oeste
CEP 70044-900 - Brasília/DF

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA COORDENAÇÃO-GERAL DE ENGENHARIA DE OUTORGAS

PORTARIA Nº 60, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

O COORDENADOR GERAL DE ENGENHARIA DE OUTORGAS DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Substituto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.023817/2003, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO NAZARÉ DE COMUNICAÇÃO, autorizada a executar os Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Alenquer, Estado do Pará, utilizando o canal 25 (vinte e cinto).

MAURO ABUD FILHO

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 2.921, DE 31 DE MAIO DE 2011

Retifica as parcelas adicionais de Receita Anual Permitida - RAP de reforços autorizados às concessionárias de transmissão de energia elétrica devido à consideração indevida de alíquota de PIS/PASEP e COFINS quando estas receitas foram estabelecidas.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 17 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, no art. 8º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com redação dada pelo art. 18 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no art. 12 do Decreto nº 1.717, de 24 de novembro de 1995, nos arts. 6º, § 1º e 7º, inciso II, do Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, nas Resoluções Normativas nos 67 e 68, ambas de 8 de junho de 2004, com base no art. 4º, inciso IV, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997 e o que consta do Processo nº 48500.002298/2011-49, resolve:

Art. 1º Retificar as resoluções autorizativas e respectivas Receitas Anuais Permitidas - RAP dos reforços apresentados no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Aplicar como parcela de ajuste do próximo reajuste anual das receitas dos serviços de transmissão os passivos financeiros dos reforços de transmissão apresentados no Anexo I desta Resolução e que estão em operação comercial.

Art. 3º O Anexo desta Resolução está disponível no endereço SGAN - Quadra 603 - Módulo I - Brasília - DF, bem como no endereço eletrônico www.aneel.gov.br, com os respectivos valores das parcelas da Receita Anual Permitida retificadoras.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 2.922, DE 31 DE MAIO DE 2011

Declara de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista de áreas de terra atingidas pela linha de transmissão Itatiba - Paineiras, na tensão nominal de 138 kV, localizada no Estado de São Paulo.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no art. 29, inciso IX, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 10 da Lei n° 9.074, de 7 de julho de 1995, com a redação dada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, no art. 151, alínea "c", do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 (Código de Águas), regulamentado pelo Decreto nº 35.851, de 16 de julho de 1954, no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, com base no art. 3º-A da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, na Resolução Normativa nº 279, de 11 de setembro de 2007, e o que consta do Processo nº 48500.001526/2011-63, resolve:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa em favor da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista as áreas de terra situadas numa faixa que varia entre 18 e 44 metros de largura, necessárias à implantação da Linha de Transmissão Itatiba - Paineiras, em circuito duplo, na tensão nominal de 138 kV, com 16,5 quilômetros de extensão, que interligará a Subestação Itatiba, de propriedade de Furnas, à Subestação Paineiras, de propriedade da requerente, localizada nos Municípios de Itatiba, Valinhos e Campinas, no Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A planta de caminhamento da linha de transmissão, bem como as coordenadas UTM dos vértices, constam no desenho de referência "WIT-PNE-003-PL-R0", folhas 1 a 3, inserido no Anexo 1 do Processo.

Art. 2º Em decorrência da presente declaração de utilidade pública, poderá a Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista praticar todos os atos de construção, manutenção, conservação e inspeção da linha de transmissão de energia elétrica, sendo-lhe assegurado, ainda, o acesso à área da servidão constituída.

Art. 3º Os proprietários das áreas de terra referidas no art. 1º limitarão o seu uso e gozo ao que for compatível com a existência da servidão constituída, abstendo-se, em conseqüência, de praticar quaisquer atos que a embaracem ou lhe causem danos, inclusive os de fazer construções ou plantações de elevado porte.

Art. 4º Fica a Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da servidão prevista nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 5º Fica a Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista obrigada a atender às determinações emanadas das leis e dos regulamentos administrativos estabelecidos pelos órgãos ambientais, aplicáveis ao empreendimento, bem como aos procedimentos previstos nas normas e regulamentos que disciplinam a construção, operação e manutenção da linha de transmissão.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 2.928, DE 31 DE MAIO DE 2011

Registra unidade geradora de contingência da Usina Termelétrica Central de Cogeração EnergyWorks Corn Products Mogi, outorgada à empresa EnergyWorks do Brasil Ltda. pela Resolução n° 72, de 09 de março de 2001, localizada no Município de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto na Resolução n° 72, de 09 de março de 2001, nas Resoluções Normativas nº 389 e nº 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº 48500.007174/2000-44, resolve:

Art. 1º Registrar uma unidade geradora de contingência da UTE Central de Cogeração EnergyWorks Corn Products Mogi, com 660 kW de potência instalada, utilizando óleo diesel como combustível, as quais não integram a capacidade instalada do empreendimento, nos termos da Resolução Normativa nº 420, de 30 de novembro de 2010.

Art. 2º Esta Resolução Autorizativa entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 24 de maio de 2011

Nº 2.157 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000965/2011-59, resolve conhecer e, no mérito, dar parcial provimento ao recurso administrativo interposto pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN em face da decisão da Agência Reguladora de Serviços Público do Rio Grande do Norte, referente ao Auto de Infração nº 6/2010-ARSEP, reduzindo a multa aplicada para o valor de R$ 335.234,99 (trezentos e trinta e cinco mil, duzentos e trinta e quatro reais e noventa e nove centavos), valor este que deverá ser atualizado nos termos da legislação vigente.

Nº 2.164 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta nos autos do Processo 48500.001135/2010-68, resolve conhecer e, no mérito, negar provimento ao recurso da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, mantendo na íntegra a decisão constante no Auto de Infração nº 113/2010-SFE, que aplicou a penalidade de multa, no valor de R$ 239.986,70 (duzentos e trinta e nove mil novecentos e oitenta e seis reais e setenta centavos), valor este que deverá ser atualizado nos termos da legislação vigente.

Nº 2.169 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000951/2010-54, resolve conhecer e, no mérito, dar provimento parcial ao recurso administrativo interposto pela empresa Companhia Sul Sergipana de Eletricidade - SULGIPE, em face do Auto de Infração nº 109/2010-SFE, e manter a decisão constante do Despacho nº 211, de 26/1/2011, emitido pela SFE, que reduziu a penalidade de multa no valor de R$ 28.745,65 (vinte e oito mil, setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), para o valor de R$ 1.085,58 (um mil, oitenta e cinco reais e cinqüenta e oito centavos), valor este que deverá ser atualizado nos termos da legislação vigente.

Nº 2.170 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001971/2010-42, resolve conhecer e, no mérito, negar provimento ao recurso administrativo interposto pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, em face do Auto de Infração nº 116/2010-SFE, mantendo a decisão constante do Despacho nº 4.056, de 24 de dezembro de 2010, que reduziu a multa aplicada de R$ 981.174,48 (novecentos e oitenta e um mil, cento e setenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), para R$ 448.536,91 (quatrocentos e quarenta e oito mil, quinhentos e trinta e seis reais e noventa e um centavos), valor este que deverá ser atualizado nos termos da legislação vigente.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 3 de junho de 2011

Nº 2.363 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecida pela Resolução Autorizativa nº 251, de 27 de junho de 2005, com base no inciso II, art. 3-Aº, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, acrescentado pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, cuja competência foi delegada à ANEEL pelo inciso I, art. 1º do Decreto nº 4.932 de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo art. 1º do Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, considerando o disposto na Resolução Normativa nº 395, de 4 de dezembro de 1998, e o que consta do Processo nº 48500.005730/2002-37, resolve: I - Ampliar, de 22.200 kW para 25.000 kW, a capacidade instalada da PCH Passos Maia, com duas unidades geradoras, objeto da Resolução Autorizativa nº 68, de 2 de março de 2004, outorgada à Passos Maia Energética S/A. inscrita no CNPJ sob o nº 08.542.325/0001-08. II - Alterar as coordenadas geográficas do eixo do barramento que passará a ser 26° 37' 54"S e 49° 36' 35"W. III- Alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da Usina, que passará a ser constituído de Subestação junto à usina com capacidade instalada de 27.900 kVA de 13,8/138 kV, interligando-se a SE Palmas, de propriedade da COPEL Distribuição S.A. por meio de linha de transmissão em 138 kV com cerca de 26,05 km de extensão, em circuito simples. IV - Registrar a alteração da denominação do empreendimento para PCH Victor Baptista Adami.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 2 de junho de 2011

Nº 2.364 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.007001/2009-17, resolve: I - Liberar as unidades geradoras UG1, UG2 e UG3, de 1.333 kW cada, totalizando 4.000 kW de capacidade instalada, da PCH Passo Ferraz, localizada no Município de Bom Jesus, Estado de Santa Catarina, de titularidade da Passo Ferraz Energia S.A., que obteve a autorização por meio da Resolução ANEEL nº 2.132, de 13 de Outubro de 2009, para início da operação comercial a partir do dia 3 de junho de 2011

Nº 2.365 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000198/2007-21, resolve: I - Suspender, a partir da data de publicação do presente Despacho, a operação comercial da unidade geradora UG 3, com potência instalada de 4.500 kW, da UHE Chaminé, localizada no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, de propriedade da empresa Copel Geração e Transmissão S.A. II - A suspensão da operação comercial é em caráter temporário e vigorará até que a condição operativa da unidade geradora seja restabelecida.

Nº 2.366 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada Resolução, e considerando o que consta do Processo 48500.000313/2003-33, resolve: I - Liberar as unidades geradoras UG1, UG2 e UG3 com 5.333 kW de potência cada, totalizando 16.000 kW de potência instalada, da PCH Sapezal, localizada nos Municípios de Campos de Júlio e Sapezal, Estado de Mato Grosso, de titularidade da empresa Sapezal Energia S.A., cujo objeto foi autorizado nos termos da Resolução nº 726, de 18 de dezembro de 2002, para início da operação em teste a partir do dia 4 de junho de 2011. II - A solicitação do início da operação comercial somente poderá ser efetuada após a conclusão da operação em teste e, conforme a pertinência de cada caso, a liberação estará condicionada à apresentação dos documentos originais exigidos no art. 5º e dar-se-á nos termos do art. 6º da Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003.

Nº 2.367 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada Resolução, e considerando o que consta do Processo 48500.000318/2003-57, resolve: I - Liberar as unidades geradoras UG1, UG2 e UG3 com 5.667 kW de potência cada, totalizando 17.000 kW de potência instalada, da PCH Cidezal, localizada nos Municípios de Campos de Júlio e Sapezal, Estado de Mato Grosso, de titularidade da empresa Campos de Júlio Energia S.A., cujo objeto foi autorizado nos termos da Resolução nº 743, de 18 de dezembro de 2002, para início da operação em teste a partir do dia 4 de junho de 2011. II - A solicitação do início da operação comercial somente poderá ser efetuada após a conclusão da operação em teste e, conforme a pertinência de cada caso, a liberação estará condicionada à apresentação dos documentos originais exigidos no art. 5º e dar-se-á nos termos do art. 6º da Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003.

Nº 2.368 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada Resolução, e considerando o que consta do Processo 48500.000361/2003-86, resolve: I - Liberar as unidades geradoras UG1, UG2 e UG3 com 5.133 kW de potência cada, totalizando 15.400 kW de potência instalada, da PCH Parecis, localizada nos Municípios de Campos de Júlio e Sapezal, Estado de Mato Grosso, de titularidade da empresa Parecis Energia S.A., cujo objeto foi autorizado nos termos da Resolução nº 724, de 18 de dezembro de 2002, para início da operação em teste a partir do dia 4 de junho de 2011. II - A solicitação do início da operação comercial somente poderá ser efetuada após a conclusão da operação em teste e, conforme a pertinência de cada caso, a liberação estará condicionada à apresentação dos documentos originais exigidos no art. 5º e dar-se-á nos termos do art. 6º da Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003.

Nº 2.369 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada Resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.005102/2006-58, resolve: I - Liberar a unidade geradora UG2 de 25.500 kW de capacidade instalada da UHE São José localizada no rio Ijuí, nos Municípios de Salvador das Missões e Rolador, Estado do Rio Grande do Sul, concedida à empresa Ijuí Energia S.A., por meio do Contrato de Concessão nº 006/2006-MME-UHE São José, de 15 de agosto de 2006, para início da operação comercial a partir do dia 4 de junho de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora deverá estar disponível ao sistema.

Nº 2.370 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000090/2004-21, resolve: I - Liberar as unidades geradoras UG1 e UG2, de 11.500 kW de potência instalada cada, totalizando 23.000 kW, da PCH Novo Horizonte, localizada nos Municípios de Bocaiúva do Sul e Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, de titularidade da empresa Companhia Energética Novo Horizonte, que obteve a transferência da autorização objeto da Resolução ANEEL nº 652, de 26 de novembro de 2002, por meio da Resolução ANEEL nº 519, de 18 de abril de 2006, para início da operação comercial a partir do dia 4 de junho de 2011, quando a energia produzida pelas unidades geradoras deverá estar disponível ao sistema.

Nº 2.371 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.004235/2010-46, resolve: I - Suspender, a partir da data de publicação do presente Despacho, a operação comercial da PCH Xavier, com potência instalada de 6.000 kW, localizada no Município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, de propriedade da Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A. A suspensão da operação comercial é em caráter temporário e vigorará até que a condição operativa da usina seja restabelecida.

Nº 2.372 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.004236/2010-91, resolve: I - Suspender, a partir da data de publicação do presente Despacho, a operação comercial da PCH Catete, com potência instalada de 2.410 kW, localizada no Município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, de propriedade da empresa Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A. A suspensão da operação comercial é em caráter temporário e vigorará até que a condição operativa da usina seja restabelecida.

Nº 2.373 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.007756/2007-50, resolve: I - Prorrogar a operação comercial, POR TEMPO DETERMINADO, até o dia 31 de agosto de 2011, das unidades geradoras UG1 a UG20, de 8.454 kW cada, totalizando 169.080 kW de capacidade instalada, da UTE Campina Grande, liberada para início da operação comercial por meio dos Despachos nº 363, de 7 de fevereiro de 2011, levando-se em consideração a validade da cláusula de penalidade pela falta de combustível do Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil e Outros Pactos, celebrado em 29 de dezembro de 2009; e, o Quarto Termo Aditivo ao Termo de Compromisso, de 25 de maio de 2011, todos firmados entre a Borborema Energética S.A. e a Petrobras Distribuidora S.A - BR, conforme estabelecido no inciso I do parágrafo 2º do art. 5º da Resolução ANEEL nº 433/2003 e demais dispositivos da mesma resolução.

Nº 2.374 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.003897/2006-13, resolve: I - Liberar as unidades geradoras UG-1 e UG-4, de 12.000 kW cada, totalizando 24.000 kW de capacidade instalada, da UTE Eldorado, localizada no Município de Rio Brilhante, Estado de Mato Grosso do Sul, de titularidade da empresa Usina Eldorado S.A., autorizada nos termos da Resolução Autorizativa nº 353, de 13 de outubro de 2004, que teve transferida sua autorização para Usina Eldorado Ltda. por meio da Resolução Autorizativa nº 1.493, de 5 de agosto de 2008, e que por meio da Portaria MME nº 179, de 28 de março de 2011, foi autorizada a alterar a sua capacidade instalada, para início da operação comercial a partir do dia 4 de junho de 2011, quando a energia produzida pelas unidades geradoras deverá estar disponível ao sistema.

RÔMULO DE VASCONCELOS FEIJÃO

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 28, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, de acordo com o disposto no inciso III do art. 9º do Anexo I ao Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, com base na Resolução de Diretoria nº 491, de 31 de maio de 2011, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica revogada a Portaria ANP nº 175, de 3 de junho de 2003, publicada no DOU n° 106, de 4 de junho de 2003, seção 1, página 107.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

RESOLUÇÃO Nº 29, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, de acordo com o disposto no inciso III do art. 9º do Anexo I ao Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, com base na Resolução de Diretoria nº 490, de 31 de maio de 2011, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Resolução ANP nº 16, de 10 de junho de 2010, tendo em vista o que consta no Processo ANP nº 48610.004004/2009 - 51, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Ficam alterados os artigos 17 e 20 da Resolução ANP nº 16, de 10 de junho de 2010, publicada no DOU de 11 de junho de 2010, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art.17. O refinador de Petróleo autorizado a operar deverá enviar arquivo em base diária, contendo informações relativas à operação do dia operativo anterior, como volume de matérias primas processadas, volume dos principais derivados e unidades fora de operação.

Parágrafo único. O envio das informações dispostas no caput deste artigo será regulamentado em Resolução específica."

"Art. 20. A regularização das empresas Autorizadas quanto às demais disposições deverá ser realizada em até 390 (trezentos e noventa) dias, a contar da data de publicação desta Resolução.

Parágrafo único. A regularização das empresas em processo de autorização deverá ser realizada em até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação desta Resolução."

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

RESOLUÇÃO Nº 30, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, de acordo com o disposto no inciso III do art. 9º do Anexo I ao Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, com base na Resolução de Diretoria nº 490, de 31 de maio de 2011, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Resolução ANP nº 17, de 10 de junho de 2010, tendo em vista o que consta no Processo ANP nº 48610.004004/2009 - 51, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Ficam alterados os artigos 17 e 19 da Resolução ANP nº 17, de 10 de junho de 2010, publicada no DOU de 11 de junho de 2010, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art.17. O processador de gás natural autorizado a operar deverá enviar arquivo em base diária, contendo informações relativas à operação do dia operativo anterior, como volume de matérias primas processadas, volume dos principais derivados e unidades fora de operação.

Parágrafo único. O envio das informações dispostas no caput deste artigo será regulamentado em Resolução específica."

"Art. 19. A regularização das empresas Autorizadas quanto às demais disposições deverá ser realizada em até 390 (trezentos e noventa) dias, a contar da data de publicação desta Resolução.

Parágrafo único. A regularização das empresas em processo de autorização deverá ser realizada em até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação desta Resolução."

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 255, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n.º 29, de 09 de fevereiro de 1999, e o que consta do Processo 48610.000046/2011-38, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., CNPJ n.º 34.274.233/0203-91, registrada como distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel e óleo diesel B, sob o n.º TA01, autorizada a operar as instalações de armazenamento localizadas na Rodovia GO 565, km 6,02 - Zona Rural - Município de Barro Alto - GO - CEP: 76390-000.

As referidas instalações compreendem os tanques verticais listados na tabela a seguir, sendo a capacidade total de armazenamento de 6.762,49 m³.

TANQUE Nº	DIÂMETRO (m)	ALT/COMP (m)	VOLUME (m³)	PRODUTO
01	18,835	11,990	3.383,342	ÓLEO COMBUSTÍVEL
02	18,829	11,990	3.379,143	ÓLEO COMBUSTÍVEL

Art. 2º Estes tanques estão sendo autorizados para armazenar somente Combustíveis Líquidos Classe III.

Art. 3º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação e terá validade de 120 (cento e vinte) dias a partir de então.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 3 de junho de 2011

Nº 667 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/PR0208150	A. DE OLIVEIRA SANTOS	11.377.499/0001-77	CURITIBA	PR	48610.007279/2011-61
GLP/PE0208151	A L DA SILVA COMERCIO DE GLP ME	11.912.480/0001-83	GRAVATA	PE	48610.007304/2011-15
GLP/PB0208152	ADEMIR PEREIRA BRANDÃO 02489556401	12.591.081/0001-20	CAMPINA GRANDE	PB	48610.004283/2011-78
GLP/PR0208153	AMILTON JOSE PIRES	05.752.897/0001-23	PIRAQUARA	PR	48610.007538/2011-54
GLP/MG0208154	ANTONIO DE ASSIS REIS	21.910.591/0001-04	ALTO RIO DOCE	MG	48610.003022/2011-31
GLP/MG0208155	ANTONIO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO	06.877.449/0001-19	DORES DE CAMPOS	MG	48610.002227/2005-51
GLP/TO0208156	A.S.BESSA - GÁS ME	12.288.798/0001-06	COLINAS DO TOCANTINS	TO	48610.001071/2011-39
GLP/MS0208157	CASSÃO E FERNANDES LTDA - ME	12.818.541/0001-00	CAMPO GRANDE	MS	48610.007294/2011-18
GLP/PR0208158	CÁTIA MARIA SCHIAVINI ME	07.622.035/0001-01	MANGUEIRINHA	PR	48610.015597/2010-15
GLP/RJ0208159	CHAMA VIVA DE ANGRA COMERCIO DE GAS LTDA	00.918.591/0001-80	ANGRA DOS REIS	RJ	48610.007079/2011-17
GLP/RN0208160	CIDADE GAS LTDA ME	02.911.207/0007-39	MOSSORO	RN	48610.007263/2011-59
GLP/BA0208161	COMERCIAL DE ALIMENTOS LAGE - LTDA. - EPP	04.103.810/0001-24	PORTO SEGURO	BA	48610.004282/2011-23
GLP/MS0208162	DIAS E GOES COM VAREJISTA DE GLP LTDA-ME	12.643.929/0001-18	CAMPO GRANDE	MS	48610.007305/2011-51
GLP/SC0208163	DISK GÁS E AGUA MATHEUS LTDA ME	05.901.211/0001-19	PALHOCA	SC	48610.004620/2011-27
GLP/GO0208164	DISTRIBUIDORA DE GAS RIO VERDE LTDA	10.677.322/0001-23	CIDADE OCIDENTAL	GO	48610.007289/2011-05
GLP/RJ0208165	DUPRET COMERCIO DE GAS LO LTDA EPP	12.471.861/0001-37	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.006157/2011-58
GLP/SP0208166	E. DE F. G. DA SILVA GÁS - ME	11.366.800/0001-47	SAO PAULO	SP	48610.004680/2011-40
GLP/SC0208167	EVANDRO SLONGO & CIA LTDA	04.891.468/0001-74	LACERDOPOLIS	SC	48610.007261/2011-60
GLP/TO0208168	FERRAZ E GOMES LTDA.	07.507.525/0003-29	LAJEADO	TO	48610.003887/2011-05
GLP/RJ0208169	GFG REVENDA DE GAS GLP LTDA.	11.810.276/0001-51	SAO GONCALO	RJ	48610.006418/2011-30
GLP/GO0208170	JEAINE JOSE INACIO	12.063.860/0001-53	ANAPOLIS	GO	48610.007268/2011-81
GLP/TO0208171	JOAO PEREIRA DE ALENCAR	02.457.257/0001-00	ALVORADA	TO	48610.005286/2011-29
GLP/SC0208172	JOI KRAUS ME	05.610.495/0001-94	VIDAL RAMOS	SC	48610.007278/2011-17
GLP/PI0208173	JOSE JUBELINO LEAL ME.	03.259.141/0001-11	CAMPO GRANDE DO PIAUI	PI	48610.005291/2011-31
GLP/TO0208174	JOSÉ NEGRI - ME	33.639.410/0001-36	WANDERLANDIA	TO	48610.015733/2010-77
GLP/SP0208175	JOSÉ VOTORINO RODRIGUES GÁS - ME	09.008.900/0001-50	TEODORO SAMPAIO	SP	48610.006158/2011-01
GLP/MA0208176	L. A. MIRANDA	08.117.635/0001-85	HUMBERTO DE CAMPOS	MA	48610.007427/2011-48
GLP/MG0208177	LENIRA DE BARROS VASCONSELOS - ME.	03.374.389/0001-23	BETIM	MG	48610.004305/2011-08
GLP/SC0208178	LORENCARP SUPERMERCADO LTDA	79.814.836/0001-80	IRANI	SC	48610.007426/2011-01
GLP/PI0208179	MARIA DAS DORES A. SPINDOLA ME.	02.550.672/0003-68	BOQUEIRAO DO PIAUI	PI	48610.007301/2011-73
GLP/MS0208180	NIKKEY COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA. ME.	03.678.621/0002-06	CORUMBA	MS	48610.007296/2011-07
GLP/GO0208181	OSMANE GONÇALVES DA SILVA	07.863.412/0001-02	VALPARAISO DE GOIAS	GO	48610.005232/2011-63
GLP/AC0208182	P BENTO BEZERRA	00.563.480/0001-07	RIO BRANCO	AC	48610.003891/2011-65
GLP/SC0208183	POSTO SERIBA LTDA	83.400.242/0001-08	ARROIO TRINTA	SC	48610.005555/2011-57
GLP/GO0208184	RIBEIRO DE OLIVEIRA COMERCIO DE GAS LTDA	12.612.902/0001-68	LUZIANIA	GO	48610.007267/2011-37
GLP/SC0208185	SADI JOSÉ PESCADOR ME	00.363.869/0001-09	CHAPECO	SC	48610.005563/2011-01
GLP/RS0208186	SANTOS E PIZZATTO LTDA	13.096.554/0001-86	PASSO FUNDO	RS	48610.007300/2011-29
GLP/SC0208187	SC AUTO POSTO LTDA.	08.875.634/0001-08	CAMPO ALEGRE	SC	48610.017476/2010-16
GLP/MA0208188	SERVGÁS DISTRIBUIDORA LTDA	13.034.010/0003-51	ALTO PARNAIBA	MA	48610.007423/2011-60
GLP/CE0208189	SILVIA HELENA AMORIM PINTO	07.735.758/0002-06	LAVRAS DA MANGABEIRA	CE	48610.002779/2011-15
GLP/GO0208190	SUPERMERCADO DECAO LTDA-ME	09.532.843/0001-03	APARECIDA DE GOIANIA	GO	48610.007282/2011-85
GLP/SC0208191	VALMOR TURAZZI	86.429.768/0001-09	BRACO DO NORTE	SC	48610.003004/2011-59
GLP/PR0208192	VILAS- COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LTDA - ME	06.037.061/0001-00	SARANDI	PR	48610.007422/2011-15
GLP/SP0208193	VILMA CRISPIM - ME	11.690.581/0001-57	PRESIDENTE PRUDENTE	SP	48610.003953/2011-39
GLP/MG0208194	WAGNER LUCIO PACHECO CPF 442396026-53	25.185.067/0001-79	MINDURI	MG	48610.004617/2011-11
GLP/SP0208195	WEST AUTO POSTO LIMITADA	00.550.366/0001-34	SAO SIMAO	SP	48610.004627/2011-49

Nº 668 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/BA0095882	ALINE GOMES LEITE & CIA LTDA.	13.446.665/0001-75	CICERO DANTAS	BA	48610.006912/2011-02
PR/RO0094224	AUTO POSTO HAWAII LTDA.	10.976.115/0002-50	CANDEIAS DO JAMARI	RO	48610.005060/2011-28
PR/SP0096043	AUTO POSTO PETRUS DE JABOTICABAL LTDA	09.479.862/0001-13	JABOTICABAL	SP	48610.007179/2011-35
PR/SP0096042	AUTO POSTO QUATRO ESTAÇÕES LTDA EPP	13.612.266/0001-37	PRAIA GRANDE	SP	48610.006924/2011-29
PR/SP0093671	BORGES E BORGES COMBUSTIVEL LTDA.	11.192.821/0001-93	PAULISTANIA	SP	48610.004546/2011-49
PR/SP0095126	CARLOS ALBERTO CUSTÓDIO JÚNIOR	13.484.179/0001-41	TAQUARITUBA	SP	48610.006083/2011-50
PR/BA0093665	ELIANE FERRAZ SANTOS ME.	12.563.158/0001-59	IBIRAPITANGA	BA	48610.004548/2011-38
PR/BA0096002	FENIX COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	12.401.585/0001-30	IPIAU	BA	48610.007065/2011-95
PR/PI0094223	F.M DA SILVA COMBUSTIVEIS	11.310.853/0001-46	BELEM DO PIAUI	PI	48610.005066/2011-03
PR/BA0096005	JOSÉ DOMINGUES DE MACEDO & CIA. LTDA.	13.452.601/0001-87	RIO DO PIRES	BA	48610.007060/2011-62
PR/RO0094209	L.D.BOSCO & CIA LTDA	10.891.304/0001-40	JI-PARANA	RO	48610.005070/2011-63
PR/PR0095922	M. V. L. TONIN COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.	10.991.903/0001-35	MATELANDIA	PR	48610.007012/2011-74
PR/AM0089034	P.B. DE ANDRADE JUNIOR	09.332.236/0001-08	TAPAUA	AM	48610.017652/2010-10
BA0166652	PLUS BRASIL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.	04.674.977/0001-45	SALVADOR	BA	48610.000412/2004-21
PR/SP0095962	POSTO ALGODOAL PIRACICABA LTDA.	12.987.271/0001-61	PIRACICABA	SP	48610.006916/2011-82
PR/PR0096003	POSTO AVENIDA DE UMUARAMA LTDA.	12.007.304/0001-60	UMUARAMA	PR	48610.007062/2011-51
PR/PE0095884	POSTO PINHEIRAO LTDA. - ME.	13.007.445/0001-45	SERTANIA	PE	48610.006913/2011-49
PR/SP0096044	POSTO TABOÃO SÃO ROQUE LTDA	13.326.249/0001-33	SAO ROQUE	SP	48610.007066/2011-30
PR/AP0094024	R & R EMPREENDIMENTOS LTDA.	10.929.612/0003-89	SANTANA	AP	48610.004551/2011-51
PR/MA0095885	REDSON C. R. COSTA	07.453.093/0001-59	CHAPADINHA	MA	48610.006914/2011-93

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PR/BA0094604	SA NACIONAL DE VEÍCULOS	15.226.699/0006-94	SALVADOR	BA	48610.005409/2011-21
PR/CE0096022	SMS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	13.277.741/0001-66	FORTALEZA	CE	48610.007092/2011-68
PR/PA0094603	SOUZA & FUCHS LTDA	13.289.427/0001-01	NOVO PROGRESSO	PA	48610.005401/2011-65
PR/SP0096004	WENDEL J. D¿ANGIOLI COSTA.	05.075.085/0001-90	ROSANA	SP	48610.007061/2011-15
PR/MG0096045	ZILENE ALVES DE SOUZA	13.587.169/0001-31	CRISTIANO OTONI	MG	48610.006915/2011-38

Nº 669 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/PR0177048	ADOLAR LUIZ LAZZARI - GAS	06.344.003/0001-29	MANGUEIRINHA	PR	48610.008903/2004-19
001/GLP/SP0013141	ANTONIO CALUZA	52.225.885/0001-20	SANTA BRANCA	SP	48610.003513/2007-11
GLP/CE0179840	COMERCIAL CRAJUBAR DE GÁS LIMITADA	10.710.264/0002-73	ASSARE	CE	48610.010759/2009-95
001/GLP/RN0003352	J. B. GÁS LTDA	06.983.147/0001-25	PARELHAS	RN	48610.000564/2005-11
GLP/GO0175968	NILSON FERREIRA FILHO - N. PRETTO	05.684.630/0001-46	MINEIROS	GO	48610.010019/2004-44

Nº 670 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
MG0025956	ARARA AZUL REDE DE POSTOS LTDA.	04.145.589/0004-10	BELO HORIZONTE	MG	48610.007470/2002-12
PR/RS0096105	AUTO POSTO PARAISO LTDA.	12.321.423/0001-92	VIAMAO	RS	48610.007206/2011-70
PR/SP0093284	AUTO POSTO SUZAN PETRO LTDA.	04.409.786/0002-37	SUZANO	SP	48610.003770/2011-13
PR/PB0096084	AUTO POSTO TEIXEIRA & CIA LTDA	12.592.112/0001-68	PATOS	PB	48610.007091/2011-13
PR/SP0095103	AUTO POSTO VITORIA DA BARRA FUNDA LTDA.	13.075.909/0001-50	SAO PAULO	SP	48610.006074/2011-69
PR/RS0096083	AUTO POSTO 53	13.481.461/0001-75	ESPUMOSO	RS	48610.007197/2011-17
PR/PR0090386	BELA JOIA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.	11.769.886/0001-59	BALSA NOVA	PR	48610.000252/2011-48
PR/MG0091862	BOTELHO E BOTELHO LTDA.	13.039.369/0001-50	LONTRA	MG	48610.001756/2011-85
PR/MA0096124	C M F TORRES COMBUSTIVEL	13.556.271/0001-70	ARAGUANA	MA	48610.007166/2011-66
PR/PI0096085	EDIMAR ANTENOR DE MOURA	12.868.275/0001-20	SANTANA DO PIAUI	PI	48610.007085/2011-66
PR/RS0094283	FLORESTAL JACUI LTDA.	08.803.217/0002-22	BUTIA	RS	48610.005194/2011-49
PR/TO0096122	J & Z COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.	07.811.018/0001-12	PALMAS	TO	48610.007205/2011-25
PR/PE0096104	M G DE MACEDO COMBUSTÍVEIS	12.883.206/0001-96	DORMENTES	PE	48610.007164/2011-77
PR/RN0096086	M.S.SILVA - COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS	12.034.584/0002-86	NATAL	RN	48610.007090/2011-79
PR/BA0096103	POSTO FENIX COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA.	09.370.202/0001-08	TAPIRAMUTA	BA	48610.007088/2011-08
PR/ES0096082	POSTO SANGALI LTDA - ME	11.623.000/0001-64	SAO GABRIEL DA PALHA	ES	48610.007189/2011-71
PR/PR0095183	R. A. PIZAIA - COMBUSTÍVEIS	12.595.371/0001-42	UMUARAMA	PR	48610.006396/2011-16
PR/MA0096062	R F FORMIGA COMÉRCIO	73.968.554/0001-50	PEDREIRAS	MA	48610.007162/2011-88
PR/MG0094442	ROVINA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	13.317.098/0001-57	TUPACIGUARA	MG	48610.005416/2011-23
PR/PA0096102	S. M. TRANSPORTE COMBUSTÍVEIS LTDA. - ME	13.017.518/0001-80	NOVO REPARTIMENTO	PA	48610.007163/2011-22
PR/BA0096063	SANTO ANTONIO PRODUTOS DERIVADOS DE PETROLEO LTDA. - ME.	13.587.164/0001-09	FEIRA DE SANTANA	BA	48610.007086/2011-19
PR/PE0096106	SHEYLA KARELY BARBOSA CAVALCANTE	12.063.718/0001-06	TUPANATINGA	PE	48610.007165/2011-11
PR/PR0090709	STOPETROLEO S.A. - COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO	09.160.226/0016-00	MARECHAL CANDIDO RONDON	PR	48610.000714/2011-27
PR/PR0090444	VIA 277 AUTO POSTO LTDA.	11.011.242/0001-05	SAO JOSE DOS PINHAIS	PR	48610.000266/2011-61

Nº 671 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
MG0011064	ANDRADE VENDAS E SERVIÇOS LTDA.	17.281.023/0001-14	BELO HORIZONTE	MG	48610.011549/2001-67
GO0029035	ANTONIO SOARES FONSECA	05.286.233/0001-16	ALTO HORIZONTE	GO	48610.013071/2002-91
SP0000540	AUTO POSTO GAZOLA MATHIAS LTDA	03.045.206/0002-07	ROSANA	SP	48610.006333/3300-41
PR/SP0071800	AUTO POSTO JANDIRA LTDA.	10.856.737/0001-64	JANDIRA	SP	48610.006842/2009-60
SP0226930	AUTO POSTO MERIVA LTDA.	09.244.713/0001-75	SAO ROQUE	SP	48610.004162/2008-21
GO0196880	AUTO POSTO MONTIVIDIU TIUBA LTDA.	00.921.134/0001-45	MONTIVIDIU	GO	48610.005331/2006-88
PR/TO0060686	BORGES & PRADO LTDA	09.410.343/0001-07	ARAPOEMA	TO	48610.008998/2008-02
MG0163811	CLARICE CECATO	00.808.849/0001-96	NOVA PONTE	MG	48610.008261/2003-77
RS0213058	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS COMIN ESPUMOSO LTDA.	08.673.630/0001-39	ESPUMOSO	RS	48610.007393/2007-13
MA0025918	EDNILTON MOREIRA LIMA	00.188.732/0001-57	PEDREIRAS	MA	48610.007358/2002-81
SP0165656	ELIAS ALVES DA SILVA TAQUARITUBA	04.029.608/0001-08	TAQUARITUBA	SP	48610.011027/2003-27
RS0015309	ITALO DE MAMAN	89.345.029/0001-19	BUTIA	RS	48610.012240/2001-94
CE0028137	MOREIRA & HOLANDA LTDA.	41.580.473/0004-35	FORTALEZA	CE	48610.010728/2002-68
PR0176041	PEDROSO COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	06.071.838/0001-52	UMUARAMA	PR	48610.008946/2004-11
MG0176201	PETRONORTE COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA.	06.286.201/0001-83	LONTRA	MG	48610.008679/2004-65
RJ0002523	POSTO DE SERVIÇO BORGINHO LTDA	33.809.336/0001-59	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.005017/2000-18
PR0191425	R H REALEZA PETRÓLEO LTDA.	04.963.359/0002-04	MARECHAL CANDIDO RONDON	PR	48610.009346/2005-34
RS0021735	REVENDEDORA DE COMBUSTIVEIS VIAMAO LTDA	98.745.532/0001-52	VIAMAO	RS	48610.002560/2002-17

Nº 672 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/MT0208100	AILTON CRUZ DA SILVA	11.336.638/0001-14	RONDONÓPOLIS	MT	48610.007441/2011-41
GLP/MS0208101	ALVES & BRANDAO LTDA ME	12.503.466/0001-99	CAMPO GRANDE	MS	48610.007449/2011-16
GLP/GO0208102	ANA BARBOSA DE JESUS	12.684.367/0001-50	POSSE	GO	48610.007452/2011-21
GLP/SE0208103	ANIBAL SILVA DE LIMA ME	13.311.822/0001-35	ITAPORANGA D'AJUDA	SE	48610.007490/2011-84
GLP/SP0208104	COMERCIAL DE ALIMENTOS CALUZA LTDA	09.649.722/0001-46	SANTA BRANCA	SP	48610.007466/2011-45
GLP/SC0208105	DECIO EIDT	11.300.568/0001-44	IPORA DO OESTE	SC	48610.007431/2011-14
GLP/RN0208106	DIGÁS COMÉRCIO DE GÁS DO BRASIL LTDA - ME	12.872.320/0001-10	MACAU	RN	48610.007450/2011-32
GLP/MG0208107	DISTRIBUIDORA DE AGUA E GAS DOIS IRMAOS LTDA ME	12.107.459/0001-78	RAUL SOARES	MG	48610.007411/2011-35
GLP/MG0208108	DISTRIBUIDORA DE GÁS E BEBIDAS COLORADO LTDA ME	13.416.779/0001-72	ESMERALDAS	MG	48610.007392/2011-47
GLP/MT0208109	EDSON RASPINI - ME	13.228.265/0001-93	NOVA MUTUM	MT	48610.007069/2011-73
GLP/GO0208110	E.N.D. COMERCIO DE GAS LTDA ME	11.744.090/0001-41	CIDADE OCIDENTAL	GO	48610.007266/2011-92
GLP/SC0208111	GETULIO DE COSTA FILHO	81.626.327/0001-75	MORRO DA FUMACA	SC	48610.006438/2011-19
GLP/BA0208112	HERITO GONÇALVES ROCHA DE BONINAL	05.871.239/0002-31	IRAQUARA	BA	48610.007477/2011-25
GLP/TO0208113	ILDA LOPES LEITE DE OLIVEIRA	03.873.088/0001-44	PIUM	TO	48610.005772/2011-47
GLP/RN0208114	J M BEZERRA & CIA LTDA.	08.510.133/0003-81	GUAMARE	RN	48610.007451/2011-87
GLP/GO0208115	JERUSALEM GAS LTDA.	12.528.284/0001-72	APARECIDA DE GOIANIA	GO	48610.003327/2011-42
GLP/PR0208116	JOSÉ DONIZETE DA SILVA BEBIDAS	78.083.235/0003-43	IVAIPORA	PR	48610.007475/2011-36
GLP/AM0208117	JOSE LUCIANO CASTRO SARAIVA.	34.583.450/0001-76	MANAUS	AM	48610.007456/2011-18
GLP/AM0208118	JOSE RODRIGUES FILHO ESTIVAS - ME	02.483.730/0001-16	MANAUS	AM	48610.007463/2011-10
GLP/MG0208119	JULIO CEZAR ALVES FONTES - ME.	13.143.758/0001-20	FRONTEIRA DOS VALES	MG	48610.007430/2011-61
GLP/MS0208120	L M DOS S MARIANO DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS ME	11.808.303/0001-51	IVINHEMA	MS	48610.007292/2011-11
GLP/MT0208121	L. O. SOARES ARAUJO - ME	02.509.762/0001-43	NOVO SAO JOAQUIM	MT	48610.001962/2011-95
GLP/PB0208122	LEANDRO FELIPE DA SILVA	12.908.688/0001-91	MASSARANDUBA	PB	48610.005016/2011-18

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GLP/RN0208123	LEANDRO FERREIRA DA SILVA	12.702.246/0001-94	NATAL	RN	48610.001460/2011-64
GLP/SC0208124	LEODARTE CHAVES DE CAMARGO & CIA LTDA ME	03.198.064/0001-37	VARGEM BONITA	SC	48610.007483/2011-82
GLP/PA0208125	LUIZ OTAVIO DA SILVA CARDOSO COMERCIO DE GAS ME	13.535.963/0001-31	BELEM	PA	48610.007455/2011-65
GLP/SP0208126	M. D. DE ALMEIDA ME	13.270.003/0001-97	CAJAMAR	SP	48610.007068/2011-29
GLP/GO0208127	MARIA DOS PASSOS DOS SANTOS SILVA - ME.	11.710.052/0001-78	LUZIANIA	GO	48610.007448/2011-63
GLP/SP0208128	MIRIAM VIEIRA MARIANO BATISTA VOTORANTIM - ME	11.432.337/0001-94	VOTORANTIM	SP	48610.007491/2011-29
GLP/MA0208129	NABHAN & LOGRADO LTDA.	11.165.312/0004-14	IMPERATRIZ	MA	48610.007407/2011-77
GLP/MA0208130	NABHAN & LOGRADO LTDA.	11.165.312/0005-03	IMPERATRIZ	MA	48610.007434/2011-40
GLP/MA0208131	NABHAN & LOGRADO LTDA.	11.165.312/0006-86	IMPERATRIZ	MA	48610.007437/2011-83
GLP/GO0208132	NOVA ÉPOCA AUTO POSTO LTDA	09.363.811/0001-21	ARAGUAPAZ	GO	48610.007459/2011-43
GLP/CE0208133	ORVAL - ORGANIZAÇÃO VALENTE LTDA.	06.043.616/0018-74	TAUA	CE	48610.006137/2011-87
GLP/GO0208134	OSVALDO MENDONÇA DE JESUS - ME	02.805.745/0001-53	MINEIROS	GO	48610.007374/2011-65
GLP/GO0208135	R. A. DE ALMEIDA BEBIDAS	10.461.052/0002-08	GOIANIA	GO	48610.007409/2011-66
GLP/RN0208136	R CAVALCANTI DE SOUZA ME.	13.191.753/0001-73	NATAL	RN	48610.007436/2011-39
GLP/AM0208137	R CRISTIAN N MAIA - ME	13.116.505/0001-68	MANAUS	AM	48610.007478/2011-70
GLP/PE0208138	R L DE MELO JUNIOR	13.376.914/0001-01	RIO FORMOSO	PE	48610.007474/2011-91
GLP/MG0208139	RAMALHO DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA.	11.492.163/0001-55	SANTA LUZIA	MG	48610.004520/2011-09
GLP/RN0208140	REINALDO B. DA ROCHA	09.218.896/0002-35	NATAL	RN	48610.003585/2011-29
GLP/MS0208141	RENATO FERREIRA DOURADO ME	12.390.201/0001-21	CAARAPO	MS	48610.007462/2011-67
GLP/MG0208142	ROBSON MAURO MACIEL ME	03.695.346/0001-40	BORDA DA MATA	MG	48610.007376/2011-54
GLP/AM0208143	ROSINA SANTANA MORAES - ME	05.529.888/0001-78	MANAUS	AM	48610.007402/2011-44
GLP/SC0208144	RUFINO BUGMANN ME	83.631.903/0001-06	ITUPORANGA	SC	48610.017862/2010-08
GLP/PA0208145	SILVA & CARDOSO COMERCIO DE GAS E ÁGUA LTDA.	12.535.501/0001-51	BENEVIDES	PA	48610.004281/2011-89
GLP/GO0208146	SIMONE MONTEIRO DE SOUZA	09.662.183/0001-85	ANICUNS	GO	48610.007280/2011-96
GLP/MG0208147	SORIANA BALBINO TEMPONI BENEVIDES - ME	13.214.512/0001-00	SAO JOSE DA SAFIRA	MG	48610.007410/2011-91
GLP/RN0208148	SOS GÁS LTDA.	09.266.128/0003-38	SAO GONCALO DO AMARANTE	RN	48610.006630/2011-05
GLP/MS0208149	TAVEIRA & BRUM LTDA EPP	11.507.453/0001-25	RIBAS DO RIO PARDO	MS	48610.007489/2011-50

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 41/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
846.213/2008-ANTENOR ROCHA PINTO-OF. N°709/2011
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
846.086/1997-TOP STONE MINERAÇÃO LTDA-Granito
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
846.178/2008-Elizabeth Produtos Cerâmicos Ltda
846.179/2008-Elizabeth Produtos Cerâmicos Ltda
846.405/2008-David Geraldo Ventura
846.550/2008-Alcides Tretrin
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
846.084/2001-TANTALITA EXTRAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINERIOS LTDA.-OF. N°704/2011
846.403/2002-DIOGO CAVALCANTI DE OLIVEIRA-OF. N°695/2011
846.016/2003-DIOGO CAVALCANTI DE OLIVEIRA-OF. N°702/2011
846.106/2004-IMETAME EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.-OF. N°706/2011
846.008/2005-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°693/2011
846.309/2005-ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA-OF. N°701/2011
846.253/2006-POLIMASSA ARGAMASSAS LTDA-OF. N°698/2011
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
846.007/1995-ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA-OF. N°699/2011
846.084/2001-TANTALITA EXTRAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINERIOS LTDA.-OF. N°705/2011
846.403/2002-DIOGO CAVALCANTI DE OLIVEIRA-OF. N°696/2011
846.016/2003-DIOGO CAVALCANTI DE OLIVEIRA-OF. N°703/2011
846.106/2004-IMETAME EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.-OF. N°707/2011
846.008/2005-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°694/2011
846.309/2005-ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA-OF. N°700/2011
846.253/2006-POLIMASSA ARGAMASSAS LTDA-OF. N°697/2011
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1799)
846.213/2000-ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA-OF. N°708/2011

JOSE MADURO TOLEDO JÚNIOR
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 59/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
864.205/2004-RIO GAMELEIRA PROSPECÇÃO E GEOLOGIA LTDA.-OF. N°019/2011-17ºDS- TO-AREAS
864.554/2010-MINING VENTURES BRASIL PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°236/2011 - OUT/DNPM/TO
864.652/2010-ANANIAS PONCE LACERDA NETO-OF. N°211/2011 - OUT/DNPM/TO
864.054/2011-HEDIRLEY TEODORO CERQUEIRA-OF. N°234/2011 - OUT/DNPM/TO
864.056/2011-HEDIRLEY TEODORO CERQUEIRA-OF. N°237/2011 - OUT/DNPM/TO
864.066/2011-MARCIO CESAR DAMASCENO-OF. N°239/2010 - OUT/DNPM/TO
864.073/2011-BRAGA & BARROSO LTDA-OF. N°240/2011 - OUT/DNPM/TO
864.075/2011-JOÃO CARLOS DOS SANTOS-OF. N°241/2011 - OUT/DNPM/TO
864.084/2011-MAURICIO VIEIRA DINIZ-OF. N°245/2011 - OUT/DNPM/TO
864.091/2011-THIAGO DE CESARO-OF. N°248/2011 - OUT/DNPM/TO
864.093/2011-SANTA TEREZA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS BÁSICOS P CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE LTDA-OF. N°224/2011 - OUT/DNPM/TO
864.111/2011-GOLDEN GATE MINING BRAZIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°242/2011 - OUT/DNPM/TO
864.112/2011-GOLDEN GATE MINING BRAZIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°244/2011 - OUT/DNPM/TO
864.113/2011-GOLDEN GATE MINING BRAZIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°243/2011 - OUT/DNPM/TO
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.152/2006-PAN BRAZILIAN MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°43/2011 - FISC/DNPM/TO
864.153/2006-PAN BRAZILIAN MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°43/2011 - FISC/DNPM/TO
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
864.038/2011-RITA DE CASSIA MARTINS RIBEIRO-Registro de Licença n°008/2011 de 27/05/2011-Vencimento em 27/01/2026
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
864.280/2011-ANCELMO FERNANDES AZEVEDO
864.281/2011-CONSTRUTORA PENAFORTE LTDA

JOAQUIM TOMAZ DE SOUZA NETO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 12, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 129, de 19 de março de 2009, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, o que consta no Processo nº 48000.000909/2010-74, bem como considerando:

as Resoluções do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 1, de 17 de novembro de 2004, e nº 9, de 28 de julho de 2008, aprovadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República;

a Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.702, de 2 de dezembro de 2008, que autorizou a Clealco Açúcar e Álcool S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a exploração da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Clealco-Queiroz, localizada no Município de Queiroz, Estado de São Paulo;

a Portaria MME nº 8, de 7 de janeiro de 2009, que autorizou a Clealco Açúcar e Álcool S.A. a ampliar a capacidade instalada da UTE Clealco-Queiroz de 10 MW para 45 MW, passando a ser constituída de uma Unidade Geradora de 10.000 kW e outra Unidade Geradora de 35.000 kW; e

a Portaria MME nº 735, de 17 de agosto de 2010, que estabelece a metodologia para revisão dos montantes de garantia física de energia das Usinas Termelétricas inflexíveis do Sistema Interligado Nacional - SIN e dos Sistemas Isolados, com Custo Variável Unitário - CVU nulo, em decorrência de acréscimo da disponibilidade de combustível e/ou da capacidade de produção de energia elétrica, resolve:

Art. 1º Definir, nos termos do art. 2º, § 2º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, conforme critérios gerais de garantia de suprimento, e da Portaria MME nº 735, de 17 de agosto de 2010, o novo montante de garantia física de energia da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Clealco-Queiroz, localizada no Município de Queiroz, Estado de São Paulo, na forma do Anexo I à presente Portaria.

Parágrafo único. O montante de garantia física de energia da UTE Clealco-Queiroz refere-se ao Ponto de Conexão da Usina. Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da UTE Clealco-Queiroz poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

ANEXO I

MONTANTE DE GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA DA UTE CLEALCO-QUEIROZ

Usina	UF	Combustível	Potência (MW)	Garantia Física de Energia (MW Médios)
UTE Clealco-Queiroz	SP	Bagaço de Cana	45,0	12,4

DISPONIBILIDADE MENSAL DE ENERGIA DA UTE CLEALCO-QUEIROZ (MW médios)

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
13,53	13,53	0,0	13,53	13,53	13,53	13,53	13,53	13,53	13,53	13,53	13,53

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 13, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 129, de 19 de março de 2009, tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso X, da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no art. 2º, § 2º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, o que consta no Processo nº 48000.000798/2011-87, e considerando que:

o Decreto nº 3.653, de 7 de novembro de 2000, permite a participação no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE das centrais hidrelétricas não despachadas centralizadamente;

o Despacho ANEEL nº 3.472, de 23 de novembro de 2007, aprovou o Projeto Básico da Pequena Central Hidrelétrica, denominada PCH Cachoeira do Brumado;

a Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.438, de 1º de julho de 2008, autorizou a empresa Cachoeira do Brumado Energia Elétrica Ltda. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a exploração e implantação do potencial hidráulico denominado PCH Cachoeira do Brumado, localizado no Rio Brumado (Rosa Gomes), Município de Lima Duarte, Estado de Minas Gerais; e

a metodologia para o cálculo dos montantes de garantia física de energia de usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, para fins de participação no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE foi estabelecida pela Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Definir em 1,22 MW médios o montante de garantia física de energia da Pequena Central Hidrelétrica, denominada PCH Cachoeira do Brumado, de propriedade da empresa Cachoeira do Brumado Energia Elétrica Ltda., localizada no Rio Brumado (Rosa Gomes), Município de Lima Duarte, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. O montante de garantia física de energia da PCH Cachoeira do Brumado é determinado na Barra de Saída do Gerador. Para efeitos de comercialização de energia elétrica, o consumo interno da Usina e as perdas na Rede Elétrica deverão ser abatidos do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da PCH Cachoeira do Brumado poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº34, de 04 de dezembro de 2006, publicada no DOU n°237, de 12 de dezembro de 2006, seção I, pg. 68, que criou o PA SÃO FRANCISCO, Código SIPRA CE0341000, onde se lê: "...2.821,1624 ha (dois mil, oitocentos e vinte e um hectares, dezesseis ares e vinte e quatro centiares)...", leia-se: "...3.188,1986 ha (três mil, cento e oitenta e oito hectares, dezenove ares, e oitenta e seis centiares)...".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

RETIFICAÇÕES

Na Portaria INCRA/SR-13/MT Nº 104 de 26 de novembro de 1997, publicada no Diário Oficial da União nº230 de 27 de novembro de 1997, na Seção 1, pagina 27747, código do SIPRA MT0200000 de criação do Projeto de Assentamento Ena, localizado no município de Feliz Natal - Mato Grosso, onde se lê "visando atender, 450 (quatrocentos e cinqüenta), unidades agrícolas familiares" leia-se "com capacidade para atender 388, (trezentos e oitenta e oito) Unidades agrícolas familiares.

Na Portaria INCRA/SR-13/MT Nº 67 de 15 de agosto de 1995, publicada no Diário Oficial da União nº158 de 17 de agosto de 1995, na Seção 1, pagina 12496, código do SIPRA MT0079000 de criação do Projeto de Assentamento Avai, localizado no município de Nova Canaã do Norte - Mato Grosso, onde se lê "visando atender, 118 (cento e dezoito), unidades agrícolas familiares" leia-se "com capacidade para atender 105, (cento e cinco) Unidades agrícolas familiares.

Na Portaria INCRA/SR-13/MT Nº 138 de 29 de dezembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União nº26 de 06 de fevereiro de 1996, na Seção 1, pagina 65, código do SIPRA MT0134000 de criação do Projeto de Assentamento Tapayuna, localizado no município de Nova Canaã do Norte - Mato Grosso, onde se lê "visando atender, 33(trinta e três), unidades agrícolas familiares" leia-se "com capacidade para atender 45, (quarenta e cinco) Unidades agrícolas familiares.

Na Portaria INCRA/SR-13/MT Nº 96 de 27 de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União nº 227 de 28 de novembro de 1995, na Seção 1, pagina 19402, código do SIPRA MT0086000 de criação do Projeto de Assentamento Cristo Rei, localizado no município de Nova Guarita - Mato Grosso, onde se lê "visando atender, 50 (cinquenta), unidades agrícolas familiares" leia-se "com capacidade para atender 34, (trinta e quatro) Unidades agrícolas familiares.

Na Portaria INCRA/SR-13/MT Nº 15 de 03 de agosto de 2006, publicada no Diário Oficial da União nº 153 de 10 de agosto de 2006, na Seção 1, pagina 65, código do SIPRA MT0796000 de criação do Projeto de Assentamento Vieira, localizado no município de Nova Guarita - Mato Grosso, onde se lê "visando atender, 79 (setenta e nove), unidades agrícolas familiares" leia-se "com capacidade para atender 65, (sessenta e cinco) Unidades agrícolas familiares.

Na Portaria INCRA/SR-13/MT n° 044 de 02 de Setembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União n° 173 de 08 de Setembro de 2003, na Seção 01 Página 45, código SIPRA MT0637000 de reconhecimento de criação do Projeto Estadual Assentamento Barra do Ribeirão, localizado no município de Chapada do Guimaraes - Mato Grosso, onde se lê: "...visando atender 0055 unidades agrícolas familiares...", leia-se: "...com capacidade para atender 065 unidades Agrícolas familiares...".

Na Portaria INCRA/SR-13/MT n° 068 de 04 de Novembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União n° 221 de 13 de Novembro de 2003, na Seção 01 Página 58, código SIPRA MT0650000 de reconhecimento de criação do Projeto Estadual Assentamento Tupinamba, localizado no município de Rosario Oeste - Mato Grosso, onde se lê: "...visando atender 017 unidades agrícolas familiares...", leia-se: "...com capacidade para atender 022 unidades Agrícolas familiares...".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 52, DE 30 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 317, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 19 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta dos Processos Administrativos INCRA/SR-06/MG nº 54170.007124/1999-42 e 54170.001466/2011-61, que trata de Contrato de Assentamento da parcela nº 27 do Projeto de Assentamento OLHOS D'ÁGUA, localizado no município de SACRAMENTO, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento nº MG013500000021, de 07 de julho de 1999, relativo ao beneficiário José Mário de Lima - Carteira de Identidade nº 1.075.521 SSP/SE e CPF nº 652.994.185-15.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, à adoção de providências visando destinar o lote a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

PORTARIA Nº 53, DE 30 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 317, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 19 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta dos Processos Administrativos INCRA/SR-06/MG nº 54170.007123/1999-80 e 54170.001468/2011-50, que trata de Contrato de Assentamento da parcela nº 02 do Projeto de Assentamento OLHOS D'ÁGUA, localizado no município de SACRAMENTO, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento nº MG013500000020, de 07 de julho de 1999, relativo ao beneficiário José Augusto Fernandes - Carteira de Identidade nº 11.636.430 SSP/SP e CPF nº 929.914.408-72.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, à adoção de providências visando destinar o lote a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

PORTARIA Nº 54, DE 30 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 317, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 19 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta dos Processos Administrativos INCRA/SR-06/MG nº 54170.004415/2007-12 e 54170.001467/2011-13, que trata de Contrato de Assentamento da parcela nº 08 do Projeto de Assentamento OLHOS D'ÁGUA, localizado no município de SACRAMENTO, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento nº MG013500000044, de 19 de março de 2008, relativo à beneficiária Denise Aparecida Ribeiro - Carteira de Identidade nº MG-14.791.979 SSP/MG e CPF nº 072.860.846-40.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, à adoção de providências visando destinar o lote a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR(01)/Nº 108 de 07 15/12/2006, publicada no Diário Oficial da União Nº 242 de 19/12/2006, Seção I, que criou o Projeto de Assentamento PA LUIZ INÁCIO, ONDE SE LÊ: "...com área de 26.210,7121(vinte e seis mil duzentos e dez hectares setenta e um ares vinte e um centiares)..."; "que prevê a criação de 450 (quatrocentos e cinquenta) unidades...", LEIA-SE: com área de 34.210,7121 (trinta e quatro mil trezentos e vinte e oito hectares onze ares quarenta e sete centiares)...; que prevê a criação de 625 (seiscentos e vinte e cinco) unidades... .

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

PORTARIA Nº 30, DE 31 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DE RONDÔNIA - SR/17/RO, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº. 168 /2007, de 20 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 23 de julho de 2007, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso III do Regimento Interno desta Autarquia, aprovado pela PORTARIA/MDA/Nº. 20, de 08 de abril de 2009;

Considerando que em vistoria realizada na área abrangida pelo Projeto de Assentamento abaixo citado, foi constatada abandono de parcelas, e não atende aos critérios eliminatórios de Seleção - Norma Vigente o seguinte beneficiário (a): PA ALIANÇA localizado no Município de Porto Velho/RO: ZENÁDIA TENÓRIO DA SILVA CPF Nº. 831938712-49.

RESCINDIR unilateralmente e de pleno direito, com fundamento na Lei 4.504/64 - ESTATUTO DA TERRA - Lei nº. 8.629/93, e demais Institutos que regulamentam os dispositivos constitucionais inerentes ao Programa de Reforma Agrária, todos os Contratos de Assentamentos/Termos de Compromissos celebrados entre o INCRA e os respectivos beneficiários.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLINO LIMA

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 219, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 01/02/2011, 05/04/2011 e 03/05/2011.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, considerando:

a) aprovação dos projetos desportivos aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 01/02/2011, 05/04/2011 e 03/05/2011.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.004499/2010-97
Proponente: Flamengo Esporte Clube
Título: Flamengo Esporte Clube
Registro/ ME: 02MG074162010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 17.968.132/0001-04
Cidade: Barão de Cocais - UF: MG
Valor aprovado para captação: R$ 2.092.867,39
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 4488 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 11014-0
Período de Captação: da data de publicação até 05/04/2012
2 - Processo: 58701.004500/2010-83
Proponente: Prefeitura Municipal de Salinópolis
Título: Escolinha da Praia
Registro/ ME: 01PA076972010
Manifestação Desportiva: Desporto de Educacional
CNPJ: 05.149.166/0001-98
Cidade: Salinópolis - UF: PA
Valor aprovado para captação: R$ 1.074.802,48
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3951 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 18375-X
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011
3 - Processo: 58701.004772/2010-83
Proponente: Associação dos Empregados da Açominas
Título: Esporte e Cidadania em Ouro Branco
Registro/ ME: 02MG048952009
Manifestação Desportiva: Desporto de Educacional
CNPJ: 19.814.896/0001-70
Cidade: Ouro Branco - UF: MG
Valor aprovado para captação: R$ 647.129,69
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 2372 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 20903-1
Período de Captação: da data de publicação até 30/04/2012
4 - Processo: 58701.004521/2010-07
Proponente: Associação Desportiva Garotada Jaguaré
Título: Garotada Jaguaré
Registro/ ME: 02SP075282010
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 08.851.643/0001-50
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 368.386,21
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1201 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 25413-4
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011.

ANEXO II

1 - Processo: 58701.003790/2007-40
Proponente: Associação dos Funcionários da Viação Garcia
Título: Futsal e Cidadania
Valor aprovado para captação: R$ 109.057,72
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 2755 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 25332-4
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011.

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 60, DE 2 DE JUNHO DE 2011

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro ao MINISTÉRIO DA DEFESA, e dá outras providências.

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para o MINISTÉRIO DA DEFESA, para Manutenção do Complexo Olímpico de Deodoro - despesas com água, luz, gás e cloro de piscina.

Órgão Cedente: Ministério do Esporte
Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 00001 - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.
Órgão Executor: MINISTÉRIO DA DEFESA
Unidade Gestora: 110407 Gestão: 00001
Programa: Brasil no Esporte de Alto Rendimento-0181
Ação: 20D8 - Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016
Funcional Programática: 27.811.0181.20D8.0001
Natureza da despesa:
339030 - R$ 52.000,00 (cinqüenta e dois mil reais).
339039 - R$ 474.494,75 (quatrocentos e setenta e quatro mil, novecentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos).
Fonte: 100

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º O MINISTÉRIO DA DEFESA deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ LINCOLN DAEMON

SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE ESPORTE E DE LAZER

ATO DECLARATÓRIO Nº 9, DE 19 DE MAIO DE 2011

Reconhece o direito à isenção de II e IPI ao atleta MÁRIO ROBERTO ARANTES DUBEUX, nas aquisições no mercado interno e nas importações dos produtos que relaciona.

A Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte, de conformidade com o disposto no art. 4º da Portaria nº 199, de 09 de agosto de 2002, tendo em vista o que consta do Processo nº 58701.000892/2011-92, no qual se acha comprovado que o equipamento a ser importado foi homologado pela entidade internacional da respectiva modalidade esportiva e não possui similar nacional, expede o presente ATO DECLARATÓRIO a beneficiar ao atleta MÁRIO ROBERTO ARANTES DUBEUX, CPF nº 399.096.624-34, no direito à isenção do Imposto de Importação - II e Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI de acordo com os termos que trata a Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, altera a legislação tributária federal e da outras providências conforme redação dada pela, Lei nº 11.827 de 20/11/2008, relativo ao equipamento para a modalidade vela abaixo relacionado:

ORD	IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO	QTD	VALOR(DÓLAR)
1	Veleiro Hobie Cat 16SE, Velas Coloridas	1	8.999,00
TOTAL			U$ 8.999,00

REJANE PENNA RODRIGUES

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RETIFICAÇÃO

No extrato de publicação das Resoluções, de 30 de maio de 2011, publicado no DOU de 3 de junho de 2011, Seção 1, página 88, onde se lê: "... Nº 327 - Alterar o Inciso IV, do art. 1º da Resolução nº 970, de 7 de dezembro de 2009..." leia-se: "...Nº 327 - Alterar o Inciso IV, do art. 1º da Resolução nº 969, de 7 de dezembro de 2009..."

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 130, DE 3 DE JUNHO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso II, §§ 2º e 5º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, combinado com os arts. 95 e 96 do Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, e os elementos que integram o Processo nº 04967.013784/2010-59, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso onerosa, sob o regime de arrendamento, à empresa Brasfels S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 03.669.753/0001-82, do espaço físico em águas públicas com a área de 3.232,00m², localizado na Baía de Jacuecanga, Rodovia Santos-Rio - BR 101, Km 81, município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, com as características descritas a seguir: projeção em direção ao mar, iniciando-se no ponto de coordenadas: 23º0'5.24"S e 44º14'58.10"W, e findando no ponto de coordenadas: 23º0'7.13"S e 44º14'59.7"W, de 1 (uma) viga em concreto armado, medindo 80 metros de comprimento por 1,20 metros de largura, totalizando 192m² sobre o espelho d'água, destinada à sustentação e rolamento de um pórtico com guindaste de 660t de capacidade de carga; projeção em direção ao mar, iniciando-se no ponto de coordenadas: 23º0'4.90"S e 44º14'53.53"W, e findando no ponto de coordenadas: 23º0'9.11"S e 44º14'56.94"W, de 3 (três) estruturas interligadas sendo (1) uma plataforma em concreto armado, medindo 160 metros de comprimento por 14 metros de largura, totalizando 2.240 m² sobre o espelho d'água, (2) uma laje em concreto armado medindo 160 metros de comprimento por 5 metros de largura, totalizando 800m² sobre o espelho d'água, e (3) uma viga em concreto armado, medindo 80 metros de comprimento por 1,20 metros de largura, totalizando 192m² sobre o espelho d'água, destinada à sustentação e rolamento de um pórtico com guindaste de 660t de capacidade de carga.

Parágrafo único. A área descrita no caput é contígua ao terreno de marinha, parte aforada e parte cadastrada em regime de ocupação em nome da empresa Indústrias Verolme - Ishibrás S.A. - IVI, RIPs originais nº 5801.0003.009-22 e nº 5801.0002.168-91, posse direta constituída por instrumento particular à cessionária em razão da celebração de contrato de locação com a empresa Polipar - Gerenciamento e Administração Ltda. que, por sua vez, firmou contrato de sublocação com a cessionária - empresa Brasfels S.A., contrato de março de 2000, com prazo de 30 anos.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à construção de benfeitoria útil, ampliação do cais de acabamento do estaleiro, a ser construída sobre espelho d'água, em área contígua a área de terreno de marinha ocupada pela cessionária, por meio de contrato de sublocação conforme descrito no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º O prazo da cessão será de vinte anos, contados da data de assinatura do respectivo contrato de cessão, nos termos do art. 21 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998.

§ 1º Em até seis meses antes do término do prazo previsto no caput deste artigo, é facultado a empresa Indústrias Verolme - Ishibrás S.A. - IVI, na qualidade de foreira ou ocupante, requerer a cessão de uso onerosa da área descrita no art. 1º ou à cessionária, solicitar sua renovação, desde que mantida sua posse por ato contratual.

§ 2º Caso as empresas referidas no §1º não requeiram a cessão de uso onerosa no prazo assinado e não sendo de interesse da União a manutenção das benfeitorias, obriga-se a cessionária a remover as suas expensas as construções realizadas na área descrita no art. 1º, recompondo-a na forma original.

§ 3º Extinto o contrato de locação firmado e a posse direta do imóvel pela cessionária, extingue-se a cessão, obrigando-se a cessionária a remover às suas expensas as construções realizadas na área descrita no art. 1º, recompondo-a na forma original.

Art. 4º O prazo para a conclusão do projeto de ampliação do cais de acabamento do estaleiro será de até dois anos, contados da data da assinatura do contrato.

Art. 5º Durante o prazo previsto no art. 4º, fica a cessionária obrigada a pagar mensalmente à União, a título de arrendamento, a importância de R$ 3.451,72 (três mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta e dois centavos) pelo uso da área descrita no art. 1º.

§ 1º Concluídas as obras ou caso se comprove modificação significativa nos valores de mercado, a SPU/RJ procederá nova avaliação para adequar o valor de retribuição à União pelo uso privativo de espaço físico em águas públicas.

§ 2º O valor da retribuição mensal pelo arrendamento do imóvel será reajustado anualmente por meio da capitalização dos índices mensais do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou por índice que vier a substituí-lo.

§ 3º A retribuição mensal deverá ser recolhida diretamente à União até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencimento e, em caso de atraso no pagamento, incidirá multa de 3% (três por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, com atualização monetária do valor da mensalidade calculada desde o dia seguinte ao do vencimento até a data do efetivo pagamento, utilizando-se a base de cálculo do IPCA-E/IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.

Art. 6º O valor da retribuição previsto no art 5º deverá ser revisto a cada cinco anos ou a qualquer tempo, desde que comprovada a existência de fatos supervenientes admitidos em lei, para assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Parágrafo único. Obriga-se a cessionária a fornecer à Secretaria do Patrimônio da União, quando solicitada, as demonstrações contábeis do empreendimento com o objetivo de elaboração de estimativas econômico financeiras e revisão do valor de avaliação para fins de retribuição à União.

Art. 7º A assinatura do contrato da cessão de uso fica condicionada à obtenção, pela interessada, de todos os licenciamentos, autorizações e alvarás necessários à ampliação do cais de acabamento do estaleiro de que trata o art. 2º desta Portaria, bem como à rigorosa observância da legislação e regulamentos aplicáveis.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BECHIOR

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 176, DE 3 DE JUNHO DE 2011

A SECRETÁRIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98 c/c art. 17, § 2º, Lei 9.636 de 15 de maio de 1998 c/c art. 2º, §2º, Decreto Lei 1.561, de 13 de julho de 1997, e processo nº 04905.000647/2009-75, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária de interesse social 3 (três) imóveis da União, classificados como nacional interior, localizados à BR 116, lote 30, setor 298 do Plano Diretor, município de Ivoti/RS, devidamente re-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

gistrados no Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Estância Velha/RS, a seguir descritos: 1) Área de 14.600,49m², RIP nº 8717 00007.500-3, Matrícula nº 36.912 - Livro nº 2 do Registro Geral; 2) Área de 21.469,00m², RIP nº 8717 00005.500-2, Matrícula nº 36.913 - Livro nº 2 -Registro Geral; 3) Área de 44.669,52m², RIP nº 8717 00002.500-6, Matrícula nº 34.160 - Livro nº 2 -Registro Geral.

Parágrafo único: As áreas acima mencionadas apresentam características e confrontações descritas às fls. 3/3v, 37 e 40 do processo acima mencionado.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º, parágrafo único, é de interesse público na medida em que será destinado à implantação de lotes industriais para utilização por indústrias de pequeno porte e não poluentes; criação de área de lazer e preservação e, ainda, a regularização fundiária em benefício de 22 famílias de baixa renda.

Art. 3º A SPU/RS dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição e à Prefeitura Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULA MARIA MOTTA LARA

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

PORTARIA Nº 8, DE 26 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO CEARÁ, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 06, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e, de acordo com o art. 22 da Lei nº 9.636, de 15/05/1998, e art. 14 e seus parágrafos do Decreto 3.725, de 11/01/2001, resolve:

Art. 1º Permitir o uso, a título ONEROSO e precário, ao INSTITUTO EDUCACIONAL CHRISTUS LTDA, inscrito no CNPJ 41.595.505/0001-23, da área de uso comum do povo, situada na Praia do Futuro, para realização do evento FESTIVAL DE PRAIA 2011, que totaliza uma área de 1.981,00m², de acordo com os elementos informativos constantes do processo 04988.001069/2011-14.

Art. 2º A área de propriedade da União a ser utilizada ficará sob a responsabilidade do INSTITUTO EDUCACIONAL CHRISTUS LTDA, no período de 22 a 27/06/2011, durante o qual a Permissionária se encarregará pela segurança, limpeza, manutenção, conservação do espaço citado comprometendo-se a entregá-lo, dentro do prazo, nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava.

Art. 3º Para fins de cobrança, pela União, foram recolhidas as taxas de R$ 300,00 (trezentos reais), referente aos custos administrativos da União, conforme previsto no art. 14, parágrafo 6º, do Decreto nº 3.725/2001, e de R$ 2.673,95 (dois mil seiscentos e setenta e três reais e noventa e cinco centavos), referente à retribuição por permissão de uso relativa à área utilizada para instalação dos equipamentos do evento, importância essa recolhida ao Tesouro Nacional, através de DARF, cuja cópia encontra-se anexada ao mencionado processo.

Art. 4º Durante o período a que se refere a presente permissão, se obriga a Permissionária a afixar, no mínimo, 01 (uma) placa em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de placas da SPU, com a seguinte informação: "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO".

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÉSIO JEAN DE ALMEIDA SARAIVA

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 10, DE 23 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do art. 2º, da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2010, Seção 2, de acordo com o art. 6º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, resolve:

Art. 1º - Autorizar a Prefeitura Municipal da Serra, a execução das obras referentes ao projeto de urbanização da orla de Nova Almeida, no trecho denominado Barrinha, no Município da Serra/ES, conforme elementos constantes do Processo n.º 04947.002227/2009-15.

§ 1º O imóvel que trata o caput deste artigo constitui-se de trechos de áreas da Orla de Nova Almeida, conforme Poligonais informadas e descritas no referido processo, na forma abaixo indicada:

a) Poligonal 01, Fração 01, conceituada como terreno de marinha, com 1.013,05m2;

b) Poligonal 01, Fração 02, conceituada como terreno de marinha, com 3.597,19m2;

c) Poligonal 01, Terrenos conceituados como acrescidos de marinha, com 11.743,34m2;

d) Poligonal 02, Terrenos conceituados como acrescidos de marinha, com 5.123,44m2;

e) Poligonal 03, Terrenos conceituados como acrescidos de marinha, com 42,48m2;

f) Poligonal 04, Terrenos conceituados como acrescidos de marinha, com 29,92m2.

Art. 2° - A execução das obras dependerá da prévia anuência dos órgãos municipais, estaduais ou federais competentes, em especial aos órgãos ambientais envolvidos.

Parágrafo Único - A execução das obras sem as autorizações previstas neste artigo, ou a ocorrência de eventuais irregularidades durante o seu percurso, inclusive nos aspectos relacionados à execução física ou financeira, acarretará o cancelamento desta autorização, sem o prejuízo das ações administrativas, civis ou penais aos agentes causadores do descumprimento.

Art. 3° - As obras realizadas pela Prefeitura Municipal da Serra não gerarão quaisquer acréscimos patrimoniais a seus ativos, incorporando-se tais agregações de valores, decorrentes das intervenções, ao patrimônio imobiliário da União.

Art. 4° - A Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Espírito Santo fiscalizará periodicamente o local, a fim de verificar o efetivo cumprimento das condições desta Portaria, bem como de outras que estejam mencionadas nos autos do processo 04947.002227/2009-15.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAGNO PIRES DA SILVA

PORTARIA Nº 12, DE 30 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do art. 2º, da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2010, Seção 2, de acordo com o art. 6º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, resolve:

Art. 1º - Autorizar a Prefeitura Municipal de Cariacica, a execução das obras referentes ao projeto de urbanização do Bairro Bom Pastor, em área da União, no Município de Cariacica/ES, que abrangerá a implantação de infraestrutura viária (arruamento e pavimentação) e saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial), conforme memorial descritivo e elementos constantes do Processo n.º 04947.002059/2009-50. A poligonal, de formato irregular, se constitui de 59 (cinqüenta e nove) vértices e lados, com área de 60.400,98m² (sessenta mil, quatrocentos metros e noventa e oito decímetros quadrados) e perímetro de 1.303,25 (Um mil, trezentos e três metros e vinte e cinco centímetros).

Art. 2° - O início das obras dependerá da prévia anuência dos órgãos municipais, estaduais ou federais competentes, em especial aos órgãos ambientais envolvidos.

Parágrafo Único - O início das obras sem as autorizações previstas neste artigo, ou a ocorrência de eventuais irregularidades durante o seu percurso, inclusive nos aspectos relacionados à execução física ou financeira, acarretará o cancelamento desta autorização, sem o prejuízo das ações administrativas, civis ou penais aos agentes causadores do descumprimento.

Art. 3° - As obras realizadas pela Prefeitura Municipal de Cariacica não gerarão quaisquer acréscimos patrimoniais a seus ativos, incorporando-se tais agregações de valores, decorrentes das intervenções, ao patrimônio imobiliário da União.

Art. 4° - A Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Espírito Santo fiscalizará periodicamente o local, a fim de verificar o efetivo cumprimento das condições desta Portaria, bem como de outras que estejam mencionadas nos autos do processo 04947.002059/2009-50.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAGNO PIRES DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

PORTARIA Nº 7, DE 17 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso III, do art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no artigo 18, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo nº 04997.001417/2010-55, resolve:

Art. 1º - Autorizar a Cessão de uso gratuito ao Município de Poxoréo, Estado do Mato Grosso, do imóvel com área total de 8.083,08 m² (oito mil e oitenta e três metros quadrados e oito centímetros quadrados), com área de 1.353,65 m² (um mil e trezentos e cinqüenta e três metros quadrados e sessenta e cinco centímetros quadrados) em benfeitorias, situado na Alameda Monchão Dourado, s/nº, Bairro dos Currais, no município de Poxoréo, objeto da matrícula nº 11.754, Livro nº 3-J, do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos daquela Comarca.

Art. 2º - O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se instalação de Centro de Atendimento Social com objetivo inicial de atendimento de 30 (trinta) internas.

Art. 3º - A cessão terá vigência pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da data da assinatura do correspondente contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos.

Art. 4º - Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º - A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a concessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON JORGE FIORENZA

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 21, DE 3 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 40, inciso III, Anexo I do Decreto nº 7.063, de 13 de janeiro de 2010, o art. 32, inciso III, Anexo XII da Portaria MP nº 232, de 3 de agosto de 2005, Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, tendo em vista delegação de competência conferida pela Portaria SPU Nº 200, de 29/06/2010, publicada no Diário Oficial da União nº 123, de 30/06/2010, Seção 2, página 75 e dos elementos que integram o Processo nº 05047.000168/2002-72, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão, sob a forma de utilização gratuita, à Fundação de Apoio à Tecnologia Cafeeira - FUNPROCAFÉ, inscrita no CNPJ nº 0442.0652/0001-36 de área de 1.755m², com o objetivo de instalação de uma casa de vegetação e de uma estufa, do imóvel situado à Alameda do Café nº 1000 - Bairro Jardim Andere, conforme matrícula 13.199, Livro 78-B, do Serviço Registral Imobiliário da Comarca de Varginha/MG.

Art. 2º O prazo para a cessão será até 09 de fevereiro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO VEIGA ARANHA

PORTARIA Nº 65, DE 23 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 40, inciso III, Anexo I do Decreto nº 7.063, de 13 de janeiro de 2010, o art. 32, inciso III, Anexo XII da Portaria MP nº 232, de 3 de agosto de 2005, Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, tendo em vista delegação de competência conferida pela Portaria SPU Nº 200, de 29/06/2010, publicada no Diário Oficial da União nº 123, de 30/06/2010, Seção 2, página 75, nos termos dos arts. 538 e 553 do Código Civil Brasileiro, e dos elementos que integram o Processo nº 04905.003963/2007-15, resolve:

Art. 1º Retificar os prazos constantes no art. 2º, parágrafo único, da Portaria nº 98, de 6 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial da União nº 86, de 7 de maio de 2008, Seção 1, página 78: a) para quarenta e oito meses, para que o cessionário inicie a implantação do projeto; e b) para sessenta meses, para o cumprimento dos objetivos previstos; ambos contados a partir de 12 de novembro de 2008, data da assinatura do Contrato de Cessão de Uso Gratuito, lavrado nesta SPU/MG no Livro nº 14-C, fls. 87 a 94, e publicado no Diário Oficial da União nº 247, de 19 de dezembro de 2008, Seção 3, página 189.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO VEIGA ARANHA

PORTARIA Nº 66, DE 26 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, tendo em vista o disposto no art. 23, § 1o, e art. 31, inciso I, e §§ 1o e 2o da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo nº 10680.007392/00-35, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargo, ao Município de Pimenta, Estado de Minas Gerais, do imóvel de propriedade da União localizado à Rua João Pedro Machado, nº 37, naquele Município, com área de 990,00m² e benfeitorias de 259,28m², registrado sob nº 30.294, às fls. 01 do Livro nº 2 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Formiga/MG.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º é destinado às instalações e funcionamento do hospital Santa Casa Municipal de Pimenta.

§ 1º Fica o donatário obrigado a manter no imóvel doado, em local visível, placa de publicidade, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000.

§ 2º Fica o donatário obrigado a providenciar junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente as averbações necessárias à regularidade do registro do imóvel.

Art. 3º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4º O encargo de que trata o art. 2º desta Portaria é permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito o donatário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, se:

I - não for cumprida, a finalidade da doação;

II - cessarem as razões que justificaram a doação;

III - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista, ou

IV - ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais.

Art. 5º Essa doação é feita com dispensa de licitação, em conformidade com o disposto no art. 17, inciso I, alínea "b", §§ 1º e 4º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO VEIGA ARANHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

PORTARIA Nº 46, DE 2 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 1º, inciso V, da Portaria MP/SPU nº 200, de 29 de junho de 2010 e tendo em vista o Art. 6º, § 1º e § 2º, da Lei nº 11.483 de 31 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º Indicar o bem imóvel não operacional da extinta Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, constituído de área de terreno não operacional, com 41.392,49m², sem benfeitorias, situado no trecho Guarapuava-Cascavel, localidade de "Juquiá de Cima", Município de Goioxim/PR, objeto da matrícula nº 5.429 do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava/PR, à Caixa Econômica Federal - CEF, Agente Operador do Fundo Contingente, para alienação.

Art. 2º Colocar o processo nº 04936.003992/2009-73 à disposição do Agente Operador do Fundo Contingente da extinta Rede Ferroviária Federal S/A.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DINARTE ANTONIO VAZ

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 52, DE 2 JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de competência atribuída pelo artigo 1º, inciso IV, da Portaria nº 173 da Secretaria do Patrimônio da União, de 31 de agosto de 2.009 e pelo §2º do art.6º da Lei n.º 11.483, de 31 de maio de 2007, e, tendo em vista no inciso XIX, do art. 32 do Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio de União - SPU, aprovado pela Portaria nº 232, de 3 de agosto de 2005; e resolve:

Art.1º - Indicar o imóvel situado no Município de Santa Adélia - ramal desativado, área que confronta em ambos os lados com a matrícula 11314 do Cartório de Registro de Imóveis de Santa Adélia, com origem na transcrição 1446 do Cartório de Registro de Imóveis de Taquaritinga, denominada área 15, com área total de 1,1183 hectares, a compor o Fundo Contingente da extinta Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA e possui a seguinte descrição;

O perímetro da área 15 inicia-se a descrição deste perímetro no vértice A8P-P0520, de coordenadas N 7650254,690 e E 728890,224 m, localizado na divisa com a Área - 1; deste, segue confrontando com a Área - 1, com os seguintes azimutes e distâncias: 107º43'43" e 120,121 m até o vértice A8P-P0519, de coordenadas N 7650218,112 m e E 729004,640 m; 143º50'50" e 90,921 m até o vértice A8P-P0518, de coordenadas N 7650144,697 e E 729058,277m; 179º18'07" e 169,563 m até o vértice A8P-P0259, de coordenadas N 7649975,146m e E 729060,343m; deste, segue confrontando com a Rede Ferroviária Federal S.A., com os seguintes azimutes e distâncias; 302°29'26" e 14,991m até o vértice A8P-P0260, de coordenadas N 7649983,199m e E 729047,698m; 28º58'12" e 4,983 m até o vértice A8P-P0261, de coordenadas N 7649987,558m e E 729050,111m; 302º25'41" e 10,018m até o vértice A8P-Po262, de coordenadas N 764992,930 m e E 729041,655m; 298º58'12" e 1,762 m até o vértice A8P-P0263, de coordenadas N 7649993,783m e E 729040,114m; deste, segue confrontando com a Área 2, com os seguintes azimutes e distâncias: 359º19'07" e 144,288m até o vértice A8P-P0525, de coordenadas N 7650138,060 m e E 729038,356 m; 323º50'55" e 78,006m até o vértice A8P0524, de coordenadas N 7650201,048m e E 728992,338m; 287º43'43" e 104,995m até o vértice A8P-P0523, de coordenadas N 7650233,020 m e E 728892,329m; 241º10'23" e 114,127 m até o vértice A8P-P0522, de coordenadas N 7650177,992 m e E 728792,345 m; 226º46'26" e 78,360m até o vértice A8P-P0277, de coordenadas N 7650124,324m e E 728735,247m; deste, segue confrontando com a Rede Ferroviária Federal S.A., com o seguinte azimute e distância: 287°42'40" e 22,881 m até o vértice A8P-P0278, de coordenadas N 7650131,285 m e E 728713,451m; deste, segue confrontando com a Área - 1, com os seguintes azimutes e distâncias: 46º46'26" e 92,001m até o vértice A8P-P0521, de coordenadas N 7650194,295 m e E 728780,488m; 61º10'23" e 125,258m até o vértice A8P-P0520, de coordenadas N 7650264,690m e E 728890,224m; chegando ao vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da BASE da SANTIAGO e CINTRA, situado no município de Pirangi - SP, de coordenadas E 736.226,510 m e N 7.659.979,728m, CODIGO 93644 e encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao meridiano central -51°, tendo como datum o SAD-69 (Brasil). Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º - Colocar o Processo n.º 04977.003928/2011-21, à disposição do Agente Operador.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVANGELINA DE ALMEIDA PINHO

PORTARIA Nº 80, DE 26 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, inciso VI, da Portaria n° 200, de 29 de Junho de 2010, art. 1º, VI, da Portaria n° 211, de 28 de Abril de 2010, art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo nº 04977.005938/2010-10, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão provisória de uso gratuito para a Prefeitura Municipal de Barretos do seguinte imóvel não operacional, oriundo da extinta Rede Ferroviária Federal S/A, que assim se descreve e carcteriza: Gleba "B" com a Área de 34.678,55 m² (NBP 3092005-0): "Tem inicio num ponto comum de divisa com o imóvel objeto da Transcrição n° 5.561 / 3X de propriedade de Duarte & Vale Sociedade Comercial, situado junto ao alinhamento da Rua Pedro Paulo de Souza Nogueira, onde sai daí, na confrontação com a Rua Pedro Paulo de Souza Nogueira com o azimute de 241°16'16" por uma distância de 62,44 m. (sessenta e dois metros e quarenta e quatro centímetros) onde defletindo à direita, passa a confrontar com a Gleba "A" com o azimute de 292°17'09" numa distância de 295,85 m. (duzentos e noventa e cinco metros e oitenta e cinco centímetros) onde atinge o alinhamento da Rua Dr. Benevides Figueira; daí defletindo à direita segue na confrontação com a Rua Dr. Benevides Figueira, inicialmente em curva de raio = 899,96 m. (oitocentos e noventa e nove metros e noventa e seis centímetros) num desenvolvimento à esquerda por 63,27 m. (sessenta e três metros e vinte e sete centímetros); daí segue para a direita e segue em curva de raio = 59,55 m. (cinqüenta e nove metros e cinqüenta e cinco centímetros) num desenvolvimento à direita por 23,35 m. (vinte e três metros e trinta e cinco centímetros) e em linha reta com o azimute de 329°20'56" por uma distância de 2,85 m. (dois metros e oitenta e cinco centímetros) onde termina aí a confrontação com a Rua Dr. Benevides Figueira, atingindo a faixa de domínio do antigo traçado ferroviário, na altura do Km. 452 + 485 m., onde defletindo à direita com o antigo traçado ferroviário passa a confrontar, sempre respeitando o afastamento de 10,00 m. (dez metros) do eixo da antiga linha férrea, que se situava no centro da faixa de domínio que possui 20,00 m. (vinte metros) de largura, inicialmente num raio de curva = 454,16 m. (quatrocentos e cinqüenta e quatro metros e dezesseis centímetros) num Desenvolvimento à direita de 193,71 m. (cento e noventa e três metros e setenta e um centímetros) e posteriormente em uma linha reta com o azimute de 112°42'34" por uma distância de 200,00 m. (duzentos metros) onde encontra a cerca de divisa do imóvel objeto da Transcrição n° 5.561 / 3X de propriedade de Duarte & Vale Sociedade Comercial, situado na altura do Km. 452 + 92 m.; daí deflete à direita e segue confrontando com o imóvel objeto da Transcrição n° 5.561/3X, com o azimute de 183°01'16" por uma distância de 52,88 m. (cinqüenta e dois metros e oitenta e oito centímetros) onde encontra ai o ponto que deu inicio a presente descrição; Benfeitorias: armazém/ galpão (NBP 4440216-0) e abrigo (NBP 4440217-0) demolidos, e caixa d´agua (NBP 4440218-0) parcialmente demolida;

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se, exclusivamente à implantação de projeto de provisão habitacional, com recursos do "Programa Minha Casa, Minha Vida";

Art. 3º A presente cessão provisória é válida até a conclusão do processo de incorporação do imóvel ao patrimônio imobiliário federal, desde que mantida a finalidade prevista no artigo 2º desta portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVANGELINA ALMEIDA PINHO

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

PORTARIA Nº 10, DE 23 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SERGIPE, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, inciso III, alínea b, da portaria SPU nº 200 de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 18º, inciso I, da Lei 9.636 de 15 de maio de 1998, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão, sob forma de utilização gratuita, à Prefeitura Municipal de Malhador, do imóvel constituído por terreno com área de 4.000,00 m², acrescido das benfeitorias com 400,78 m², situado na Rua Cabeça do Boi, s/nº - no município de Malhador, objeto da Matrícula nº 5.006, Fls. 206, Livro 02 junto ao Cartório da Comarca de Riachuelo, datado de 27/06/1989. A presente cessão é realizada de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04906.000671/2011-99.

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se a implantação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Malhador - CMDS, sob a responsabilidade daquela Prefeitura.

Parágrafo único. A cessão terá vigência pelo prazo de 20 anos, a contar da data da assinatura do correspondente contrato.

Art. 3º Responderá a cessionária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de trata esta Portaria, inclusive por benfeitoria nele existentes.

Art. 4º Os direitos e obrigações mencionadas nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito o cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art 2º desta Portaria, ou, ainda se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na da de sua publicação.

WALDEMAR BASTOS CUNHA

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.160, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Fixa critérios complementares à implementação do Decreto n° 1.590, de 10 de agosto de 1995, dispondo sobre a jornada de trabalho dos servidores no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do art. 87 da Constituição Federal e considerando o disposto no art. 19 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995 e, ainda, as disposições contidas na Portaria/MARE nº 2.561, de 16 de agosto de 1995, resolve:

Art. 1º O horário de funcionamento das unidades administrativas e a jornada de trabalho dos servidores em exercício no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE obedecem ao disposto nesta Portaria, em complemento às disposições do Decreto n.º 1.590, de 10 de agosto de 1995.

Parágrafo único. Consideram-se unidades administrativas aquelas vinculadas à Administração Central, às Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego - SRTE, às Gerências Regionais do Trabalho e Emprego - GRTE e as Agências Regionais - AR.

CAPÍTULO I

DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 2º O horário básico de funcionamento do Ministério do Trabalho e Emprego é de 08:00 às 18:00 horas, ininterruptamente, de segunda a sexta-feira.

Parágrafo único. Havendo necessidade de serviço, o limite de horário definido no caput deste artigo poderá, a critério das chefias imediatas, ser antecipado em até uma hora e/ou prorrogado em até três horas, observada a compatibilidade das atividades a serem desempenhadas.

CAPITULO II

DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 3º A jornada de trabalho dos servidores do MTE é de 40 (quarenta) horas semanais, distribuídas em 08 (oito) horas diárias, ressalvados os casos disciplinados em legislação específica.

§ 1º No cumprimento da jornada de trabalho de quarenta horas semanais, observadas as conveniências e as peculiaridades de cada unidade administrativa, o horário de entrada e saída do servidor poderá ser flexível, e o intervalo para almoço e descanso será de no mínimo 01 (uma) e, no máximo, 03 (três) horas;

§ 2º Para fins de controle, o horário de entrada e de saída, bem como a duração do intervalo para almoço e descanso, de que trata o § 1º, deverão ser informados, pelas chefias imediatas, às respectivas unidades de recursos humanos.

§ 3º Os servidores que sejam ocupantes de cargos em comissão do grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS, Funções Comissionadas Técnicas - FCT e Funções Gratificadas - FGR, cumprirão, obrigatoriamente, regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocados sempre que houver interesse da Administração.

§ 4º Incluem-se na obrigatoriedade disposta no parágrafo anterior os servidores que estejam exercendo encargos de substituição, durante o afastamento regulamentar do titular.

§ 5º Os servidores amparados com jornada de trabalho diferenciada da estabelecida no caput deste artigo não fazem jus ao intervalo para almoço e descanso de que trata o § 1º deste artigo e não poderão ser nomeados/designados para o exercício de cargos/funções de confiança, por força na natureza da dedicação integral prevista para essas atividades.

§ 6º Os empregados públicos que estejam em exercício no MTE deverão manter a jornada de trabalho prevista em lei específica do órgão de origem, ressalvada as situações do § 3º deste artigo.

Art. 4º As chefias imediatas deverão, no âmbito da unidade administrativa sob sua coordenação, estabelecer previamente os horários do início e do término da jornada de trabalho e dos intervalos de almoço e descanso, compatibilizando as conveniências e as peculiaridades do serviço com as necessidades individuais dos servidores, respeitada a carga horária correspondente aos cargos e as normas complementares previstas na legislação a que se refere esta Portaria.

Art. 5º As faltas justificadas, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, poderão ser compensadas, até o mês subsequente ao da ocorrência, na forma estabelecida pela chefia imediata e no interesse do serviço, respeitados os limites estabelecidos no parágrafo único do art. 2º, sendo assim consideradas como de efetivo exercício.

Art. 6º Eventuais atrasos ou saídas antecipadas decorrentes de interesse do serviço, poderão ser abonados pela chefia imediata.

Art. 7º Ocorrendo jornada de trabalho diária e/ou semanal, superior à que estiver submetida o servidor, por necessidade de serviço, poderá haver compensação até o último dia do mês subsequente ao do registro da ocorrência, em comum acordo com a chefia imediata.

Art. 8º O servidor perderá a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado.

§ 1º As faltas injustificadas, entendidas como aquelas em que o servidor não promove a devida comunicação prévia ao respectivo chefe imediato, não poderão ser objeto de compensação.

§ 2º O servidor também perderá a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, saídas antecipadas e ausências justificadas, ressalvadas as concessões de que trata o artigo 97 da Lei nº

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8.112, de 1990, salvo na hipótese de compensação de horário, até o mês subsequente ao da ocorrência, a ser estabelecida pela chefia imediata.

§ 3º É vedada a utilização de saldo de férias para compensação das ocorrências previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Art. 9º Haverá concessão de horário especial nas seguintes situações:

I - quando o servidor for portador de deficiência, e desde que a necessidade da concessão seja devidamente comprovada por perícia médica oficial indicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que deverá observar, inclusive, a necessidade de tratamento continuado durante parte da jornada de trabalho normal;

II - quando o cônjuge, filho ou dependente do servidor for portador de deficiência, e desde que comprovada, por perícia médica oficial, a necessidade de assistência do servidor;

III - quando o servidor for estudante regularmente matriculado em curso de educação formal, mediante comprovação da incompatibilidade entre horário escolar e o horário de expediente do MTE, respeitada a duração semanal do trabalho; e

IV - quando o servidor vier a desempenhar atividades de instrutoria em curso de formação ou programa de treinamento, previamente aprovados pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH.

§ 1º Na hipótese do inciso I não será necessária compensação de horário, exigível no caso dos demais incisos deste artigo, respeitados os limites estabelecidos no parágrafo único do art. 2º.

§ 2º Compreende-se como educação formal os cursos regulares de nível médio, de graduação ou de pós-graduação, devidamente reconhecidos pelo órgão governamental competente.

§ 3º Não haverá concessão de horário especial no caso do inciso III deste artigo, se ficar comprovado que, na instituição de ensino em que o servidor esteja matriculado, haja disponibilidade do mesmo curso em horário compatível com o previsto no art. 2º.

§ 4º Deverá o servidor estudante, beneficiado pelo horário especial do inciso III deste artigo, comunicar à Administração, no prazo de 05 (cinco) dias da prática do ato, o eventual trancamento da matrícula ou de alguma disciplina em que tenha se matriculado, para ajuste de seu horário de trabalho.

§ 5º Os atos de concessão de horário especial, previstos nos incisos I a III, serão expedidos pela CGRH, no âmbito da Administração Central, e pelos titulares das SRTE, no âmbito das unidades descentralizadas.

§ 6º Nos termos do art. 3º do Decreto n.º 1.590, de 11 de agosto de 1995, poderão ser estruturados e autorizados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, projetos específicos para a flexibilização de horário dos servidores que trabalhem, ininterruptamente, nas atividades de atendimento direto ao público.

§ 7º A servidora lactante, durante a jornada de trabalho, terá direito a 01 (uma) hora de descanso, podendo ser parcelado em dois períodos de meia hora, para amamentar o próprio filho, até a idade de 06 (seis) meses, sem necessidade de compensação.

Art. 10. O serviço extraordinário somente será permitido para atender a situações excepcionais e temporárias, devidamente justificadas pela chefia imediata, na forma dos artigos 73 e 74 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o disposto no Decreto nº 948, de 05 de outubro de 1993.

CAPITULO III

DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Art. 11. O controle de assiduidade e pontualidade dos servidores poderá ser exercido mediante:

I - folha de ponto; ou

II - controle eletrônico.

§ 1º No intuito de racionalizar recursos e tornar mais efetivo e transparente o controle de frequência dos servidores do MTE, a Secretaria-Executiva coordenará processo gradual para a implementação de sistema de controle eletrônico de frequência no âmbito da Administração Central e das Unidades Descentralizadas.

§ 2º Fica delegada competência ao Secretário-Executivo para estabelecer o regramento do registro eletrônico de ponto, em caráter complementar às disposições desta Portaria.

Art. 12. Enquanto não for implementado sistema de controle eletrônico, o registro da frequência dos servidores será realizado mediante folha de ponto, na forma estabelecida na Portaria/MARE nº 2.561, de 12 de agosto de 1995, observadas as seguintes instruções:

I - o servidor deverá, obedecida a sua jornada de trabalho, assinar sua folha de ponto nos horários de entrada e saída dos expedientes da manhã e da tarde; e

II - para os servidores sujeitos à jornada de trabalho inferior a oito horas diárias, a assinatura da folha de ponto será realizada somente nas entradas e saídas do período.

Art. 13. São dispensados do controle de frequência os ocupantes de cargo de Natureza Especial e do grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS, iguais ou superiores ao nível 4, bem como os de nível 3 investidos no cargo de Superintendente Regional do Trabalho e Emprego.

Art. 14. O controle da frequência dos auditores-fiscais do trabalho obedecerá às disposições desta portaria, observadas as seguintes especificidades:

I - nos dias em que o auditor-fiscal do trabalho estiver em atividade externa, previamente definida em Ordem de Serviço - OS, as chefias deverão registrar, no instrumento disponibilizado para controle de frequência disposto no art. 11, o código de ocorrência 03.099 - Serviços Externos;

II - observado o disposto no artigo 15 do Decreto nº 4.552, de 27 de dezembro de 2002, ocorrendo jornada de trabalho superior à que estiver sujeito o servidor, inclusive aos sábados, domingos e feriados, por necessidade de serviço, a compensação será concedida, a critério da chefia imediata, até o último dia útil do mês subsequente; e

III - nos dias em o auditor-fiscal do trabalho estiver exercendo atividade interna, tais como aquelas definidas em Ordem de Serviço Administrativa - OSAD; as previstas mediante escalas de plantão e fiscalizações indiretas, deverá utilizar os mesmos instrumentos de controle de frequência disponibilizado para os demais servidores.

CAPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. É vedado aos Superintendentes Regionais do Trabalho e Emprego, bem como aos demais dirigentes deste Ministério, atribuir jornada de trabalho, no âmbito de suas respectivas unidades, que não esteja em consonância com as disposições da presente Portaria.

Art. 16. A responsabilidade pela supervisão e controle da frequência dos servidores é da chefia imediata prévia e formalmente nomeada/designada.

Art. 17. O comprovante mensal de frequência individual dos servidores deverá ser assinado pelo chefe imediato e encaminhado às unidades de recursos humanos do MTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, contendo as informações das ocorrências verificadas.

§ 1º Compete às unidades de recursos humanos promover o levantamento mensal dos registros de ocorrências identificadas no controle de frequência, promovendo os devidos lançamentos na folha de pagamento, se for o caso.

§ 2º Na ausência de encaminhamento do comprovante mensal de frequência mensal, no prazo estabelecido no caput deste artigo, as unidades de recursos humanos deverão encaminhar notificação formal ao chefe responsável, estabelecendo prazo de 05 (cinco) dias úteis para a entrega.

§ 3º O descumprimento do prazo estabelecido no parágrafo anterior, sujeitará o chefe imediato ao disposto no Título V, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revoga-se a Portaria/GM/MTB n.º 863, de 11 de setembro de 1995.

CARLOS ROBERTO LUPI

DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE
Em 3 de junho de 2011

Cancelamento de Registro Sindical

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nas Portarias nº 64, de 05 de maio de 2006 e na Portaria 186, publicada no DOU em 14 de abril de 2008 e Nota Técnica nº 181/2011/AIJ/SRT/MTE, resolve cancelar o registro sindical do Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Campo Mourão - PR, nº. 24000.005576/91-97, CNPJ nº 80.901.275/0001-35, em cumprimento à decisão judicial proferida pelo d. juízo da Vara do Trabalho de Campo Mourão - PR, nos autos do processo nº. 01352-2008-091-09-00-0.

ALEX SANDRO GONÇALVES PEREIRA
Substituto

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DA SECRETÁRIA
Em 3 de junho de 2011

Arquivamento

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de registro sindical dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4° da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008

Processo	46204.001341/2011-78
Entidade	SIN.EEMA - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Economia Mista do Estado da Bahia
CNPJ	09.814.347/0001-42
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº. 449 /2011

ZILMARA DAVID DE ALENCAR

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 12 de maio de 2011

Assunto: Habilitação de terminal privativo ao Tráfego Marítimo Internacional
Interessado:Itapoá Terminais Portuários S/A
Processo n°: 50300.001110/2004
Nº 44 - O SUPERINTENDENTE DE PORTOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria nº 175, de 4 de setembro de 2002, do Senhor Diretor-Geral da ANTAQ, com base na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, no art. 3º, inciso XXXII, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, combinado com o disposto no art. 6º, do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, tendo em vista o que consta do Processo nº 50300.001110/2004, resolve:

HABILITAR AO TRÁFEGO MARÍTIMO INTERNACIONAL as instalações do terminal portuário de uso privativo misto da empresa ITAPOÁ TERMINAIS PORTUÁRIOS S.A., localizado na Avenida Beira Mar Cinco, nº 2.900, Bairro Figueira do Pontal, Itapoá - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 01.317.277/0001-05, respeitadas as características do projeto, o disposto no Termo de Autorização n° 202-ANTAQ, de 5 de Abril de 2005, e o atendimento às exigências dos demais órgãos envolvidos.

GIOVANNI CAVALCANTI PAIVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 181, DE 2 DE JUNHO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.034080/2010-14, resolve:

Art. 1º Deferir o requerimento da Unesul de Transportes Ltda. para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Porto Alegre (RS) - Cascavel (PR), prefixo nº. 10-1370-00, para 2 (dois) horários semanais nos meses de janeiro a maio, agosto, novembro e outubro, e 1 (um) horário semanal nos meses de junho, julho, setembro e dezembro, por sentido.

Art. 2º Determinar à autorizatária sob regime especial de operação que comunique aos usuários do serviço acerca da redução da frequência mínima, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de sua efetiva implantação, conforme o art. 8º da Resolução nº 597, de 2004.

SONIA RODRIGUES HADDAD

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 68, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50515.002822/2010-83, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia Presidente Dutra, BR-116/SP, por meio de ocupação longitudinal, no trecho entre o km 073+368m e o km 073+670m, na Pista Sul, e travessia no km 073+368m, em Aparecida/SP, de interesse da Bandeirante Energia S/A.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de distribuição de energia elétrica, a Bandeirante Energia S/A deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela NovaDutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A Bandeirante Energia S/A não poderá iniciar a implantação da rede de distribuição de energia elétrica objeto desta Portaria antes de assinar, com a NovaDutra, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A NovaDutra deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A Bandeirante Energia S/A assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de distribuição de energia elétrica, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A Bandeirante Energia S/A deverá concluir a obra de implantação da rede de distribuição de energia elétrica no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a Bandeirante Energia S/A verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de distribuição de energia elétrica no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à NovaDutra sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF possa analisar o pedido e emitir a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo, por meio de uma nova Portaria.

Art. 7º Caberá à NovaDutra acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de distribuição de energia elétrica.

Art. 8º A Bandeirante Energia S/A deverá apresentar, à URSP e à NovaDutra, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A implantação de rede de distribuição de energia elétrica por meio de ocupação longitudinal e travessia autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 5.402,24 (cinco mil, quatrocentos e dois reais e vinte e quatro centavos), calculado conforme Resolução ANTT n.º 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Bandeirante Energia S/A abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

PORTARIA Nº 69, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50500.025608/2009-21, resolve:

Art. 1º Autorizar novo prazo de 90 (noventa) dias para conclusão das obras de implantação de via marginal no trecho entre o km 143+830m e o km 145+930m, na Pista Sul da Rodovia Presidente Dutra, BR-116/SP, no município de São José dos Campos/SP, de interesse da Petrobrás - Petróleo Brasileiro S/A / REVAP - Refinaria Henrique Lage.

Art. 2º Ratificar as recomendações contidas na Deliberação n.º 260/09, de 22 de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 30 de outubro de 2009.

Art. 3º O novo prazo autorizado será contado a partir da data do Ofício que der conhecimento sobre a publicação desta Portaria à NovaDutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

Conselho Nacional do Ministério Público

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÃO DE 16 DE MAIO DE 2011

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000036/2011-54
RECLAMANTE: ALEXANDRE MOREIRA BRANCO E OUTRO
RECLAMADO: MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Decisão: (…)

Ante o exposto, propõe-se ao corregedor nacional do Ministério Público o arquivamento sumário da presente reclamação disciplinar, por improcedência manifesta, com fundamento no art. 74, §2º do RICNMP.

Brasília, 3 de maio de 2011
ELTON GHERSEL
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 167/168, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 2º, do RICNMP.

Dê-se ciência aos reclamantes e ao Plenário, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 16 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

DECISÕES DE 30 DE MAIO DE 2011

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001309/2009-63
RECLAMANTE: MARIA MEIRE PAIVA DE VASCONCELOS
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Decisão: (…)
Pelas razões ora declinadas, entende-se inexistir substrato fático apto a configurar falta disciplinar, impondo-se o arquivamento da presente Reclamação Disciplinar, nos termos do art. 74, §6º, do RICNMP.

Brasília, 20 de maio de 2011
ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 322/327, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência à reclamante, à Corregedoria de origem, que deverá providenciar a cientificação dos membros do Ministério Público interessados, e ao Plenário, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 30 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.002101/2010-03
RECLAMANTE: MARCELO BARROSO VIARO E OUTRO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Decisão: (…)
Pelas razões ora declinadas e ante a patente inexistência de substrato fático apto a configurar falta disciplinar, impõe-se o arquivamento dos autos, na forma do art. 74, §6º, do RICNMP.

Brasília, 24 de maio de 2011
ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 977/982, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência aos reclamantes, à reclamada, à Corregedoria-Geral de origem e ao Plenário, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 30 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.002178/2010-75
RECLAMANTE: ROBERTO MARCELINO SALES
ADVOGADO DO RECLAMANTE: RICARDO PONZETO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Decisão: (…)
Ademais, diante da incidência do instituto da prescrição e não configuração de indícios de ilícitos penais e de faltas funcionais ainda não abrangidas pela prescrição, como explanado, proponho o arquivamento da vertente reclamação disciplinar, com espeque no art. 74 §6º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2011
CEZAR LUÍS RANGEL COUTINHO
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 278/287 nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.

(…)

Dê-se ciência ao reclamante, à reclamada e ao Plenário, nos termos regimentais, bem como à Corregedoria de origem.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 30 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000411/2010-85
RECLAMANTE: SIGILOSO
RECLAMADO: SERVIDOR E MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Decisão: (…)
Pelas razões ora declinadas, constata-se a atuação correcional suficiente e escorreita dos órgãos disciplinares locais, tanto na aplicação da pena de repreensão ao servidor (…), quanto no arquivamento da representação formulada contra o Promotor de Justiça (...), razão porque se impõe o arquivamento da presente Reclamação Disciplinar, na forma do art. 74, §6º, do RICNMP.

Brasília, 25 de maio de 2011
ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 285/288, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência ao reclamante, aos reclamados, à Corregedoria-Geral de origem e ao Plenário, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 30 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000772/2010-21
RECLAMANTE: JOSÉ LUIZ FRANCISCO DA SILVA FREITAS
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Decisão: (…)
Pelas razões ora declinadas e, sobretudo, ante a atuação correcional suficiente e escorreita do órgão disciplinar de origem, impõe-se o arquivamento dos autos, na forma do art. 74, §6º, do RICNMP.

Brasília, 23 de maio de 2011
ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 168/171, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência ao reclamante, ao reclamado, à Corregedoria-Geral de origem e ao Plenário, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 30 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001115/2010-00
RECLAMANTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Decisão: (…)
Pelas razões ora declinadas e ante a atuação correcional suficiente e escorreita do órgão disciplinar de origem, impõe-se o arquivamento dos autos, na forma do art. 74, §6º, do RICNMP

Brasília, 19 de maio de 2011
ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 917/919, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo74, §6º, do RICNMP.

Dê-se ciência à reclamada, à Corregedoria-Geral de origem e ao Plenário, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 30 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

DECISÃO DE 31 DE MAIO DE 2011

SINDICÂNCIA Nº 0.00.000.000670/2010-14
RECLAMANTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Decisão: (…)
Todavia, questões procedimentais, assim como é a matéria relativa a provas, devem ser decididas pela Comissão Processante, responsável pelos atos de instrução e apuração de responsabilidade disciplinar decorrente dos fatos narrados nesta Sindicância.
Assim, determino que seja encaminhado cópia desta petição ao Presidente da Comissão Processante, Dr. Nívio de Freitas Silva Filho, para apreciação do requerimento de antecipação de prova pelo postulante.
Publique-se.
Brasília, 31 de maio de 2011

CLÁUDIO BARROS SILVA,
Corregedor Nacional
Substituto

DECISÃO DE 1º DE JUNHO DE 2011

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.002039/2010-41
RECLAMANTE: JOSÉ DE JESUS FILHO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Decisão: (…)
Pelas razões ora declinadas e ante a atuação correicional suficiente e escorreita do órgão disciplinar de origem, impõe-se o arquivamento dos autos, na forma do art. 74, §6º, do RICNMP.

Brasília/DF, 30 de maio de 2011
ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 1426/1431, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência ao reclamante, à reclamada, à Corregedoria de origem e ao Plenário, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 1º de junho de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO SUPERIOR

PAUTA

5ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2011

Data : 7.6.2011 (terça-feira)
Hora : 9 horas
Local : Plenário do Conselho Superior do MPF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Processo nº : 1.00.001.000141/2005-80
Interessado(a) : Ministério Público Federal
Assunto : Convocação de Procurador Regional da República para substituição de Subprocurador-Geral da República.
Origem : Distrito Federal

2) Processo nº : 1.00.001.000145/2009-91
CGMPF : 1.00.002.000046/2009-08
Relator(a) : Cons. Eugênio Aragão

3) Processo nº : 1.00.001.000025/2010-28
Interessados : Procuradoria da República no Estado de Alagoas
Assunto : Indicação. Comitê Estadual para a Prevenção e o Combate à Tortura do Estado de Alagoas.
Origem : Alagoas
Relator(a) : Cons. Sandra Cureau

4) Processo nº : 1.00.001.000065/2010-70
Interessados : Procuradoria da República no Estado de Alagoas
Assunto : Indicação. Conselho Estadual de Combate à Discriminação do Estado de Alagoas.
Origem : Alagoas
Relator(a) : Cons. Maria Caetana

5) Processo nº : 1.00.001.000088/2010-84
Interessado(a) : Dr. Fausto Kozo Kosaka
Assunto : Afastamento. Dissertação (período: 60 dias a partir de 9.8.2010).
Origem : Piracicaba/SP
Relator(a) : Cons. Aurélio Rios

6) Processo nº : 1.00.001.000093/2010-97
Interessado(a) : Dr. Lauro Coelho Junior
Assunto : Afastamento. Relatório de Atividades.
Origem : São Gonçalo/RJ
Relator(a) : Cons. João Francisco Sobrinho

7) Processo nº : 1.00.001.000119/2010-05
Interessado(a) : Dr. Fernando Braga Damasceno
Assunto : Afastamento. Relatório de Atividades.
Origem : Sobral/CE
Relator(a) : Cons. Maria Caetana

8) Processo nº : 1.00.001.000155/2010-61
CGMPF : 1.00.002.000047/2010-88
Relator(a) : Cons. Rodrigo Janot

9) Processo nº : 1.00.001.000159/2010-49
Interessado(a) : Corregedoria Geral do Ministério Público Federal
Assunto : Correição Ordinária na Procuradoria da República no Estado de São Paulo e PRMs.
Origem : São Paulo
Relator(a) : Cons. Sandra Cureau

10) Processo nº : 1.00.001.000160/2010-73
Interessado(a) : Procuradoria da República no Estado de Alagoas
Assunto : Indicação. Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos- CEDDH/AL.
Origem : Alagoas
Relator(a) : Cons. Deborah Duprat

11) Processo nº : 1.00.001.000007/2011-27
Interessado(a) : Corregedoria Geral do Ministério Público Federal
Assunto : Correição Ordinária na Procuradoria Regional da República da 3ª Região.
Origem : São Paulo
Relator(a) : Cons. Sandra Cureau

12) Processo nº : 1.00.001.000024/2011-64
Interessado(a) : Secretaria de Direito Econômico - SDE/MJ
Assunto : Indicação. Grupo de Estudos Permanentes de Acidentes de Consumo - GEPAC da Secretaria de Direito Econômico/MJ.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Alcides Martins

13) Processo nº : 1.00.001.000025/2011-17
Interessado(a) : Dr. Mário Ferreira Leite
Assunto : Recurso em face da Decisão nº 93/2010-AMGG/CGMPF. Arquivamento do procedimento preliminar nº 1.00.002.000014/2009-02.
Origem : Rio de Janeiro
Relator(a) : Sandra Cureau.

14) Processo nº : 1.00.001.000051/2011-37
CGMPF : 1.00.002.000101/2009-51
Relator(a) : Cons. Sandra Cureau

15) Processo nº : 1.00.001.000061/2011-72
Interessado(a) : Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Assunto : Relatório de Atividades. Exercício de 2010.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Rodrigo Janot

16) Processo nº : 1.00.001.000062/2011-17 (**diligência**)
Interessado(a) : Dr. Eloi Francisco Zatti Faccioni
Assunto : Impugnação à lista de antiguidade.
Origem : Amazonas
Relator(a) : Cons. Sandra Cureau

17) Processo nº : 1.00.001.000063/2011-61
Interessado(a) : 1ª Câmara de Coordenação e Revisão
Assunto : Relatório de Atividades. Exercício de 2010.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Maria Caetana

18) Processo nº : 1.00.001.000064/2011-14
Interessado : Dr. Pedro Jorge do Nascimento Costa
Assunto : Intimação pessoal.
Origem : Pernambuco
Relator(a) : Cons. Aurélio Rios

19) Processo nº : 1.00.001.000065/2011-51
Interessado : Corregedoria Geral do Ministério Público Federal
Assunto : Correição Ordinária na Procuradoria da República no Estado do Amapá.
Origem : Amapá
Relator(a) : Cons. Alcides Martins

20) Processo nº : 1.00.001.000066/2011-03
Interessado(a) : Dr. Gustavo Nogami
Assunto : Afastamento. Referendar.
Origem : Mato Grosso
Relator(a) : Cons. José Flaubert

21) Processo nº : 1.00.001.000067/2011-40
Interessado(a) : Corregedoria Geral do Ministério Público Federal
Assunto : Correição Ordinária na Procuradoria da República no Estado do Pará e PRMs.
Origem : Pará
Relator(a) : Cons. Eugênio Aragão

22) Processo nº : 1.00.001.000068/2011-94
Interessado(a) : Dr. Luiz Fernando Gaspar Costa
Assunto : Afastamento do País (período de 27 a 30.6.2011).
Origem : São Paulo
Relator(a) : Cons. Deborah Duprat

23) Processo nº : 1.00.001.000070/2011-63
Interessado(a) : Procuradoria da República dos Municípios de Itajaí e Brusque/SC
Assunto : Organização de repartição de atribuições entre os membros. Resolução CSMPF nº 104.
Origem : Itajaí/Brusque-SC
Relator(a) : Cons. João Francisco Sobrinho

24) Processo nº : 1.00.001.000071/2011-16
Interessado(a) : Dr. Douglas Fischer
Assunto : Afastamento. Referendar.
Origem : Porto Alegre
Relator(a) : Cons. Maria Caetana

25) Processo nº : 1.00.001.000072/2011-52 (**diligência**)
Interessado(a) : Procuradoria da República no Estado do Ceará
Assunto : Indicação. Comitê Executivo Estadual para a Saúde do Estado do Ceará, do Fórum Nacional de Saúde.
Origem : Ceará
Relator(a) : Cons. Sandra Cureau

26) Processo nº : 1.00.001.000073/2011-05
Interessado(a) : Dra. Ludmila Bortoleto Monteiro
Assunto : Afastamento. Referendar.
Origem : Mato Grosso
Relator(a) : Cons. Aurélio Virgílio Veiga Rios

27) Processo nº : 1.00.001.000074/2011-41
Interessado(a) : Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo
Assunto : Organização de repartição de atribuições entre os membros. Resolução CSMPF nº 104.
Origem : Espírito Santo
Relator(a) : Cons. José Flaubert Machado Araújo

28) Processo nº : 1.00.001.000075/2011-96
Interessado(a) : Dr. Antônio Carlos Fonseca da Silva
Assunto : Afastamento. Referendar.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Alcides Martins

29) Processo nº : 1.00.001.000076/2011-31
Interessado(a) : Corregedoria Geral do Ministério Público Federal
Assunto : Correição Ordinária na Procuradoria da República no Estado de Roraima.
Origem : Roraima
Relator(a) : Cons. Eugênio Aragão

30) Processo nº : 1.00.001.000077/2011-85
Interessado(a) : Corregedoria Geral do Ministério Público Federal
Assunto : Correição Ordinária na Procuradoria da República no Estado do Amazonas e PRMs.
Origem : Amazonas
Relator(a) : Cons. Sandra Cureau

31) Processo nº : 1.00.001.000078/2011-20
Interessado(a) : Sr. Plínio Marcos Moreira da Rocha
Assunto : Recurso em face da Decisão nº 49/2011 - EWC/CGMPF. Arquivamento.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Rodrigo Janot

32) Processo nº : 1.00.001.000079/2011-74
Interessado(a) : Dra. Marilda Hilda Marsiaj Pinto
Assunto : Afastamento do País (período de 21.10.2011 a 4.5.2012).
Origem : Rio Grande do Sul
Relator(a) : Cons. Deborah Duprat

33) Processo nº : 1.00.001.000080/2011-07
Interessado(a) : Dra. Marcia Morgado Miranda Weinschenker
Assunto : Afastamento do País (período de 07/2011 a 10/2012).
Origem : Rio de Janeiro
Relator(a) : Cons. Maria Caetana

34) Processo nº : 1.00.001.000081/2011-43
Interessado(a) : Procuradora da República no Estado do Ceará
Assunto : Indicação. Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará-COEPA.
Origem : Ceará
Relator(a) : Cons. João Francisco Sobrinho

PROCESSOS QUE PERMANECEM EM PAUTA

Incluído na pauta do dia 1º.6.2010

35) Processo nº : 1.00.001.000062/2010-36
Interessado(a) : Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
Assunto : Redistribuição de feitos nos casos de afastamento por período superior a 3 meses por motivo de licença médica.
Origem : Rio de Janeiro
Relator(a) : Cons. Eugênio Aragão

Incluídos na pauta do dia 14.9.2010

36) Processo nº : 1.00.001.000129/2009-07
Interessado(a) : Dr. Sidney Pessoa Madruga da Silva
Assunto : Recurso. Procedimento preliminar CGMPF nº 1.00.002.000058/2009-24.
Origem : Bahia
Relator(a) : Cons. João Francisco Sobrinho

37) Processo nº : 1.00.001.000075/2010-13
Interessado(a) : Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina
Assunto : Organização da repartição de atribuições entre os membros da PR/SC. Resolução CSMPF nº 104.
Origem : Santa Catarina
Relator(a) : Cons. Eugênio Aragão

38) Processo nº : 1.00.001.000076/2010-50
Interessado(a) : Procuradoria da República no Distrito Federal
Assunto : Organização da repartição de atribuições entre os membros da PR/DF. Resolução CSMPF nº 104.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Eugênio Aragão

39) Processo nº : 1.00.001.000077/2010-02
Interessado(a) : Procuradoria da República no Estado da Bahia
Assunto : Organização da repartição de atribuições entre os membros da PR/BA. Resolução CSMPF nº 104.
Origem : Bahia
Relator(a) : Cons. Eugênio Aragão

40) Processo nº : 1.00.001.000079/2010-93

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Interessado(a) : Ministério Público Federal
Assunto : Resolução. Vedação aos membros do MPF de advogar, em causa própria, contra a União, inclusive para os que optaram pelo regime jurídico anterior ao da Constituição de 1988.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Eugênio Aragão

41) Processo nº : 1.00.001.000103/2010-94
Interessado(a) : Sr. Luís Cláudio da Silva Arcanjo
Assunto : Recurso em face da Decisão nº 53/2010-EWC/CGMPF.
Origem : Bahia
Relator(a) : Cons. Eugênio Aragão
Incluído na pauta do dia 5.10.2010

42) Processo nº : 1.00.001.000113/2010-20
Interessado(a) : Procuradoria da República no Estado de Pernambuco
Assunto : Organização da repartição de atribuições entre os membros da PR Polo de Petrolina/Juazeiro/PE. Resolução CSMPF nº 104.
Origem : Pernambuco
Relator(a) : Cons. Eugênio Aragão
Incluído na pauta do dia 7.12.2010

43) Processo nº : 1.00.001.000008/2004-42
Interessado(a) : Ministério Público Federal
Assunto : Instauração e tramitação do Inquérito Civil Público. Resolução CSMPF nº 87. Consulta.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Aurélio Rios
Incluído na pauta do dia 13.12.2010

44) Processo nº : 1.00.001.000105/2010-83
Interessado(a) : Dra. Raffaela Alberici
Assunto : 21º Concurso Público para provimento de cargos de Procurador da República. Impugnação à lista de antiguidade publicada no Diário da Justiça de 6.4.2010. Requerimento administrativo. Reclassificação.
Origem : Santa Catarina
Relator(a) : Cons. João Francisco Sobrinho
Incluídos na pauta do dia 1º.2.2011

45) Processo nº : 1.00.001.000095/2010-86
Interessado(a) : Corregedoria Geral da Polícia Federal
Assunto : Poder de representação dos Delegados de Polícia Federal em medidas constritivas ou acautelatórias. Controle externo da atividade policial.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Aurélio Rios

46) Processo nº : 1.00.001.000144/2010-81
Interessado(a) : 3ª Câmara de Coordenação e Revisão
Assunto : Regimento Interno.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Sandra Cureau

47) Processo nº : 1.00.001.000154/2010-16
Interessado(a) : 4ª Câmara de Coordenação e Revisão
Assunto : Informatização do Inquérito Civil e do Procedimento Administrativo. Regulamentação.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Sandra Cureau
Incluídos na pauta do dia 1º.3.2011

48) Processo nº : 1.00.001.000140/2010-01
Interessado(a) : Sr. Anildo Fábio de Araújo
Assunto : Recurso. Procedimento Preliminar CGMPF nº 1.00.002.000018/2008-00.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Eugênio Aragão

49) Processo nº : 1.00.001.000145/2010-25
Interessado(a) : Ministério Público Federal
Assunto : Anteprojeto de Resolução nº 23. Regulamenta o plantão permanente cível da tutela coletiva e o criminal, pelo MPF.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Deborah Duprat

50) Processo nº : 1.00.001.000148/2010-69
Interessado(a) : Dr. Marcelo de Souza
Assunto : Plantão estadual unificado no âmbito do MPF no Estado do Paraná.
Origem : Paraná
Relator(a) : Cons. Deborah Duprat

51) Processo nº : 1.00.001.000009/2011-16
Interessado(a) : Corregedoria Geral do Ministério Público Federal
Assunto : Inclusão das Câmaras de Coordenação e Revisão no Calendário Geral de Correições para o biênio 2010-2011. Resolução CSMPF nº 100.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Alcides Martins
Incluído na pauta do dia 3.5.2011

52) Processo nº : 1.00.001.000044/2011-35
Interessado(a) : Ministério Público Federal
Assunto : Indicação. Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA.
Origem : Rio de Janeiro
Relator(a) : Cons. Aurélio Rios

PROCESSOS COM VISTA

Pedido de vista no dia 21.2.2006

53) Processo nº : 1.00.001.000177/2004-82
Interessado(a) : Drs. Mário Luiz Bonsaglia e Mônica Nicida Garcia
Assunto : Competência do Membro do MPF em situação ressalvada pelo artigo 29, § 3º, do ADCT. Exercício da advocacia em processo eleitoral. Elaboração de peças em colidência com a manifestação do MPF.
Origem : São Paulo
Relator(a) : Cons. Maria Caetana
Vista : Cons. Roberto Gurgel
Pedido de vista no dia 6.3.2007

54) Processo nº : 1.00.001.000106/2002-18
Interessado(a) : Dr. Moacir Guimarães Morais Filho
Assunto : Resolução CSMPF nº 50. Alteração do art. 2º.
Origem : Brasília
Relator(a) : Cons. Delza Curvello
Vista : Cons. Deborah Duprat
Pedido de vista no dia 4.8.2009

55) Processo nº : 1.00.001.000009/2004-97
Interessado(a) : Ministério Público Federal
Assunto : Procedimento Investigatório Criminal. Art. 129, I e IV, CF. Resolução CSMPF nº 77. Alteração.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Moacir Morais Filho
Vista : Cons. Aurélio Rios
Pedidos de vista no dia 21.10.2009

56) Processo nº : 1.00.001.000048/2008-18
Interessado(a) : 5ª Câmara de Coordenação e Revisão
Assunto : Anteprojeto de Resolução nº 17. Criação de Núcleos Operacionais do Patrimônio Público e Social no âmbito das Procuradorias Regionais da República, em apoio às atribuições da 5ª CCR. Regulamentação.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Rodrigo Janot
Vista : Cons. Maria Caetana

57) Processo nº : 1.00.001.000062/2008-11
Interessado(a) : 5ª Câmara de Coordenação e Revisão
Assunto : Anteprojeto de Resolução nº 18. Regulamenta a criação de Força-Tarefa.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Gilda Carvalho
Vista : Cons. Eugênio Aragão
Pedido de vista no dia 6.4.2010

58) Processo nº : 1.00.001.000135/2009-56
Interessado(a) : Procuradoria da República no Estado do Sergipe
Assunto : Critério de antiguidade para ocupação de ofício, lotação em gabinetes e destinação de recursos materiais.
Origem : Sergipe
Relator(a) : Cons. Aurélio Rios
Vista : Cons. Eugênio Aragão
Pedido de vista no dia 4.5.2010

59) Processo nº : 1.00.001.000142/2009-58
CGMPF nº : 1.00.002.000015/2009-49
Relator(a) : Cons. Alcides Martins
Vista : Cons. Eugênio Aragão
Pedido de vista no dia 3.8.2010

60) Processo nº : 1.00.001.000124/2009-76
Interessado(a) : Conselho Penitenciário do Estado de Rondônia.
Assunto : Indicação de representante do MPF.
Origem : Rondônia
Relator(a) : Cons. Gilda Carvalho
Vista : Cons. Eugênio Aragão
Pedido de vista no dia 25.10.2010

61) Processo nº : 1.00.001.000052/2010-09
Interessado(a) : Ministério Público Federal
Assunto : Alteração da Resolução CSMPF nº 92. Critérios para a distribuição de processos oriundos do Superior Tribunal de Justiça - STJ. Anteprojeto de Resolução nº 22.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Aurélio Rios
Vista : Cons. Alcides Martins

62) Processo nº : 1.00.001.000104/2007-33
Interessado(a) : Dr. Rodrigo Janot e Dra. Deborah Duprat
Assunto : Alteração da Resolução CSMPF nº 92. Art. 3º. Núcleos de acompanhamento da tutela coletiva e criminal no âmbito do STJ.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Aurélio Rios
Vista : Cons. Alcides Martins
Pedido de vista no dia 9.11.2010

63) Processo nº : 1.00.001.000090/2010-53
CGMPF nº : 1.00.002.000080/2009-74
Relator(a) : Cons. José Flaubert Machado Araújo
Vista : Cons. Aurélio Rios
Pedidos de vista no dia 1º.2.2011

64) Processo nº : 1.00.001.000008/2008-76
CGMPF nº : 1.00.002.000056/2007-73
Relator(a) : Cons. João Francisco Sobrinho
Vista : Cons. Alcides Martins
Pedido de vista no dia 5.4.2011

65) Processo nº : 1.00.001.000158/2010-02
CGMPF nº : 1.00.002.000053/2010-35
Relator(a) : Cons. Aurélio Rios
Vista : Cons. Sandra Cureau
Pedido de vista no dia 3.5.2011

66) Processo nº : 1.00.001.000161/2010-18
CGMPF nº : 1.00.002.000070/2010-72
Relator(a) : Cons. Maria Caetana
Vista : Cons. Rodrigo Janot

Brasília, 1º de junho de 2011.
ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Presidente do Conselho

PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 16, DE 31 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que esta subscreve, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

1) Considerando o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) Considerando o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

3) Considerando a necessidade de continuidade das investigações dos fatos, determina:

Art. 1º - Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.30.017.000152/2011-08, com a seguinte ementa: SAÚDE - Notícia de ameaça de interrupção do tratamento de diálise para doentes crônicos por falta/atrasos no pagamento à clínica conveniada ao SUS por parte da Prefeitura. Recursos federais do FAEC. Município de São João de Meriti.

Art. 2º - Comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para conhecimento e publicação.

ANA CLAUDIA DE SALES ALENCAR

PORTARIA Nº 23, DE 31 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e com base no que consta do Procedimento Preparatório Nº 1.34.014.000335/2010-15, determina a conversão do presente feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar a qualidade do serviço público na Agência da Previdência Social em São José dos Campos.

Para tanto, determino a realização das seguintes diligências:

a) o registro do procedimento preparatório como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO;

b) o acautelamento do feito no aguardo do retorno do procurador titular da banca, que se encontra em gozo de férias, para o prosseguimento das diligências pertinentes;

c) a comunicação da instauração do ICP à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC, do Ministério Público Federal, no prazo de 10 dias, acompanhada de cópia desta portaria, para fins de publicação no Diário Oficial, nos termos do art. 16, § 1º, I, da Resolução Nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

ANGELO AUGUSTO COSTA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 56, DE 18 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, "d", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Determino a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, mediante a conversão do presente procedimento administrativo, com o escopo de apurar possível oferta irregular, no Estado do Maranhão, de curso de pós-graduação pelo Instituto de Crescimento Educacional do Maranhão -ICEMAR em parceria com a Faculdade de Tecnologia Equipe Darwin, situada no Distrito Federal.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil, mantendo-se a respectiva numeração.

Determino, ainda, seja expedido ofício à Secretaria de Educação Superior do MEC, requisitando informações a respeito do teor da resposta porventura oferecida pela Faculdade de Tecnologia Equipe Darwin em atendimento a notificação da Coordenação-Geral de Supervisão da Educação Superior, emitida com base na Nota Técnica n/580/2010-GAB/SESu/MEC.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

TIAGO DE SOUSA CARNEIRO

PORTARIA Nº 65, DE 27 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, "d", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Determino a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, mediante a conversão do presente procedimento administrativo, instaurado com o escopo de apurar o possível desabastecimento de medicamentos no âmbito da FEME, o que estaria ocasionado sérios problemas aos usuários do SUS neste Estado.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, seja expedido ofício à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA, requisitando informações acerca da não dispensação dos medicamentos DECADRON e GARDENAL, os quais, segundo informações ofertadas pela Secretaria de Estado de Saúde em expediente encaminhado ao MPF, cuja cópia deve seguir em anexo, são de inteira responsabilidade do ente municipal em razão de ser habilitado à gestão plena do sistema municipal de saúde. Fixo o prazo de 10 (dez) dias para cumprimento da requisição ministerial.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JURACI GUIMARÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 180, DE 30 DE MAIO DE 2011

A Procuradora da República signatária, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, como preceitua o artigo 129 da Lei Maior;

Considerando que, nos termos da alínea c do inciso II do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93, é função institucional do Ministério Público Federal zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos a políticas fundiárias e à reforma agrária;

Considerando que, de acordo com o parágrafo único do artigo 16 da Lei nº4.504/64, compete ao Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária promover e coordenar a execução da Política Nacional de Reforma Agrária;

Considerando que constitui atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão fiscalizar a escorreita implementação da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

Considerando, nesta linha, que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, nos termos da alínea h do inciso I do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando que a regularização fundiária no Estado de Mato Grosso se revela extremamente problemática, sobretudo em virtude dos conflitos decorrentes do arrostamento de interesses, gerando insegurança permanente;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca da efetiva implementação da reforma agrária no projeto de assentamento "Fartura", localizado no município de Porto Alegre do Norte/MT;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador e o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §1º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o procedimento administrativo nº1.20.000.000283/2007-26 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO "mantendo o objetivo de fiscalizar a devida implementação da reforma agrária no projeto de assentamento Fartura, município de Porto Alegre do Norte/MT", mantendo-se o número de autuação e o Ofício para o qual foi distribuído, indicando na ementa o texto entre aspas constante deste parágrafo.

Comunique-se à egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, determino que sejam encaminhados, junto com o ofício já determinado em despacho próprio, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

LUDMILA BORTOLETO MONTEIRO

1ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 1, DE 26 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Converte as peças de informação autuadas sob o Nº 1.33.015.000054/2011-71 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, averiguar a notícia de que o ITEP- Instituto Tecnológico de Ensino Profissionalizante tem fins paramilitares.

POSSÍVEL(IS) RESPONSÁVEL(IS) PELO(S) FATO(S) INVESTIGADO(S): ITEP - Instituto Tecnológico de Ensino Profissionalizante e Jonathan Patrik Scheuer.

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Promotoria de Justiça Mafra-SC

Determina como diligência inicial que seja oficiado à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina para que informe se há registro de contrato social do ITEP e, em caso positivo, forneça cópia desse documento.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP Nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros junto ao sistema de cadastramento informático.

DANIEL HOLZMANN COIMBRA

PORTARIA Nº 6, DE 3 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições institucionais, conferidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Complementar 75/1993, Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.13.001.000025/2009-36 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar as condições de funcionamento da Base Anzol e as razões pelas quais foram desativadas as demais bases do Projeto Operação Cobra, bem como DETERMINAR:

I - a autuação, o registro e a distribuição ao 1º Ofício desta unidade ministerial, para continuidade do feito;

II - a comunicação à 1ª CCR acerca da conversão do presente Inquérito Civil Público;

III - a afixação da presente portaria no quadro de avisos desta Procuradoria da República, pelo prazo de 10 (dez) dias, bem como, a remessa de cópia para a publicação na imprensa oficial;

GISELE D. O. BLEGGI CUNHA

PORTARIA Nº 19, DE 31 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, através do Procurador da República signatário, e considerando o disposto nos arts. 129, III, da CF, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, bem como o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e considerando, ainda, o que consta da Peça Informativa Cível Nº 1.34.014.000153/2011-25, instaurada de ofício, DETERMINA a conversão do presente feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar aparente conduta reiterada da Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP, em recusar-se em conceder carga de processos administrativos a advogados, sem despacho devidamente fundamentado, contrariando o preceito do artigo 38, Lei 9.250/95, e também do artigo 7º, § 1º, item 2, da Lei 8.906/94 .

Determino, ainda, a realização das seguintes diligências: a) o registro da presente portaria; b) a comunicação da instauração do ICP à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão, no prazo de 10 dias, acompanhado de cópia desta portaria, para fins de publicação no Diário Oficial, nos termos do art. 16, § 1º, I, da Resolução Nº 87/06; c) a adoção das diligências iniciais indicadas no despacho de conversão, constante dos autos.

FERNANDO LACERDA DIAS

PORTARIA Nº 44, DE 4 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, José Lucas Perroni Kalil, com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal, no art. 5º, II "d", da Lei Complementar Nº 75/93, no art. 25, IV, "a", da Lei 8.625/93, no art. 8º, § 1º da Lei 7.345/85, e nos termos do artigo 2º, inciso I, da Resolução Nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, de 03 de agosto de 2006; e do artigo 2º, inciso I, da Resolução Nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, de 17 de dezembro de 2007:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o art. 8º da Lei Nº 11.892/2008, que cria os Institutos Federais, estabelece que, no desenvolvimento da ação acadêmica, o Instituto Federal deve garantir a existência de no mínimo 20% de vagas para cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica;

CONSIDERANDO a notícia de que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS, apresenta em seu quadro de matrículas apenas 6% de matrículas destinadas a alunos em cursos de licenciaturas e formação pedagógica, em evidente descumprimento ao disposto no art. acima citado;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 2º, § 7º, da Resolução Nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público. Após os registros de praxe do Inquérito Civil Público no sistema ARP de controle desta PRM-Pouso Alegre/MG, determino as seguintes providências:

1) Remeta-se, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da presente portaria à 1º Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, nos termos do art. 6º, da Resolução Nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação (art. 4º, VI, Resolução Nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução Nº 87 CSMPF);

2) Oficie-se à reitoria da IFSULDEMINAS, dando-lhe ciência do teor desta Portaria, facultando-lhe, no prazo de 30 (trinta) dias, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas, bem como formular alegações e apresentar documentos, nos termos do art. 3º da lei n.º 9.784/99, ou ainda manifestar vontade de ser ouvido pessoalmente nesta Procuradoria da República, para nesta oportunidade apresentar sua defesa, bem como para dizer (i) sobre medidas que estejam sendo adotadas com vistas a atingir a porcentagem de matrículas destinadas a licenciaturas, (ii) possíveis estratégias para atingir-se essa porcentagem e (iii) se essa mesma realidade é experimentada por outras escolas agrotécnicas do país.

Inicialmente, o presente Inquérito Civil Público terá duração máxima de 1 (um) ano.

Cumpra-se.

JOSÉ LUCAS PERRONI KALIL

PORTARIA Nº 51, DE 12 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República,

a) considerando o comparecimento do Sr. João Cunha noticiando a negativa de fornecimento de medicamento pelo Sistema Único de Saúde - SUS:

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.33.001.000186/2011- 51, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JOÃO MARQUES BRANDÃO NÉTO

PORTARIA Nº 52, DE 19 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República,

a) considerando o comparecimento do Sr. Claudir José Cotta noticiando a negativa de fornecimento de medicamento pelo Sistema Único de Saúde - SUS:

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.33.001.000193/2011-53, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JOÃO MARQUES BRANDÃO NÉTO

PORTARIA Nº 53, DE 19 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República,

a) considerando o comparecimento da Sra. Pedrinha Laci Hostins Cotta noticiando a negativa de fornecimento de medicamento pelo Sistema Único de Saúde - SUS:

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.33.001.000192/2011-17, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JOÃO MARQUES BRANDÃO NÉTO

PORTARIA Nº 54, DE 19 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República,

a) considerando o comparecimento da Sra. Célia Terezinha Joanella noticiando a negativa de fornecimento de medicamento pelo Sistema Único de Saúde - SUS:

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.33.001.000187/2011-04, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JOÃO MARQUES BRANDÃO NÉTO

PORTARIA Nº 55, DE 20 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República,

a) considerando o comparecimento da Sra. Joraci Helena Sinn da Silva noticiando a negativa de fornecimento de medicamento pelo Sistema Único de Saúde - SUS:

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.33.001.000195/2011-42, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JOÃO MARQUES BRANDÃO NÉTO

PORTARIA Nº 56, DE 26 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República,

a) considerando o comparecimento do Sr. Selvino Bolzan noticiando a negativa de fornecimento de medicamento pelo Sistema Único de Saúde - SUS:

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.33.001.000198/2011-86, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JOÃO MARQUES BRANDÃO NÉTO

PORTARIA Nº 92, DE 18 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

c) considerando que o Procedimento Administrativo em tela foi instaurado com o escopo de apurar possíveis irregularidades no Programa Federal Saúde da Família, dentre as quais, ausência de profissionais, falta de medicamentos e estrutura física inadequada;

d) considerando o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

e) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do PA em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER O PA Nº 1.14.003.000006/2011-77 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

1) Reitere-se o ofício de fl. 13; fazendo constar as advertências de praxe.

2) Dê-se ciência da instauração à Egrégia 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, pela via eletrônica, remetendo cópia e solicitando a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF.

FERNANDO TÚLIO DA SILVA

PORTARIA Nº 99, DE 17 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo Nº 1.23.003.000175/2009-83, que apura revindicação da comunidade da Ilha da Fazenda,situada no município de Senador José Porfírio, reivindicam a construção de uma nova escola em razão das condições de perigo de vida na qual se encontra a comunidade escolar.;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.23.003.000175/2009-83 a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Oficie-se à representante MMTA-CC (fl. 06), encaminhando cópia de fl. 31/36, para que se manifeste sobre o atendimento de seu pleito (reforma da referida escola);

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

4 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE 2 DE JUNHO DE 2011

Nos termos da Resolução 04/06 de 02 maio de 2006, procedeu-se a distribuição dos seguintes procedimentos administrativos:

Wagner de Castro Mathias Netto

1.20.000.000421/2011-53 1.23.000.000442/2011-67 1.24.000.000339/2006-12 1.26.000.001260/2011-00 1.11.000.001401/2009-94 1.28.000.000616/2011-13

1.33.002.000026/2011-01 1.12.000.000171/2011-23 1.16.000.001892/2011-10

1.16.000.002051/2011-11 1.23.002.000094/2011-16 1.11.000.000122/2011-28

1.16.000.000305/2011-67 1.18.000.000128/2011-44 1.16.000.000680/2011-15

1.16.000.000373/2011-26 1.12.000.000161/2011-98

Francisco Xavier Pinheiro Filho

1.15.000.000678/2011-75 1.33.001.000438/2010-61 1.26.000.001117/2011-18

1.28.000.000373/2011-13 1.11.000.001109/2010-13 1.11.000.000406/2011-14

1.15.000.000739/2011-02 1.16.000.001426/2011-26 1.27.000.000405/2011-18

1.30.002.000018/2008-62 1.16.000.000366/2011-24 1.23.000.000549/2011-13

1.23.000.000473/2011-18 1.16.000.004400/2009-15 1.23.000.002039/2010-91

Total de procedimentos distribuídos: 032

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Coordenador

3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 18, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, titular do 3º Ofício da Tutela Coletiva e Criminal da Procuradoria da República Polo em Petrolina/Juazeiro, com fulcro no art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, nos arts. 6º, VII, 7º, I, e 38, I, da Lei Complementar Nº 75, de 20 de maio de 1993, e no art. 8°, § 1°, da Lei Nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e

CONSIDERANDO que a notícia de que, nas proximidades do Aeroporto Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE, existiriam torres de telefonia móvel que geram riscos à navegação aérea;

CONSIDERANDO que compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, a navegação aérea e a infra-estrutura aeroportuária (art. 21, XII, c, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988);

CONSIDERANDO que a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, constituída nos termos da Lei Nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, é empresa pública federal destinada à implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infra-estrutura aeroportuária e de apoio à navegação aérea, prestar consultoria e assessoramento em suas áreas de atuação e na construção de aeroportos, bem como realizar quaisquer atividades correlatas ou afins, que lhe forem atribuídas pelo Ministério da Defesa;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, e promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de interesses difusos e coletivos (art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988);

CONSIDERANDO que aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes (art. 109 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988), resolve:

Instaurar inquérito civil, de ofício, visando à regular e legal coleta de elementos a respeito da notícia de que, nas proximidades do Aeroporto Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE, existiriam torres de telefonia móvel que geram riscos à navegação aérea, para posterior ajuizamento da ação cabível ou arquivamento, nos termos da lei. Deixo de determinar a livre distribuição deste inquérito em virtude de seu objeto ser de atribuição deste 3º Ofício da Tutela Coletiva e Criminal, nos termos da Portaria Conjunta MPF/PR-Petrolina/Juazeiro n.º 004, de 25 de agosto de 2010, modificada pela Portaria Conjunta MPF/PR-Petrolina/Juazeiro n.º 001, de 31 de janeiro de 2011.

Encaminhe-se a presente portaria à Subcoordenadoria Jurídica desta Procuradoria para registro e autuação como inquérito civil, o que deverá ser comunicado à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, além de remeter sua cópia para publicação, de acordo com o art. 16, §1º, I, da Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e o art. 7º da Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público. Ademais, deve ser afixada cópia deste ato no local de costume desta Procuradoria, onde o público em geral tem acesso, pelo prazo de 30 (trinta) dias, o que deve ser devidamente certificado nos autos.

Em seguida, oficie-se à Superintendência do Aeroporto Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE, requisitando informações sobre a existência torres de telefonia móvel que geram riscos à navegação aérea nas proximidades do Aeroporto Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE. Conforme o artigo 8º, § 5°, da Lei Complementar Nº 75/93, o prazo para atendimento à requisição é de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento do expediente, ao qual deverá ser anexada

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cópia desta portaria. Após o cumprimento das diligências ou o decurso de 20 (vinte) dias, venham os autos do inquérito civil conclusos para deliberação.

Finalmente, a fim de observar o art. 9º da Resolução Nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução Nº 87 do CSMPF, deve a Subcoordenadoria Jurídica desta Procuradoria realizar o acompanhamento de prazo inicial de 1 (um) ano para a conclusão do presente inquérito civil, lavrando a devida certidão nos autos após o seu transcurso.

FÁBIO CONRADO LOULA

PORTARIA Nº 109, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade dos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo a dignidade humana e a efetiva inclusão social;

Considerando que o artigo 230 da Constituição Federal estabelece o dever da família, da sociedade e do Estado de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida;

Considerando que os artigos 1º e 2º da Lei 10.048/2000 determinam atendimento prioritário para as pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, comando que vinculada repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos, impingindo serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato aos idosos;

Considerando, ademais, o disposto na Resolução nº23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca da efetiva implementação do direito ao atendimento prioritário aos idosos pela Agência dos Correios de Juara/MT;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme preceitua o §1º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o presente feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para fiscalizar irregularidades no atendimento preferencial a idosos na agência dos Correios de Juara/MT, conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à e. 3ª CCR/MPF, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 152, DE 30 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por este Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei Complementar Nº 75/93, bem como no artigo 1º da Lei Nº 7347/85;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo Nº 1.30.012.000678/2010-49, acerca de possíveis irregularidades na prestação do serviço de atendimento telefônico ao consumidor pela Caixa Econômica Federal, a qual não estaria cumprindo devidamente o Decreto 6.523/2008;

CONSIDERANDO a necessidade de prosseguimento das diligências;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.30.012.000678/2010-49 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria.

Desta forma, determino a adoção das seguintes providências:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe;

2) Comunique-se a instauração do ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente, para fins de publicação;

3) Oficie-se à CAIXA, na forma da inclusa minuta;

4) Acautele-se por 60 dias na DITC, a fim de aguardar a resposta ao ofício expedido.

CLAUDIO GHEVENTER

PORTARIA Nº 153, DE 30 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por este Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei Complementar Nº 75/93, bem como no artigo 1º da Lei Nº 7347/85;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo Nº 1.30.012.000970/2010-61, acerca de possíveis irregularidades na administração do Condomínio Horácio Camargo, pertencente ao Programa de Arrendamento Residencial da Caixa Econômica Federal, especialmente no tocante à não obtenção do benefício da Tarifa Social de água pelos condôminos e à cobrança supostamente indevida da tarifa de esgoto;

CONSIDERANDO a necessidade de prosseguimento das diligências;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.30.012.000970/2010-61 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria.

Desta forma, determino a adoção das seguintes providências:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe;

2) Comunique-se a instauração do ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente, para fins de publicação;

3) Oficie-se à CEDAE, à Fundação Rio-Águas e à Torres Imobiliária, na forma das inclusas minutas;

4) Acautele-se por 60 dias na DITC, a fim de aguardar as respostas aos ofícios expedidos.

CLAUDIO GHEVENTER

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 3, DE 27 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, caput, da Constituição Federal e artigo 1o da Lei Complementar Nº 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. os artigos 5o, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6o, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (artigo 1o da Resolução Nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, inciso I, da Constituição Federal), o que determina, numa perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal (art. 70 da Lei Orgânica do Ministério Publico da União);

CONSIDERANDO que foi autuado, no âmbito da Procuradoria da República em Bragança Paulista, o Procedimento Preparatório Nº 1.34.028.000095/2010-081, com a seguinte ementa:

"TUTELA COLETIVA - MEIO AMBIENTE - POLUIÇÃO POR RESÍDUOS. VERIFICAR PREENCHIMENTO DE CADASTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, PELO MUNICÍPIOS LOCALIZADOS NA ÁREA DE ATRIBUIÇÃO DESTA PROCURADORIA DA REPÚBLICA, ACERCA DE POPULÇÕES EXPOSTAS A RISCOS EM RAZÃO DE ÁREAS CONTAMINADAS".

CONSIDERANDO que referido Procedimento ainda está em fase de instrução e já transcorreu o prazo estabelecido no artigo 2º, §7º, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar a hipótese, determinando, para tanto:

1. Autuar esta Portaria e o Procedimento Preparatório 1.34.028.000095/2010-08 como Inquérito Civil, nos termos do artigo 4º, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Registre-se e publique-se, controlando o prazo de eventual prorrogação, conforme disposto nos artigos 4º e 9º, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

3. Comunique-se a instauração à Egrégia 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação, no Diário Oficial, desta Portaria de instauração, nos termos do artigo 4o, inciso VI, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

RICARDO NAKAHIRA

PORTARIA Nº 36, DE 16 DE MAIO 2011

O Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradora da República Anelise Becker, lotada e em exercício na Procuradoria da República no Município de Rio Grande, RS, no uso de suas atribuições legais, à vista do disposto no artigos 129, inciso III, e 225, da Constituição da República, c/c artigos 5o, inciso III, alínea d, 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93 e 8º, §1º, da Lei Nº 7.347/85, e em conformidade com o disposto nas Resoluções CSMPF nos 87/2006 e 106/2010, diante do implemento, relativamente ao Procedimento Administrativo autuado nesta PRM sob o Nº 1.26.006.000269/2010-42, dos prazos previstos no parágrafo 1o do artigo 4o da Resolução CSMPF Nº 87/2006 (com a redação que lhe foi conferida pela Resolução CSMPF Nº 106/2010), sem que, até o momento, encontrem-se nele presentes elementos suficientes para a adoção de qualquer das medidas previstas nos incisos, I, III, IV e V do artigo 4o da citada Resolução CSMPF Nº 87/2006, Resolve, na forma do parágrafo 4o do artigo 4o da Resolução CSMPF Nº 87/2006 (com a redação que lhe foi dada pela Resolução CSMPF Nº 106/2010), CONVERTÊ-LO EM INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto a verificação da regularidade ambiental da instalação, pela CEEE-D, de Linha de Transmissão com Cabos de Energia Subaquáticos entre os Municípios de Rio Grande e São José do Norte.

Determino, pois, a autuação da presente Portaria, efetuando a Secretaria as anotações pertinentes nos registros do Procedimento Administrativo no 1.26.006.000269/2010-42, com vistas à sua conversão em Inquérito Civil, bem como a sua comunicação à 4ª CCR/MPF, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

ANELISE BECKER

PORTARIA Nº 37, DE 16 DE MAIO 2011

O Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradora da República Anelise Becker, lotada e em exercício na Procuradoria da República no Município de Rio Grande, RS, no uso de suas atribuições legais, à vista do disposto no artigos 129, inciso III, e 225, da Constituição da República, c/c artigos 5o, inciso III, alínea d, 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93 e 8º, §1º, da Lei Nº 7.347/85, e em conformidade com o disposto nas Resoluções CSMPF nos 87/2006 e 106/2010, diante do implemento, relativamente ao Procedimento Administrativo autuado nesta PRM sob o Nº 1.26.006.000268/2010-06, dos prazos previstos no parágrafo 1o do artigo 4o da Resolução CSMPF Nº 87/2006 (com a redação que lhe foi conferida pela Resolução CSMPF Nº 106/2010), sem que, até o momento, encontrem-se nele presentes elementos suficientes para a adoção de qualquer das medidas previstas nos incisos, I, III, IV e V do artigo 4o da citada Resolução CSMPF Nº 87/2006, Resolve, na forma do parágrafo 4o do artigo 4o da Resolução CSMPF Nº 87/2006 (com a redação que lhe foi dada pela Resolução CSMPF Nº 106/2010), CONVERTÊ-LO EM INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto o acompanhamento da instalação do empreendimento de interesse da empresa Estaleiros do Brasil (EBR) em São José do Norte, dos atos a ele condicionados e exercício das funções institucionais do MPF tanto no que tange à defesa do meio ambiente como à da ordem jurídica no que lhe diga respeito.

Determino, pois, a autuação da presente Portaria, efetuando a Secretaria as anotações pertinentes nos registros do Procedimento Administrativo no 1.26.006.000268/2010-06, com vistas à sua conversão em Inquérito Civil, bem como a sua comunicação à 4ª CCR/MPF, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

ANELISE BECKER

PORTARIA Nº 154, DE 24 DE MAIO DE.2011

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL. Procedimento Administrativo Nº 1.33.005.000053/2010-64. Tutela Coletiva - Meio Ambiente

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF), pelo Procurador da República signatário, no desempenho de suas atribuições constitucionais e legais, com supedâneo no art. 129, III da Constituição Federal, no art. 8º, § 1º da Lei Nº 7.347/85 e no art. 6º, VII da Lei Complementar Nº 75/93, e, ainda,

Considerando que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, a teor do disposto no art. 127, caput da Constituição Federal e no art. 5º, I, h da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando que é função institucional do Ministério Público da União a defesa do meio ambiente, conforme previsto no art. 5º, III, d da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do art. 129, caput, III da Constituição Federal, do art. 5º, I da Lei Nº 7.347/85 e do art. 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente, conforme preceitua o art. 23, VI da Constituição Federal;

Considerando que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, conforme previsto no art. 225, caput da Constituição Federal;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que os órgãos públicos legitimados para a propositura de ação civil pública poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, com fulcro no art. 5º, § 6º da Lei Nº 7.347/85;

Considerando o Acordo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo da Ação Civil Pública Nº 2004.72.01.001904-2, que tramitou na 1ª Vara Federal da Subseção de Joinville/SC, tendo como objeto o estabelecimento e a efetivação de todas as medidas necessárias para regularização ambiental do empreendimento denominado "JOINVILLE COUNTRY GOLF CLUB", nos termos da legislação de regência, com a recuperação da área degradada e a adoção de medidas compensatórias pelos danos já causados ao meio ambiente, o qual restou homologado, por sentença, nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil.

Considerando que as obrigações assumidas pela parte ré no acordo em voga ainda pendentes de cumprimento nos prazos já estabelecidos e nos a estabelecer no Estudo de Conformidade Ambiental (ECA), que aguarda análise/aprovação pela FATMA, e/ou nos procedimentos de licenciamento ensejam a atuação ministerial para acompanhamento da efetiva e integral implementação das cláusulas pactuadas, a fim de se assegurar a completa adequação da ocupação do Condomínio "JOINVILLE COUNTRY GOLF CLUB" e dos usos de suas áreas à legislação de regência;

Considerando, por fim, o disposto na Resolução Nº 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, decide instaurar

Inquérito Civil,

com vistas ao acompanhamento da efetivação do integral cumprimento do Acordo de Ajustamento de Conduta firmado na Ação Civil Pública Nº 2004.72.01.001904-2, mediante a adequação da ocupação do Condomínio "JOINVILLE COUNTRY GOLF CLUB" e dos usos de suas áreas à legislação de regência, com observância do Parecer Técnico Nº 045/2009, de 24.07.2009, e da Informação Técnica Nº 035/2009, de 09.09.2009, elaborados pela Assessoria Pericial deste Órgão Ministerial, respectivamente das áreas de Geologia e Biologia.

Ficam designados os servidores Viviane Soares, Analista Processual, matrícula 16.706-1, e Rodrigo de Alcantara Zimmermann, Técnico Administrativo, matrícula 16.968-4, como secretária e substituto, respectivamente, para atuarem no presente Inquérito Civil Público.

Dê-se ciência à c. Quarta Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, com o encaminhamento de cópia do presente decisão, por meio eletrônico, nos termos no art. 6º da Resolução Nº 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial e no portal eletrônico desta Instituição, conforme preceituado no art. 16, I da sobredita Resolução.

Com a juntada do parecer técnico a ser elaborado pela Assessora Pericial em Engenharia Sanitária acerca da vistoria realizada no empreendimento em 13.05.2011, retornem-me os autos imediatamente conclusos.

RODRIGO JOAQUIM LIMA

PORTARIA Nº 156, DE 26 DE MAIO DE 2011

PEÇA INFORMATIVA Nº 1.33.005.000251/2011-17

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais, e CONSIDERANDO:

a) o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) o disposto na Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal Nº 87, de 3 de agosto de 2006, a qual preceitua a necessidade da descrição do fato objeto da presente investigação;

f) que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, caput, dispõe que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações";

g) o documento protocolizado nesta Procuradoria da República pela Coordenação do Projeto Aves da UNIVILLE, dando conta de registro de presença de espécie chamada Bicudinho-do-brejo (Stymphalornis acutirostris), inserida na lista oficial de espécies ameaçadas de extinção no Brasil, e na lista internacional de espécies ameaçadas de extinção da União Internacional para a Conservação da natureza - IUCN, na classificação "EM PERIGO", em vegetação próxima à estação de tratamento de esgoto (ETE - Jarivatuba), de propriedade da Companhia Águas de Joinville.

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fim de promover as medidas cabíveis à preservação da espécie Bicudinho-do-brejo (Stymphalornis acutirostris) no município de Joinville.

Para tanto determino:

1) a autuação da presente portaria e da peça informativa Nº 1.33.005.000251/2011-17 como Inquérito Civil Público.

2) a expedição de ofício aos representantes para que apresentem estudos técnicos que fundamentem a petição formulada.

Publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

MÁRIO SÉRGIO GHANNAGÉ BARBOSA

PORTARIA Nº 157, DE 23 DE MAIO DE 2011

Conversão de Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público. Procedimento Administrativo: 1.21.001.000002/2007-98. Assunto: Apurar possível irregularidade no imóvel denominado Assentamento 17 de Abril, município de Nova Andradina - MS, em questões ambientais de desmatamento e fabricação de carvão.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal e pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93,

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "d", da Lei Complementar 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347/85 (LACP), conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos, bem como a Resolução Nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamenta a instauração e a tramitação do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de aprofundar a investigação, com vistas à apuração dos fatos em toda a sua extensão e à busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público Federal incumbe resguardar; resolve:

Em observância aos termos dos artigo 2º, § 7º e 4º da Resolução Nº 23 do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, de 17/09/2007, e subsidiariamente da Resolução Nº 87 do CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, CONVERTER o procedimento administrativo Nº 1.21.001.000002/2007-98 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar os fatos, adotando as seguintes diligências:

1. Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;

2. Remeta-se cópia desta Portaria à Quarta Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

MARCO ANTÔNIO DELFINO DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 159, DE 23 DE MAIO DE 2011

Conversão de Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público. Procedimento Administrativo: 1.21.000.000810/2003-31. Assunto: Apurar possíveis irregularidades nos processos de florestamento e reflorestamento de empresas madeireiras no Estado de Mato Grosso do Sul.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal e pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93,

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "d", da Lei Complementar 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347/85 (LACP), conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos, bem como a Resolução Nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamenta a instauração e a tramitação do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de aprofundar a investigação, com vistas à apuração dos fatos em toda a sua extensão e à busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público Federal incumbe resguardar; resolve:

Em observância aos termos dos artigo 2º, § 7º e 4º da Resolução Nº 23 do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, de 17/09/2007, e subsidiariamente da Resolução Nº 87 do CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, CONVERTER o procedimento administrativo Nº 1.21.000.000810/2003-31 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar os fatos, adotando as seguintes diligências:

1. Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;

2. Remeta-se cópia desta Portaria à Quarta Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

MARCO ANTÔNIO DELFINO DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 172, DE 12 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, lotada em exercício nesta Procuradoria da República no Município de Santa Maria/RS, nos termos do que dispõe a Resolução 87, de 03 de Agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO a ocorrência de dano ambiental, consistente na extração de cascalho sem licença do órgão ambiental competente, em faixa de domínio da União (BR 287 - Km 362),

CONSIDERANDO os documentos e informações constantes do Procedimento Administrativo Cível autuado nesta Procuradoria da República no Município de Santa Maria sob o número 1.29.008.000324/2010-84, instaurado a partir de inquérito civil público oriundo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul - Comarca de Santiago;

CONSIDERANDO que, nos autos do inquérito civil público que tramitou no âmbito do Ministério Público Estadual da Comarca de Santiago/RS, foi constatada, para a reparação do meio ambiente, a necessidade de elaboração, por parte da Prefeitura de Santiago/RS, de um plano de recuperação da área degradada (PRAD), a ser submetido à aprovação do órgão ambiental competente;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, o meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos, adotando todas as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público da União "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis", considerados, dentre outros fundamentos e princípios, "a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União" (artigo 5º., inciso I, alínea "h" da Lei Complementar 75/93);

CONSIDERANDO ser obrigação do Poder Público garantir a todos o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, a ser defendido e preservado para as presentes e futuras gerações, exigindo-se, para tanto, o estudo prévio de impacto ambiental para a instalação e operação de qualquer obra ou atividade causadora de significativa degradação ambiental, consagrando-se expressamente o princípio da prevenção ou precaução, nos termos do caput e do inciso III do § 1º do art. 225 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil é signatária da Convenção da Diversidade Biológica (Decreto Legislativo n. 2, de 3.2.1994, com vigência desde 29.5.1994) e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (Decreto Legislativo n. 1, de 3.2.1994, com vigência desde 29.5.1994);

CONSIDERANDO que as condutas lesivas ao meio ambiente, ainda que lícitas, sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos, sendo dispensável a comprovação da culpa, o que consagra o princípio do poluidor-pagador, nos termos do § 3º do art. 225 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que se entende por poluição a degradação da qualidade ambiental resultante das atividades que, direta ou indiretamente, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população, nos termos da alínea "a" do inc. III do art. 3º da Lei n. 6.938/81 (Lei da Política Nacional de Meio Ambiente);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para defesa do meio ambiente e da saúde da população, além de outros interesses difusos e coletivos (incisos II e III do art. 129 c/c art. 197, ambos da CF c/c artigo 6º, VII, "b" e "d" da Lei Complementar n.º 75/93), atendendo também com isso, os reclamos advindos do princípio ambiental da prevenção;

Resolve converter o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de verificar a regularização ambiental da faixa de domínio da BR 287 (Km 362), o qual foi devastada em razão da extração de cascalho sem licença ambiental do órgão competente.

DETERMINA que a Coordenadoria dos Direitos do Cidadão registre, autue e efetive o seguinte:

1. autue na categoria de Inquérito Civil Público, comunicando-se, imediatamente, à 4a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a publicação da presente portaria:

Requeridos: Prefeitura Municipal de Santiago, Júlio César Ruivo e Miguel Jorge Ferreira

Autor da representação: Ministério Público Estadual - Promotoria de Justiça de Santiago/RS

Município: Santiago/RS

Tema: Meio Ambiente - 4a CCR/MPF

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Subtema: Extração de Recursos Minerais sem Licença Ambiental

2. mantenha a distribuição do feito vinculada a este Ofício, tendo em vista a prevenção na atuação sobre o caso em análise;

3. observe as determinações constantes da Resolução 87/2006, com as alterações da Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, especialmente no que se refere à prorrogação de prazo e à publicidade;

4. reitere o ofício de fl. 71, ao Juiz de Direito do Foro da Comarca de Santiago/RS, uma vez que não foi respondido até o presente momento.

Com a resposta, voltem os autos imediatamente conclusos para análise.

JERUSA BURMAMM VIECILI

PORTARIA Nº 258, DE 16 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a instauração no âmbito do 2º Ofício do Meio Ambiente e Patrimônio Público da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, do procedimento administrativo n.º 1.30.012.001098/2010-79 com escopo de apurar possível ocorrência de crime ambiental descrito no auto de infração Nº 691029, série D, lavrado pelo IBAMA em desfavor de Adriano Cunha da Silva, consistente na manutenção em cativeiro de espécies da fauna silvestre brasileira: 01 Papa-capim, 01 Tiziu e 01 Canário da terra.

Resolve converter o procedimento administrativo Nº 1.30.012.001098/2010-79 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, em observância aos termos do artigo 4º, §§1º e 4º da Resolução n.º 87/2006, alterada pela redação da Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal e dos artigos 2º, §§ 4º, 6º e 7º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

GISELE PORTO

PORTARIA Nº 298, DE 30 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a- considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b- considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c- considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d- considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e- considerando que tramita nesta Procuradoria o Procedimento Administrativo nº1.30.012.000863/2010-33, instaurado nesta Procuradoria da República, com a seguinte ementa: "PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL. APURAR POSSÍVEIS DANOS AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DECORRENTES DA DERRUBADA DE ÁRVORES E REFORMA DO PRÉDIO CENTENÁRIO DA BIBLIOTECA SOBRE BOTÂNICA DO JARDIM BOTÂNICO".

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº1.30.012.000863/2010-33, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

MAURÍCIO RIBEIRO MANSO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
9ª REGIÃO

PORTARIA Nº 6, DE 11 DE JANEIRO DE 2010

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9.ª REGIÃO - PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando: o que dispõe a Portaria SGP Nº 01/11 do TRT/9ª Região; e a orientação da PGT de que as Procuradorias Regionais acompanhem o funcionamento dos respectivos Tribunais Regionais do Trabalho, resolve:

Art. 1º - Transferir:

I - de 11 para 12 de agosto as comemorações alusivas ao Dia dos Cursos Jurídicos;

II - de 28 para 31 de outubro as comemorações alusivas ao Dia do Servidor Público;

III - de 08 para 16 de dezembro as comemorações alusivas ao Dia da Justiça;

Art. 2º - Ficam suspensas, excepcionalmente, as atividades institucionais e administrativas no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região e suas Procuradorias nos dias 12 de agosto, 31 de outubro e 16 de dezembro de 2011.

RICARDO BRUEL DA SILVEIRA

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÕES

PROTOCOLO N. 1141/10/DDJ/PGJM

PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL N. 29-84.2010.2102

PJM BRASÍLIA - 2º OFÍCIO

Trata-se de Procedimento Investigatório Criminal instaurado com base no Ofício expedido pelo Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, Ten Brig Ar RAMON BORGES CARDOSO, no qual imputa ao SO QSS BCT MOISÉS GOMES DE ALMEIDA a prática do crime de publicação ou crítica indevida, previsto no art. 166 do Código Penal Militar.

O representante alega que o conteúdo da coluna publicada na Revista Vetor Brasil, intitulada FEBRACTA, assinada pelo representado, "possui teor reivindicatório e altamente questionador de atos e decisões provenientes da Aeronáutica" (fl. 2).

Aduz também que o espaço da coluna denominado "Perguntinhas" "revela um tom humorístico incompatível com a hierarquia e disciplina que constituem o pilar de sustentação das Forças Armadas". Ressalta que, nesse mesmo espaço, há referência a uma Instrução do Comando da Aeronáutica intitulada como "ICA do mal" (fl. 2).

Nesse contexto, sustenta que a conduta do representado extrapolou o campo da transgressão disciplinar, configurando a prática de crime militar previsto no art. 166 do CPM.

A representante do MPM no 1º grau, por sua vez, após amplo exame dos autos, requereu o arquivamento por não vislumbrar indícios de crime militar. Acresceu que o caso poderá ser tratado no âmbito administrativo-disciplinar (fls. 78/82).

A Câmara de Coordenação e Revisão do MPM, por unanimidade, deliberou pela homologação do pedido de arquivamento (fls. 90/93).

É o Relatório. Decido.

Concordo com o arquivamento promovido em primeiro grau e corroborado pelo Egrégio Órgão Revisor.

O crime supostamente praticado pelo indiciado tem a seguinte redação:

Art. 166. Publicar o militar ou assemelhado, sem licença, ato ou documento oficial, ou criticar publicamente ato de seu superior ou assunto atinente à disciplina militar, ou a qualquer resolução do Governo:

Pena - detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, se o fato não constitui crime mais grave.

Constata-se que a conduta imputada ao representado refere-se ao segundo núcleo do tipo: "criticar publicamente ato de seu superior ou assunto atinente à disciplina militar".

Nessa esteira, vale citar os fundamentos exarados pela representante do Parquet Castrense, verbis:

...

Analisando detidamente o conteúdo do texto "FEBRACTA...DESAFIOS 2010 (fl. 36), não se vislumbra a intenção de publicar ou divulgar críticas a ato de superior ou assunto atinente à disciplina militar. A matéria foi publicada em uma revista dirigida a um público restrito ao tráfego aéreo. Diferente seria se tivessem sido divulgadas críticas, com inequívoca quebra dos princípios da hierarquia e disciplina, em imprensa escrita ou televisiva, atingindo o público em geral.

Em relação ao espaço denominado "Perguntinhas", denominando a Instrução do Comando da Aeronáutica Nº 100-25 como "ICA do mal" (fl. 35), embora inadequada a expressão utilizada, o caso pode ser resolvido apenas na via administrativa, com a abertura de procedimento para apurar eventual transgressão disciplinar. Mas na esfera penal não há o que ser apurado. (fls. 80/81).

Como bem ressaltou a douta Promotora oficiante, não se encontra, na conduta do representado, sequer a tipicidade formal exigida pelo tipo penal ventilado, uma vez que as manifestações críticas alocadas na coluna FEBRACTA não dizem respeito a assunto ou a ato atinente à disciplina militar.

Portanto, extrai-se do quadro fático estampado nos autos que a atitude do representado, ainda que considerada inconveniente sob a ética militar, não ultrapassa as balizas dos Regulamentos internos.

Ademais, caso a autoridade militar tivesse plena certeza do caráter ilícito da publicação em questão, certamente instauraria o competente IPM, o que, de certa forma, revela dúvida sobre a prática delituosa.

Pelo exposto, determino o arquivamento do feito.

Providências pelo Departamento de Documentação Jurídica.

Oficie-se ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo e ao representado, com cópia desta decisão.

Publique-se.

Brasília-DF, 31 de maio de 2011.
CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ
Procuradora-Geral de Justiça Militar

PROTOCOLO N. 1341/10/DDJ/PGJM
EXPEDIENTE N. 24-25.2010.1201
PJM SÃO PAULO/SP - 1º OFÍCIO

Trata-se de expediente instaurado com vistas a apurar possível abuso de autoridade praticado contra o Soldado do Exército DANIEL DONATO DOS SANTOS, no âmbito da Base de Administração e Apoio do Ibirapuera/SP, concernente à irregularidade em seu termo de deserção.

A investigação revelou que o citado Soldado foi licenciado ex officio e desligado da OM em setembro de 2007, tendo sido considerado apto em inspeção de saúde (fls. 57/58).

Depois de sua reinclusão às fileiras da Força, lavrou-se um conturbado Termo de Deserção que resultou na IPD n. 42-41.2010.7.02.0102, a qual tramitou perante a 1ª Auditoria da 2ª CJM e foi arquivada a pedido do membro oficiante, em face de irregularidades em seu processamento (fls. 543/545).

Ocorre que, após meticulosa atuação do Promotor de Justiça Militar, foram desvendadas as irregularidades no mencionado processo de deserção. Assim, o diligente representante do Parquet determinou o arquivamento do feito, bem como a adoção de outras providências, verbis:

Cabe esclarecer que a deserção insere-se no rol dos crime propriamente militares e, como tal, nos termos do artigo 5º, inciso LXI, da Constituição Federal, autoriza a prisão mesmo que não se encontre o agende em flagrante delito e sem ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, bastando, nos termos da lei, a lavratura do termo de deserção (art. 452 CPPM).

Quem lavra o termo de deserção é a autoridade de polícia judiciária que, nos termos do artigo 7º, alínea "h", do Código de Processo Penal Militar, é exercida pelos comandantes de forças, unidades ou navios, no caso o Comandante da Base de Administração e Apoio do Ibirapuera.

É contra ele que se dirigem os indícios de prática de abuso de autoridade, pela ordem de execução ilegal do Sr. DONATO, mediante lavratura de termo de deserção nulo.

Da mesma forma, vislumbro indício de prática de crime de desobediência, previsto no artigo 330 do Código Penal, porque vejo que a instauração da instrução provisória de deserção nula, nos termos da decisão judicial, prestou-se a descumprir, ainda que de forma transversa, a liminar judicial de reintegração do Sd. DONATO. De fato, num primeiro momento a ordem judicial foi cumprida com a publicação no Boletim Interno Nº 55, registrado nas folhas de alterações do militar (fl. 62). Posteriormente, em decorrência da lavratura do termo de deserção, o Comandante da Base de Administração e Apoio ordenou a exclusão do militar (BI Nº 61, fls. 63).

Como a ordem judicial desobedecida partiu do Tribunal Regional Federal, compete ao Ministério Público Federal a apuração do fato, bem como do ato de abuso de autoridade, por não se tratar de crime militar. Determino, assim, a extração de cópia integral do procedimento e remessa à Procuradoria da República em São Paulo para a adoção das medidas que entender cabíveis.

Deverá também ser instaurado inquérito policial militar para apuração das razões do Comandante da Base de Administração e Apoio do Ibirapuera, Ten Cel JULIO TEODORICO NASCIMENTO NETTO ter prestado informação falsa ao juízo da 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, em 19/05/2010 ao encaminhar o Ofício Nº 296-DP6 (fls. 584/585).

A CCR/MPM, por unanimidade, ratificou tal decisão de arquivamento (fls. 596/598).

É o relatório. Decido.

Concordo com o arquivamento promovido em primeiro grau e corroborado pelo Eg. Órgão Revisor.

Devidamente instruído o caso submetido à apreciação deste Ministério Público Militar, não há qualquer reparo a ser feito na decisão de primeira instância.

Foram adotadas todas as medidas necessárias ao deslinde do quadro fático trazido ao conhecimento do Parquet Castrense. Com efeito, cópia deste procedimento foi enviada ao MPF para análise de possível prática de crime de sua esfera de atribuição (fl. 587), bem como foi requisitada a instauração de IPM para apurar o suposto crime militar (fl. 588). Não há, portanto, outros elementos que justifiquem o prosseguimento deste feito nesta seara especializada.

Pelo exposto, determino o arquivamento destes autos.

Providências pelo Departamento de Documentação Jurídica.

Oficie-se à Base de Administração e Apoio do Ibirapuera/SP e ao Soldado do Exército DANIEL DONATO DOS SANTOS, com cópia desta decisão.

Publique-se.

Brasília - DF, 31 de maio de 2011.
CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ
Procuradora-Geral de Justiça Militar

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

EXTRATO DA PAUTA Nº 20 (EXTRAORDINÁRIA RESERVADA)
Sessão em 8 de junho de 2011, às 14h30min

Resumo dos processos incluídos em Pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Extraordinária Reservada, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

TC-028.287/2010-0
Natureza: Denúncia.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-011.534/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.598/2010-3
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-012.789/2011-9
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.770/2011-0
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-003.124/2011-8
Natureza: Denúncia Denunciante: Identidade preservada (art. 55 da
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.898/2011-2
Natureza: Denúncia Denunciante: Identidade preservada (art. 127 da
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.557/2010-7
Natureza: Denúncia Denunciante: Identidade preservada (art.55, §1º, da Lei n.º 8.443/1992)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-005.596/2011-4
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.698/2006-3
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-020.609/2004-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Advogados constituídos nos autos: Emmanuel Almeida Cruz (OAB/MA 3.806), Eriko José Domingues da Silva Ribeiro (OAB/MA 4.835), José de Ribamar Cardoso Filho (OAB/MA 2.666) e Luiz Jorge Matos (OAB/MA 5.962).

TC-020.626/2004-0
Advogados constituídos nos autos: Emmanuel Almeida Cruz (OAB/MA 3.806), Eriko José Domingues da Silva Ribeiro (OAB/MA 4.835), José de Ribamar Cardoso Filho (OAB/MA 2.666), Luiz Jorge Matos (OAB/MA 5.962) e Tadeu de Jesus e Silva Carvalho (OAB/MA 2.905).

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-027.905/2010-1
Natureza: Relatório de acompanhamento.
Advogados constituídos nos autos: Antonio Pedro da Silva Machado (OAB/DF 1.739-A), Érika Cristina Frageti Santoro (OAB/SP 128.776), Nivaldo Pellizzer Júnior (OAB/RS 17.904) e Vilmon Malcorra Villagran (OAB/PE 860-B).

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-004.869/2011-7
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-013.263/2011-0
Natureza: Administrativo (Proposta de Fiscalização)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-003.329/2010-0
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.749/2011-7
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-014.438/2011-9
Natureza: Administrativo
Advogados constituídos nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-005.870/2011-9
Natureza: Monitoramento (Acórdão 1.041/2009 - Plenário)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-025.423/2008-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Advogados constituídos nos autos: Fernando Antonio Freire de Andrade, OAB/DF n. 748-A e OAB/RJ n. 13881, Irlanda de Jesus Campelo Costa Turra, OAB/DF n. 6.484, Sérgio Ribeiro Muylaert, OAB/DF n.1292, Alessandro Luiz dos Reis, OAB/DF n.11.588, Edval Freire Júnior, OAB/BA n.14.405, Aunize Matias Barbosa, OAB/PE n.15.173, Vanessa Costa Tolentino, OAB/DF n.20.231, Letícia Mafra Fernades, OAB/DF n. 29.216, Livia de Oliveira Vítola, OAB/RJ n. 151.220, Saulo Sérvio Barbosa, OAB/DF n. 29.744, Renila Lacerda Bragagnoli, OAB/PB n. 13419, Túlio Ferreira Pinheiro, OAB/MS n. 11.159, Tatiane Aparecida de Almeida Carvalho, OAB/MG n. 96.108, Ajax Jorge Domiciano Batista, OAB/MG n.50.401, Ronaldo Rodrigues de Souza, OAB/MG n. 71.281, John Weber Rocha, OAB/MG n. 90.695 e OAB/BA n. 25679, Daniel Simões Barbosa Neves de Oliveira, OAB/BA n.20.395, Marcelle Pinto Aragão, OAB/BA n. 20.458, Luzia Maria Martins Araújo, OAB/BA n. 8.214, Willame Monteiro Machado de Lobão Arújo, OAB/PI n. 3762/03, Paulo José Paes Vasconcelos Filho, OAB/PE n. 24.115, Maria da Salete Freire, OAB/SE n. 043-B, Cintia Pereira Ribeiro, OAB/BA n. 14.878, Alcides Lins de Faria, OAB/BA n. 3.739, Renato Correia Albuquerque, OAB/AL n. 4.082, Aparecida Ceila Teixeira Batista, OAB/CE n. 17.231, Dilmam Ribeiro Da Silva, OAB/BA n. 14.481 e OAB/PE n. 0513-A, Maria Terezinha Rosário Ribeiro, OAB/BA n. 6.146, Vanessa Vieira Castro, OAB/BA n. 25.470, José Cleto de Souza Coelho, OAB/PI n. 3514, Ivanize Freitas De Oliveira, OAB/PI n. 3.717, Paula Paloma Soares de Araújo, OAB/PI n. 3.731, Néfiton Viana Filho, OAB/BA n. 7.605, Eurípedes Paus de Souza, OAB/DF n. 5.167 e OAB/AL n. 3.932.

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-013.379/2010-0
Natureza: Representação.
Advogado constituído nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 6 de junho de 2011.
LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA
Secretário das Sessões

EXTRATO DA PAUTA Nº 21 (SESSÃO ORDINÁRIA)
Em 8 de junho de 2011, às 14h30min

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Ordinária, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-003.921/2008-9
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrente: Ary Soares dos Santos (147.525.141-68)
Órgão/Entidade: IBAMA - Superintendência Estadual em Goiás/GO - MMA
Advogados constituídos nos autos: Juscimar Pinto Ribeiro, OAB/GO 14.232, Rayssa Reis de Castro, OAB/GO 29.374.

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

TC-002.395/2011-8
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidade: Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado do Paraná - DNIT/MT
Responsável: José da Silva Tiago (CPF 089.172.641-15)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-004.034/2011-2
Natureza: Monitoramento
Interessada: Secretaria de Controle Externo - Alagoas (CNPJ 00.414.607/0002-07)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.923/2010-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsável: Eduardo Nunes Vieira (CPF 255.820.030-53
Interessado: Congresso Nacional
Órgãos/Entidades: Caixa Econômica Federal; Ministério das Cidades e Entidades/Órgãos do Governo do Estado do Acre
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.169/2010-7
Natureza: Tomada de Contas
Responsáveis: Jorge Armando Felix; João Roberto de Oliveira; Antônio Sérgio Geromel; Paulo Roberto Yog de Miranda Uchoa; Ramon Fernando Silva e Carla Dalbosco
Unidade: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.076/2010-0
Natureza: Prestação de Contas
Responsáveis: Almir Antonio Valenti (CPF 239.515.160-20); Amilton de Moura Figueiredo (CPF 976.692.700-63); Andrea Marta Bergonci Camargo (CPF 746.540.630-72); Celso Antonio Frobose (CPF 240.313.130-04); Claudia Schiedeck Soares de Souza (CPF 435.644.700-00); Cristiano Lanza Savegnago (CPF 969.051.660-49); Daniel Antonio Ratajenski (CPF 899.952.360-87); Deiva Claudia Rodiguero Bolzani (CPF 650.304.780-00); Denise de Oliveira (CPF 613.589.750-00); Eduardo Giovanini (CPF 384.721.550-72); Fabio Franzon (CPF 591.837.640-20); Fernando Cavalheiro da Silva (CPF 620.791.660-34); Giovani Silveira Petiz (CPF 288.878.160-34); Jacson Marcos Marchioretto (CPF 958.539.790-00); Lauro Fernando Colombo (CPF 876.214.109-06); Lia Mar Vargas Tamanho (CPF 393.153.550-91); Liliane Gonçalves Borges (CPF 652.347.150-00); Marcelo Coelho Garcia (CPF 691.349.520-04); Márcio Cristiano dos Santos (CPF 716.841.400-30); Márcia Gallina (CPF 530.533.700-34); Marinês Teresinha Milgliorança (CPF 273.679.160-68); Marizete Teresinha Fabris (CPF 391.489.630-20); Migacir Trindade Duarte Flores (CPF 636.854.850-91); Odirce Teixeira Antunes (CPF 162.341.700-72); Paulo Jonas Vieira (CPF 599.176.870-68); Pedro Aroldo Flores (CPF 219.318.280-91); Roberto Russel Fossati (CPF 497.201.980-87); Sergio de Moraes Trindade (CPF 801.058.660-91); Silvania Segati (CPF 748.518.700-78); Tania Salete Bianchi (CPF 389.077.200-53); Veronica Carvalho (CPF 475.055.910-53); Viviane Silva Ramos (CPF 650.025.710-34)
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.492/2007-5
Apenso: TC 017.075/2007-4 (Denúncia)
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Interessado: Câmara dos Deputados
Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.868/2010-2
Natureza: Relatório de Levantamento
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-032.882/2010-6
Natureza: Representação
Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-013.299/2006-0
Apensos: TC-013.375/2006-4 (SOLICITAÇÃO); TC-024.364/2007-7 (SOLICITAÇÃO); TC-016.587/2006-0 (REPRESENTAÇÃO); TC-012.275/2009-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
Natureza: Tomada de contas especial
Responsáveis: Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária - Anara (CNPJ 02.931.961/0001-45); Bruno Costa de Albuquerque Maranhão (CPF 253.722.034-04), Coordenador-Presidente da Anara; Roberto Kiel (CPF 424.832.390-72), Diretor de Programa do Incra; Carlos Mario Guedes de Guedes (CPF 606.955.950-91), Superintendente Nacional de Desenvolvimento Agrário; Maria Mota Pires (CPF 149.547.371-68), Gerente de convênio; Edinar Ferreira Araújo (CPF 093.880.013-20), Coordenador Geral de Contabilidade; Odimilson Soares Queiroz (CPF 067.777.911-91), Ordenador de Despesas; e Rolf Hackbart (CPF 266.471.760-04), Presidente do Incra
Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
Advogado constituído nos autos: Elmano de Freitas da Costa (OAB-CE 11.098) e Patrick Mariano Gomes (OAB-SP 195.844)

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-004.602/2004-9
Apenso: TC 001.828/2004-2 (Representação)
Natureza: Representação
Responsáveis: Maria Lucia dos Santos Amancio (CPF 124.050.193-53); e outros
Unidade: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda - SPOA/MF.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.858/2006-3
Natureza: Representação
Interessado: Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Amapá
Unidades: Companhia de Eletricidade do Amapá-CEA, Agencia Nacional de Energia Elétrica - Aneel, Ministério e Estado do Amapá
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-011.412/1999-2
Natureza: Representação
Interessados: Alessandra Troccoli Carvalho de Negreiros (768.987.924-15); Alexandre Magno Franco de Aguiar (518.753.224-34); Ana Tereza de Araújo Baracuhy (602.009.284-49); Anadir Chianca Fernandes de Carvalho (219.060.334-04); Aryoswaldo José Brito Espínola (436.918.034-15); Aurora Maia Dantas (206.935.914-04); Baltazar Pequeno (025.279.954-20); Caio Júlio César da Silva Mendonça (840.493.674-91); Catarina Vilar Viana (824.141.817-53); Danielle Cavalcanti Sarmento Batista (569.153.654-00); Diógenes Luna Chaves (610.017.914-87); Dulcinéia Rodrigues Borges (040.584.231-70); Eliane Lira Barros Almeida de Sousa (141.952.674-04); Francisco Antônio de Moura (005.678.504-63); Francisco Arnaud Diniz (008.290.804-49); Gerlândia Queiroga Estrela Maia Paiva (569.915.504-00); Germano Guedes Pereira (160.565.904-53); Giovanna Teixeira de Carvalho (738.439.624-72); Isabelle Costa Cavalcanti Pedroza (468.413.774-00); Ivan Y Plá Trevas (059.768.044-20); Ivanildo Quirino dos Santos (147.896.714-53); Ivo Sérgio Correia Borges da Fonsêca (018.180.234-15); Ivone Nóbrega Vilar (884.744.704-63); Josalbo Licarião Romão (151.287.174-53); José Antônio Severino (486.180.394-20); Luciana Guedes Pereira Arnaud (584.053.054-91); Luiza Lúcia de Farias (112.252.464-15); Maria Elizabete Oliveira da Silva (139.414.534-91); Maria de Lourdes Oliveira de Figueiredo (131.826.174-00); Max Frederico Feitosa Guedes Pereira (425.022.764-20); Nara Lúcia Ellen Pedrosa de Mendonça (219.872.544-49); Nilsanete Feitosa Meira (839.939.404-15); Raquel Montenegro de Oliveira Lara Rocha (854.764.984-00); Ricardo Sérgio Coutinho Nóbrega (203.610.334-00); Roberto Durand Ramalho (675.101.674-34); Rosalia Navarro de Almeida Ferreira (236.751.794-00); Suzana Olímpia Souto de Amorim (206.090.514-15); Sônia Maria de Araújo Gomes (160.601.724-15); Vera Maria Brito Silva Cal Muinhos (436.565.874-34); Vânia Maria Jurema Coutinho (086.337.384-49)
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 13ª Região/ - TRT/PB
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (Secex/PB)
Advogados constituídos nos autos: José Dionízio de Oliveira (OAB/PB 1.521), Roberta Montenegro de Oliveira (OAB/PB 11.028), Aluisio da Silva (OAB/PB 2468), Luiz Bezerra Cavalcanti (OAB/PB 1376), Isabelle Costa Cavalcanti Pedroza (OAB/PB 6.684), Antônio Alves de Sousa (OAB/PB 7479), Rogério Magnus Varela Gonçalves (OAB/PB 9359), Felipe Augusto Forte de Negreiros Deodato (OAB/PB 8596), Marcelo Weick Pogliese (OAB/PB 11.158) e Gustavo Gadelha (OAB/PB 12.312).

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-009.435/2006-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Cj Construções Ltda. (04.445.928/0001-30); e outros
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Palmeirândia - MA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.312/2010-9
Natureza: Monitoramento
Responsáveis: George Morais Ferreira (254.215.731-68); Nicomedes Domingos Borges (060.510.141-87)
Interessado: Saneamento de Goiás S/A (01.616.929/0001-02)
Unidade: Prefeitura Municipal de Trindade/GO
Advogados constituídos nos autos: José Fernandes Peixoto Júnior (OAB/GO 3.370) e Márcio Pacheco Magalhães (OAB/GO 5.795)

TC-024.999/2010-5
Natureza: Representação
Responsável: Prefeitura Municipal de Gravatal/SC
Interessado: Edgard Butze Grütner - Delegado de Polícia Federal em Criciúma/SC
Unidade: Prefeitura Municipal de Gravatal/SC
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-009.603/2011-5
Natureza: Solicitação.
Entidade: Governo do Estado de Tocantins - MP/TO.
Interessado: Ministério Público do Estado de Tocantins - MP/TO.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.424/2011-3
Natureza: Solicitação.
Entidade: Governo do Estado de Tocantins - MP/TO.
Interessado: Procuradoria da República no Estado de Tocantins - PR/TO.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.536/2009-4
Natureza: Relatório de Levantamentos.
Entidade/Órgão: Caixa Econômica Federal - CAIXA; Ministério das Cidades - MiCi.
Interessado: Congresso Nacional.
Advogados constituídos nos autos: Jailton Zanon da Silveira, OAB/RJ n. 77.366; Eduardo Pereira Bromonschenkel, OAB/DF n. 28.207; Girlana Granja Peixoto, OAB/DF n. 18405; Leonardo da Silva Patzlaff, OAB/DF n. 16.577; Guilherme Lopes Mair, OAB/SP n. 241.701; Aline Lisboa Naves Guimarães, OAB/DF n. 22.400; Cíntia Tashiro, OAB/DF n. 18.050.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-013.383/2011-6
Natureza: Consulta
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região - TRT/PA
Interessado: José de Alencar, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região - TRT/PA
Advogado constituído nos autos: não há

TC-025.421/2010-7
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa/MCT
Interessada: Geração Serviços e Comércio Ltda. (CNPJ 05.417.288/0001-18)
Advogado constituído nos autos: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

Classe I - Recursos

TC-004.999/2005-1
REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - art. 112 do R.I.)
Natureza: Pedido de Reexame
(HAVERÁ SUSTENTAÇÃO ORAL)
1º REVISOR: Ministro AUGUSTO NARDES (ATA 32/2008)
2º REVISOR: Ministro AROLDO CEDRAZ (ATA 35/2008)
Entidade: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI/MDIC)
Interessado: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União
Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098), Antônio Perilo Teixeira Netto (OAB/DF 21.359), Ana Paula Rodrigues Guimarães (OAB/DF 11.985), Cecília Vergara (OAB/DF 18.581), Sandra Cilce de Aquino (OAB/SP 132.212) e Paula Cardoso Pires (OAB/DF 23.668)
Interessado(s) na Sustentação Oral
Walter Costa Porto - OAB/DF 6098
Ana Paula Rodrigues Guimarães

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-002.481/2011-1
Natureza: Representação
(HAVERÁ SUSTENTAÇÃO ORAL) (VISTA ao Procurador-Geral LUCAS ROCHA FURTADO em 20/04/2011 - ATA 13/2011)
Órgão: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
Interessado: Êxito Importadora e Exportadora Ltda. (CNPJ 07.391.673/0001-69)
Advogado constituído nos autos: Pedro Ivo Biancardi Barboza OAB/SP 161.621
Interessado(s) na Sustentação Oral
Rafaelo Abritta

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

Classe I - Recursos

TC-005.171/2001-9
Natureza: Recurso de Reconsideração (TCE)
Órgãos: Secretaria de Infra - Estrutura do Estado do Tocantins- Seinf/TO e Departamento Nacional de Infra - Estrutura de Transportes / Dnit
Recorrentes: José Edmar Brito Miranda (ex - Secretário de Infra - Estrutura de Tocantins) , CPF: 011.030.161-72; Egesa Engenharia S/A, CNPJ nº 17.186.461/0001-01
Advogados constituídos nos autos: Regis Antônio Caetano, OAB/TO nº 1.863; Mário Augusto Giannerini, OAB/MG nº 46.381; Paula Pires Parente, OAB/DF nº 23.668; Walter Costa Porto, OAB/DF nº 6.098; Antônio Perilo Teixeira Netto, OAB/DF nº 21.359; Paula Cardoso Pires, OAB/DF nº 23.668; Carlos Pinto Coelho Motta, OAB/MG nº 12.228; Luiz Carlos Nogueira Bicalho, OAB/MG nº10.731; Alécia Paolucci Nogueira Bicalho Tostes, OAB/MG nº 60.929; Leonardo Motta Espírito Santo, OAB/MG nº 81.884; Maria de Lourdes Flecha de Lima Xavier Cançado, OAB/MG nº 80.050; Bellini Balduino Fonseca, OAB/DF nº 17.183; Alexandre Aroeira Salles, OAB/MG nº 71.947; Fernanda Mendonça dos Santos Figueiredo, OAB/DF nº 84.375; José Carlos Fonseca, OAB/DF nº 1.495; Henrique Araújo Costa, OAB/DF nº 21.989.

TC-008.309/2005-0
Natureza: Recurso de Revisão.
Órgão: Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores.
Recorrente: Ministério Público junto ao TCU, por sua Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
Advogados constituídos nos autos: Andressa Neves Vieira (OAB/DF 26.994) e André Cavalcante Barbosa (OAB/DF 30.405)

TC-011.757/2006-9
Natureza: Recurso de Revisão.
Órgão: Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores.
Recorrente: Ministério Público junto ao TCU, por sua Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
Advogados constituídos nos autos: Andressa Neves Vieira (OAB/DF 26.994) e André Cavalcante Barbosa (OAB/DF 30.405)

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-006.662/2011-0
Natureza: Relatório de Acompanhamento
Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.648/2011-2
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria (Fiscobras 2011)
Entidade: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - MD.
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-004.534/2011-5
Natureza: Representação Entidade/Orgão:Governo do Estado do Ceará
Interessado: Procuradoria da República no Estado do Ceará
Advogados constituídos nos autos: não há

TC-032.314/2010-8
Natureza: Denúncia
Entidade: Caixa Econômica Federal, Ministério do Esporte e Ministério das Cidades.
Interessados: SAVIAH - Associação Sociedade dos Amigos da Vila Inah (CNPJ 03.067.955/0001-54) e Sílvio Teixeira Júnior.
Advogados constituídos nos autos: Priscila Roberta de Lima Tempesta, OAB/DF 25.563; Pedro Estevam Alves Pinto Serrano, OAB/SP 90.846; Luiz Tarcisio Teixeira Ferreira, OAB/SP 67.999;

PROIBIDA A IMPRESSÃO NACIONAL DA IMPRENSA

Juliana Wernek de Camargo, OAB/SP 128.234; Fernanda Barretto Miranda Daólio, OAB/SP 198.176; Jang Hi Son, OAB/SP 129.674; Maximilian Mendonça Haas, OAB/SP 256.663; Leonardo Carvalho Rangel, OAB/SP 285.350, Marcelo Augusto Puzone Gonçalves, OAB/SP 272.153, Fernanda Neves Vieira Machado, OAB/SP 261.233; Ricardo Carlos Koch Filho, OAB/SP 187.159; Ricardo Moreira Tavares Leite, OAB/SP 280.623; Christian Fernandes Gomes da Rosa, OAB/SP 244.504; Humberto Polcaro Negrão, OAB/SP 248.502; Reiji Miura, OAB/SP 281.909; Eduardo Rodrigues Evangelista, OAB/PI 4.773; João Paulo de Lima Rolim, OAB/SP 298.331; Leonardo Bissoli, OAB/SP 296.824; Mariana Vitório Tiezzi, OAB/SP 298.158; Felipe Del Moro, OAB/SP 301.985; Luiz Alexandre Teixeira Ferreira, OAB/SP 153.200-E;; Marcos Vinicius Ferreira, OAB/SP 176.965-E, Marília Sodré Siviero, OAB/SP 180.665-E; Tales Paes Leme Junior, OAB/SP 176.806-E, Gabriel Friederg, OAB/SP 183.822-E; Sebastião Botto de Barros Tojal, OAB/SP 66.905; Sérgio Rabello Tamm Renault, OAB/SP 66.823; Jorge Henrique de Oliveira Souza, OAB/SP 185.779; Luis Eduardo Patrone Regules, OAB/SP 137.416; Aline Carvalho Rêgo, OAB/SP 256.798; Eliene Marcelina de Oliveira, OAB/SP 243.207; Lúcio Peres da Silva Telles, OAB/SP 252.921; Luiz Octávio Villela de Viana Bandeira, OAB/SP 299.937; Marcela Caldas Arroyo, OAB/SP 200.674, Marina Costa Pimentel, OAB/DF 28.628, Thiago da Silva Lima, OAB/SP 176.195

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Classe I - Recursos

TC-011.420/2003-8
Natureza: Recurso de Reconsideração (em TCE)
Entidade: Banco do Estado do Ceará S.A. (BEC)
Responsáveis: Carlos Alberto Ribeiro da Silva (ex-presidente do BEC) - CPF; 044.218.177-91; Fernando Ribeiro Hermida (ex-diretor de finanças e controle do BEC) - CPF: 036.559.035-53; Luciano Medeiros Bertini (ex-chefe do Departamento de Administração Financeira, em substituição) - CPF: 614.621.013-72; Ana Carolina Barbosa Paz (ex-chefe da divisão de análises e negócios financeiros) - CPF: 616.793.993-49; Dionísio Nunes Neto (ex-chefe do departamento de administração financeira) - CPF: 203.002.043-53; Alvarino Erven de Abreu (ex-diretor de gestão de recursos de terceiros/diretor de finanças e controle interino) - CPF: 100.088.967-04; Lucivando Ferreira de Souza (ex-chefe do departamento de administração financeira) - CPF: 222.141.783-68; e Francisco Aristides Câmara Ferreira de Medeiros (ex-chefe do Departamento de Auditoria e Inspeções do BEC) - CPF: 117.165.683-15
Advogado constituído nos autos: não há

TC-012.304/2005-0
Natureza: Embargos de Declaração.
Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Interessado: João Carlos Monteiro (184.000.190-91)
Advogados constituídos nos autos: Juliana Tavares Almeida, OAB/DF 12794; Mauro Porto, OAB/DF 12878; Emanuelle Dias Weiler, OAB/DF 26208; Guilherme Lopes Mair, OAB/SP 241701; Aline Lisboa Naves Guimarães, OAB/DF 22400; Cristiana Meira Monteiro, OAB/DF 20249; Fernando de Assis Gomes, OAB/DF 20896; Túlio Fretas do Egito Coelho, OAB/DF 4111; Flávia Pereira Viana, OAB/DF 22320; Luís Carlos Alcoforado, OAB/DF 7202; Lívia Rodrigues da Fonseca, OAB/DF 27824.

TC-023.107/2009-1
Natureza: Recurso Administrativo
Órgão: Tribunal de Contas da União
Interessada: Hermina Rosa Figueiredo
Advogado constituído nos autos: Afonso Carlos Muniz Moraes (OAB/DF 10.557)

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-022.605/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Responsável: Gilberto Michaelsen (150.870.000-10)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

Classe I - Recursos

TC-006.220/1999-1
Apenso: TC 001.971/2001-4
Natureza: Recurso de Revisão
Unidade: Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - CINDACTA II
Recorrente: Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Lucas Rocha Furtado.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-007.099/2011-8
Natureza: Denúncia
Entidade: Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRH/MP)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.477/2008-0
Apensos: TC 008.870/2009-9, TC 008.030/2009-0
Natureza: Pedido de Reexame
Unidade: Secretaria Especial de Portos
Responsáveis: Ecoplan Engenharia Ltda. (CNPJ 92.930.643/0001-52); José Evanio de Figueiredo (CPF 057.282.820-91)
Recorrente: Ecoplan Engenharia Ltda. (CNPJ 92.930.643/0001-52)
Advogado constituído nos autos: Mauro Porto (OAB/DF 12.878)

TC-012.188/2009-1
Apenso: TC 033.793/2010-7
Natureza: Embargos de Declaração.
Entidade: Companhia Pernambucana de Saneamento.
Embargante: Consórcio Concremat-Engeconsult (CNPJ 33.146.648/0001-20).
Advogados constituídos nos autos: Emmanuel Maurício T. de Queiroz (OAB/DF 15.762) e Tiago Camargo Thomé Maya Monteiro (OAB/DF 20.660).

TC-013.629/2005-0
Natureza: Pedido de Reexame
Entidade: Prefeitura Municipal de Barbacena/MG
Recorrentes: Lênio de Castro Lara, Orlando Antônio de Freitas e Célio Copati Mazoni
Interessados: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG e Procuradoria da República/MG
Advogado constituído nos autos: Davi Leonard Barbieri (OAB/MG 85.384)

TC-016.691/2008-4
Natureza: Pedido de Reexame
Entidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)
Recorrentes: Plínio Ivan Pessoa da Silva (CPF 145.889.862-87) e Flávia Skrobot Barbosa Grosso (CPF 026.631.392-20).
Advogados constituídos nos autos: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546), Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885), Cyntia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298).

TC-021.497/2007-0
Apenso: TC 010.571/2009-7
Natureza: Pedido de Reexame
Entidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial no Rio Grande do Sul - Inmetro/RS
Recorrente: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial no Rio Grande do Sul - Inmetro/RS
Advogado constituído nos autos: não há

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-016.385/2009-9
Apenso: TC 020.268/2004-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Gurjão/PB
Responsáveis: José Carlos Vidal (CPF 048.454.634-15) e Hidrobrasil - Construção e Perfuração de Poços Ltda. (CNPJ 03.464.768/0001-04)
Advogados constituídos nos autos: Bruno Lopes de Araújo (OAB/RN 7.588), Edward Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 10.827), Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 1.663), Newton Nobel Sobreira Vita (OAB/PB 10.204) e Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (OAB/PB 14.233)

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-031.444/2007-0
Apenso: TC 004.550/2008-3
Natureza: Representação
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero)
Responsáveis: Adenauher Figueira Nunes (CPF 031.193.352-15), Claudia Pita Mercuri (CPF 767.839.105-63), Edilene Maria Galvão de Andrade (CPF 663.436.744-20), Elvino Ney Taques (CPF 109.505.831-20), Fernando Brendaglia de Almeida (CPF 051.558.488-65), Helio Actis da Silva (CPF 550.364.147-72), Iraildes Tavares dos Santos (CPF 065.873.215-34), José da Paixão Ramos (CPF 486.979.907-34), Luzyara de Karla Felix da Silva (CPF 327.261.634-91), Márcia Gonçalves Chaves (CPF 599.728.827-72), Mônica Barros (CPF 316.262.701-04) e Rute de Cássia Santos de Jesus (CPF 786.973.105-63)
Advogados constituídos nos autos: Fabiana Mendonça Mota (OAB/DF nº 15.384), Luzyara de Karla Félix da Silva (OAB/BA 19.978), Rômulo Fontenelle Morbach (OAB/PA 1.963), Héracles Marconi Góes Silva (OAB/PE 19.482), Raymundo Nonato Botelho de Noronha (OAB/DF 1.667/A) e Guilherme Filipe Leite Ghetti (OAB/DF 26.033)

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe I - Recursos

TC-019.249/2009-0
Natureza: Recurso em Processo Administrativo.
Órgão: Tribunal de Contas da União.
Interessados: Associação dos Técnicos da Área de Auditoria e Fiscalização do Tribunal de Contas da União - Auditec (CNPJ 10.709.296/0001-46).
Advogados constituídos nos autos: não há.

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-005.568/2009-0
(com 4 volumes e 13 anexos em 20 volumes)
Apensos: TC 015.005/2008-9 e TC 028.866/2009-3
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria - Fiscobras 2009.
Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região/DF.
Interessada: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.
Responsáveis: Antonio Roberto de Sousa (CPF 055.067.781-04), Carolina Saraiva de Figueiredo Cardoso (CPF 084.405.437-27), Denise Mindello de Andrade (CPF 448.419.906-82), Felipe dos Santos Jacinto (CPF 003.116.773-04), Gilson Martins de Melo (CPF 877.453.306-10), José Hermínio B. Neto e Azevedo (CPF 192.748.583-53), José Murilo Cruz Brito (CPF 184.901.071-49), Luiz Otávio Campello Montezuma (CPF 034.589.058-20), Marco Antonio Franca (CPF 195.524.166-04), Paulo Cézar de Almeida Toledo (CPF 890.956.267-68), Silvio Ferreira (CPF 884.071.528-20) e Consórcio Nova Sede TRF.
Advogados constituídos nos autos: Djenane Lima Coutinho (OAB/DF 12.053), João Geraldo Piquet Carneiro (OAB/DF 800-A), Arthur Lima Guedes (OAB/DF 18.073), Antonio Newton Soares de Matos (OAB/DF 22.998).

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-004.751/2011-6
Natureza: Representação.
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo - Secex/ES.
Unidade: Prefeitura Municipal de Serra/ES.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.763/2011-1
TC-006.759/2011-4
Natureza: Representação.
Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.
Interessadas: Célia Benevenuto (CPF: 538.781.591-53) e empresa PSG empreendimentos Ltda. (CNPJ: 03.342.984/0001-87).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.148/2010-8
Natureza: Representação.
Unidade: Funai - Coordenação Regional de Dourados/MS.
Responsável: Margarida de Fátima Nicoletti (404.548.781-68).
Interessado: Secretaria de Controle Externo do TCU/MS (00.414.607/0022-42).
Advogado constituído nos autos: Jordachy Massayuky Alencar Ohira (OAB/MS 11.176).

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe I - Recursos

TC-006.300/1999-5
Apensos: TC 014.044/1999-4 e TC 002.626/1999-3
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas de 1998)
Órgão: Coordenação-Geral de Serviços Gerais do Ministério da Saúde (CGSG/MS)
Interessado: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.
Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-008.827/2011-7
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidades: Departamento Penitenciário Nacional - SNJ/MJ, Órgãos do Governo do Estado de Sergipe e Caixa Econômica Federal - MF
Responsáveis: Augusto Eduardo de Souza Rossini, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional; Valmor Barbosa Bezerra, Secretário de Infraestrutura do Estado de Sergipe; Benedito de Figueiredo - Secretário da Justiça e da Defesa do Consumidor do Estado de Sergipe; Jorge Fontes Hereda, Presidente da Caixa Econômica Federal
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.845/2011-5
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidades: Caixa Econômica Federal - MF; Departamento Penitenciário Nacional - SNJ/MJ; orgãos do Governo do Estado de Sergipe.
Interessado: Congresso Nacional.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.513/2010-6
Natureza: Relatório de Auditoria - Fiscobras 2010
Responsáveis: Luiz Antonio Pagot (CPF 435.102.567-00),

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Cid Ney Santos Martins (CPF 384.115.987-72), José Henrique Coelho Sadok de Sá (CPF 160.199.387-00) e Nilton de Brito (CPF 140.470.121-49)

Entidade: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - MT

Interessada: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional

Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.907/2009-0

Natureza: Relatório de Acompanhamento.

Órgãos/Entidades: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - MF; Comando do Comando Militar da Amazônia; Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - ELETROBRAS - MME; Companhia Docas do Estado da Bahia S.A. - MT; Companhia Docas do Rio de Janeiro S.A. - MT; Companhia Energética do Piauí S.A. - ELETROBRAS - MME; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - MCT; Empresa de Pesquisa Energética - MME; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais; Justiça Federal - Seção Judiciária/ES - TRF-2; Ministério da Pesca e Aquicultura; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Procuradoria Regional do Trabalho - 12ª REGIÃO/SC - MPT/MPU; Superior Tribunal de Justiça - STJ; Tribunal Regional Eleitoral - TRE/PR - JE.

Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-005.415/2011-0

Natureza: Representação (com requerimento de medida cautelar)

Entidade: Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras- MME

Interessado: Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS

Advogados constituídos nos autos: Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ 37.506), Guilherme Rodrigues Dias (OAB/RJ 58.476), Ésio Costa Júnior (OAB/RJ 59.121), Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929), Eduardo Jorge Leal de Carvalho e Albuquerque (OAB/RJ 57.404), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.960), Claudismar Zupirolli (OAB/DF12.250), Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (OAB/DF 814), Roberto Cruz Couto (OAB/RJ 19.329), Ricardo Penteado de Freitas Borges (OAB/SP 92.770), Marcelo Certain Toledo (OAB/SP 158.313), Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882), Rodrigo Muguet da Costa (OAB/RJ 124.666), Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195), Juliana de Souza Reis Vieira (OAB/RJ 121.235), Daniela Farias Dantas de Andrade (OAB/RJ 117.360), Ingrid Andrade Sarmento (OAB/109.690), Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114), André Uryn (OAB/RJ 110.580), Paula Novaes Ferreira Mota Guedes (OAB/RJ 114.649), Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685), Maria Cristina Bonelli Wetzel (OAB/RJ 124.668), Rafaella Farias Tuffani de Carvalho (OAB/RJ 139.758), Thiago de Oliveira (OAB/RJ 122.683) e Marcos Pinto Correa Gomes (OAB/RJ 81.078)

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-018.428/2010-0

Natureza: Relatório de Auditoria

Entidade: Prefeitura Municipal de Natal - RN

Responsáveis: Alexandre Magno Alves de Souza (790.799.464-00); Ana Tânia Lopes Sampaio (295.059.254-68); Edmilson de Albuquerque Júnior (406.531.964-15); Lecy de Maria Araújo Gadelha Fernandes (096.346.574-00); Levi Higino Jales Júnior (106.561.544-20); Marcus Antonio Guedes Vasconcelos Fonseca (061.817.674-87); Maria Aparecida de França Gomes (566.160.584-68); Mariza Sandra de Souza Araújo (671.999.844-72); Micarla Araújo de Sousa Weber (701.788.874-04); Ronaldo Machado Bezerra Cavalcanti (355.122.024-72); Thiago Barbosa Trindade (026.192.594-60)

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.508/2010-3

Natureza: Relatório de Auditoria

Interessado: Tribunal de Contas da União

Entidade: Município de Três Lagoas/MS

Advogado constituído nos autos: não há

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-011.261/2011-0

Natureza: Solicitação

Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - IFF Requerente: Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação

Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.592/2003-6

Natureza: Representação

Entidade: Caixa Econômica Federal - CAIXA

Responsáveis: Eduardo Toshio Terui (040.795.558-57) - Supervisor de Filial da Gerência de Filial de Infraestrutura de São Paulo - GEINF/SP; Marcus Vinicius Ribeiro (CPF nº 225.461.621-87) - Gerente Operacional da Gerência Nacional de Infraestrutura - GEINF; Cléverson Tadeu Santos (CPF nº 566.459.539-68) - Gerente Nacional da GEINF; Sérgio Geraldo Linke (CPF nº 566.997.789-00) - Assessor Técnico da GEINF)

Advogados constituídos nos autos: Claudismar Zupiroli (OAB/DF nº 12.250) e Idmar de Paula Lopes (OAB/DF nº 24.882).

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Classe I - Recursos

TC-002.289/2004-0

Natureza: Pedido de Reexame (Relatório de Auditoria)

Recorrentes: Ana Lúcia Galinkin (CPF 090.500.001 34), Fernando Luiz Kratz (CPF 107.849.770 20), Luiz Picarelli (CPF 000.497.781 53) e Martha Cavalcanti Teixeira (CPF 438.617.177 00)

Unidade: Fundação Universidade de Brasília

Advogado constituído nos autos: não há

TC-019.201/2005-4

Natureza: Embargos de Declaração

Embargantes: Tertulina Fernandes de Vasconcelos (CPF 164.834.133-00), José Antonio Amorim (CPF 216.568.518-49) e Alberto Higino de Camargo Assis (CPF 017.974.628-65)

Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp)

Advogados constituídos nos autos: Manuel Luís (OAB/SP 57.055), Eduardo de Almeida Ferreira (OAB/SP 184.325), Frederico Spagnuolo de Freitas (OAB/SP 186.248), Eudes Sizenando Reis (OAB/SP 133.090),José Ricardo Brito do Nascmento (OAB/SP 50.450) e Vera Sviaghin (OAB/SP 85.418)

TC-020.434/2005-9

(com 1 anexo)

Natureza: Pedido de Reexame

Recorrente: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Advogados constituídos nos autos: Nilton Antônio de Almeida Maia - OAB/RJ nº 67.460, Nelson Sá Gomes Ramalho - OAB/RJ nº 37.506, Guilherme Rodrigues Dias - OAB/RJ nº 58.476, Ésio Costa Júnior - OAB/RJ nº 59.121, Marcos de Oliveira Araújo - OAB/RJ nº 49.940, Wilson José Monteiro - OAB/RJ nº 57.207, Marta Carvalho Giambroni - OAB/RJ nº 64.871, Daniela Couto da Silva - OAB/RJ nº 115.470, Andrea Damiani Maia - OAB/RJ nº 113.985, Gustavo Ribeiro Ferreira - OAB/RJ nº 104.339, Alexandre Luis Bragança Penteado - OAB/RJ nº 88.979, Ana Paula Mioni Acuy - OAB/RJ nº 107.126, Leila Maria Costa de Castro - OAB/RJ nº 20.993, José Roque Júnior - OAB/RJ nº 58.543, Cândido Ferreira da Cunha Lobo - OAB/RJ nº 49.659, Lenoir de Souza Ramos - OAB/DF nº 3.492, Pedro Lucas Lindoso - OAB/DF nº 4.453, Ruy Jorge Rodrigues Pereira Filho - OAB/DF nº 1.226, Christianne Rodrigues - OAB/SP nº 201.552, Antonino Medeiros Júnior - OAB/RJ nº 1.758-B, Antonio Carlos Motta Lins - OAB/RJ nº 55.070, Marcos César Veiga Rios - OAB/DF nº 10.610, Frederico Rodrigues Barcelos de Sousa - OAB/DF nº 16.845, Gustavo Cortês de Lima - OAB/DF nº 10.969, Claudismar Zupiroli - OAB/DF nº 12.250, Alberto Moreira Rodrigues - OAB/DF nº 12.652, Daniele Farias Dantas de Andrade - OAB/RJ nº 117.360, Ingrid Andrade Sarmento - OAB/RJ nº 109.690, Juliana de Souza Reis Vieira - OAB/RJ nº 121.235, Marco Antônio Cavalcante da Rocha - OAB/PE nº 2.940, Meg Montana Kebe - OAB/RJ nº 124.440, Rodrigo Muguet da Costa - OAB/RJ nº 124.666 e Zilto Bernardi Freitas - OAB/RJ nº 97.299.

TC-033.877/2010-6

Natureza: Pedido de Reexame (em Representação)

Recorrente: Grenit Serviços e Desenvolvimento de Softwares Ltda. (representante; CNPJ 06.936.483/0001-17)

Unidade: Caixa Econômica Federal - Regional de Sustentação ao Negócio em São Paulo

Advogados constituídos nos autos: Arystóbulo de Oliveira Freitas (OAB/SP 82.329); Ricardo Brito Costa (OAB/SP 173.508); Monica Fernandes do Carmo (OAB/SP 115.832), Marcelo Jaime Ferreira (OAB/DF 15.766), Deirdre Aquino Neiva Cruz (OAB/DF 12.469), Vera Maria Barbosa Costa (OAB/DF 17.697), Iara Sônia de Aquino Neiva (OAB/DF 10.911) e Ludmilla de Queiros Eufrásio (OAB/DF 29.382)

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-013.745/2011-5

Natureza: Representação

Interessado: Tribunal de Consta da União

Unidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A

Advogados constituídos nos autos: Rafael de Almeida Giacomitti (OAB/DF 29.306) e Maria Estela Filardi (OAB/RJ 49.619)

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe I - Recursos

TC-350.275/1996-3

Natureza: Agravo

Unidades: Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão (Seplan/MA); Superintendência do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP/Seplan/MA).

Responsáveis: Moisés Bernardo de Oliveira, ex Gerente Geral da Agência São Luís do BNB e ex membro do Comitê de Crédito da Agência São Luís-Comag/BNB (CPF 060.136.513-53); Eliel Francisco de Assis, ex Gerente de Negócios da Agência São Luís do BNB e ex membro do Comitê de Crédito da Agência São Luís-Comag/BNB (CPF 065.670.026¬-20); Maria de Fátima Jansen Rocha, ex membro do Comag (CPF 079.555.293-91); Marinéa Ferreira Lobato, ex membro do Comag (CPF 055.958.863-15); Leudina Mota Lima, ex membro do Comag (CPF 087.916.601-06); José de Ribamar Freitas Vieira, ex membro do Comag (CPF 076.373.573-68); Jefferson Cavalcante Albuquerque, Coordenador do Comitê de Crédito da Direção Geral - Comac/BNB (CPF 117.991.533-04), Maria Rita da Silva Valente, ex membro do Comac (CPF 112.176.003-10); Francisco Mavignier Cavalcante França, ex membro do Comac (CPF 071.588.313-53); Luiz Sérgio Farias Machado, ex membro do Comac (CPF 190.029.043-04); Antônia Nilcemar Linhares Vital, ex membro do Comac (CPF 139.630.903-91).

Advogados constituídos nos autos: Camila Vasconcelos Brito de Urquiza (OAB/DF 30.822); Daniel Souza Volpe (OAB/DF 30.967); Maricema Santos de Oliveira Ramos (OAB/PB 12.279-B); Rômulo Gonçalves Bittencourt (OAB/DF 32.174); Isael Bernardo de Oliveira (OAB/CE 6.814); Edmilson Barbosa Francelino Filho (OAB/CE 15.320); George Felício Gomes de Oliveira (OAB/CE 16.759); João Silva de Almeida (OAB/CE 16.903-B); Jorge André Brasil Lima (OAB/CE 15.779); Maria do Amparo Fonteles Pereira (OAB/CE 9.343); Marlúcia Lopes Ferro (OAB/CE 6.317); Sandra Valente de Macêdo (OAB/CE 5.237); Daize Jansen Duailibe (OAB/MA 2.739); Antonio Aureliano de Oliveira (OAB/MA 7.900); José Joaquim da Silva Reis (OAB/MA 9.719); José Diógenes Rocha Silva (OAB/CE 6.702); Osvaldo Paiva Martins (OAB/MA 6279); Antônio Geraldo de Oliveira M. Pimentel (OAB/MA 6027); Carine de Souza Farias (OAB/BA 25176), Carlos Geovanni Gonçalves Soares (OAB/CE 17594); Débora Márcia Soares Veras (OAB/MA 5544); Edelson Ferreira Filho (OAB/MA 6652); Flávia Jane Falcão Bastos (OAB/PI 6516-B); Francisco Roberto Brasil de Souza (OAB/CE 6097); Gilmar Pereira Santos (OAB/MA 4119); Henrique Silveira Araújo (OAB/CE 14747); Igor Rego Colares de Paula (OAB/CE 16043); Jean Marcell de Miranda Vieira (OAB/PI 3490); Karine Rodrigues Martos (OAB/CE 18120); Livia Karla Castelo Branco Pereira (OAB/MA 8103); Luciano Costa Nogueira (OAB/MA 6593); Luiz Fernando Silva Trindade (OAB/BA 18927); Maria Gabriela Silva Portela (OAB/MA 5741);); Sonia Maria Lopes Coelho (OAB/MA 3811); Weslley Lima Maciel (OAB/MA 9548)

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-002.567/2011-3

Natureza: Relatório de Monitoramento

Unidades: Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen); Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear); Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron)

Responsáveis: Odair Dias Gonçalves, Presidente da Cnen (CPF 375.807.287-53); Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da Eletronuclear (CPF 135.734037-00); Antônio Sérgio Geromel, Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança Institucional - Presidência da República (SGI/PR) (CPF 318.412.017-15)

Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.783/2011-2

Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria (Fiscobras 2011)

Unidades: Secretaria Coordenadora de Infraestrutura e Serviços do Estado de Alagoas - Seinfra e Ministério da Integração Nacional.

Responsáveis: Alexandre Navarro Garcia, CPF 385.346.061-53; Marco Antônio de Araújo Fireman, CPF 410.988.204-44.

Interessado: Congresso Nacional

Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Classe I - Recursos

TC-030.491/2010-0

Natureza: Agravo.

Entidade: 1º Depósito de Suprimento/Comando do Exército.

Interessado: Incoseg Indústria e Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda (CNPJ n. 06.973.196/0001-87).

Advogados constituídos nos autos: Raul Canal, OAB/DF n. 10.308, OAB/SP n. 137.192-A, OAB/GO n. 19.267 e OAB/RJ n. 158.194, José Inácio Macêdo Júnior, OAB/DF n. 12.920, Liander Michelon, OAB/DF n. 20.201, Wendell do Carmo Sant'ana, OAB/DF n. 16.185, Mariana Koury Veloso, OAB/DF n. 20.734, Vanessa Meireles Rodrigues Soares, OAB/DF n. 19.541, Walduy Fernandes Oliveira, OAB/DF n. 21.529, Arthur Petterson Barbosa de Santana, brasileiro, OAB/DF n. 28.456, Jose Antonio Gonçalves Lira, OAB/DF n. 28.504, Leonardo Farias Das Chagas, OAB/DF n. 24.885, Rodrigo Veiga De Oliveira, OAB/DF n. 24.821, Soraia Priscila Plachi, OAB/DF n. 29 725, Rafael Nascimento Ferreira de Melo, OAB/DF n. 27.555, Gilmar Siqueira Borges Filho, OAB/DF n. 27.965, Plinio Renan Corréa Minuzzi, OAB/DF n. 28.435, Jonathan Dos Santos Rodrigues, OAB/DF n. 30.036, Diego Danieli, OAB/DF n. 31.136, Luciana Maria Aragão, OAB/DF n. 31.204 e Hudson Araújo de Sá Teles Rodrigues, OAB/DF n. 30.028.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-012.708/2004-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de São Luiz do Anauá - RR.
Responsáveis: Alceu Rodrigues da Silva (300.513.639-68); Aldízio Paiva da Silva (619.853.332-87); Andrea Cristina Batista Andrade Silva (542.138.944-87); Antonio Pereira de Souza (447.129.792-91); Art-tec Tecnologia Em Construção, Terraplanagem e Comércio Ltda. (03.088.682/0001-24); Carlos Henrique Almeida Custodio (285.560.896-15); Elizeu Alves (084.790.622-15); Emanuel Andrade Silva (373.255.404-00); Geovani de Moura (446.756.662-72); Geraldo Campos do Nascimento (368.659.909-00); Geraldo Francisco da Costa (113.829.452-72); Haroldo Carvalho Lima (056.262.342-68); Joceyr Rodrigues Dias (382.236.782-68); Jose Wagner Arruda de Souza (01.781.679/0001-66); Jose Wagner Arruda de Souza (01.781.679/0001-66); José Antonio Lima Filho (323.319.832-91); José Luiz de Matos Elias (241.590.002-82); João Monteiro Barbosa Filho (047.586.332-15); Pedro Arthur Ferreira Rodrigues (861.140.001-10); Robert Sallinger Nóbrega Lima (339.296.375-53); Thiago Henrique Ferreira Rodrigues (002.524.971-12).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-011.515/2010-4
Natureza: Levantamento de Auditoria
Entidade: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - Dnit
Responsáveis: Isaias Reis Pinheiro (CPF 314.879.392-72), José Fábio Porto Galvão (CPF 439.270.762-87) e Roosevelt Campos da Rocha (CPF 018.318.602-87)
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-002.852/2008-5
Natureza: Representação
Entidade: Município de Enéas Marques/PR
Responsáveis: Ademir Madella (422.871.629-68); Edna Beltrame Gesser (400.655.379-04); José Humberto de Oliveira (171.052.265-87); João Adolfo Schereiner (602.379.459-91); Lisias de Araujo Tome (524.567.229-49); Nilson Limone (623.991.879-20); Olivio Brandelero (223.399.309-87); Silvana Lumachi Meireles (399.699.754-04); Valdir Bernardino Martinazzo (225.227.359-34); Valmor Vanderlinde (225.175.459-87)
Interessado: Max Rosenmann (002.956.559-68)
Advogados constituídos nos autos: Antônio Linares Filho (OAB/PR 15.427); Pedro Ivo Melo de Oliveira (OAB/PR 33.329); e Cláudio José Abreu de Figueiredo (OAB/PR 20.419).

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-020.952/2007-0
Apensos: TC 024.404/2008-2, TC 025.636/2008-1, TC 026.949/2006-4.
Natureza: Relatório de Auditoria.
Órgãos/Entidades: Agência de Desenvolvimento do Nordeste - MI; Codevasf - Aracaju/SE - MI; Coordenação -Geral de Recursos Logísticos - MCT; Coordenação -Geral de Suporte Logístico - MI; Fundação Nacional de Saúde - MS; Incra - Superint.Regional/SE - MDA; Instituto Brasileiro de Turismo - MTur; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - SDT/MDA; Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - MME; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - PR.
Responsáveis: Agência de Viagens e Turismo Linha Verde Ltda. (04.324.631/0001-17); Ana Maria Netto (145.430.441-34); Aniceto Weber (034.922.659-87); Antonio Nelson Oliveira de Azevedo (163.923.104-87); Autoposto Cavalcante Ltda.(posto Canindé) (03.276.109/0001-44); Betuse Comercial Ltda. (00.491.360/0001-33); Carlos Antônio de Siqueira Fontenele (132.276.611-87); Centro de Capacitação de Canudos (00.336.154/0001-59); Centro de Formação e Assessoria Tecnica Na Agrucultura (07.138.808/0001-89); Correia e Andrade Ltda. (15.056.831/0001-52); Domingos Sávio de Oliveira (062.449.633-34); Emanuel Oliveira Pereira (343.424.275-91); Gilberto Magalhães Occhi (518.478.847-68); Gilberto Rodrigues do Nascimento (102.475.134-15); Gileno Damascena Silva (609.988.305-34); Instituto de Desenvolvimento Cientifico e Tecnologicodo Xingó (03.375.319/0001-67); Intituto Patativa do Assare (07.126.173/0001-08); J. L. Oliveira & Barros Ltda. (posto São Jorge I) (13.113.477/0001-25); Jose Humberto de Oliveira (171.052.265-87); José Eanes Lisboa Graça (011.647.145-03); José Valmir Silva (01.855.474/0001-88); Luciene dos Santos (787.543.215-49); Luiz Carlos Quintino Borges (328.828.079-53); Luiz Gonzaga da Silva (077.150.214-15); Manoel Antônio de Oliveira Neto (555.953.595-87); Marcio Pereira Zimmermann (262.465.030-04); Maria Angélica Ribeiro da Cunha (244.465.991-00); Maria Mota Pires (149.547.371-68); Maria Solange Tavares dos Santos (143.224.473-68); Maurício Lopes de Matos (021.365.149-11); Mega Posto Presidente Ltda. (02.529.833/0001-70); Paulo Alberto e Silva Mororó (148.844.374-20); Paulo Carvalho Viana (051.443.295-00); Pedro Correia Lima Neto (090.514.811-87); Posto Barão Ltda. (04.979.182/0001-45); Reinaldo Pena Lopes (181.155.356-72); Rildo Antônio Oliveira Mendes Me (armazém Mendes) (13.912.225/0001-66); Rodrigo Sobral Rollemberg (245.298.501-53); Sociedade Eunice Weaver de Aracaju (13.042.387/0001-90); Thawanne Supermercado Ltda. (05.642.869/0001-53); Wilson José Vasconcelos Dias (355.114.945-34).
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-017.120/2010-1
Natureza: Representação.
Entidade: Incra - SUPERINT. REGIONAL/SP - MDA.
Responsáveis: Edivaldo Domingues Velini (062.626.378-69); Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais - Fepaf (50.786.714/0001-45); Iraê Amaral Guerrini (016.386.408-07); Paulo Sérgio Miguez Urbano (664.853.478-87); Raimundo Pires Silva (022.766.778-64).
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (00.414.607/0020-80).
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 3 de junho de 2011.
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Poder Judiciário

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ATA DE REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 1º DE JUNHO DE 2011

Presidente da Turma: Senhor Ministro FRANCISCO FALCÃO
Secretário(a): VIVIANE DA COSTA LEITE

Às 16:34 horas, no Gabinete do Presidente da Turma, foram distribuídos, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos:

DISTRIBUIÇÃO

PROCESSO: 0001994-65.2009.4.04.7254
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ERALDO TEIXEIRA
PROC./ADV.: MARIA ONDINA ESPINDOLA CALDAS PELEGRINI
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0002613-23.2009.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): EDINELZA FARIA RODRIGUES
PROC./ADV.: SILAS CABRAL DE ARAUJO FRANCO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 0005103-41.2007.4.04.7195
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CILESIA ROOS WERMEYER
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0007707-69.2010.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: HORADES RITA FARIAS DE MOURA
PROC./ADV.: ANDRÉIA ALVES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0011568-70.2008.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GRAÇA CARVALHO BASTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Correção monetária de benefício pago com atraso - Reajustes e Revisões Específicas - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0011579-02.2008.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PAULIANE MESQUITA DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Correção monetária de benefício pago com atraso - Reajustes e Revisões Específicas - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0011597-23.2008.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA MADALENA SANTOS DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
ASSUNTO: Correção monetária de benefício pago com atraso - Reajustes e Revisões Específicas - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0011630-13.2008.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IVANILZA DE LIMA MESQUITA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Correção monetária de benefício pago com atraso - Reajustes e Revisões Específicas - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0012283-15.2008.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): BETE FERREIRA DE CARVALHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Correção monetária de benefício pago com atraso - Reajustes e Revisões Específicas - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0012734-36.2007.4.04.7195
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DELCI MAURER
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0015225-93.2008.4.04.7158
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: TERESINHA ELAINE RODRIGUES DOS SANTOS
PROC./ADV.: IVANA MATTES PEDROSO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0016270-25.2009.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: MARIA DA LUZ GOMES CASTELO BRANCO
PROC./ADV.: ARIANE DE MATTOS BRAGA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0017298-58.2007.4.04.7195
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CLÁUDIO JOSÉ DA SILVA CORREA
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0019004-85.2005.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: FRÁNCISCO BRASIL DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0020760-88.2008.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ROSENI MARIA DE CASTRO THOMEN
PROC./ADV.: RONALDO MEIRELLES COELHO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
ASSUNTO: Incidência sobre Abono de Permanência - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário

PROCESSO: 0021854-76.2005.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LÍDIA MEDLO COSTA
PROC./ADV.: ORLANDO MARTENS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0021951-71.2008.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: LENIL MARIA DA SILVA
PROC./ADV.: TATIANE GUERREIRO DE ALMEIDA SANTOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0021960-33.2008.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIANA MARIA DUARTE
PROC./ADV.: IONÍ FERREIRA CASTRO
REQUERIDO(A): ELISETE DE MIRANDA
PROC./ADV.: IONÍ FERREIRA CASTRO
REQUERIDO(A): EMILIA ONDINA MIRAGLIA FERNANDES
PROC./ADV.: IONÍ FERREIRA CASTRO
REQUERIDO(A): ENIR MOREIRA DA SILVA MELLO
PROC./ADV.: IONÍ FERREIRA CASTRO
REQUERIDO(A): EROTIDES TORRES BOTELHO
PROC./ADV.: IONÍ FERREIRA CASTRO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 0021988-98.2008.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSEPHINA PAES DE BARROS LIMA
PROC./ADV.: IONÍ FERREIRA CASTRO
REQUERIDO(A): JOSÉ ALFREDO DA COSTA MARQUES
PROC./ADV.: IONÍ FERREIRA CASTRO
REQUERIDO(A): JUACY DA SILVA
PROC./ADV.: IONÍ FERREIRA CASTRO
REQUERIDO(A): LUCINDA NOGUEIRA PERSONA
PROC./ADV.: IONÍ FERREIRA CASTRO
REQUERIDO(A): LUIZ GONZAGA COELHO
PROC./ADV.: IONÍ FERREIRA CASTRO
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 0022399-44.2008.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO GOMES SILVA
PROC./ADV.: GISELY MARIA REVELES DA CONCEIÇÃO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Data de início do benefício (DIB) - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0024531-40.2009.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MERCIA DAHL DE ALENCAR
PROC./ADV.: GISELDA NATÁLIA DE SOUZA WINCK ROCHA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0025275-35.2009.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MANOEL VIEIRA DA SILVA
PROC./ADV.: GISELE BARBOSA CASTELLO
PROC./ADV.: PAULO JOSE MARTINS GRAMA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0025504-92.2009.4.01,3600
ORIGEM: MS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL
REQUERENTE: CELIA CRISTINA GONÇALVES BENITES
PROC./ADV.: JOSÉ MORENO SANCHES JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0025630-45.2009.4.01,3600
ORIGEM: MS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL
REQUERENTE: JAIME FERNANDES BALIEIRO
PROC./ADV.: JOSE MORENO SANCHES JUNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0026098-09.2009.4.01,3600
ORIGEM: MS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL
REQUERENTE: JOSÉ BRAGA DE LIMA
PROC./ADV.: JOSÉ MORENO SANCHES JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0026212-45.2009.4.01,3600
ORIGEM: MS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL
REQUERENTE: CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSES
PROC./ADV.: OZANA BAPTISTA GUSMÃO
REQUERIDO(A): MAURA ALVES DA SILVA FERNANDES
PROC./ADV.: JOÃO BATISTA DOS ANJOS
LISTISCONSORTE PASSIVO: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Cofins - Contribuição Social - Contribuições - Direito Tributário

PROCESSO: 0026256-69.2006.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IRISVALTER DOS SANTOS OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOSÉ CARLOS CARVALHO JÚNIOR
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço urbano - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0026730-04.2007.4.04.7195
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CARMEM LORENA DOLESKI KRAUSE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0027585-80.2007.4.04.7195
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LOURDES BENDER HOLDEFER
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0031314-87.2005.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ERNESTO MEZZORO TUMELERO
PROC./ADV.: JOSÉ CARLOS CARVALHO JÚNIOR
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0048501-87.2009.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): EDITE RAMOS CARIDADE DE MORAIS
PROC./ADV.: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REQUERIDO(A): FRANCISCA MARIA COSTA
PROC./ADV.: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REQUERIDO(A): JURACY DE ARAÚJO
PROC./ADV.: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REQUERIDO(A): MARIA DE LOURDES DE MARTIN RAMOS
PROC./ADV.: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REQUERIDO(A): MARIA DE LOURDES DE SELIS MACHARETH
PROC./ADV.: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REQUERIDO(A): MARIA MADALENA DA SILVA FREIRE
PROC./ADV.: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REQUERIDO(A): MARLI CREMONINI
PROC./ADV.: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REQUERIDO(A): NATANAEL RAMOS DE LIMA
PROC./ADV.: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REQUERIDO(A): REGINA DE FIGUEIREDO
PROC./ADV.: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
REQUERIDO(A): VILMA SILVEIRA DA SILVA
PROC./ADV.: LINO DE CARVALHO CAVALCANTE
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 0051093-07.2009.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): HILÁRIO REY HORTA
PROC./ADV.: SOLANGE MARIA DE CARVALHO CAVALCANTE
REQUERIDO(A): HÉLIO JOSÉ HAMMES
PROC./ADV.: SOLANGE MARIA DE CARVALHO CAVALCANTE
REQUERIDO(A): JANDIR CARDOSO
PROC./ADV.: SOLANGE MARIA DE CARVALHO CAVALCANTE
REQUERIDO(A): LOURENÇO HAMMES
PROC./ADV.: SOLANGE MARIA DE CARVALHO CAVALCANTE
REQUERIDO(A): MOACIR DE ASSUNÇÃO
PROC./ADV.: SOLANGE MARIA DE CARVALHO CAVALCANTE
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 0057747-10.2009.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIA DE LOURDES DA SILVA LOUREIRO
PROC./ADV.: ALINE DE CARVALHO CAVALCANTE
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 2003.50.52.000362-4
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: ADENAYDE RUFINO LUGAO
PROC./ADV.: EDGARD VALLE DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2003.81.10.029750-7
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ZILDA ZEFERINO DE CARVALHO
PROC./ADV.: REGINA ALVES DE SOUSA LIMA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2004.51.52.002038-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIA AUGUSTA RODRIGUES
PROC./ADV.: NEWTON DA ROCHA E SILVA FILHO
LISTISCONSORTE PASSIVO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2004.51.56.001576-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARCELO JOSÉ KNIBEL
PROC./ADV.: MARILENE MARIA TAVARES BASTOS PARREIRA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
ASSUNTO: IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário

PROCESSO: 2004.51.65.001534-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOÃO ALBERTO MOREIRA JORGE
PROC./ADV.: LUIZ ALBERTO RODRIGUES PINTO
REQUERIDO(A): LUCIA VALÉRIA LIMA VIDAL
PROC./ADV.: LUIZ ALBERTO RODRIGUES PINTO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário

PROCESSO: 2004.70.51.005387-3
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: AMILTON SCHIAVINATO
PROC./ADV.: THAIS TAKAHASHI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2004.81.10.009196-0
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIA GONÇALVES DE SOUZA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2005.30.00.909408-2
ORIGEM: AC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE
REQUERENTE: SID JOSÉ ROCHA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: FRANCISCO RICARDO VIEIRA OLIVEIRA
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: ISRAEL PINHEIRO TORRES JÚNIOR
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Índice da URV Lei 8.880/1994 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 2005.51.51.038214-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): VERA LUCIA FERNANDES DOS SANTOS
PROC./ADV.: SIMONE VIEIRA PINA VIANNA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Incidência sobre Licença-Prêmio/Abono/Indenização - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário

PROCESSO: 2005.71.95.015131-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IVO CUSIN
PROC./ADV.: JAIME VALDUGA GABBARDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2005.71.95.020660-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DORA MARLENE DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2005.81.03.506327-5
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ROSIRENE RODRIGUES DOS SANTOS
PROC./ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.33.00.701421-9
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: MARIA BELONICE ALVES OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.33.00.721549-3
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ZENAIDE BORGES EVANGELISTA
PROC./ADV.: MARIA DA GLÓRIA DA SILVA ELPÍDIO
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.33.00.723459-6
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSEFA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARIA REGINA MARTINS MONTALVÃO
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.33.00.725165-0
ORIGEM: Seção Judiciária da Bahia
REQUERENTE: ANTONIA SILVA DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.34.00.700683-0
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDUVIRGENS MARQUES FONTENELE
PROC./ADV.: WALTERSON MARRA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.50.51.000505-4
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARCUS DA COSTA MELLO
PROC./ADV.: JAMYLE MENDES ABDALA
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 2006.51.51.041101-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: PLÍNIO MUTO
PROC./ADV.: ANTONIO VIEIRA GOMES FILHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.51.51.041387-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: GIL MOREIRA
PROC./ADV.: SIMONE BRILHANTE DE MATTOS
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Incidência sobre PDV - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário

PROCESSO: 2006.71.95.000975-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIZ CAIO
PROC./ADV.: IVANI PETERLE
PROC./ADV.: ANA CRISTINA DALLA COLLETTA RIZZI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.71.95.002906-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FELIPE SIMÕES PIRES NETTO
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.71.95.007783-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SEBASTIANA ARI DE JESUS FERREIRA
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.71.95.008771-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: OLGA DA ROSA GOMES
PROC./ADV.: MARIA ADIR MESSA TORRES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.71.95.008818-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ARTELINA RODRIGUES
PROC./ADV.: MAGALI DE CONTO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.71.95.009226-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA LUIZA AIRES
PROC./ADV.: ACADIO DEWES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.71.95.010352-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOSE BELLEBONE
PROC./ADV.: JAIME VALDUGA GABBARDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 2006.71.95.012424-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: OSVALDINO DA ROSA
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.71.95.014607-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ERONITA GONÇALVES DA SILVA
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.71.95.015446-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VITO GOBBO
PROC./ADV.: ALEX JACSON CARVALHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.71.95.017717-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LEONEL SARAIVA TRINDADE
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.71.95.017996-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ITACIR ERNESTO CUSIN
PROC./ADV.: JAIME VALDUGA GABBARDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.71.95.018718-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JAURI BORGES MARIA
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.71.95.019259-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARGARIDA TREVISAN
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.71.95.019423-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADAIR FAGUNDES SOARES
PROC./ADV.: JAIR ALBERTO MAYER
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Prescrição e decadência - Fatos jurídicos - Direito Civil

PROCESSO: 2006.71.95.019784-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NADIR TERESINHA HEMING
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.71.95.025898-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: TEREZINHA MARIA BARCELLA
PROC./ADV.: BERNADETE LERMEN JAEGER
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.71.95.026237-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ERCITA LAMONATTO
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.81.10.000440-2
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIONOR TEMPORÃO DA ROCHA
PROC./ADV.: JOÃO BOSCO FERNANDES
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.33.00.709288-8
ORIGEM: Seção Judiciária da Bahia
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): TEMISTÓCLES OLIVEIRA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Gratificações e Adicionais - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Militar - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 2007.33.00.710645-4
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): AILTON TELES BRAGA
PROC./ADV.: MARCOS ANDRÉ BARROS OLIVEIRA
PROC./ADV.: PRISCILA GALVÃO DOS REIS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.33.00.713072-3
ORIGEM: Seção Judiciária da Bahia
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JUIZO FEDERAL DA 23º VARA DOS JEFS DA BAHIA
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
LISTISCONSORTE PASSIVO: BERTA LORENA AMORIM CABRAL
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Direito Processual Civil e do Trabalho

PROCESSO: 2007.34.00.701333-6
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DA CONCEIÇÃO BORGES MACIEL
PROC./ADV.: WALTERSON MARRA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
ASSUNTO: Averbação/Contagem de Tempo Especial - Tempo de Serviço - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 2007.34.00.701360-3
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: NADJA FERREIRA GUEDES
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.34.00.701544-6
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: DELFINO BENTO DE SOUZA
PROC./ADV.: JOAQUIM MOURA PIMENTA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.38.00.700782-4
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DULCE LUZIA SOUZA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: VINÍCIUS BRAGA HAMACEK
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Requerimento Administrativo - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.38.00.719430-5
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DO CARMO DINIZ
PROC./ADV.: ADRIANA DE LOURDES FERREIRA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Requerimento Administrativo - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.38.00.726528-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JUVENCIO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Requerimento Administrativo - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.38.00.738420-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CONCEIÇÃO MARIA DE JESUS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Requerimento Administrativo - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.38.00.740330-2
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: MARIA TEREZINHA DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO BENEDITO DE CARVALHO RAMOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.38.00.743393-2
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LOURDES PAULINA DA COSTA
PROC./ADV.: DANIEL MENDES BARBOSA
PROC./ADV.: LUIZ RICARDO GOMES ARANHA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Requerimento Administrativo - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.39.00.700398-7
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: DOUGLAS SILVEIRA DIAS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.39.00.703894-4
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: ALINE DOS SANTOS BOHADANA
REQUERIDO(A): CARLA THEREZA DOS SANTOS HADAD
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Direito Processual Civil e do Trabalho

PROCESSO: 2007.70.50.012240-1
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MÁRIA NEUSA LIMA ZADURSKI
PROC./ADV.: ROSE KAMPA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2007.70.60.000142-5
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ CLARINDO DOS SANTOS
PROC./ADV.: KÁTIA THEREZINHA DE MELLO
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.001544-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANIBALDO GUEDES
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.001772-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELIDE MARIA SARTORI
PROC./ADV.: AMARILDO VANELLI PINHEIRO
PROC./ADV.: ROQUE VANELLI PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.001963-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NEI PORTES DA SILVA
PROC./ADV.: IVANA MATTES PEDROSO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.002776-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VALDECIR COMERLATTO
PROC./ADV.: DIRCEU MACHADO RODRIGUES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.004496-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: RENI ALMEIDA DA SILVA
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.004766-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: PEDRO QUIRINO MEDTLER
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.006509-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GETÚLIO DORNELES DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.007101-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ERALDO VARGAS DUARTE
PROC./ADV.: MARIA ADIR MESSA TORRES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.007751-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CARLOS JOSE RUHMKE
PROC./ADV.: LUIZ GUSTAVO FERREIRA RAMOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.007792-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CANDIDO NORBERTO BOHN
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.010882-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ADAIR DE PAULA MONTEIRO
PROC./ADV.: BERNADETE LERMEN JAEGER
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.013538-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: PEDRO PAULO DA SILVA
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.015585-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ZAIRA DAL LAGO MICHELON
PROC./ADV.: ELIANE PATRICIA BOFF
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.015685-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IRES SALETE DEMOLINER MIORANZZA
PROC./ADV.: OLÍVIO SIGNORINI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.016771-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DIRCE MARIA ROCHINSKI
PROC./ADV.: MAIRA R. HOCH KINALSKI
PROC./ADV.: DIRCEU MACHADO RODRIGUES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.017384-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: TALMO MACHADO DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.017576-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA TEREZINHA SILVEIRA DA ROCHA
PROC./ADV.: MAGALI DE CONTO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.018845-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SALVADOR FERREIRA VIACAVA
PROC./ADV.: CLAUDIA DALCIN
PROC./ADV.: MAÍRA R. HOCH KINALSKI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.019507-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANA CLECI GONÇALVES
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.020948-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELIAS SOARES MARQUES
PROC./ADV.: RÉGIS DIEL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Requerimento Administrativo - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.022798-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ADÃO FERREIRA DE ÁVILA
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.023390-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: TEODORO LUIZ KLOCNER
PROC./ADV.: ALEX JACSON CARVALHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.023767-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EDITE DALLE LASTE
PROC./ADV.: JAIME VALDUGA GABBARDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.023774-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANTONIO VALNES DOS SANTOS RADEMAH
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 2007.71.95.023808-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SIRIA MARIA BORDIGNON SEGALOTTO
PROC./ADV.: RAFAEL PLENTZ GONÇALVES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.024352-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUICIR CARNIEL
PROC./ADV.: JAIME VALDUGA GABBARDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.024571-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VALDELÍRIO SIQUEIRA
PROC./ADV.: MAIRA R. HOCH KINALSKI
PROC./ADV.: DIRCEU MACHADO RODRIGUES
REQUERIDO(A): INSS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.024862-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DILÇO NOLASCO PRESTES
PROC./ADV.: JOSÉ ADEMAR DE PAULA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.025444-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: WOLNY FINKENAUER
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.026773-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ERNA ZECHETMEYR TESSMANN
PROC./ADV.: JARBAS ANDRÉ PEDROSO DOS SANTOS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.026846-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOÃO DOLI GONÇALVES LINHARES
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Data de início do benefício (DIB) - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.028233-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA ROSANE MACHADO THEALDO
PROC./ADV.: PAULO ROBERTO VOGES
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.72.51.004662-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ELZA BLAZIUS DA ROCHA
PROC./ADV.: JUCÉLIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Direito Processual Civil e do Trabalho

PROCESSO: 2007.72.64.001883-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ROSEMEIRE APARECIDA DOS SANTOS DA SILVA
PROC./ADV.: ELISANGELA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.32.00.703552-6
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: PATRICK MATHEUS DE ALMEIDA LOPES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.32.00.704057-6
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: JULIANA BARBOSA ANTUNES
REQUERIDO(A): JUIZA FEDERAL REGINA MARIA DE SOUZA TORRES
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
LISTISCONSORTE PASSIVO: ELZIRA DA CRUZ NUNES
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Direito Processual Civil e do Trabalho

PROCESSO: 2008.33.00.700541-2
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELMA MENDES DE ARAÚJO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.33.00.702798-7
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROSEVAL SANTOS SOUSA
PROC./ADV.: MARIA SOLENE ROCHA DE BRITO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Requerimento Administrativo - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.33.00.704756-0
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALDIR NASCIMENTO DE SOUZA
PROC./ADV.: ROMILSON NOGUEIRA DOS SANTOS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Requerimento Administrativo - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.33.00.705810-0
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: OTILIA LUIZA SOUZA SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.33.00.705966-8
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NILZA DA SILVA GOMES
PROC./ADV.: CARLOS EDUARDO BEARARE
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Requerimento Administrativo - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.33.00.705967-1
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DALCI DA SILVA OLIVEIRA
PROC./ADV.: RONILSON NOGUEIRA DOS SANTOS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Requerimento Administrativo - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.33.00.705995-2
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DO CARMO MATOS MONÇÃO
PROC./ADV.: ROMILSON NOGUEIRA DOS SANTOS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Requerimento Administrativo - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.33.00.715244-1
ORIGEM: Seção Judiciária da Bahia
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JUIZO FEDERAL DA 5º VARA DOS JEFS DA BAHIA
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
LISTISCONSORTE PASSIVO: VALFREDO VILELA DOURADO
PROC./ADV.: CLARICE DE BRITO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
ASSUNTO: Direito Processual Civil e do Trabalho

PROCESSO: 2008.34.00.700611-1
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: DANIELLE GURGEL LIMA
REQUERIDO(A): UBERLÂNDIA MARIA DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Direito Processual Civil e do Trabalho

PROCESSO: 2008.34.00.700737-0
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: ONÉSIO FRANCISCO CARVALHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.35.00.702617-0
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: JUVENIL BENTO DE JESUS
PROC./ADV.: RITA MARGARETE RODRIGUES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.38.00.723024-7
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: DEOPHANES ARAÚJO SOARES FILHO
REQUERIDO(A): MARLENE COELHO DA SILVA
PROC./ADV.: SÉRGIO MURILO DOS SANTOS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Direito Processual Civil e do Trabalho

PROCESSO: 2008.38.00.730204-1
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO JOSÉ SIQUEIRA
PROC./ADV.: JOSÉ ADOLFO MELO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Requerimento Administrativo - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.38.00.733070-5
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA MARTHA DOS REIS SOUZA
PROC./ADV.: RONALDO ERMELINDO FERREIRA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Requerimento Administrativo - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.39.00.700188-4
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: JOANA FERREIRA DE CRISTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2008.39.00.700907-3
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: EDINA FERRO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.70.50.021105-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LEONARDO SHIGUEYOSHI NACAMURA
PROC./ADV.: MARÍLIA MARIA PAESE
PROC./ADV.: EVELYN MARIANO ENDO
PROC./ADV.: RAQUEL O. CARVALHO DE AGUIAR
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário

PROCESSO: 2008.70.53.002153-6
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ROBERTO DE PAULA SOARES
PROC./ADV.: AMARO HEITOR DANTAS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.70.53.002586-4
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MÁRIA JOANA D´ARC ALVES ORLANDI
PROC./ADV.: FERNANDO MORELLI
PROC./ADV.: WILSON LUIZ DE PAULA
PROC./ADV.: CAROLINE ANGÉLICA JACOMEL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.70.53.005266-1
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: TEREZA PEREIRA DA ROCHA
PROC./ADV.: MARIA ISABEL WATANABE DE PAULA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.70.54.000452-3
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MÁRIA EVA RODRIGUES DO IMPÉRIO
PROC./ADV.: JOÃO LUIZ SPANCERSKI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.70.54.002330-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MÁRIA ALEXANDRINA
PROC./ADV.: JOÃO LUIZ SPANCERSKI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.70.55.000796-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: TEREZA CORREA LEITE DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOÃO CARLOS LARRE RODRIGUES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.70.55.001151-2
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: IDERZINA FERREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOSELICE BAUTITZ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.70.57.001369-1
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ENESTOR SCHMIDT
PROC./ADV.: MARCELO PEREIRA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.70.61.000842-1
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: NAZARÉ TEODORO PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: IZAIAS LINO DE ALMEIDA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.71.95.000081-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LEDI ALVARENGA DA SILVA
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.71.95.001557-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JACOB VOLMIR PIOLY DOS SANTOS
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Data de início do benefício (DIB) - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.71.95.001958-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SÉRGIO PARIS
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.71.95.002208-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LORENI FUSIGER
PROC./ADV.: BERNADETE LERMEN JAEGER
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.71.95.002213-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: TERESINHA ZIGNANI DANIELI
PROC./ADV.: JAIME VALDUGA GABBARDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.71.95.002763-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELVINO ALDRIGUI
PROC./ADV.: JOSÉ ADEMAR DE PAULA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.71.95.003183-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FERNANDO JESUS RODRIGUES PEREIRA
PROC./ADV.: MÁRCIA BERWANGER MORO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.71.95.003669-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NEUSA FESTA TEDESCO
PROC./ADV.: AVELINO BELTRAME
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.71.95.003869-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JURACEMA DE ÁVILA
PROC./ADV.: IMELDA MARTINI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.71.95.004216-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOÃO CORREA FOGAÇA
PROC./ADV.: MARIA ADIR MESSA TORRES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.71.95.004375-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VITOR ANTONIO GAMBETTA
PROC./ADV.: EDMILSO MICHELON
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.71.95.004699-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VILMA LAZZARI MILANI
PROC./ADV.: ALEX JACSON CARVALHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.71.95.005300-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SIDNEY ROQUE ANZOLIN
PROC./ADV.: LUÍS ALBERTO ESPOSITO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Data de início do benefício (DIB) - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.71.95.007229-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IVO DALAGNOL
PROC./ADV.: DIRCEU MACHADO RODRIGUES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.71.95.007253-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INES JUSTINA MOLON PEDROTTI
PROC./ADV.: ELIANE PATRICIA BOFF
REQUERIDO(A): INSS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.71.95.007375-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIS ANTONIO GODINHO DE CARVALHO
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Prescrição e decadência - Fatos jurídicos - Direito Civil

PROCESSO: 2008.71.95.008073-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MILTON DOS SANTOS CASTRO
PROC./ADV.: SANDRA ERNESTINA RUBENICH
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.72.55.009405-7
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: WALDYR ROSINI
PROC./ADV.: WASHINGTON LUIZ GODINHO WENDLER
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Opção por permanecer em atividade - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.72.60.002174-3
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: GUNDELA SCHERER
PROC./ADV.: CLAUDIOMIR GIARETTON
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.72.64.000540-2
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ANA HAAS GRANZA
PROC./ADV.: ELISANGELA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.32.00.703169-0
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: PERCILA FERREIRA DA COSTA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.32.00.704368-1
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: GETÚLIO DA SILVA LARANHAGA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.32.00.704462-1
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: ROSINETE FERREIRA VASQUES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Data de início do benefício (DIB) - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.33.00.704663-4
ORIGEM: Seção Judiciária da Bahia
REQUERENTE: LÚCIA MARIA DE SOUSA LIMA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.36.00.700140-1
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: JOÃO FERREIRA GOMES
PROC./ADV.: CIBELE SILVA PRIETCH
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.36.00.702066-9
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): APARECIDA CLOTILDE LODES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.36.00.702278-2
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DO CARMO OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.36.00.702288-5
ORIGEM: MS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANA MARIA FERREIRA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.36.00.702413-1
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FABIANE CRISTINA GIACOMONI
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.36.00.702557-9
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: MARIA GRESELE VIZENTIN
PROC./ADV.: HENEI RODRIGO BERTI CASAGRANDE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Requerimento Administrativo - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.38.00.702673-2
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DO CARMO CRUZ
PROC./ADV.: LEONARDO FERREIRA FRIZON
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
ASSUNTO: Requerimento Administrativo - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.70.51.004032-3
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LUISA TSURUDA SATO
PROC./ADV.: ANA CAROLINA ARNALDI ZANONI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.70.60.000344-3
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: BENEDITO TEODORO DE ALMEIDA
PROC./ADV.: CARLOS AURÉLIO BANCKE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.70.61.000951-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SERAFINA LOPES ORLANDO
PROC./ADV.: IZAIAS LINO DE ALMEIDA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.70.61.001668-9
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ALDENIR MIRANDA DA SILVA
PROC./ADV.: CREUSA ROCCATO TREVISAN
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.70.95.000830-2
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EURICO NUNES GONÇALVES
PROC./ADV.: MARIA HELENA BIAOBOCK
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.71.95.000509-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA IVONIR CHAVES RIBEIRO
PROC./ADV.: GILSON JAURI ROSA DA SILVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.71.95.000608-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ENIO CEZAR TRESPACH DOS ANJOS
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.71.95.001110-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIVONE BOSSARDI CECATTO
PROC./ADV.: ELIANE PATRICIA BOFF
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.71.95.001745-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SERGIO FABRO
PROC./ADV.: ELIANE PATRICIA BOFF
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.71.95.002801-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DAIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTA
REQUERIDO(A): MARLON RODRIGUES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTA
REQUERIDO(A): MATEUS FELIPE RODRIGUES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Auxílio-Reclusão (Art. 80) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2009.72.50.014342-9
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: RODRIGO RUBIEL
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.72.52.002643-1
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARIA CRISTIANE ROCHA PEDROSO
PROC./ADV.: JANDREI ALDEBRAND
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.72.54.001723-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: HILÁRIO SANTINONI
PROC./ADV.: MARION SILVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Requerimento Administrativo - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.72.54.004052-4
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: EDIO GREGORIO
PROC./ADV.: MARION SILVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Requerimento Administrativo - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.72.55.000866-2
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: IRMA POFFO SCHMITT
PROC./ADV.: ERNESTO ZULMIR MORESTONI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.72.55.001273-2
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: GERALDO CORREA
PROC./ADV.: ERNESTO ZULMIR MORESTONI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.72.58.000115-3
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: NORBERTO FISCHER
PROC./ADV.: OLÍMPIO DOGNINI
PROC./ADV.: JOYCE ROSA EIGEN FACCHINI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: RMI pelo art. 1º da Lei 6.423/77 - índices de atualização dos 24 1ºs salários-de-contribuição, anteriores aos 12 últimos) - Renda Mensal Inicial - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2004.81.10.009187-9
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA JÚLIA DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO RODRIGUES DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PEDRO MIRON DE VASCONCELOS DIAS NETO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2004.81.10.024166-0
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO ANTONIO DA LUZ
PROC./ADV.: MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PEDRO MIRON DE VASCONCELOS DIAS NETO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2005.72.95.013150-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: VILMA ZIELKE
PROC./ADV.: LUIZ HERMES BRESCOVICI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: SADI MEDEIROS JÚNIOR
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.83.00.501302-7
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

Nada mais havendo, foi encerrada a Audiência de Distribuição do que eu, VIVIANE DA COSTA LEITE, Secretário(a) da Turma, subscrevo a presente Ata de Distribuição.

Brasília, 1ª de junho de 2011.
MIN. FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

ATA DE REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 2 DE JUNHO DE 2011

Presidente da Turma: Senhor Ministro FRANCISCO FALCÃO
Secretário(a): VIVIANE DA COSTA LEITE

Às 10:42 horas, no Gabinete do Presidente da Turma, foram distribuídos, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos virtuais:

DISTRIBUIÇÃO

PROCESSO: 0500814-38.2010.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: NÁDIA LOPES DIAS
PROC./ADV.: BEL. ALLAN VALERRY NUNES COSTA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Juros Progressivos - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 0501608-82.2007.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): AFONSO JUSTINO DE OLIVEIRA JÚNIOR
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE VASCONCELOS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Direito Processual Civil e do Trabalho

PROCESSO: 0501789-29.2006.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ALBA DOS SANTOS FEITOSA DE LIMA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Direito Processual Civil e do Trabalho

PROCESSO: 0501811-16.2008.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSEFA TAVARES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0501833-73.2010.4.05.8502
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: IRACEMA MARIA DE JESUS
PROC./ADV.: HORINO JOAQUIM DO CARMO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0503349-46.2010.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LUZIA SOARES DE LIMA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0503870-11.2007.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: CÉLIA DOS SANTOS SILVA
PROC./ADV.: ANA C. V. ANDRADE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0506730-82.2007.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: FABÍOLA BEZERRA FREITAS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0507930-55.2006.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: LUIZ GONZAGA DA SILVA
PROC./ADV.: ROBERTO JOSÉ AMORIM CAMPOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0508198-95.2009.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: CARLOS ROBERTO DE ARAÚJO
REQUERIDO(A): MARIA DO SOCORRO SILVA DE MEDEIROS
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Direito Processual Civil e do Trabalho

PROCESSO: 0516882-70.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES QUEIROZ
PROC./ADV.: JOSÉ RIBAMAR ALVES LINS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0534355-85.2007.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSEFA MARIA DA SILVA MOREIRA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2005.63.11.006938-1
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIANA DOS REIS NUNES
PROC./ADV.: ROSÂNGELA COELHO DE PAIVA
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2005.71.50.014861-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ GOMES BUENO
PROC./ADV.: FRANCISCA ALMERINDA FIGUEIRÓ ARAUJO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Direito Processual Civil e do Trabalho

PROCESSO: 2006.63.02.001642-2
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO ATAIDE DIAS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/6) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.63.02.002755-9
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): AGOSTINHO BRAZ GOMES
PROC./ADV.: RICARDO VASCONCELOS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/6) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.63.02.004352-8
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO BREGANTIN
PROC./ADV.: SHEILA APARECIDA MARTINS RAMOS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/6) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.63.05.000600-5
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CALIRIO PEREIRA
PROC./ADV.: ARLETE ALVES DOS SANTOS MAZZOLINE
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/6) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.63.17.002928-8
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): REINALDO SCUTARI
PROC./ADV.: ANA CRISTINA ALVES DA PURIFICAÇÃO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/6) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.51.67.000485-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARCIO DA SILVA BERNARDO
PROC./ADV.: NEY NOGUEIRA LOURENÇO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
ASSUNTO: Repetição de Indébito - Crédito Tributário - Direito Tributário

PROCESSO: 2007.51.70.001479-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: JOEL RAINE
PROC./ADV.: NEY NOGUEIRA LOURENÇO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Repetição de Indébito - Crédito Tributário - Direito Tributário

PROCESSO: 2007.51.70.003549-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: DELVAUX FERREIRA BRAGA
PROC./ADV.: ANA CECÍLIA MONTEIRO CHAVES DE AZEVEDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

Nada mais havendo, foi encerrada a Audiência de Distribuição do que eu, VIVIANE DA COSTA LEITE, Secretário(a) da Turma, subscrevo a presente Ata de Distribuição.

Brasília, 2 de junho de 2011.
MIN. FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PAUTA DE JULGAMENTO

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamento dos dias 14 e 15 de junho de 2011, terça-feira e quarta-feira, com início às 14 e 10 horas, respectivamente, na sede da Turma Nacional de Uniformização, Conselho da Justiça Federal, SCES - Lote 09 Trecho 3 - Polo 08 - 3º andar, na cidade de Brasília-DF, podendo, entretanto, nesta sessão ou nas sessões subsequentes, serem julgados os processos adiados ou remanescentes.

PROCESSO: 2007.50.50.007788-7
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Requerente: ERVE TEIXEIRA
PROC./ADV.: FREDERICO AUGUSTO MACHADO
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/6) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.025861-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Requerente: MILTON ALVISIO REITEL
PROC./ADV.: MÁRCIA MARIA PIEROZAN BRUXEL
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.008956-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Requerente: GLADIS TEREZINHA DA SILVA
PROC./ADV.: LUCIO CAZZUNI MATTES
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.71.95.006244-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Requerente: ANTERO ELI SOARES DE MOURA
PROC./ADV.: CRISTIANO OLIVEIRA DE LACERDA
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.33.00.713406-0
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
Requerente: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Requerido(a): ITAMAR DA SILVA GOMES
PROC./ADV.: MARIA GLORIA DA SILVA ELPIDIO
RELATOR(A): JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

ROCESSO: 2008.32.00.703874-4
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS REQUERENTE: FILOMENO DE ALFAIA COELHO PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO REQUERIDO(A): INSS PROC./ADV.: PAULO HENRIQUE MALULI MENDES JUIZ(A) RELATOR(A): JOSÉ ANTONIO SAVARIS ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.50.50.000946-4
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Requerente: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
Requerido(a): RENATO MONTICELLI
PROC./ADV.: GERALDO LUIZ DA SILVEIRA
RELATOR(A): JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Incidência sobre Férias Compensadas - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário

PROCESSO: 2006.34.00.700746-2
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
Requerente: ANA CAROLINA DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Requerido(a): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ANA CRISTINA AOIAMA
RELATOR(A): JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Indenização por dano material - Responsabilidade civil - Direito Civil

PROCESSO: 2008.34.00.700035-0
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
Requerente: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: EUCLIDES RODRIGUES MENDES
Requerido(a): ROSANA FERREIRA DE LIMA ROCHA
PROC./ADV.: AIRTON RODRIGUES MOREIRA
RELATOR(A): JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Direito Civil

PROCESSO: 2007.50.50.006630-0
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Requerente: JOSÉ BENITO PEREZ VAQUEIRO
PROC./ADV.: ROGÉRIO SIMÕES ALVES
Requerido(a): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ALEX WERNER ROLKE
RELATOR(A): JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Juros Progressivos - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 2007.50.50.009676-6
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Requerente: ANA RODRIGUES HENRIQUES
PROC./ADV.: ROGÉRIO SIMÕES ALVES
Requerido(a): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ALEX WERNER ROLKE
RELATOR(A): JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Juros Progressivos - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 0019.93.79.520044-058110
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
Requerente: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Requerido(a): CARMOSITA SILVA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARIA ADEIS DA SILVA CARNEIRO
RELATOR(A): JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0021.69.97.120054-047195
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Requerente: GILDA DA SILVA FRANCISCO
PROC./ADV.: MELISSA PEREIRA DUTRA
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2004.81.10.026206-6
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
Requerente: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Requerido(a): RAIMUNDA ARAGÃO FERNANDES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.016880-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Requerente: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Requerido(a): IOLANDA BELMUDE ASTRANA
PROC./ADV.: MANOEL DA ROSA FREITAS NETO
RELATOR(A): JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.005193-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Requerente: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Requerido(a): ELISA VIANNA ALVES
PROC./ADV.: VERA CONCEIÇÃO PACHECO
RELATOR(A): JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Perda da qualidade de segurado - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.72.64.002377-9
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
Requerente: ANTÔNIA CLARICE DAMAS
PROC./ADV.: LORAINE SZOSTAK
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Requerimento Administrativo - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.72.56.003529-3
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
Requerente: PEDRO DELLA JUSTINA
PROC./ADV.: ANGELA ROBERTA TROMBETA DELLA GIUSTINA
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JOSÉ ANTONIO SAVARIS
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2008.34.00.700053-9
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
Requerente: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Requerido(a): ERENI JOSÉ DE BARROS
PROC./ADV.: SERGIO RODRIGUES MARINHO FILHO
RELATOR(A): RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.71.95.002939-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Requerente: MOACIR PEREIRA MARTINS
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: ANA PAULA GEHRKE
RELATOR(A): RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.72.56.000599-9
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
Requerente: JUVENIL BOEIRA PEREIRA
PROC./ADV.: JÚLIO CÉSAR PEREIRA FURTADO
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PEDRO MELO POUCHAIN RIBEIRO
RELATOR(A): RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.003110-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Requerente: CLEONICE PORTELLA DO AMARAL
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): RONIVON DE ARAGÃO
ASSUNTO: Data de início do benefício (DIB) - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.36.00.907220-0
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
Requerente: INSS
PROC./ADV.: LUCIANA C. CARDOSO ZANDONADI
Requerido(a): OROSINA NOGUEIRA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: JOSÉ CARLOS CARVALHO JÚNIOR
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0010.68.26.420104-013600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
Requerente: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Requerido(a): HERCULANO CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: JOSÉ CARLOS CARVALHO JÚNIOR
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2005.63.01.284742-5
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Requerente: INSS
PROC./ADV.: ALEXANDRE AZEVEDO
Requerido(a): VAGNER SOARES GARDIM
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.82.02.500145-4
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
Requerente: MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: KATARINA ROCHA BRANDÃO
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2003.61.84.005538-0
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Requerente: FRANCISCO DAS CHAGAS FÉLIX
PROC./ADV.: MAÍRA SANTOS ABRÃO
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2002.71.08.012103-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Requerente: INSS
PROC./ADV.: EDUARDO DE MOURA MENUZZI
Requerido(a): MAURICIO DA SILVA LOPES
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.71.95.004939-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Requerente: AIRTON QUOOS
PROC./ADV.: DAGMAR DA ROSA PADOAN
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.72.95.018058-8
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
Requerente: PEDRO NELSON JUNCKES
PROC./ADV.: GERSON KAMER
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.70.95.010410-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
Requerente: ANTÔNIO EMÍLIO DA CUNHA
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.004659-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Requerente: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Requerente: FLÁVIO LUIZ DIAS DA FONSECA
PROC./ADV.: JOSÉ ADEMAR DE PAULA
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.72.59.002901-5
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
Requerente: MOACIR SCHMITZ
PROC./ADV.: ELIZABETE ANDRADE SIEGEL BARBOSA
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: FÁBIO KOERICH RIOS
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.71.95.001567-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Requerente: PAULO ROGE DA SILVEIRA LORETO
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: JANAINA BASTOS HARO
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2004.40.00.700680-5
ORIGEM: PI - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ
Requerente: BENJAMIN ALBERTO DE SOUSA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Requerido(a): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: UBIRACI MOREIRA LISBOA
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Bancários - Contratos de consumo - Direito do Consumidor

PROCESSO: 2009.32.00.703166-0
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
Requerente: VALDENOR FERREIRA DINIZ PAZ
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2010.32.00.700121-8
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
Requerente: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Requerido(a): IZABEL DOS ANJOS ARAUJO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2005.34.00.755069-2
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
Requerente: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
Requerido(a): PASSOS E BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS
PROC./ADV.: TYAGO PEREIRA BARBOSA
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Cofins - Contribuição Social - Contribuições - Direito Tributário

PROCESSO: 2009.71.95.001412-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Requerente: VANILDE NALOSKI
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
Requerido(a): JUIZ FEDERAL ANDRÉ DE SOUZA FISCHER
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Data de início do benefício (DIB) - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0028.64.87.920064-013600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
Requerente: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: CÉSAR IRINEU OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO
Requerido(a): FRANCISCO PEREIRA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: SHIRLEI MESQUITA SANDIM
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 2007.43.00.903545-7
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
Requerente: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROC./ADV.: JOÃO GUIMARÃES JUREMA NETO
Requerido(a): ALMIR OLIVEIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: WESLEY NEIVA TEIXEIRA
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 2007.70.50.002188-8
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
Requerente: MILZE TIME BUQUERA
PROC./ADV.: ROGÉRIA DOTTI
Requerido(a): CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA
PROC./ADV.: LUÍS RENATO SINDERSKI
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 2007.34.00.700854-3
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
Requerente: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: JOHN CORDEIRO DA SILVA JÚNIOR
Requerido(a): GIOCONDA MAMERI CALCAGNO DE SOUSA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Direito Civil

PROCESSO: 2005.63.03.011053-4
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Requerente: HENIO CLEMENTINO DE CARVALHO
PROC./ADV.: IVAN PAROLIN FILHO.
Requerido(a): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: MARIA HELENA PESCARINI
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Juros Progressivos - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 2005.63.03.016921-8
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Requerente: LUIZ GONZAGA DE BARROS
PROC./ADV.: IVAN PAROLIN FILHO
Requerido(a): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: MARIA HELENA PESCARINI
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Juros Progressivos - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 2006.63.04.006353-3
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Requerente: LÚCIA MARIA STURIAN DA SILVA
PROC./ADV.: TANIA CRISTINA NASTARO
Requerido(a): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Juros Progressivos - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 2007.50.50.010409-0
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Requerente: NATALINA SCHMIDEL BELO
PROC./ADV.: ROGÉRIO SIMÕES ALVES
Requerido(a): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ALEX WERNER ROLKE
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Juros Progressivos - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 2008.50.50.002325-1
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Requerente: ALIDA MARIA DE SOUZA
PROC./ADV.: ROGÉRIO SIMÕES ALVES
Requerido(a): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ALEX WERNER ROLKE
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Juros Progressivos - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 2004.61.84.457925-2
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Requerente: CRISTIANE DE PAULA E OUTROS
PROC./ADV.: CRISTIANE DA SILVA LIMA DE MORAES
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: RAFAEL MICHELSOHN
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.72.55.001687-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
Requerente: MARIA APARECIDA GUIMARÃES CAMPIOLO
PROC./ADV.: FÁBIO MACARINI PINTO
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.71.95.005125-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Requerente: JOSÉ ANTONIO SCALCON
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0004.13.89.620104-013200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
Requerente: MARLENE GONÇALVES DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.32.00.704410-0
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
Requerente: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Requerido(a): OLINDA DO CARMO NOGUEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.32.00.704395-9
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
Requerente: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Requerido(a): CELIA MARTINS MOÇANBITO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.70.53.003540-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
Requerente: ZENAIDE DE JESUS DE OLIVEIRA REZENDE
PROC./ADV.: MARIA ISABEL WATANABE DE PAULA
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.70.51.003537-9
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
Requerente: VALDIR MOREIRA LOPES
PROC./ADV.: THAÍS TAKAHASHI
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: KELLY CRISTIANE BORGES VISSOSI
RELATOR(A): VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.36.00.700793-3
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
Requerente: INSS
PROC./ADV.: RENATA CORDEIRO UCHOA FLORENCIO
Requerido(a): SANTINA PASQUALOTTO RABUKA
PROC./ADV.: KELMA REGINA BARBERATO
RELATOR(A): VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.34.00.700601-1
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
Requerente: ANA CAROLINE BATISTA DE SOUSA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Requerente: GIOVANA VITÓRIA BATISTA DE SOUSA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Auxílio-Reclusão (Art. 80) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.022045-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Requerente: GRAZIELA DE MOURA COELHO
PROC./ADV.: SÍLVIA REGINA FERNANDES
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço urbano - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.70.51.002192-7
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
Requerente: IVONE PEREZ DA CRUZ
PROC./ADV.: MARCOS DE QUEIROZ RAMALHO
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.70.50.015226-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
Requerente: CLEUSA MARIA SAFIANO
PROC./ADV.: ANTONIO MIOZZO
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: MÁRCIA SILVEIRA DE BARROS
RELATOR(A): VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Data de início do benefício (DIB) - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.32.00.703495-6
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
Requerente: ENITE SANTOS DE ALBUQUERQUE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: ÉRICO RODRIGO FREITAS PINHEIRO
RELATOR(A): VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Data de início do benefício (DIB) - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.34.00.700232-7
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
Requerente: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Requerido(a): JALES ANTONIO VINHAL
PROC./ADV.: DENISE MAGALHÃES DA SILVA QUIRINO
RELATOR(A): VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Data de início do benefício (DIB) - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.95.013773-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Requerente: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: MÁRCIO BÖELTER ARROJO
Requerido(a): SANDRO RODRIGO DE ALMEIDA
PROC./ADV.: JOÃO VICENTE FEREGUETE
RELATOR(A): VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: FUSEX/FUNSA/FUSMA/Fundo de Saúde das Forças Armadas - Contribuições Especiais - Contribuições - Direito Tributário

PROCESSO: 0004.53.90.620044-014300
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
Requerente: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Requerido(a): IVANILDES FERREIRA LOPES SOARES
PROC./ADV.: AIRTON ALOISIO SCHUTZ
RELATOR(A): VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 2005.32.00.906551-0
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
Requerente: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROC./ADV.: ROCINEY GÓES GOMES DE MELO
Requerido(a): SILVIO DE FREITAS FEITOSA
PROC./ADV.: FRANCISCO ALVES PINHEIRO FILHO
RELATOR(A): VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 2007.70.50.018281-1
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
Requerente: JOÃO BATISTA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: HUMBERTO TOMMASI
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.71.95.025721-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Requerente: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROC./ADV.: MÁRCIA MARIA BOZZETO
Requerido(a): WALDEMAR KNAPP
PROC./ADV.: JAIR ALBERTO MAYER
RELATOR(A): VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 0022.01.25.620084-013300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
Requerente: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Requerido(a): VALDENIZIO LELES GAMA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Requerimento Administrativo - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0032.08.65.420084-013500
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
Requerente: ALICE TEIXEIRA DE BRITO
PROC./ADV.: MARILANE CRISTINA JACINTHO E BRAGA
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.38.00.738767-1
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
Requerente: INSS
PROC./ADV.: WELLINGTON RODRIGO BATISTA DA SILVA
Requerido(a): DOMINGA MARIA DE JESUS
PROC./ADV.: DEHON FERREIRA COSTA
RELATOR(A): VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.38.00.743305-5
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
Requerente: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Requerido(a): ANGELA MAZETI PIRES
PROC./ADV.: SIRLEI ALVES DE ABREU
RELATOR(A): VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.71.66.000753-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Requerente: IRMGARD SCHMIDT
PROC./ADV.: CARLOS E. ROSSATO
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: CAMILA MOLENDA
RELATOR(A): VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.38.00.724867-4
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
Requerente: INSS
PROC./ADV.: WELLINGTON RODRIGO BATISTA DA SILVA
Requerido(a): BERENICE ARAUJO SILVA
PROC./ADV.: GILSON LIBOREIRO DA SILVA
RELATOR(A): VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2005.34.00.917980-3
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
Requerente: ANTÔNIO CARLOS GUIDA
PROC./ADV.: JOSILMA SARAIVA
Requerido(a): UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Índice de 28,86% Lei 8.622/1993 e 8.627/1993 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 2008.84.00.504056-6
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Requerente: UNIÃO
PROC./ADV.: THIAGO PEREIRA PINHEIRO
Requerido(a): ANDERSON SANTASUSAGNA DE LIMA
PROC./ADV.: SANDRA REGINA DO N. JUNQUEIRA SILVA
RELATOR(A): VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Gratificações e Adicionais - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Militar - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 0503.80.87.020094-058501
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
Requerente: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Requerido(a): MARIA OLIVEIRA SANTOS
PROC./ADV.: JOSÉ ADELMO CORREIA DE TORRES
RELATOR(A): VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Juros - Valor da Execução/Cálculo/Atualização - Liquidação/Cumprimento/Execução - Direito Processual Civil e do Trabalho

PROCESSO: 2005.63.02.002290-9
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Requerente: ANTÔNIO DA CUNHA
PROC./ADV.: FRANCISCO CARLOS MARÍNCOLO
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: LIZANDRA LEITE BARBOSA
RELATOR(A): VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Requerimento Administrativo - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.70.58.000124-3
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: WALDIR JOSÉ BATHKE
REQUERIDO(A): MARCOS ANTONIO PERUSSOLO CUNHA
PROC./ADV.: ANTONIO PINHEIRO NETO OAB: PR-36508
JUIZ(A) RELATOR(A): VLADIMIR SANTOS VITOVSKY ASSUNTO: IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário

PROCESSO: 0508.32.08.820074-058300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
Requerente: OBEDENAR RODRIGUES ALVES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: FÁBIO BIONE MAIA DE A. FERREIRA
RELATOR(A): ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.70.51.004022-7
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
Requerente: JAIR SILVA
PROC./ADV.: FABIANA GUIMARÃES REZENDE
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2004.61.84.021280-5
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Requerente: ALINE DE CARVALHO PEREIRA
PROC./ADV.: HELOISA ELAINE PIGATTO
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: ANDRÉ EDUARDO SANTOS ZACARI
RELATOR(A): ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.32.00.703529-3
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
Requerente: FRANCISCO JUAREZ RODRIGUES DE SOUZA
PROC./ADV.: RICARDO FIGUEIREDO GIORI
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.70.51.007755-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
Requerente: JOSÉ FELISMINO DE SOUZA
PROC./ADV.: ORLANDO RIBEIRO
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.33.00.712717-0
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
Requerente: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Requerido(a): JUIZ FEDERAL DA 5ª V. DOS JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS DA BAHIA
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Direito Processual Civil e do Trabalho

PROCESSO: 2004.51.52.007074-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
Requerente: HENRIQUE AUGUSTO DE AZEREDO VIANNA
PROC./ADV.: SIMONE BRILHANTE DE MATTOS
Requerido(a): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Incidência sobre PDV - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário

PROCESSO: 2009.72.65.000691-2
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
Requerente: HARRY CLOVIS MULLER
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
Requerido(a): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário

PROCESSO: 2004.51.60.011969-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
Requerente: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: FERNANDO CESAR DE SOUZA ARAGÃO
Requerido(a): ANGELA MARIA XAVIER BRAGA
PROC./ADV.: MARIÂNGELA DE SOUZA LEITE FRISONI
RELATOR(A): ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Prescrição - Extinção do Crédito Tributário - Crédito Tributário - Direito Tributário

PROCESSO: 2005.63.02.010071-4
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Requerente: ELI EMÍDIO DE SOUZA
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: LIZANDRA LEITE BARBOSA
RELATOR(A): ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: RMI pelo art. 202 CF/88 (média dos 36 últimos salários-de-contribuição) - Renda Mensal Inicial - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2010.36.00.700015-0
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
Requerente: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Requerido(a): EUNICE FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: CIBELI SIMÕES SANTOS
RELATOR(A): ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2006.35.00.910460-1
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
Requerente: CARMELITA FERREIRA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCUS VINICIUS M. SEGURADO
Requerido(a): UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG
PROC./ADV.: CARLOS A. M. QUIRINO
RELATOR(A): ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Índice da URV Lei 8.880/1994 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 2007.71.95.011007-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Requerente: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Requerido(a): JAIME MATTE
PROC./ADV.: ANDERSON WILDNER
RELATOR(A): PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.72.60.002711-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
Requerente: CLAUDIRITE PAULA CORDEIRO
PROC./ADV.: ARNALDO ZANELLA
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: GILMAR ANTONIO COPPINI
RELATOR(A): PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.72.95.000508-4
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
Requerente: JOSÉ OSMAR SABEL
PROC./ADV.: HORST WIRTH
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: ANA FLÁVIA LOPES BRAGA
RELATOR(A): PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.71.95.007611-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Requerente: OSMAR MANFRO
PROC./ADV.: ELIANA RIBEIRO DE ANDRADE HORN
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2004.50.50.005232-4
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Requerente: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: RENATO MIGUEL
Requerido(a): PAULO CESAR MARQUES DE OLIVEIRA E SILVA
PROC./ADV.: ODETE DA PENHA GURTLER
RELATOR(A): PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Direito Civil

PROCESSO: 2005.63.01.200605-4
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Requerente: MARIA APARECIDA LEMOS
PROC./ADV.: CRISTIANE MARIA PAREDES FABBRI
Requerido(a): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: NAILA AKAMA HAZIME
RELATOR(A): PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Juros Progressivos - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 2005.63.03.012150-7
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Requerente: LAERCIO PEREIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: IVAN PAROLIN FILHO
Requerido(a): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RELATOR(A): PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Juros Progressivos - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 2005.63.03.016919-0
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Requerente: SANTO FERRARI
PROC./ADV.: IVAN PAROLIN FILHO.
Requerido(a): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: MARIA HELENA PESCARINI
RELATOR(A): PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Juros Progressivos - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 2005.63.11.008769-3
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Requerente: DOMINGOS GONÇALVES FILHO
PROC./ADV.: JANAÍNA GUIMARÃES SANTOS
Requerido(a): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
PROC./ADV.: ROGÉRIO ALTOBELI ANTUNES
RELATOR(A): PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Juros Progressivos - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 2006.63.04.006485-9
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Requerente: JOÃO JOSÉ PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: TANIA CRISTINA NASTARO
Requerido(a): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RELATOR(A): PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Juros Progressivos - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO: 2004.81.10.001510-5
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
Requerente: LUIZA VIEIRA LOPES
PROC./ADV.: DAYANE DE CASTRO CARVALHO
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: JOSÉ LEANDRO MONTEIRO DE MACÊDO
RELATOR(A): PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.70.52.000587-6
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
Requerente: ALILIA CATHARINA KLASSEN
PROC./ADV.: VITOR EDUARDO FROSI
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.70.57.001605-5
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
Requerente: MARIA DO CARMO POSSAMAI
PROC./ADV.: ALYNE CLARETE ANDRADE DEROSSO
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.40.00.708613-9
ORIGEM: PI - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ
Requerente: MARIA DE JESUS DA SILVA MELO
PROC./ADV.: JOSÉ RIBAMAR RIBEIRO DA SILVA
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: GERSON GOMES PEREIRA
RELATOR(A): PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.72.50.003366-8
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
Requerente: IVONETE MARIA DA SILVA MARTINS
PROC./ADV.: SIMÃO BOLIVAR MARTINS DOS SANTOS
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(A): PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.70.54.001621-9
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
Requerente: MARIO RODRIGUES DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOÃO LUIZ SPANCERSKI
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 0011.64.57.920084-013200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
Requerente: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Requerido(a): FRANCIDALVA SANTOS SOUSA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.32.00.703004-4
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
Requerente: INSS
PROC./ADV.: DANIEL IBIAPINA ALVES
Requerido(a): CLEIDE OLIVEIRA DE SENA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2007.72.95.008859-7
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
Requerente: IVONNE VOIGT BUSE
PROC./ADV.: JUCÉLIO DA SILVA
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: GILBERTO DIAS FERREIRA
RELATOR(A): PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Urbana - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2008.70.95.001101-1
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
Requerente: LENIR MAZER DOS SANTOS
PROC./ADV.: VALDELICE DE L. PALMIERI
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: SIRLENE BEATRIZ CONRAD KALSING
RELATOR(A): PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Urbana - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2009.72.61.000237-3
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
Requerente: NEIDE TRAI
PROC./ADV.: ODAIR FERNANDO DREY
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: MÁRCIA ELIZA DE SOUZA
RELATOR(A): PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Urbana - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

PROCESSO: 2005.81.10.059345-2
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
Requerente: MARIA DO CÉU VIEIRA ARAUJO
PROC./ADV.: ALEXSANDRA HONORATO
Requerido(a): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Requerimento Administrativo - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário

Brasília, 1ª de junho de 2011.
MIN. FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

VIVIANE DA COSTA LEITE
Secretária da Turma

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº GPR 587, DE 2 DE JUNHO DE 2011

Define a área e a especialidade de vinte cargos criados pela Lei 11.697, publicada no DOU de 16 de junho de 2008, para o exercício de 2011.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições legais e em face do disposto no Processo Administrativo 7939/2011, resolve:

Art. 1º Definir as áreas de 20 (vinte) cargos de Analista Judiciário, criados pela Lei 11.697, de 16 de junho de 2008, para o exercício de 2011, em área Judiciária, especialidade Execução de Mandados.

Art. 2º Os 306 (trezentos e seis) cargos remanescentes - do total dos 562 (quinhentos e sessenta e dois) cargos criados pela Lei 11.697, de 2008 - serão distribuídos pela Administração segundo critérios de conveniência e oportunidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DES. OTÁVIO AUGUSTO BARBOSA

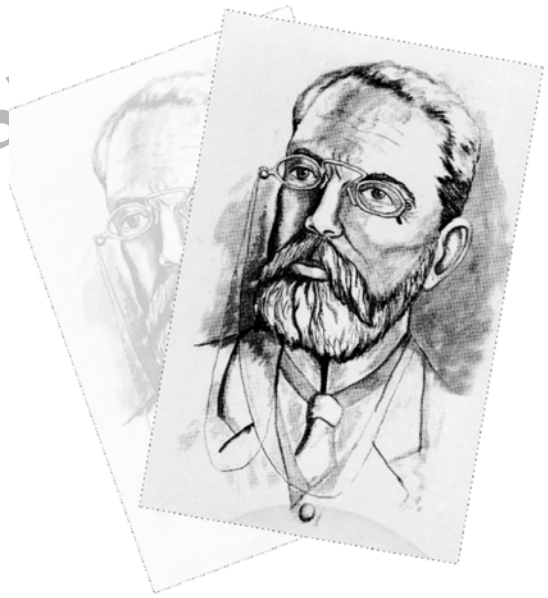
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Resolução CFESS Nº 603, de 11 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 91, de 13 de maio de 2011, Seção 1, página 230, Onde se LÊ: Gilvaneida Gomes da Silva - Tesoureira. Leia-se: Gilvaneide Nunes da Silva - Tesoureira.

VOCÊ SABIA QUE...



...a obra "Marília de Dirceu", do inconfidente mineiro Thomaz Antonio Gonzaga, foi impressa em 1810 na Impressão Régia?



Que Machado de Assis, autor de romances como "Dom Casmurro" e "Quincas Borba", entre outros, trabalhou na Imprensa Nacional, onde chegou a ser ajudante do diretor de publicação do *Diário Oficial*?

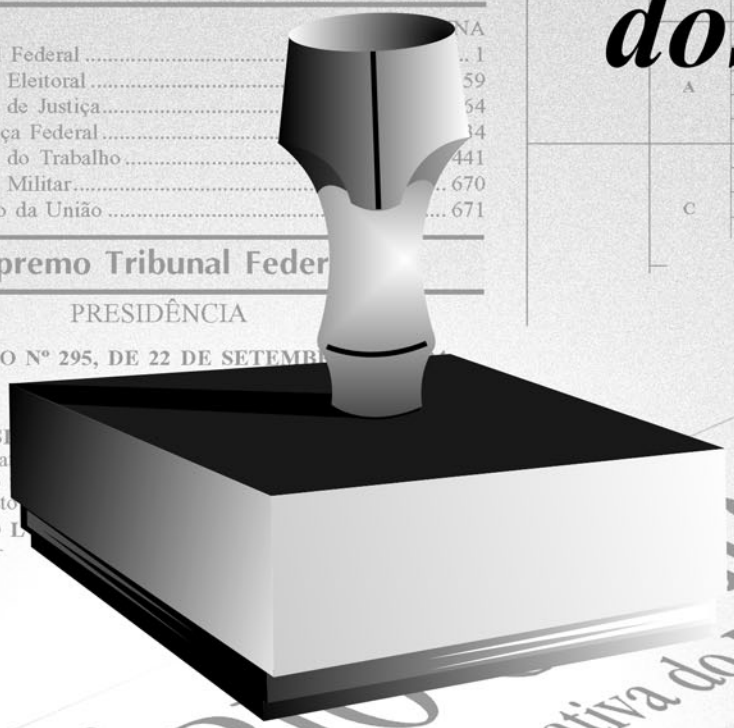
SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF CEP 70610-460
www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

EXEMPLAR DE ASS

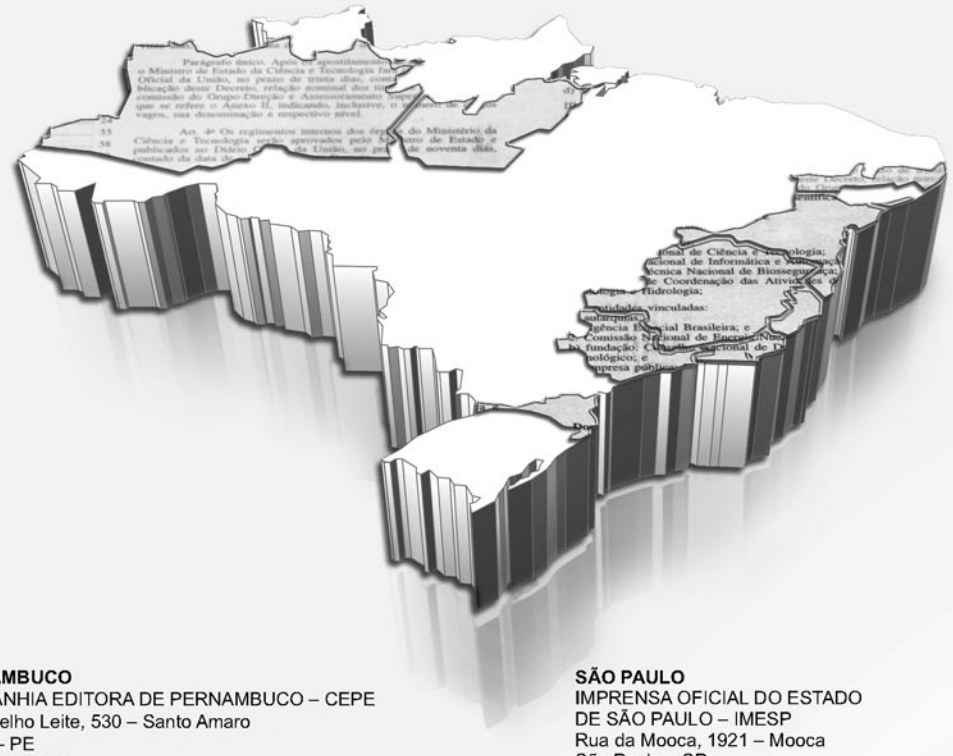
IMPRENSA NACIONAL

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.



Revenda avulsa do Diário Oficial da União e publicações oficiais em vários Estados do País e no Distrito Federal.



Diariamente, disponíveis nos seguintes locais:

AMAZONAS
UNIÃO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA
Rua José Clemente, 216 – Centro
Manaus – AM
CEP: 69010-070
Fone: (92) 234-4762
Fax: (92) 232-6985
www.procasa.com.br

BAHIA
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA
Rua Mello Morais Filho, 189 – Fazenda Grande Retiro
Salvador – BA
CEP: 40352-000
Fone: (71) 3116-2820
www.egba.ba.gov.br

DISTRITO FEDERAL
LETÍCIA DE QUEIROZ FERREIRA VASCONCELOS - ME
SIG, Quadra 6, lote 800 - Térreo da Imprensa Nacional
Brasília – DF
CEP: 70610-460
Fone: (61) 3441-9600

RITA MILAIR DANTAS CREDMANN
Plataforma Superior da Estação Rodoviária, Loja 1
Brasília – DF
CEP: 70309-970
Fone: (61) 3225-1438
bancarodoviaria@yahoo.com.br

ESPIRITO SANTO
JM DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Alberto de O. Santos, 59, Sala 714 – Centro
Vitória – ES
CEP: 20010-250
Fone: (27) 3223-3258
Fax: (27) 3222-7068
jmpublicacoes@ebrnet.com.br

MINAS GERAIS
RICCI DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Guajajaras, 977, loja 4 – Centro
Belo Horizonte – MG
CEP: 30180-100
Telefax: (31) 3274-4136
www.diariooficial.com

PARÁ
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ – IOEPA
Travessa do Chaco, 2271 – Bairro do Marco
Belém – PA
CEP: 66093-410
Fone: (91) 4009-7800
Fax: (91) 4009-7819
www.ioepa.com.br

PERNAMBUCO
COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro
Recife – PE
CEP: 50140-100
Fone: 0800-811201
www.cepe.com.br

RIO DE JANEIRO
ADINP DISTRIBUIDORA DIÁRIOS OFICIAIS LTDA
Avenida Almirante Barroso, nº 22, Sobreloja 201 - Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-002
Telefax: (21) 2533-0044
www.adinp.com.br

SANTA CATARINA
D. OFICIAL CENTRAL DE PUBLICAÇÕES LEGAIS LTDA
Rua Verde Vale, 25 - Picadas do Sul -
São José – SC
Fones: (48) 3257-0020 / 3257-2572
diariooficialsc@uol.com.br
www.diariooficialsc.net.br

SÃO PAULO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO – IMESP
Rua da Mooca, 1921 – Mooca
São Paulo – SP
CEP: 03103-902
Fones: (11) 5013-5108 / 5013-5109
www.imesp.com.br

LIVRARIA XV DE NOVEMBRO
Rua XV de Novembro, 318 – Centro
São Paulo – SP
CEP: 01013-000
Fones: (11) 3105-6781 / 3101-6473
livrariaxvdenovembro@imprensaoficial.com.br

SERGIPE
SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE - SEGRASE
Rua Propriá nº 227 – Centro
Aracaju – SE
CEP 49010-020
Fones: (79) 3205-7400 / 3205-7405



Leis, Decretos e Medidas Provisórias
agora reunidos em volumes mensais



A Imprensa Nacional lança a série
Separata dos Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo,
uma publicação de periodicidade mensal, cujo conteúdo é extraído da base de dados do Diário Oficial da União. O novo produto oferece à sociedade mais uma forma de acessibilidade, com portabilidade, aos atos do Governo, facilitando ações cidadãs a partir da pluralização dos meios de divulgação oficial.
A Separata já se encontra disponível para assinatura ou venda avulsa.

Informações e vendas pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808